

Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 4



Denise Pereira
Maristela Carneiro
(Organizadoras)

Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas 4



2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
162	<p>Investigação científica nas ciências sociais aplicadas 4 [recurso eletrônico] / Organizadoras Denise Pereira, Maristela Carneiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Investigação Científica nas Ciências Sociais Aplicadas; v. 4)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-65-81740-35-1 DOI 10.22533/at.ed.991192312</p> <p>1. Ciências sociais. 2. Investigação científica. 3. Pesquisa social. I. Pereira, Denise. II. Carneiro, Maristela. III. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 300.72</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Os pensadores que realizaram as primeiras investidas efetivas no campo dos estudos sociológicos em fins do século retrasado, nomes como Marx e Durkheim, ocuparam-se de pintar com uma paleta científica paisagens até então dominadas pelas cores planas e pouco variadas do senso comum, do pensamento religioso e de uma ampla cadeia de preconceitos. Para estes pensadores, o desafio era desenvolver regras gerais e algo semelhante a uma física para uma matéria prima aparentemente tão amorfa e envolta em tabus quanto o complexo emaranhado de relações estabelecidas no seio das aglomerações humanas.

A afirmação de que, em relação a outros campos de conhecimento, as Ciências Sociais são jovens, já se converteu em uma máxima confortável, demasiado utilizada. Por um lado, é certo que o interesse por observar os fenômenos sociais à luz do método científico se articulou concretamente entre os séculos XIX e XX, mas estes fenômenos já haviam sido estudados, ainda que em menor escala, mediados por outros filtros.

Talvez em razão disso, as Ciências Sociais se debatam, na economia simbólica do cotidiano, com lutas ainda mais ferozes que outros saberes mais estabelecidos. Há quem questione a forma do planeta, o nível de participação humana no aquecimento global ou a efetividade das vacinas, especialmente nos dias em que vivemos, quando a negação da validade do conhecimento de ordem científica cresce a olhos vistos. Entretanto, a rejeição em relação aos conhecimentos que a Física, a Geografia e a Biologia têm a oferecer ainda é pequena em comparação àqueles que emanam das Ciências Sociais e de sua área irmã, as Humanidades.

São realmente muitos os tabus envoltos na vida em sociedade, dado o volume de tópicos fundamentais à vida em sociedade que são considerados por vezes imperscrutáveis. A religião. O gênero. As dinâmicas de classes. As relações econômicas como um todo. O significado de determinados papéis sociais enquanto lugares de prestígio ou de repulsa. Tudo isso concerne às Ciências Sociais. Tudo isso é problemático, subjetivo e indiscutível para quem vê a realidade através das lentes de preconceitos que sequer compreende como surgiram e funcionam. Cabe, deste modo, aos estudos aqui apresentados, a tarefa de cometer esse delito social, discutindo o indiscutível.

Boa leitura!

Denise Pereira
Maristela Carneiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O TRABALHO INTERDISCIPLINAR NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA: UM DESAFIO A SER SUPERADO	
Erotilde Mendes Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9911923121	
CAPÍTULO 2	15
CURRÍCULO INTERCULTURAL, INSERÇÃO SOCIAL E PRÁTICAS DE INCLUSÃO: PERCEPÇÃO DO DOCENTE INDÍGENA SOBRE O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)	
Catarina Janira Padilha Leila Soares de Souza Perussolo	
DOI 10.22533/at.ed.9911923122	
CAPÍTULO 3	28
A NECESSIDADE DO ESTUDO DO EMPREENDEDORISMO NO ENSINO MÉDIO	
Jordana Franke Guerreiro Diogo Daniel Marques Drum Malu Napp dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9911923123	
CAPÍTULO 4	41
CONTRIBUIÇÕES DO USO DA METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM <i>CHALLENGE BASED LEARNING</i> NO CURSO TÉCNICO EM MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	
Bruno Silva Costa Queila Pahim da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.9911923124	
CAPÍTULO 5	54
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VIA RÁDIO E REDES SOCIAIS COMO FOMENTADORA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA	
Jéssica Alves da Motta Danielle Rosa Nascimento Ana Júlia Teixeira Senna Sarmiento Barata	
DOI 10.22533/at.ed.9911923125	
CAPÍTULO 6	62
O USO DA PESQUISA-AÇÃO NA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DAS EMPRESAS INCUBADAS EM UMA INCUBADORA DE BASE TECNOLÓGICA DO SUL DO BRASIL	
Émerson Oliveira Rizzatti Roseclair Lacerda Barroso Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão	
DOI 10.22533/at.ed.9911923126	

CAPÍTULO 7	83
SISTEMA TUTOR INTELIGENTE PARA AUXILIAR CRIANÇAS EM PROBLEMAS COM OPERAÇÕES ARITMÉTICAS DE ADIÇÃO	
Danilo Rodrigo Cavalcante Bandeira Diego Silveira Costa do Nascimento Anne Magaly de Paula Canuto	
DOI 10.22533/at.ed.9911923127	
CAPÍTULO 8	94
UNIVERSIDADES CORPORATIVAS: UMA REFLEXÃO SOB A ÓTICA DA TEORIA DA APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL	
Gislaine Dias Ana Cláudia de Oliveira Ré	
DOI 10.22533/at.ed.9911923128	
CAPÍTULO 9	105
ESTUDO ESTÉTICO SOBRE O CÔMICO E A IDEIA DO VAZIO	
Claryssa Suemi Oyama	
DOI 10.22533/at.ed.9911923129	
CAPÍTULO 10	117
BASE DE DADOS ELABORADA NUMA PLATAFORMA S.I.G. E DIRECIONADA PARA APLICAÇÕES EM “SMART CAMPUS”	
Fernando Rodrigues Lima Marcos Vinícius Silva Maia Santos Maria Lívia Real de Almeida Raphael Corrêa de Souza Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.99119231210	
CAPÍTULO 11	133
CONTRIBUIÇÕES DO BISPO JOSÉ JOAQUIM DA CUNHA DE AZEREDO COUTINHO (1743-1821) AO PENSAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL	
Rosalina Lima Izepão	
DOI 10.22533/at.ed.99119231211	
CAPÍTULO 12	146
CENTRO HISTÓRICO DE ARACAJU: LUGAR DE PERTENCIMENTO DO POVO ARACAJUANO	
Itala Margareth Ranyol Aben-Athar Aline Andrade Santos Lício Valério Lima Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231212	
CAPÍTULO 13	158
ESPAÇO TURÍSTICO DO CENTRO HISTÓRICO DE PENEDO-AL: BERÇO DA CULTURA ALAGOANA	
Aline Andrade Santos Itala Margareth Ranyol Aben-Athar Lício Valério Lima Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231213	

CAPÍTULO 14	171
MODELO DE FLUXOS MÚLTIPLOS: ATORES E FATORES INFLUENTES DA POLÍTICA PÚBLICA DE TURISMO DA BELÉM AMAZÔNICA	
Vânia Lúcia Quadros Nascimento	
Felipe da Silva Gonçalves	
Helena Doris de Almeida Barbosa	
Diana Priscila Sá Alberto	
DOI 10.22533/at.ed.99119231214	
CAPÍTULO 15	184
O LAZER E O TURISMO DE SAÚDE: A EXPERIÊNCIA NA CASA RONALD MCDONALD – BELÉM/PA	
Helena Doris de Almeida Barbosa	
Vinícius Silva Caldas	
Maria do Socorro Maciel Castro	
Daiany Clay Flexa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.99119231215	
CAPÍTULO 16	196
PLANEJAMENTO MUNICIPAL E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARCARENA (PA)	
Evelyn Cristina Castro Barros	
Vânia Lúcia Quadros Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.99119231216	
CAPÍTULO 17	209
CULTURA E VIDA: O SUICÍDIO INDÍGENA EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS	
Izaura Rodrigues Nascimento	
José Vicente de Souza Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.99119231217	
CAPÍTULO 18	222
EMPREENDEDORISMO, INDÚSTRIA CRIATIVA E ECONOMIA CRIATIVA: UMA EVOLUÇÃO CONCEITUAL	
Audemir Leuzinger de Queiroz	
Celia Lima Paradela	
DOI 10.22533/at.ed.99119231218	
CAPÍTULO 19	237
ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO EM INCUBADORAS INSTALADAS NO RIO GRANDE DO SUL	
Émerson Oliveira Rizzatti	
Vitor Rodrigues Almada	
Émerson Oliveira Rizzatti	
Thiago Eliandro de Oliveira Gomes	
Daniel Gomes Mesquita	
Debora Nayar Hoff	
DOI 10.22533/at.ed.99119231219	

CAPÍTULO 20	247
REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS DO EMPREENDEDOR	
Thiago Eliandro de Oliveira Gomes	
Émerson Oliveira Rizzatti	
Vitor Rodrigues Almada	
Darlen de Oliveira Almirão	
DOI 10.22533/at.ed.99119231220	
CAPÍTULO 21	259
PARQUES TECNOLÓGICOS: AMBIENTES DE INOVAÇÃO	
Carlos Henrique Lucena	
DOI 10.22533/at.ed.99119231221	
CAPÍTULO 22	271
TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL	
Leonardo Oliveira Muniz da Silva	
Giovani Manso Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.99119231222	
CAPÍTULO 23	284
VIABILIDAD SOCIAL Y ECONÓMICA DE LA REACTIVACIÓN DEL SERVICIO FERROVIARIO ROSARIO-CAÑADA DE GÓMEZ (ARG)	
Leonel Raúl Swistoniuk	
DOI 10.22533/at.ed.99119231223	
CAPÍTULO 24	296
A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS ESCÂNDALOS MUDIÁTICOS LAVA JATO AND MEDIA SCANDALS	
Rafael D'Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231224	
CAPÍTULO 25	314
IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO FORTALECIMENTO DO CRIME ORGANIZADO	
Maxwell Marques Mesquita	
Guilherme José Sette Júnior	
Lilian Barbosa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231225	
CAPÍTULO 26	325
O LO-FI E A PRODUÇÃO DE SIGNOS EM UMA SOCIEDADE EM REDE	
Lucas Peluffo dos Santos Portilho	
César André Luiz Beras	
DOI 10.22533/at.ed.99119231226	

CAPÍTULO 27	333
O SACRIFÍCIO E A PERDA COMO FATORES RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NOS JOGOS DIGITAIS: UM OUTRO OLHAR À JORNADA DO HERÓI	
Júlio César da Silva Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.99119231227	
CAPÍTULO 28	346
MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO: PARA UMA COMPREENSÃO ALÉM DOS ELEMENTOS EXPLÍCITOS DO TEXTO	
Ellen Valotta Elias Borges	
Mariana Rodrigues Gomes de Mello	
Lucilene Cordeiro da Silva Messias	
DOI 10.22533/at.ed.99119231228	
SOBRE AS ORGANIZADORAS	360
ÍNDICE REMISSIVO	361

PLANEJAMENTO MUNICIPAL E TURISMO: A EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BARCARENA (PA)

Data de aceite: 19/11/2019

Evelyn Cristina Castro Barros

Faculdade de Turismo (FACTUR/UFPA)

Belém - Pará

Vânia Lúcia Quadros Nascimento

Faculdade de Turismo (FACTUR/UFPA)

Belém - Pará

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o planejamento turístico municipal. Objetiva analisar o planejamento do turismo no município de Barcarena, no estado do Pará. Utiliza como referencial teórico os postulados de Dias (2003) sobre o planejamento do turismo em nível local. As evidências empíricas estão alicerçadas em pesquisas bibliográfica, documental e de campo, esta última com realização de entrevistas semiestruturadas com o setor público e com representante do setor empresarial. Os resultados encontrados apontam que as ações de planejamento se mostram contínuas com o intuito de fomentar o turismo em Barcarena; que há interesse da gestão municipal em evoluir a categoria do município no Mapa do Turismo Brasileiro; e que ainda há dificuldades no que se refere aos investimentos de empreendimentos particulares e quanto ao processo de elaboração e formulação de roteiros turísticos. Conclui-se

que o planejamento turístico em Barcarena tem sido realizado de modo participativo, porém não na sua totalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento Municipal. Turismo. Barcarena (PA).

PLANNING MUNICIPAL AND TOURISM: THE EXPERIENCE OF MUNICIPALITY OF BARCARENA (PA)

ABSTRACT: This article presents the results of a research about the municipal tourism planning. The objective of this study is to analyze the tourism planning in the city of Barcarena, in the state of Pará. I used as theoretical reference the postulates of Dias (2003) on tourism planning at a local level. The empirical evidences are based on bibliographic, documentary and field research. I did the latter one performing semi-structured interviews with the public sector and with representatives of the business sector. The results pointed that the planning actions are done continuously with the intention of promoting the tourism in Barcarena; they also suggest that there is interest of the municipal management in evolving the category of the city on the Map of the Brazilian Tourism; and that there are still difficulties regarding the investments of private enterprises and regarding the process of elaboration and formulation of tourist routes. I concluded that the tourist planning in Barcarena

has been done in a participative way, but not in its entirety.

KEYWORDS: Municipal Planning. Tourism. Barcarena (PA).

1 | INTRODUÇÃO

O planejamento turístico municipal possui importante função na organização da atividade do turismo. Isto porque é por meio dele que a localidade terá condições de verificar, analisar e investir em setores importantes, como a infraestrutura de apoio ao turismo, os serviços e os equipamentos turísticos existentes. De modo que a gestão responsável pela atividade atue de maneira planejada a produzir consequências positivas, como a geração de emprego e, para além disto, a valorização cultural, social e ambiental do município.

O município de Barcarena está localizado na região metropolitana de Belém, no estado do Pará, e faz parte da região turística denominada Polo Araguaia-Tocantins (Figuras 1 e 2). De acordo com Barcarena (2011), apresenta cinco distritos: Sede, Murucupi, Vila do Conde, Estradas e Ilhas.



Figura1. Município de Barcarena no Pará

Fonte: Maps (2018).



Figura 2. Localização de Barcarena em relação à Belém

Fonte: Maps (2018).

O Programa de Regionalização do Turismo (PRT) (BRASIL, 2017d) classifica a maioria dos municípios brasileiros nas categorias D e E. Para o desenvolvimento da atividade turística, isso é preocupante, pois, de acordo com a Portaria N° 39, de 10 de março de 2017 (BRASIL, 2017e), as ações desse Programa ficam destinadas aos municípios categorizados de A a C. Assim, o estudo ora relatado versou sobre o município de Barcarena classificado na categoria C, partindo do questionamento: Como o planejamento do turismo tem sido realizado no município de Barcarena?

Objetivou-se analisar de que maneira o planejamento do turismo tem sido realizado no município de Barcarena, estado do Pará. Para tanto, foram efetivadas

pesquisas bibliográfica, documental e de campo. Esta última com a realização de entrevistas semiestruturadas com a Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo, e o atual Prefeito de Barcarena. Foram entrevistados, ainda, o Vice-prefeito do município, o presidente da Associação de Empresas de Barcarena (ASSEB) e o Secretário de Planejamento e Articulação Institucional do município.

A pesquisa ora relatada contribuirá para a sociedade, em especial a comunidade local, visto que busca compreender as características, fatores e motivações para que o turismo possa ser desenvolvido no município de Barcarena, tendo como possível consequência, mais circulação de visitantes no local. Possibilitará, igualmente, a atuação na atividade turística para os alunos e/ou profissionais dos cursos de turismo do estado do Pará, capacitados para serem planejadores da atividade turística, com foco no ecoturismo.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A gestão, o planejamento e as políticas públicas tem sido objeto de estudo de vários pesquisadores na tentativa de compreender o funcionamento da atividade turística. Assim como, também, a existência ou não desses três eixos para o fomento do turismo nos municípios brasileiros. Alguns destes estudos estão listados no Quadro 1.

Autor(es)/ano	Objeto estudado	Abrangência
Ruschmann (1990)	A importância do planejamento para o desenvolvimento dos destinos turísticos.	Nacional
Endres (2002)	O reflexo do planejamento do turismo como instrumento de condução política centralizada.	Região Nordeste
Dias (2003)	Planejamento turístico como oportunidade de trabalho multidisciplinar e instrumento de ação governamental	Nacional
Endres (2003)	Redes Políticas como novo instrumento de condução política do Estado.	Nacional
Anjos, Anjos, Barros e Zanchi (2005)	Plano sustentável de desenvolvimento para o sistema turístico numa perspectiva sistêmica.	Nacional
Beni (2006)	Falhas e soluções nos programas e projetos para organizar a política e a gestão administrativa do turismo.	Nacional
Faveró (2006)	O papel do governo no planejamento do turismo e a multidisciplinariedade da atividade para um desenvolvimento sustentável.	Nacional
Autor(es)/ano	Objeto estudado	Abrangência
Loch, Santiago e Walkowski (2008)	Plano Diretor como estratégia de organização espacial e planejamento turístico.	Florianópolis (SC)
Xavier e Maia (2009)	As ações propostas no planejamento estratégico municipal e as relacionadas ao planejamento turístico.	Joinville (SC)
Maia e Baptista (2011)	Conceitos de rotas turísticas e formas de planejamento para apresentação de produto turístico-cultural.	Aveiro

Nascimento (2012)	Avaliação do Plano Nacional de Turismo (2003-2007) realizada pelo Ministério do Turismo.	Nacional
Domareski-Ruiz e Gândara (2013)	O planejamento urbano e a competitividade dos destinos turísticos, com enfoque para a estrutura urbana e serviços, tomando como parâmetro o modelo de Poder.	Nacional
Grimm, Sampaio, Greuel e Cerveira Filho (2013)	As políticas públicas de turismo de Santa Catarina enfocando a análise das políticas desenvolvidas no âmbito municipal.	Pomedore (SC)
Nascimento (2017)	Fatores e atores que influenciaram o processo de formulação da política de turismo.	Tracuateua (PA)

Quadro 1 - Estudos sobre gestão, planejamento e políticas públicas

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir das obras analisadas.

Convém ressaltar que, ao explicitar o papel dos diferentes órgãos gestores públicos na atividade turística, Dias (2003, p. 27) afirma que

O fluxo turístico de uma localidade, por sua vez, não depende, necessariamente, de ações de nenhum órgão nacional; através de medidas locais, um governo municipal pode ser capaz de atrair investimentos e, com uma promoção eficiente, tornar o município um centro de atração turística que poderá rivalizar com outros centros do restante do mundo. O governo nacional, através de incentivos e programas regionais, poderá contribuir para a sua expansão e consolidação, mas a definição dos rumos do desenvolvimento deve ser decidida pela comunidade local, através de amplo processo de participação que envolve a decisão de escolha dos diferentes caminhos que podem ser seguidos.

Em suma, o planejamento turístico de um município necessita emergir de um processo participativo envolvendo a gestão pública, setor empresarial e a comunidade.

Todavia, há que se destacar que o Ministério do Turismo (MTUR) criou o Mapa do Turismo Brasileiro com o objetivo de desenvolver a atividade turística, de modo a “identificar os municípios com real vocação turística ou aqueles impactados pelo setor” (BRASIL, 2017c, p. 5). Com vistas a identificar as condições e possibilidades do turismo em cada localidade, foram estabelecidas categorias definidas como A, B, C, D e E. Essa categorização “[...] é um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo para identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no Mapa do Turismo Brasileiro” (BRASIL, 2017d, s. p.). Então, os municípios brasileiros foram enquadrados em uma delas.

Esse enquadramento foi feito, segundo Brasil (2015, s. p.), “A partir de quatro variáveis de desempenho econômico: número de empregos, de estabelecimentos formais no setor de hospedagem, estimativas de fluxo de turistas domésticos e internacionais”. Portanto, Barcarena está na categoria C, que, de acordo com Brasil (2017d), o habilita a receber ações do MTUR que vão desde o apoio a projetos de infraestrutura turística e de gestão até as de fomento à iniciativa privada. O que

denota a necessidade de analisar de que maneira tem sido realizado o planejamento da atividade turística em Barcarena.

Ressalta-se que a ação governamental federal com foco nos municípios não é algo recente. Endres (2003) narra que, na década de 1990, foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que evoluiu ao longo dos anos para que o fomento ao turismo também progredisse. Assim sendo, em 2004, foi criado o PRT, que extrapolou as fronteiras dos municípios (BRASIL, 2004). Passou-se, então, a trabalhar as regiões turísticas.

De acordo com Brasil (2017c, p. 8), o PRT “é uma política pública estratégica para a execução da Política Nacional de Turismo”. A regionalização visa beneficiar diferentes municípios, incluindo os que não apresentam todas as condições e características necessárias, por si só, para se consolidarem como destinos turísticos. Isto, pois, a intenção é que um município complemente o outro. Ao se estudar o planejamento do turismo em Barcarena foi possível averiguar se isso tem sido considerado.

3 | METODOLOGIA

Com o intuito de analisar o planejamento do turismo no município de Barcarena, no estado do Pará, foram realizadas, consoante a Severino (2007), pesquisa bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica possibilitou a construção do arcabouço teórico sobre Gestão, Planejamento e Política pública de turismo. A pesquisa documental teve como objeto de análise o Inventário Turístico Municipal, datado de 2011; e o Plano Plurianual do município, com vigência de 2018 a 2021.

O horizonte temporal da pesquisa estendeu-se desde o ano de 2017 até outubro de 2018. Para a pesquisa de campo, consoante a Minayo, Deslandes e Gomes (2012) e Cervo, Bervian e da Silva (2007), tornou-se como instrumento de coleta de dados as entrevistas semiestruturadas. Estas foram realizadas com o Prefeito de Barcarena; o Vice-prefeito de Barcarena; a Secretária Municipal de Indústria, Comércio e Turismo; o Secretário de Planejamento e Articulação Institucional do município de Barcarena; e o presidente da Associação de Empresas de Barcarena (ASSEB). Esses atores foram selecionados em função de sua representatividade no contexto do objetivo da pesquisa.

4 | DA BARCA NA ARENA À BARCARENA

A denominação de Barcarena surgiu a partir da embarcação chamada Arena,

que ancorou na localidade e que foi nominada pela população de Barca (BRASIL, 2017b). Diante deste fato, e com o passar dos tempos, a história da Barca Arena deu lugar a denominação do município, após a união das palavras, passando a ser chamado de Barcarena, o que permanece até os dias atuais.

As principais atividades econômicas são, de acordo com Barcarena (2011, p. 2), a “Indústria, comércio, extrativismo, agricultura, turismo e produção Artesanal”. Tem-se, portanto, que a atividade turística integra a base econômica local. Os atrativos de Barcarena apresentam-se, de acordo com o Inventário Turístico Municipal (BARCARENA, 2011), em dois grandes grupos, os naturais e os culturais. Os quais estão elencados no Quadro 2.

Atrativos turísticos naturais	
Baías	Marajó; Carnapijó
Ilhas	Arapari; Onças; Trambioca
Praias	Vila de Conde; Caripí; Itupanema; Cuipiranga; Sirituba; do Sol - antiga praia do Maruim; e do Guajarino
Unidades de conservação	Área de Proteção Ambiental do Horto Botânico; RPPN do Samaúma Park Hotel; Trilha Ecológica de São Bento (comunidade Nova Vida); Trilha Ecológica da Terfron (vila de Itupanema)
Balneários naturais	Chácara no Limite; Belo Horizonte; Cai N'Água; Lar de Mãe (Aicaraú); Igarabar; Guajaraúna; e Chacarã Vitória
Atrativos culturais	
Engenhos	Conceição; Madre de Deus; São José (Engenho D'Água); Farol ou Engenho do Carnapijó; Boa Vista; Engenho Velho; São Bento; São Mateus; e Arapari
Obras de arquitetura civil	Ruínas do Casarão do Cafezal; e a Casa da Árvore (integra o Samaúma Park Hotel)
Patrimônios históricos religiosos	Monumento de Nossa Senhora do Tempo; Igreja Matriz de Nossa Senhora de Nazaré (na sede de Barcarena); Igreja Matriz de São João Batista (em Vila do Conde); Igreja de São Francisco Xavier; e a Igreja de Nossa Senhora das Dores

Quadro 2 - Atrativos turísticos de Barcarena

Fonte: Elaborado a partir de Barcarena (2011).

Ao se considerar tais atrativos, Barcarena necessita de planejamento turístico bem formulado e constantemente monitorado e atualizado. O que é percebido na fala da Secretária de Indústria, Comércio e Turismo (SEICOMTUR), ao discorrer sobre a importância do inventário e sobre as condições para a inclusão do município no Mapa do Turismo Brasileiro, transcrita abaixo:

Esse foi um trabalho que nós iniciamos desde o ano passado e nós fomos identificar os empreendimentos, eram muito pouco os que estavam no CADASTUR. E para a gente mudar de categoria, um dos entraves era não ter esses empreendimentos no CADASTUR. Então nós fomos montamos um plano de ação para poder orientar esses empreendimentos, porque é autodeclarativo. Aí nos propusemos, os técnicos orientaram, para poder ter a confiabilidade deles, a credibilidade dos empreendimentos, aí foi que nós mudamos de categoria, passou para C. Nós

estamos identificando os empreendimentos de maior relevância que não estavam ainda formalizados e nós estamos orientando a se formalizar e vai cada vez mais orientar esse setor para que se formalize e faça parte do CADASTUR. [...] para passarmos para o B, teríamos que ter um centro de convenções, aí isso eu já estou costurando de que maneira a gente pode construir, pois nós temos espaço e o município precisa devido aos grandes encontros desse circuito muito grande de negócios, nós precisamos ter um centro de convenções mesmo para poder fazer aqui [...]. (Entrevista concedida em 02 de outubro de 2018).

Registra-se, ainda, conforme Barcarena (2018), que a SEICOMTUR está realizando o levantamento de diversas informações sobre o município para continuar as etapas do inventário turístico e melhorar as possibilidades de consecução de recursos financeiros para o fomento da atividade turística.

Quanto aos aspectos institucionais, além do órgão gestor da atividade turística, a SEICOMTUR, há ainda, de acordo com Barcarena (2011), o Conselho Municipal de Turismo e Lazer, instância de governança municipal criada pela Lei nº 1967 de 27/11/2002. E, também, criado pela Lei nº 1968 também no dia 27/11/2002 (BARCARENA, 2002), o Fundo Municipal de Turismo e Lazer.

Em relação ao Plano Plurianual (PPA) do município, o Prefeito de Barcarena Antônio Carlos Vilaça relata que este foi formulado

Em resposta ao que dispõe a Constituição Federal em seu Art. 165, a Constituição deste Estado em seu Art. 204 e a Lei Orgânica deste Município em seu Art. 23, o Poder Executivo Municipal de Barcarena deverá encaminhar, até o trigésimo dia do mês de Agosto deste exercício, o Planejamento estratégico de médio prazo desta Gestão para os próximos quatro anos, a partir de 2018. (BARCARENA, 2018, s.p.).

E sua formulação foi pensada “[...] em prol do desenvolvimento sustentável do Município de Barcarena.” (BARCARENA, 2018, s. p.). O período de vigência do PPA é de 2018 a 2021.

Nesse contexto, o planejamento turístico municipal é necessário para o processo de desenvolvimento da atividade turística. Isto, tendo em vista, ser um dos grandes fatores que promovem ou dificultam o turismo nas regiões que apresentam o potencial para tal atividade ou que de algum modo foram impactadas por questões ambientais. Ressalta-se que este planejamento deve estar em consonância com o PPA do município.

5 | PLANEJAMENTO DO TURISMO EM BARCARENA: DO REAL AO IDEAL

O planejamento do turismo tem sido realizado via ações como oficinas e cursos, que estão preconizados no Plano Plurianual. Contudo, a comunidade que está diretamente relacionada a atividade turística (setor de serviços), não identifica o turismo como possibilidade para o desenvolvimento local. Isto, pois, considera

apenas a questão financeira e não o retorno em termos sociais e culturais que a atividade pode gerar.

Isso contraria o disposto por Dias (2003) sobre a participação dos atores no planejamento e gestão da atividade turística. Constata-se, então, a importância de se capacitar a comunidade e os empresários locais para o turismo. Uma vez que a Secretária de Turismo e o Prefeito Municipal já concebem o turismo como gerador de possibilidades.

Cita-se como exemplos dessas possibilidades os investimentos, fruto de parceria entre a Secretaria de Turismo e a de Desenvolvimento Urbano, na infraestrutura de apoio ao turismo, que compreende, entre outros, estradas, abastecimento de água e setores de saúde e educacional e que beneficiam o turismo, mas, principalmente, para a comunidade local. O que pode ser observado nos relatos do Prefeito Municipal e do Secretário de Planejamento respectivamente transcritos a seguir

Na infraestrutura, nós estamos investindo nela muito forte. Estamos investindo em estrada; em água, no sistema de água nós temos investido muito nele [...] E estamos trabalhando a estrutura da saúde e da educação principalmente [...]. (Informação verbal).

Então as nossas prerrogativas foram essas. Por exemplo, a situação calamitosa que estava o Caripi que a gente precisou recuperar; a situação do acesso as praias precisaram ser recuperadas; sinalização turística também não existia. Isso foi colocado como prerrogativa e agora o Prefeito está finalizando a parte de um planejamento maior que é para fazer a orla de Barcarena Sede. Nós estamos fazendo a orla do Cuipiranga. E, nesse interim, vamos começar a orla de Barcarena. Fazer a contenção, fazer uma desapropriação daquelas construções a beira mar em Barcarena; destruir e reconstruir espaços que são da prefeitura que era coberta, fazer nova locação e criar um amplo espaço de circulação, lazer e desenvolvimento para cidade. Porque Barcarena tem uma janela fantástica para o rio, que a população hoje não aproveita de forma nenhuma. (Informação verbal).

Como afirmado antes, a gestão do turismo em Barcarena é de responsabilidade da SEICOMTUR, que possui três turismólogos em sua equipe. Todavia, o planejamento municipal é coordenado pela Secretaria de Planejamento e Articulação Institucional. Ela executa um modelo de governança que prevê, a cada 30 dias, a realização de reuniões ordinárias. Nestas há o envolvimento de todas as demais secretarias.

A Secretaria de Planejamento e Articulação monitora o que já foi e o que ainda falta ser realizado no município. Isto seguindo “[...] a lei orçamentária anual e a aplicabilidade dela e a replicância do que está no PPA” (Informação verbal do Secretário de Planejamento e Articulação), um trabalho que envolve ações descentralizadas. O que está consoante aos argumentos de Dias (2003) quanto a necessidade de articulação entre os diferentes setores da gestão pública municipal e o turismo.

Confirma, ainda, os argumentos de Endres (2002) sobre o PNMT, que fomentava o compartilhamento de responsabilidades entre a gestão municipal, o setor privado e a comunidade quanto ao desenvolvimento do turismo. Ressalta-se que as políticas públicas de turismo de Barcarena estão descritas no Plano Plurianual e são desenvolvidas com parceria público-privado.

Convém registrar que Barcarena segue os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), coletânea de 17 objetivos e 169 metas globais estabelecidas pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Isto, pois, o Secretário de Planejamento afirmou que o PPA foi formulado seguindo as diretrizes da ODS, notadamente quanto aos “Cidade Sustentável, qualidade de vida, diminuição da desigualdade social”, resultando na participação de Barcarena na rede de governança da ODS em nível nacional. É através desta rede que a Secretaria de Turismo consegue parcerias, por exemplo, com instituições financeiras.

Isso corrobora o pensar de Anjos, Anjos, Barros e Zanchi (2005), para quem o planejamento necessita de três fatores, dentro do sistema definido por eles como aberto, quais sejam o âmbito social, o cultural e o ambiental. O que para Endres (2003) deveria ser considerado como sistema fechado, mas não na sua totalidade e sim nos seus limites de atuação. Dentre eles, se enquadra o turismo, dada a necessidade de agregar órgãos além dos que voltados exclusivamente para o turismo, tornando as ações desenvolvidas para o cumprimento do PPA parte do sistema fechado ao agregar diferentes secretarias.

O processo de planejamento foi realizado, em um primeiro momento, por meio de audiências públicas, sendo a comunidade consultada para a formulação do PPA, o que se enquadra, segundo Faveró (2006), como processo de planejamento participativo. Tal autora defende o turismo enquanto sistema aberto, destacando que todos os envolvidos (governo, setor privado e sociedade civil) devem participar do processo do planejamento. Constata-se, então, o estabelecimento dessa interrelação entre as demais Secretarias Municipais e a de Turismo, que sofrem influências de órgãos de maior amplitude, tais como a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR) e o Ministério do Turismo.

A Secretária de Turismo relata que a participação da sociedade ocorreu por meio de plenárias em que cada “[...] pessoa tinha a oportunidade de dizer o que queria especificamente para o turismo” (Informação verbal). Afirma, ainda, que a SEICOMTUR tem parcerias com as lideranças comunitárias. Isto, pois, “[...] a gente entende que a comunidade conhece bem a realidade” (Informação verbal), possibilitando um planejamento mais adequado a realidade da comunidade.

Há, também, parceria entre a SEICOMTUR e a SETUR, visando a realização de convênio com o MTUR para a formulação do Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS) de Barcarena. A SEICOMTUR está fazendo o inventário turístico

de Barcarena, com previsão de conclusão em 2019, pois somente após obter todas as informações necessárias é que o planejamento turístico poderá ser formulado. O objetivo da Secretaria é que em 2019 o PDITS já esteja formulado. Todavia, ações pontuais continuam sendo feitas, como por exemplo a orientação para o Cadastro de Turismo (CADASTUR); a formalização dos empreendimentos e atividades de capacitação dos serviços voltados para o turismo, como o de garçom.

Ressalta-se que no Plano Plurianual, há 4 programas pelos quais a SEICOMTUR está responsável: Desenvolvimento Sustentável do Seguimento do Comércio; Desenvolvimento do Empreendedorismo Municipal; Desenvolvimento Sustentável do Seguimento da Indústria; e Turismo Sustentável. Contudo, apenas este último está voltado especificamente ao turismo, tendo como objetivo o fomento de ações e projetos para promover o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

O planejamento do turismo está diretamente relacionado com a categorização dos municípios pelo MTUR. Assim, a SEICOMTUR vem, desde 2017, atuando para a inclusão dos empreendimentos turísticos locais no CADASTUR, critério para a mudança para a categoria B. Outro é, segundo a Secretária de Turismo de Barcarena, a necessidade de um Centro de Convenções, o que está em discussão junto ao Prefeito, já que há espaço disponível para a construção no município.

De acordo com o Secretário de Planejamento e Articulação Institucional, é possível verificar o quanto o município possivelmente irá investir em determinado setor, a partir do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Os quais precisam ser, consonante a Xavier e Maia (2009), ser formulados enquanto ferramentas para ações estratégicas. Todavia, na LOA de Barcarena para 2018 não havia nada definido para o turismo.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É perceptível que os atores têm conhecimento da importância do turismo para o município que precisa ser desenvolvido com foco na sustentabilidade, seguindo os preceitos da ODS. Para isso, é necessário fazer uso do planejamento. O que é tão importante para que os planos, programas, projetos sejam realizados e tenham resultados positivos.

A gestão pública, setor empresarial e a comunidade apresentam-se atuantes no processo decisório do planejamento. Em especial, no processo de formulação do Plano Plurianual. Verificou-se, também, que, em relação ao planejamento turístico, as ações são descentralizadas, ou seja, realizadas a partir dos anseios municipais, constituindo uma das condições do Programa de Regionalização do Turismo.

A SEICOMTUR tem, em parcerias com as demais secretarias municipais e o

setor privado, o trabalho de informação turística desenvolvido mais amplamente. Assim como a promoção de Barcarena especialmente nos períodos de eventos, a exemplo do Festival do Abacaxi. Todos realizados e seguindo o planejamento formulado, pois o processo de monitoramento ocorre dentro da Secretaria de Planejamento de maneira contínua.

O município apresenta inúmeras potencialidades para o desenvolvimento da atividade turística, com base nos atrativos naturais e culturais, possibilitando que diferentes segmentos do turismo possam ser realizados. No entanto, ainda é carente de produtos turísticos estruturados que possam ser comercializados e fomentem a atividade em Barcarena. Assim sendo, o turismo ainda é incipiente. Porém, percebe-se a tentativa de levar ao município empresas, em especial, as agências de viagens para participarem do processo de fomento do turismo. Contatou-se o estímulo a comunidade para realizar o cadastro no CADASTUR. E, ainda, o processo de educação ambiental e empreendedorismo aos moradores que de alguma forma possam estar inseridos no referido processo.

Inicialmente, imaginou-se o planejamento turístico em Barcarena como não realizado de modo participativo com a comunidade, dificultando a criação de condições que favoreçam o sentimento de pertencimento e a integração da comunidade autóctone no ambiente local antes de produzi-lo para o turista. Todavia, isso foi refutado, pois constatou-se que existe todo um trabalho sendo realizado pela gestão pública com o intuito de estimular a comunidade a atuar como empreendedores. Também, o cadastramento no CADASTUR e atuação da comunidade para obtenção de renda, sempre agindo de acordo com os princípios da sustentabilidade.

Foi confirmada a inexistência de roteiros turísticos que aproveitem o potencial do município, de modo que os atrativos sejam utilizados e passem a ser conhecidos não somente pela população local, mas também pelos turistas. Isto, pois, percebeu-se que as agências de viagem ainda não estão instaladas em Barcarena em grande proporção, mesmo com as tentativas por parte do setor público, especialmente da SEICOMTUR e da Secretaria de Planejamento.

Por fim, quanto as ações de gestão e planejamento no município serem realizadas de modo apenas a atender critérios necessários para a inclusão do município no Mapa do Turismo Brasileiro, verificou-se que isto não condiz com a realidade do município. As ações são contínuas, assim como o fortalecimento do município no que se refere a atuar como local turístico notadamente na área de infraestrutura, resultando em atividades que não estão sendo realizadas apenas para compor o referido Mapa. Mas sim para elevar o enquadramento do município da categoria C para outra mais expressiva.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, F. A. dos; ANJOS, S. J. G. dos; BARROS, R. B.; ZANCHI, C. Processo de Planejamento e Gestão de Territórios Turísticos: princípios norteadores de uma proposta. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 2, n. 7, 2005. p. 377-386.
- BARCARENA. **Inventário da oferta turística de Barcarena**. 2011. Disponível em: <http://www.setur.pa.gov.br/sites/default/files/pdf/inventario_barcarena2011final_2.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- BARCARENA. Prefeitura de Barcarena. Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo. **Seicomtur realiza nova etapa do inventário turístico**. 2018a. Disponível em: <<http://www.barcarena.pa.gov.br/portal/noticia?id=566&url=seicomtur-realiza-nova-etapa-do-inventario-turistico>>. Acesso em: 24 ago 2018.
- BARCARENA. Prefeitura de Barcarena. **Plano Plurianual 2018/2021**. 2018b. Desenvolvimento e sustentabilidade. Apresentação. Disponível em: <<http://www.barcarena.pa.gov.br/portal/hotsite/plano-plurianual-20182021>>. Acesso em: 24 ago 2018.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pará. **Barcarena**. Panorama. v.4.3.8.15.5. 2017a. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/panorama>>. Acesso em: 22 ago. 2018.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **História e Fotos**. 2017b. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/barcarena/historico>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Municípios são agrupados em cinco categorias**. 2015. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/5405-munic%C3%ADpios-tur%C3%ADsticos-brasileiros-s%C3%A3o-agrupados-em-cinco-categorias.html>>. Acesso em 22 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério do turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. 2017c. Disponível em: <<http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/pdf/mturmapaturismobrasileiro2017112410APROVADO.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017
- BRASIL. Ministério do Turismo. **O que é categorização?**. 2017d. Disponível em: <http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=262>. Acesso em: 24 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Portaria Nº 39, de 10 de março de 2017**. 2017e. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/portaria-n%C2%BA-39,-de-10-de-mar%C3%A7o-de-2017.html>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – roteiros do Brasil: diretrizes operacionais**. Brasília: MTUR, 2004.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- DOMARESKI-RUIZ, T. C., Gândara, J. M. G. A relação entre o planejamento urbano e a competitividade dos destinos turísticos. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, v. 7, n. 2, mai/ago. 2013, p. 260-280.

ENDRES, A. V. Planejamento Estatal: do centralizado ao participativo e seus reflexos no planejamento do turismo no Nordeste. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 13, n. 1, mai. 2002, p. 66-78.

ENDRES, A. V. Redes Políticas como Novo Instrumento de Condução Política do Estado: Contextualização Frente à Complexidade Social e Possibilidades para o Planejamento Turístico. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 5, n. 3, set/dez 2003.

FAVERÓ, I. M. R. A necessária multidisciplinaridade no planejamento público do turismo. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 8, n.1, jan/abr 2006, p. 141 - 152.

GRIMM, I. J., SAMPAIO, C. A. C., GREUEL, M. C., & CERVEIRA FILHO, J. L. Políticas Públicas do turismo e sustentabilidade: a interrelação na esfera nacional, estadual e local. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 1, n. 15, 2013, p. 95-111.

LOCH, C.; SANTIAGO, A.; WALKOWSKI, M. O Plano Diretor como estratégia de organização espacial e planejamento turístico de Florianópolis/SC. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 2, n. 2, 2008, p. 64-83.

MAIA, S. V.; BAPTISTA, M. M. R. T. **As rotas como estratégia turística**: percepção de benefícios e obstáculos na construção de rotas museológicas na região de Aveiro. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

NASCIMENTO, V. Q. L. Plano Nacional do Turismo 2003-2007: afinal, o que resultou? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ANPPAS), 6, 2012, Belém. **Anais...** Belém, 2012. v. 1, p. 1-18. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT1-147-222-20120629201931.pdf>>. Acesso em: 05/08/2017.

NASCIMENTO, V. L. Q.. Política pública de turismo de Tracuateua (PA) a partir do Modelo de Fluxos Múltiplos, **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 2, n. 10, mai/jul 2017, p. 357-375.

RUSCHMANN, D. V. de M. Planejamento e organização territorial do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 1, n. 1, 1990, p. 63-69. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63857/66613>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

RUSCHMANN, D. V. De M. **Turismo e planejamento sustentável**: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

XAVIER, W. G.; MAIA, A. G. Planejamento do turismo: um estudo comparativo entre o planejamento estratégico do município de Joinville/SC e o seu planejamento turístico. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 3 n. 11, 2009, p. 375-394. Disponível em: <<http://www.univali.br/revistaturismo>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CULTURA E VIDA: O SUICÍDIO INDÍGENA EM MUNICÍPIOS DE FRONTEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS

Data de aceite: 19/11/2019

Izaura Rodrigues Nascimento

Universidade do Estado do Amazonas-UEA.
Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Manaus/ Amazonas.

José Vicente de Souza Aguiar

Universidade do Estado do Amazonas-UEA.
Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino de Ciências na Amazônia. Manaus/ Amazonas.

RESUMO: Na Constituição de 1988 houve um avanço significativo no reconhecimento da diversidade cultural existente no país. O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 corrobora os direitos culturais dos povos indígenas. Não obstante a expressividade dos textos legais, a violação dos direitos culturais dos povos indígenas manifesta-se de diversas formas e cada vez com maior intensidade, impactando fortemente seus modos de vida. O alto número de suicídio entre os índios que habitam os municípios de São Gabriel das Cachoeiras e Tabatinga, no Estado do Amazonas, todos situados em região de fronteira, pode ser uma manifestação de que os impactos estão atingindo as estruturas profundas daquelas culturas a ponto de o “suicídio”, palavra inexistente nas

línguas de alguns daqueles povos, se impor como processo preocupante. Observa-se que os direitos culturais e o direito à vida são indissociáveis. Assim, neste artigo propõem-se uma reflexão acerca dos fatores que estão contribuindo para tal situação. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, a partir da qual se busca fazer uma aproximação das condições de vida dos povos indígenas na Amazônia focando na problemática do suicídio. Observa-se que entre os elementos em comum com povos indígenas com alto índice de suicídios em outros países está a parca ou inexistente oferta de serviços públicos, a discriminação e o preconceito a que tem sido submetidos historicamente.

PALAVRAS-CHAVE: povos indígenas, suicídio, direitos culturais

CULTURE AND LIFE: SUICIDE OF INDIGENOUS PEOPLE IN BORDER TOWNS IN THE STATE OF AMAZONAS

ABSTRACT: The 1988 Constitution showed significant progress concerning the acknowledgment of the cultural diversity existing in the country. Decree 6.040 of February 7, 2007 corroborates the cultural rights of indigenous peoples. Notwithstanding the expressive legal texts, the violation of cultural rights of indigenous peoples is evidenced on many occasions and with increasing severity, strongly impacting their

ways of life. The high suicide rate among indigenous people who inhabit the towns of São Gabriel das Cachoeiras and Tabatinga, in the state of Amazonas, all located in a border region, may be a demonstration that the impacts are reaching the profound structures of those cultures to a point where “suicide”, a nonexistent word in some of those peoples’ languages, imposes itself as a worrisome process. It may be observed that cultural rights and the right to life are inseparable. Thus, this paper proposes a reflection on the contributing factors for this situation. This is a bibliographical research, which seeks to address the living conditions of indigenous peoples in the Amazon focusing on a pressing issue, suicide. It can be noted that one of the elements indigenous peoples with high suicide rates have in common with those in other countries is the scarce or nonexistent provision of public services, discrimination and prejudice to which they have historically been subject.

KEYWORDS: indigenous peoples, suicide, cultural rights

1 | INTRODUÇÃO

O suicídio corresponde a um fenômeno complexo, pois envolve diversos fatores assim como são diversas suas formas de abordagem. De qualquer modo há sempre a relação entre indivíduo e sociedade. É um fenômeno normal, que pode ocorrer em toda sociedade, em alguns casos compreendem formas rituais de resgate da honra (caso do Japão), como forma de expiação de culpa e de vingança, caso dos Trobriandeses, como descreve Malinowski em *Crime e Castigo em uma Sociedade Selvagem*, publicado em 1926. Em outros casos podem expressar o desencanto com o mundo.

O suicídio não resulta de uma única causa, em geral resulta do acúmulo de uma complexa rede de interações pessoais e de circunstâncias sociais. No caso de povos indígenas acresce-se dois fatores, um relaciona-se à sua história de colonização e o outro as interações com as instituições sociais e políticas atuais.

Deve-se distinguir a categoria suicídio, da morte voluntária, sendo a categoria morte ritual e o suicídio tipos de morte voluntária. O primeiro compreende uma categorização ocidental moderna praticada pelos sujeitos de cultura ocidentalizada, enquanto a morte ritual é possível compreender a partir da expressão da percepção de especificidades culturais, como assinalam Souza e Santos (2009). Ao utilizarem a categoria morte ritual para compreenderem as mortes voluntárias entre os Suruwaha, habitantes de terra situada na Bacia do rio Purus, no Município de Tapauá, no Amazonas, os autores possibilitam estabelecer uma crítica ao uso da categoria suicídio de modo indiscriminado.

Desse modo talvez se precise verificar o significado da morte nos grupos indígenas mais afetados para compreendermos porque comparativamente a outros

povos da mesma região não respondem do mesmo modo às pressões externas. Mesmo no caso dos povos do Mato Grosso do Sul onde as intensidades dos conflitos podem favorecer os suicídios Ethal (2001) adverte para a visão superficial do fenômeno quando se analisa somente fatores externos. O Conselho Indigenista Missionário - CIMI tem indicado um quadro de genocídio silencioso, referindo-se ao caso dos índios Guarani-Kaiwá, naquele estado.

Conflitos e número de suicídios que afetam populações indígenas do Alto Rio Negro e do Alto Solimões, embora não tenham obtido igual repercussão se apresentam como situações de igual gravidade. Fatores externos e internos estão a eles associados, de forma que do ponto de vista da pesquisa científica um dos grandes desafios consiste em compreender o significado do suicídio.

Há uma taxa considerada aceitável do número de suicídios e ao mesmo tempo uma vigilância quanto ao seu número de ocorrências. Se por um lado o processo de identificação de sua ocorrência na sociedade moderna se tornou mais acessível. Por outro lado suas explicações continuam a desafiar a compreensão.

A taxa de suicídios no Brasil é considerada baixa, em 2014 era de 6,0 por 100 mil habitantes, no entanto diversos pesquisadores e organizações voltadas à proteção dos povos indígenas tem observado a elevação do número de suicídios entre os povos indígenas no Brasil, com destaque para alguns estados e municípios, entre os quais os municípios de Tabatinga e São Gabriel da Cachoeira no Estado do Amazonas.

A pesquisa compreendeu sobretudo uma revisão bibliográfica sobre o tema, a partir de artigos, dissertações, teses, relatórios, buscando uma aproximação com o problema, que tem sido apontado como uma questão de saúde pública, dado o nível alcançado sobretudo nos dois municípios mencionados anteriormente.

No artigo abordamos inicialmente a População indígena no Estado do Amazonas, seguido de Sociedade nacional e os direitos indígenas, do Suicídio entre os indígenas no Amazonas, retomando-se alguns aspectos nas Considerações finais.

2 | A POPULAÇÃO INDÍGENA NO ESTADO DO AMAZONAS

O Estado do Amazonas concentra uma parte significativa da população indígena do país. Seis dos seus municípios estão entre os dez municípios brasileiros que possuem maior população absoluta de índios, os quais habitam sobretudo a área rural, conforme se pode observar no quadro a seguir.

Classificação dos municípios do Amazonas entre os dez municípios com maior população indígena do Brasil

	Município	Pop. Total		Município	Pop. Rural
1º.	São Gabriel da Cachoeira	29.017	1º	São Gabriel da Cachoeira	18.001
2º.	São Paulo de Olivença	14.974	2º	Tabatinga	14.036
3º.	Tabatinga	14.855	3º	São Paulo de Olivença	12.752
5º.	Santa Isabel do Rio Negro	10.749	4º	Benjamin Constant	8.704
6º.	Benjamin Constant	9.833	5º	Santa Isabel do Rio Negro	8.584
9º.	Barcelos	8.367	10º	Barcelos	6.997

Fonte: IBGE, Municípios com as maiores populações indígenas do País, por situação do domicílio Brasil -2010.

Observa-se que os municípios em foco neste artigo, quais sejam São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga estão entre os com maior população indígena do país em números absolutos, que habitam principalmente a área rural. A população indígena em relação à população total desses municípios corresponde, respectivamente a 76,57%, e 28,41%.

Estes municípios fazem fronteira com a Venezuela e a Colômbia (São Gabriel da Cachoeira), e com a Colômbia e o Peru (Tabatinga). As etnias que habitam estes municípios transitam entre os países fronteiriços.

3 | SOCIEDADE NACIONAL E OS DIREITOS INDÍGENAS

A expansão de fronteiras no Brasil no período colonial e imperial ocorreu a partir de um “conjunto de choques territoriais” com índios e negros, como destaca Little (2002). Do século XVI ao XIX “cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais e como isto provocou novas ondas de territorialização por parte dos povos indígenas e dos escravos africanos” (LITTLE, 2002, p. 4).

É sabido que na história de colonização do Brasil os povos indígenas foram sucessivamente utilizados como mão de obra, visto que eram, principalmente na Amazônia, a principal força de trabalho utilizada pelos colonos leigos e pelos missionários. O que gerou um processo de desmontagem dos seus modos de vida tradicional. Com implicações diretas sobre suas organizações culturais, sociais e econômicas.

A partir do século XIX os povos indígenas na Amazônia passaram a sofrer as pressões das frentes de ocupação não indígena na região, cujo propósito visava a

exploração da borracha, principalmente.

Vale ressaltar o processo de tensão entre os colonizadores, exploradores dos recursos naturais e os povos indígenas é histórico, impondo a estes últimos condições de existência precárias, quando não ameaçada de morte física. Este processo não ocorreu apenas no plano do uso de sua mão de obra, das ameaças e conflitos, mas também a partir da formação do pensamento social dos não indígenas.

Isto fica evidente no livro *Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia*. Nela, o autor destaca, o processo de nomeação e caracterização dos indígenas como *selvagens, civilizados, mansos, preguiçosos, rudes, indolentes, hereges, feiticeiros*, dentre outras com potenciais de classificação e hierarquização equivalentes (AGUIAR, 2012).

As classificações nas narrativas evidenciam o pensamento de uma grande parte da sociedade envolvente sobre os povos indígenas, o que pode representar o grau de dificuldades que eles têm de enfrentar para viver na sociedade atual, dada a condição de hostilidade que perpassa grande parte das visões da sociedade não indígena.

No século XX a continuidade do contato da sociedade nacional com os povos indígenas foi marcado por sucessivas tentativas de “integração”, sob a perspectiva da promoção do desenvolvimento do país. A partir da construção de estradas, da implantação de grandes projetos minero-metalúrgicos, usinas hidrelétricas, expansão da fronteira agrícola e pecuária, ocorreram processos marcados por conflitos e pela remoção de diversos povos de seus territórios tradicionais.

Por seu turno, tais situações tiveram como reação a organização dos povos indígenas e a articulação destes com populações extrativistas e o movimento ambientalista transnacional. Desse modo, “a partir da década de 1980, os povos indígenas ganharam força política mediante um processo de organização interna de suas sociedades, alianças regionais e nacionais...”(LITTLE, 2002, p. 14).

A relação da sociedade nacional com os povos indígenas, assim, passou por diversas fases, do enfrentamento, da assimilação e da tutela sobre esses povos ao reconhecimento de seus direitos culturais. Na Constituição de 1988 houve um avanço significativo no reconhecimento da diversidade cultural existente no país, especialmente nos artigos 215 e 231, destaca-se este último:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Em 2002 o Brasil ratificou a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. O Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 corrobora os direitos culturais

dos povos indígenas, o que envolve os territórios tradicionais, que são definidos em seu artigo 3º. No mesmo artigo, inciso IV, lê-se que entre os objetivos da Política Nacional de Povos e Populações Tradicionais consta “garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos”.

Não obstante a expressividade dos textos legais, a violação dos direitos culturais dos povos indígenas manifesta-se de diversas formas e cada vez com maior intensidade, impactando fortemente nos seus modos de vida.

Pesquisas desenvolvidas pela Nova Cartografia Social da Amazônia, evidenciam a violação dos direitos culturais dos povos indígenas. A implantação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, conforme aponta Souza (2009) exemplificam esse processo em curso. O Estudo de Impacto Ambiental, bem como o Relatório de Impacto Ambiental minimizam em seus textos os impactos sobre as populações indígenas, sobre as áreas por eles ocupadas.

Os grandes projetos (hidrelétricas, hidrovias, portos, estradas) que visam dar suporte à produção de *commodities* (minerais e agrícolas), unindo interesses governamentais de acesso ao mercado global aliado aos interesses de grandes grupos empresariais sobrepõem o discurso do desenvolvimento ao respeito às culturas das populações tradicionais, particularmente indígenas e aos seus direitos fundamentais.

O Relatório da Relatora Especial sobre os direitos indígenas, do Conselho dos Direitos Humanos – ONU, de agosto de 2016, sobre sua visita ao Brasil ocorrida no mês de março de 2016 destaca diversos aspectos que corroboram a desassistência apontada e demonstram o retrocesso da proteção aos direitos dos povos indígenas nos últimos anos.

Consta no referido Relatório que a violência contra os povos indígenas ocorre de diversos modos. Diretamente, por meio de assassinatos de líderes do movimento indígenas, expulsão de suas terras e intimidação, amparados pela impunidade do sistema de segurança e de justiça do Estado brasileiro. A lentidão no processo de demarcação das terras indígenas foi apontada como causa de muitos dos conflitos entre índios e agricultores. Outros tipos de violências ocorrem por meio de medidas do poder judiciário o qual tem promovido a “suspensão” dos direitos indígenas.

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi apontada pela relatora como um emblema da suspensão dos direitos, a despeito das ações do Ministério Público Federal, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Cabe destacarmos que a Hidrelétrica impacta 11 terras indígenas na Região Amazônica.

No caso dos municípios em questão, no Estado do Amazonas, não se trata de grandes projetos, mas da condição de subcidadania à qual foram relegados os povos indígenas. Ou seja, de um lado observa-se a presença do estado como indutor de

projetos que impactam fortemente sobre os modos de vida das populações indígenas por meio dos projetos de infraestrutura, de outro observa-se uma ausência cada vez mais expressiva na garantia dos direitos à terra, à saúde, à educação, caracterizada pela desassistência a esses povos.

No relatório de Violência contra os Povos Indígenas de 2015, foi identificada a desassistência em relação a saúde, a educação e a desassistência em geral. As informações foram obtidas no MPF, na rádio local e com lideranças indígenas. A desassistência à saúde no Alto Rio Negro tem base na denúncia da Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro – Foirn. Dados parciais sobre a mortalidade infantil nos DSEI do Alto Solimões, com 77 casos e no DSEI do alto rio Negro, com 29 casos podem ilustrar este processo no Amazonas.

No mesmo relatório também é citada a desassistência na área de educação escolar, com 8 casos registrados, 3 no município de Tabatinga. Os registros dizem respeito sobretudo à merenda escolar, regularidade no fornecimento e qualidade. Quanto à desassistência geral foram identificados 5 casos, 3 dos quais em Tabatinga e incluem problemas com a emissão de Rani, fornecimento de energia elétrica e violência entre os jovens.

Parece provocativo que assim como a desassistência, os suicídios estão incluídos no capítulo sobre Violência por omissão do poder público no Relatório Violência contra Povos Indígenas de 2015.

4 | O SUICÍDIO ENTRE OS INDÍGENAS NO AMAZONAS

De acordo com os Relatórios Violência contra os Povos Indígenas no Brasil com dados dos anos de 2014 e 2015 obtidos na Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI e publicados pelo Conselho Indigenista Missionário - CIMI, ocorreram 135 suicídios em 2014 e 87 em 2015.

Em 2014 no Estado do Amazonas, considerando os Distritos Sanitários Especiais Indígenas - DSEIs do Alto Rio Negro, do Alto Solimões, Manaus, Médio Solimões e Afluentes, e Vale do Javari, ocorreram 56 suicídios, o maior número do país, superando o Estado do Mato Grosso do Sul, com 48 casos.

Em 2015 ocorreram 24 suicídios no Amazonas (considerando os DSEIs do Alto Rio Negro, do Alto Solimões, Alto Purus e Médio Rio Solimões). O Estado foi o segundo do país com maior número de suicídios, tendo o Estado do Mato Grosso do Sul ocupado o primeiro lugar, com 45 casos em 2015. Neste ano observou-se a diminuição do número de casos no Estado do Amazonas em relação ao ano anterior.

Em 2014 foram registrados 6 suicídios no DSEI do Alto Rio Negro e 13 no Alto Solimões. Em 2015 foram registrados 8 suicídios no Alto Rio Negro e 13 no Alto Solimões. Ressalta-se que no DSEI do Alto Solimões estão situados os municípios

de Tabatinga, São Paulo de Olivença e Benjamim Constant. No Alto rio Negro estão localizados os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro.

Segundo Souza e Orellana (2013) o número de suicídios no Brasil é considerado baixo. Na região Norte e no Estado do Amazonas, considerando o total da população os números seguem a mesma tendência. No entanto ao desagregar os dados e analisar a frequência de morte por suicídio nos municípios do Amazonas, a questão se torna um problema de saúde pública, na visão dos autores.

A análise com base em dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS e de população, do IBGE, realizada por Souza e Orellana (2013) demonstrou que no período de 2006 a 2010 ocorreram 688 suicídios no Amazonas, dos quais 19% (131) com envolvendo indígenas, com um aumento de 1,6 em 2010 em relação a 2006. Conforme os referidos autores, a Taxa de Mortalidade Ajustada no município de Tabatinga foi de 75,8/100 mil habitantes e de São Gabriel das Cachoeiras foi de 41,9/100 mil habitantes, taxas consideradas muito altas.

A maioria das vítimas era constituída por homens (76%), solteiros (84,7%) com anos de escolaridade entre 4 e 11 (65,6%), com idade de 15 a 24 anos, por meio de enforcamento (88,5%). A taxa ajustada de mortalidade por suicídio dos indígenas foi 4,4 vezes maior do que os não indígenas, o que aponta o alto grau de vulnerabilidade social desses povos, conforme ressaltam Souza e Orellana (2013). Perfil similar também foi identificado por Maia (2015), em seu estudo sobre o perfil sociodemográfico de vítimas de suicídio nas mesorregiões do Amazonas no período de 2001 a 2012.

Deve-se considerar que parte do aumento no número de registro de suicídios pode estar relacionado à melhoria na captação de informações e registro por parte do sistema de saúde, conforme esses autores. Erthal (2001) também já havia se referido a esta situação quanto à região do alto Solimões onde a maior atuação de profissionais de saúde a partir da década de 90 teriam contribuído para o aumento da notificação dos casos.

Apesar disso deve-se levar em consideração a existência de subnotificação dos casos de suicídios, sobretudo em estados como o Amazonas, com um grande contingente de população indígena, distribuída em seu vasto território.

A pesquisa de Mota (2014) a respeito da análise de dados sobre suicídios no Brasil também conclui que no período de 2009 e 2011 os municípios de São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga apresentam alto número de suicídios. Neste período foram registrados 43 suicídios indígenas no primeiro (97,93% do total no município) e 37 suicídios indígenas no segundo (74% do total no município).

Deve-se destacar que suicídios entre povos indígenas não ocorrem somente no Brasil, estudos sobre a Nova Zelândia, Austrália, Canadá também revelam um

número alto de suicídios entre estas populações conforme aponta Mota (2014). Em geral são associados à discriminação, intensificação de conflitos interétnicos, a luta pela territorialidade, a falta de assistência por parte do estado, que podem afetar profundamente a identidade étnica.

Um artigo publicado no *The Guardian* em 06, de abril de 2016 revela que em uma área no extremo norte do Canadá, em um único dia, um sábado, houve 11 tentativas de suicídio entre os índios Attawapiskat. Desde setembro de 2015 mais de 100 pessoas atentaram contra a própria vida. Conforme o artigo são pessoas com pouco ou nenhuma oportunidade, vivem no frio, suas casas são degradadas e sofrem de abuso sexual, físico e psicológico a gerações. Informações similares já constavam no relatório *Suicide among Aboriginal People in Canada*, de 2007 (KIRMAYER *et al*, 2007). Subtraídas as grandes diferenças geográficas, e a diferença de temperatura, observa-se similar desrespeito a povos indígenas e similares desafios na compreensão do fenômeno no estado brasileiro, em particular no Estado do Amazonas.

No trabalho de Pereira (2013) sobre o suicídio entre indígenas de São Gabriel da Cachoeira a autora apresenta algumas hipóteses para as elevadas taxas de mortalidade por suicídio entre indígenas naquele município. As razões apontadas são o afastamento dos jovens das atividades tradicionais de subsistência bem como as elevadas expectativas juvenis quanto ao futuro e inserção no mercado de trabalho regional; com relação aos atributos individuais, os jovens indígenas se veem numa concorrência desleal com os não indígenas pela preferência das jovens indígenas, outra razão é que também estariam em um momento de aprendizagem do consumo de álcool, este poderia encorajar o ato suicida.

Pereira considera essa fase da vida marcada por atributos “psicológicos” de falta de controle e desobediência a prescrições rituais, e aos conselhos dos mais velhos. Também considera a possibilidade de o consumo de bebidas alcólicas contribuírem de algum modo para as altas taxas de mortalidade por suicídio nesta localidade.

No que se refere aos atributos do mundo social, destacam-se os possíveis conflitos familiares, as dificuldades em adaptar-se ao mundo urbano; e a possibilidade de serem vítimas de “sopro ou estrago” (encanto xamânico em sua face malévola, feitiçaria para causar doenças e morte. Em geral motivado por inveja). Haveria uma grande vulnerabilidade juvenil a esse tipo de agressão, pois os jovens não conheceriam as estratégias de proteção ou deliberadamente não seguiriam os conselhos dos mais velhos, deixando de tomar medidas preventivas contra esse tipo de ataque. Haveria, ainda, a influência de atributos do mundo sobrenatural, na medida em que espíritos de jovens mortos viriam buscar outros jovens.

Estudos mais específicos, por etnia favorecem a melhor compreensão do

fenômeno. Na análise sobre o suicídio entre os Tikuna, Erthal (2001) destaca os conflitos internos como possíveis causas que propiciariam o suicídio, sob a influência da feitiçaria:

Particularmente em comunidades com marcadas cisões de cunho religioso, nas quais esses eventos não são referidos nem computados nas estatísticas oficiais, as quais, por sua vez, apontam para a existência de graves disputas faccionais que possibilitariam o desencadear da ocorrência de suicídios (p. 302).

Este tipo de fenômeno, portanto, não é captado pelos métodos clássicos de medida de morbimortalidade sobretudo devido à dificuldade de incorporação dos saberes e entendimentos das populações indígenas a respeito de suas doenças e mortes nesses sistemas classificatórios, como destaca a autora.

Além disso, seria fundamental verificarmos sua distribuição por localidade, tendo em vista a compreensão dos fatores que contribuem para que se realizem. Em seu estudo sobre os Tikuna a autora observou uma variação no número de ocorrências nos distintos agrupamentos desta população. Um outro aspecto importante diz respeito à utilização de categorias. A utilização da referência da cultura Tikuna quanto à faixa etária demonstra que com isso se pode obter interpretações mais adequadas do fenômeno. Embora a população jovem entre os Tikuna esteja também entre as mais afetadas, há uma distribuição diferente entre dois grupos:

A concentração de casos de suicídio nas faixas etárias de 16-18 anos (47,2%) e 19-25% (27,3%) parece indicar o alto grau de instabilidade vivido por estes jovens adultos – em particular, os do sexto masculino – dentro de sociedade altamente marcada por divisões faccionais e pela importância das relações familiares (p. 310).

Não obstante as diversas características das vítimas de suicídio, chama a atenção o fato de que a maioria ocorre em jovens que possuem de 4 a 11 anos de escolaridade. Pode-se adicionar às contribuições precedentes que o perfil motiva diversas reflexões, uma delas diz respeito à relação do livre exame à instrução o que, ao contribuir para a perda de centralidade das tradições, conforme aponta Durkheim em seu clássico *O Suicídio* (2011), pode torna os jovens vulneráveis. Outra reflexão diz respeito a que no processo de educação a influência da subjetividade moderna ocidental sobre as subjetividades indígenas, leva à sobreposição do indivíduo em detrimento do coletivo.

A despeito da preocupação na formulação de uma educação intercultural inevitavelmente o consumismo e o valor da aparência, próprios da modernidade líquida atravessam a formação da juventude podendo gerar expectativas de inserção confrontadas com frustrações mediante a discriminação e uma condição de subcidadania.

Ademais, a sociedade moderna e, por conseguinte, a escola centra-se na

formação do sujeito competitivo, voltado para o mercado, em detrimento da formação de um sujeito que possa ser e viver em ações de colaboração. O que poderíamos chamar de um processo no qual há quase uma exigência na formação escolar de produção de um aluno pautado no critério de utilidade para o mercado. Dessa forma, os que conseguem se inserir no mundo da competição alcançam alguns benefícios econômicos e sociais. Do contrário, ficam à mercê vivendo de uma subcidadania, o que pode gerar um estado de falta de expectativa para os jovens, tornando-os vulneráveis existencialmente.

Muitas das manifestações da violência podem estar associadas à necessidade de reconhecimento como aponta Honnet (2009), mas não se pode compreendê-la dissociada da desigualdade social (BAUMAN, 2003), dado o grau de discriminação e desassistência a que estão submetidos os povos indígenas.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos consultados, embora com fontes, períodos e recortes diferenciados permitem evidenciar o alto número de suicídios entre os índios dos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Tabatinga. A pesquisa quantitativa permite identificar a anormalidade do fenômeno, as áreas onde ocorre e estabelecer a relação entre algumas variáveis.

Os relatórios informam a desassistência e o retrocesso na proteção dos direitos culturais indígenas, comprometendo com isso o direito à vida desses povos. Eles também parecem sugerir que num cenário dramático, a força da resistência pela guerra em tempos coloniais deu lugar, em alguns casos, à uma lucidez sombria.

Em geral a maioria dos estudos privilegiam os fatores externos na tentativa de explicar os suicídios, porém o aprofundamento da compreensão do alto índice de suicídios entre as populações indígenas dos municípios onde ocorrem, em particular no caso em análise, nos municípios de São Gabriel da Cachoeira e de Tabatinga, no entanto, exige uma análise das etnias onde os altos números se manifestam, visto que conforme vimos, diversos autores apontam que a explicação do suicídio por fatores externos são insuficientes.

Tal explicação requer um olhar ainda mais específico, buscando compreender sua distribuição entre os agrupamentos da etnia, sua estrutura social e suas características culturais. E, a partir de suas próprias categorias, como a classificação etária, e de suas explicações fazer uma maior aproximação da compreensão do fenômeno.

Sugere-se que o indivíduo, figura própria da sociedade ocidental moderna, invade o território simbólico onde o coletivo se impunha, subtraindo em muitos casos

a identificação e o reconhecimento culturais e impactando sobre a subjetividade. O direito à vida, princípio basilar da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desse modo, passa a ser violado por meio da dominação mais visível e da mais invisível, impondo formas de reconhecimento social que não tinham espaço naquelas culturas, borrando os limites entre muitos hábitos e costumes da sociedade nacional e dos povos indígenas.

Os processos mais exteriores e identificáveis de colonização e catequização dão lugar à sociedade de consumidores, à valorização da aparência e dos bens materiais. É possível que no cenário dos povos indígenas assolados pelo suicídio este seja o signo mais dramático de tais impactos sobre as subjetividades e as culturas desses povos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José Vicente de S. **Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia**. Manaus: Edua, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CIMI. Relatório: **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2015**. Disponível em <<<http://www.cimi.org.br/pub/relatorio2015/relatoriodados2015.pdf>>>. Acesso em 10.11.2016.

CIMI. Relatório: **Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014**. Disponível em <<<http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>>>. Acesso em 10.11.2016.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio: estudo de sociologia**. 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF, Martins Fontes, 2011.

ERTHAL, Regina M. de Carvalho. **O suicídio Tikuna no Alto Solimões: uma expressão de conflitos**. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17 (2): 299-311, mar-abr, 2001.

HONNETH, A. **Lutas por reconhecimento**. A gramática moral dos conflitos sociais. 2ª.ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

KIRMAYER, L.J. *et al.* **Suicide among Aboriginal People in Canada**. Aboriginal Healing Foundations, 2007.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**, 2002. <Disponível em http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em 10.10.2016

MALINOWSKI, Bronislaw. **Crime e Costume na sociedade selvagem**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª, Ed., 2008.

MAIA, M. L. M. **Suicídio nas Mesorregiões do Amazonas: análise do perfil sócio-demográfico – 2001 a 2012**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, UEA. 2015.

MOTA, A. A. DA. **Suicídio no Brasil e os contextos geográficos: contribuições para política pública de saúde mental**. Tese (Doutorado em Geografia).UNIP. Faculdade de Ciências e

Tecnologia, 2014.

NASCIMENTO, Izaura R. **Globalização ambiental: Organizações Não Governamentais e Redes na Amazônia**. Manaus: Editora Valer, 2014.

PEREIRA, Marluce Mineiro. **Representações Sociais de Suicídio Indígena em São Gabriel da Cachoeira – AM**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia. ILDM-Fiocruz Amazônia/UFPA/UFAM, 2013.

RELATÓRIO da missão ao Brasil da Relatora Especial sobre os direitos dos povos indígenas. Conselho de Direitos Humanos. Nações Unidas. Ago, 2016. Disponível em <<http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/images/docs/country/2016-brazil-a-hrc-33-42-add-1-portugues.pdf>>. Acesso em 10.10.2016.

SOUZA, Kariny Teixeira de Souza. SANTOS, Márcio Martins dos. **Morte Ritual: reflexões sobre o “suicídio” Suruwaha**. In: Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v.3, n. 1, p. 10-24, jan./jun.2009.

SOUZA, Kariny Teixeira de Souza. **Os povos indígenas e o “Complexo Hidrelétrico Madeira”**: uma análise etnográfica das contradições do processo de implementação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau. In: Conflitos Sociais no Complexo Madeira. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. UEA Edições, 2009.

SOUZA, M. L. P. de. ORELLANA, J. D. Y. **Desigualdade na mortalidade por suicídio entre indígenas e não indígenas no estado do Amazonas**, Brasil. In: J. Bras. Psiquiatr. 2013;62 (4): 245-52.

The Canadian First Nation suicide epidemic has been generations in the making. **The Guardian**, 12 de abril de 2016. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/apr/12/canadian-first-nation-suicide-epidemic-attawapiskat-indigenous-people>>. Acesso em 02.09.2016.

EMPREENDEDORISMO, INDÚSTRIA CRIATIVA E ECONOMIA CRIATIVA: UMA EVOLUÇÃO CONCEITUAL

Data de aceite: 19/11/2019

Audemir Leuzinger de Queiroz

Produtor de Conteúdos Educacionais

audemir.leuzinger@gmail.com

Celia Lima Paradela

Professora da Universidade Veiga de Almeida/Rio

celiaparadela@gmail.com

RESUMO: O processo de saturação observado nos principais setores econômicos nos últimos tempos permite que empreendedores em potencial imaginem a possibilidade de consolidar novos modelos de negócios e novas indústrias para um novo cenário social e econômico. O uso das expressões Indústria Criativa e Economia Criativa tem sido intensificado nos círculos intelectuais, no ambiente de negócios, na academia e na mídia, apesar da bibliografia incipiente sobre o assunto. Os termos configuram um campo de conhecimento ainda em construção. O problema estudado se configura na questão de quais são os fatores básicos para a construção das definições atuais de Empreendedorismo, Indústria Criativa e Economia Criativa. O objetivo geral é conhecer a evolução desses conceitos ao longo do tempo. Foram utilizadas pesquisas exploratórias e bibliográficas. O artigo justifica-se pela já citada escassez de trabalhos que ofereçam

conhecimento nessa área, favorecendo sua aplicação em atividades empreendedoras. Conclui-se que o empreendedorismo evoluiu de acordo com as necessidades econômicas de cada época e sempre buscou suprir as necessidades do mercado, seja na prestação de serviços ou no desenho de novas ideias e produtos, criando uma associação com a definição que atualmente orienta, diferencia e destaca o empreendedorismo: a busca constante da inovação.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo, Indústria Criativa, Economia Criativa.

1 | INTRODUÇÃO

No ambiente pós-industrial e pós-globalizado de hoje, onde predominam conhecimento, colaboração, aprendizado e informação, o processo de saturação observado recentemente nos principais setores da economia permite que empreendedores em potencial reconheçam a possibilidade de novos modelos de negócios e novas formas de melhor adaptação ao atual cenário social e econômico.

Mais recentemente, o uso das palavras *Indústria Criativa* e *Economia Criativa* foi intensificado nos círculos intelectual,

empresarial, acadêmico e de mídia, apesar da escassa literatura.

A contemporaneidade e a relevância do tema alertam que ambos os termos configuram um campo de conhecimento em rota crescente e ritmo de formatação contínua. É importante aprofundar os conceitos do ponto de vista econômico e social.

Esses conceitos emergem em uma série de segmentos dinâmicos cujo comércio mundial está crescendo mais rapidamente que o resto da economia, independentemente do tipo de medição.

Ao conceituar o problema, podemos dizer que os conceitos de empreendedorismo, indústria criativa e economia criativa ainda estão evoluindo e que diferentes definições e formas de medição e caracterização são apresentadas em todo o mundo.

No entanto, há pouca dúvida sobre o que está no centro desses conceitos. As definições para o campo do empreendedorismo são diversas e não há consenso entre os autores e estudiosos do assunto. As pessoas que trabalham nesta área estão convencidas de que a consolidação de tais conceitos é importante.

Portanto, tentamos responder à pergunta sobre quais fatores fundamentais são cruciais para a construção das atuais definições de empreendedorismo, indústria criativa e a evolução em direção à visão da economia criativa.

2 | EMPREENDEDORISMO, UM NOVO AMBIENTE DE TRABALHO E NEGÓCIOS

O início do século XXI foi marcado por uma série de mudanças sociais, políticas, ambientais e econômicas. Essas mudanças requerem ajustes no modelo capitalista anteriormente praticado, cujos fundamentos da gestão organizacional ainda se baseiam no modelo fordista do início do século XX: verticalização, estrutura hierárquica, produção padronizada e trabalho assalariado. Esse modelo está sendo cada vez mais substituído por processos horizontais, networking, desenvolvimento de conhecimento, aprendizado e necessidade de inovação constante (já que novos produtos são entregues mais rapidamente), dinâmica globalizada de negócios e o aumento da demanda através da diferenciação como diferencial para competitividade.

Isso é feito em um ambiente de tecnologia avançada que fornece condições sem precedentes para criatividade e inovação em todas as áreas da atividade humana. Equipados com computadores de alto desempenho, equipamentos e dispositivos com tecnologia avançada podem até adquirir habilidades cognitivas (ver, reconhecer, comunicação multimodal, raciocínio lógico). O acúmulo dessas habilidades permite aprendizado individual e organizacional, autonomia operacional e independência nos processos de tomada de decisão. Temos em vista evoluções impactantes: carros autônomos, robôs imitáveis e adaptáveis, sistemas inteligentes de diagnóstico

médico, gerenciamento integrado de fluxo de produtos, manutenção preventiva. Tudo isso, combinado com a computação em nuvem acessível, com a Internet das coisas e com instrumentos de pesquisas científicas muito mais poderosos, impulsiona a grandes avanços em genômica, neurociência, nanotecnologia, nanomateriais e armazenamento de energia.

Di Serio e Vasconcellos (2009) mencionam que no século XX a dimensão racional do conhecimento prevaleceu nas empresas. No entanto, incorporar o processo criativo e as dimensões do conhecimento nas organizações é um requisito atual e, portanto, é necessário alterar o modelo de governança individual ou corporativa. Numa abordagem sistêmica, as mudanças da humanidade não são mais progressivas, cumulativas e padronizadas, mas de maneira descontínua.

As organizações ao longo de sua existência e os pesquisadores reconhecem em sua experiência que mudanças potenciais ocorrem em várias áreas, como produto, serviço, mercado, negócios, estrutura organizacional, processo, tecnologia e comportamento.

Para entender as inter-relações entre a teoria organizacional e o fenômeno do empreendedorismo, é necessário aprofundar as análises teóricas e estabelecer novos elos entre elementos concretos de nossa dinâmica socioeconômica. Esse aprofundamento é necessário para entender que o empreendedorismo, por não ser esclarecido por uma única ciência e ainda estar estruturado como disciplina independente, produz várias formas de organização que encontram apoio teórico na Administração para entender a dinâmica dessas organizações impulsionadas pelos empreendedores.

2.1 Construção da visão de gestão empreendedora

Jean-Baptiste Say (1767-1832) foi um dos principais autores que não apenas lidou com economia, mas também com negócios, além da criação, desenvolvimento e gerenciamento de empresas. É considerado por Fillion (1999) como o pai do empreendedorismo, por ter sido o primeiro a lançar as bases para esse campo.

No início deste século, surgiu uma nova visão de desenvolvimento econômico e inovação, projetada por Joseph A. Schumpeter (1982). Sua teoria destacou o modelo econômico dinâmico no qual ocorrem as transformações que produzem o desenvolvimento econômico.

Conceitua que o empreendedor é responsável por fazer novas combinações. Essas combinações podem ser identificadas através da: introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de bem; introdução de um novo método de produção ou comercialização de um bem; abertura de novos mercados; conquista de novas fontes de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados; e estabelecimentos de

uma nova organização de qualquer setor industrial, abrangendo, assim, as coisas novas e as novas maneiras de se fazer.

Pesquisas mostram que as iniciativas nessa área no Brasil remontam à década de 1980. Geralmente, acredita-se que estudos e pesquisas, ou mesmo a promoção do empreendedorismo, estejam apenas começando. Timmons, do Babson College, Wellesley, citado por Dolabela (2002, p. 53), destaca: "*Estamos diante de uma revolução silenciosa, assim como a Revolução Industrial entrou no século XX*". Existem vários projetos governamentais para incentivar a cultura empreendedora a acelerar seu crescimento. As universidades também buscam cada vez mais difundir essa cultura, considerando uma trilha quase obrigatória na graduação e um caminho para novas competências.

Schumpeter (1982) foi o primeiro economista de renome a revisitar Say. Em seu clássico de 1911, *The Theory of Economic Development*, ele rompeu com a economia tradicional. Ele postulou que o desequilíbrio dinâmico criado pelo empreendedor inovador era a "*norma*" de uma economia saudável e a realidade central da teoria e prática econômica.

Schumpeter (1982) introduziu a noção de "*destruição criativa*". Esse é o mecanismo que mantém o capitalismo em movimento, e é o empresário que dirige esse mecanismo. Para Schumpeter, o empreendedor não é necessariamente alguém que investe capital inicial ou inventa o novo produto, mas aquele que tem a ideia do negócio. As ideias são impressionantes, mas nas mãos dos empreendedores elas se tornam poderosas e lucrativas. Visão e criatividade são menos óbvias. Para Schumpeter, "*novas combinações*", incluindo "*fazer coisas novas ou coisas que já foram feitas de uma nova maneira*", eram cruciais. O capitalista assumiu o risco. Mesmo que um "fundador" continue sendo responsável por sua organização, Schumpeter acredita que ele não desempenha mais um papel empreendedor assim que deixa de inovar.

Para Farrel (1997), a "*necessidade*" seria a fonte do empreendedorismo, o que levaria à criação de algo novo, à construção de um negócio ou ao comportamento competitivo, mesmo por um subordinado. Uma abordagem completa do empreendedorismo abrange aspectos culturais, psicológicos, econômicos e tecnológicos. Mas o espírito empreendedor está relacionado à satisfação de algumas necessidades, à disposição para enfrentar crises, ao uso de oportunidades, à simples curiosidade ou ao acaso. Independentemente da causa, a capacidade de inovação é percebida como um instrumento específico e integrado ao "espírito empreendedor".

A estruturação científica do fenômeno do empreendedorismo avançou significativamente nas últimas décadas. Embora outras ciências tenham séculos de idade, esse campo de pesquisa ainda é relativamente jovem e seu progresso é cada vez mais uma consequência da necessidade atual de entender a essência de sua

existência.

2.2 A era do empreendedor e gestão empreendedora

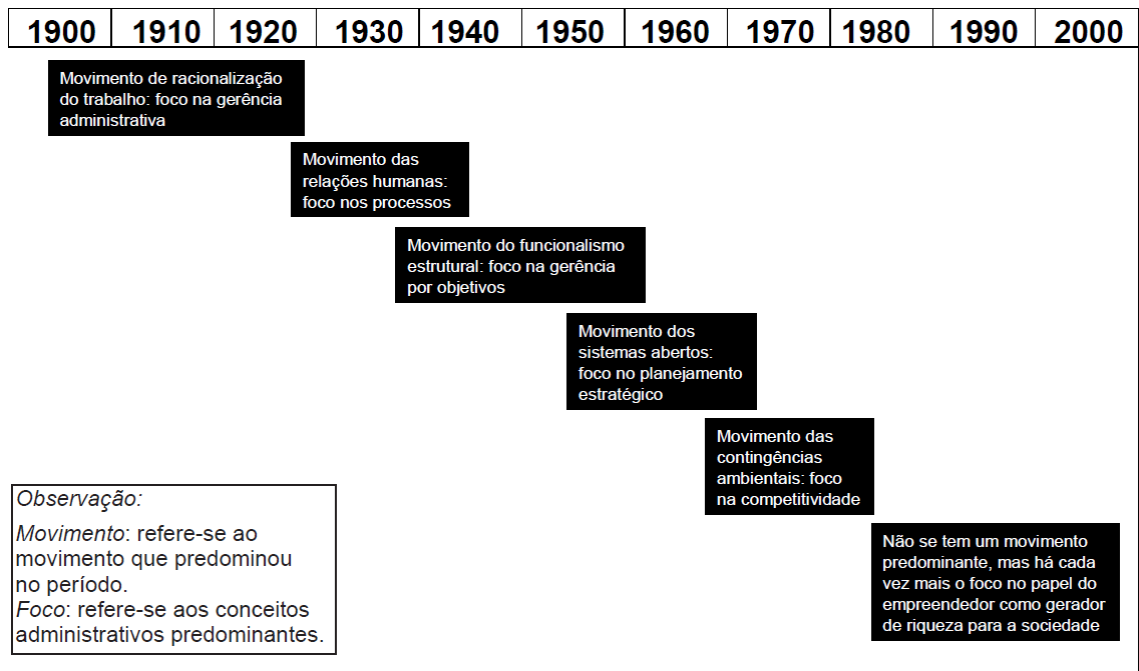
Alguns conceitos administrativos prevaleceram em certos períodos do século XX, em parte por causa do desenvolvimento sócio-político, cultural, tecnológico, desenvolvimento e consolidação do capitalismo.

A figura a seguir mostra quais desses conceitos foram os mais cruciais: no início do século, era o movimento de racionalização do trabalho; nos anos 30, o movimento pelas relações humanas; nas décadas de 1940 e 1950, o movimento funcionalismo estrutural; na década de 1960, o movimento Open Systems; na década de 1970, o movimento de contingências ambientais.

Atualmente, não existe movimento predominante, mas acredita-se que o empreendedorismo esteja mudando cada vez mais os negócios no mundo. O papel do empreendedor sempre foi fundamental para a sociedade. Por que o treinamento para empreendedores agora se intensifica? O que é diferente do que no passado?

O que é especial é que o progresso tecnológico, como mencionado anteriormente, é um ambiente muito mais favorável para os empreendedores. A economia, os meios de produção e os serviços também são altamente desenvolvidos. Portanto, hoje temos que formalizar o conhecimento que só foi adquirido empiricamente no passado. Portanto, a ênfase no empreendedorismo é muito mais devida a mudanças e velocidade tecnológicas, e não apenas a uma moda passageira. A competição na economia também força a aquisição de vários paradigmas individuais ou corporativos.

Portanto, o momento atual pode ser chamado de era do empreendedorismo, pois os empresários eliminam barreiras comerciais e culturais, reduzem distâncias, globalizam e renovam conceitos econômicos, criam novas relações de trabalho e empregos, quebram paradigmas e geram riqueza para os negócios.



Vinte anos atrás, era tolice um jovem formado se aventurar em um negócio próprio, pois os empregos oferecidos por grandes empresas nacionais e multinacionais e a estabilidade alcançada em cargos públicos eram muito convidativos e com bons resultados, além de bons salários, status e potencial de crescimento dentro da organização. O ensino da Administração mirava esse foco: treinar profissionais para administrar grandes empresas em vez de iniciar um negócio. Com a mudança desse cenário, nem profissionais experientes, nem jovens que procuram oportunidades de trabalho, nem escolas de administração foram preparados para o novo contexto. Alterar a visão de um tópico específico, redirecionar ações e repensar conceitos leva tempo para alcançar resultados práticos.

2.3 Classificação geral de empreendedores.

Os autores não são unânimes em relação aos tipos de empreendedores. Apresentamos a seguir algumas abordagens a este respeito.

Leite e Oliveira (2007) apresentaram a principal classificação para análise e estudo comparativo: Empreendedorismo de Oportunidades e Empreendedorismo de Necessidades (empresas fundadas por não haver alternativa).

2.3.1 O que é Empreender por Oportunidade

Segundo Shane (2003), o processo empreendedor é uma sequência de etapas da existência de uma oportunidade. O empresário decide tirar proveito das possibilidades oferecidas, devido às suas características e habilidades pessoais, bem como à sua atuação no ambiente. Nesse momento, ele busca os recursos necessários para definir sua estratégia empreendedora para organizar e executar o processo.

Para Saks e Gaglio (2002), identificar oportunidades de mercado é a principal ação do processo empreendedor para alcançar o progresso econômico e seu desenvolvimento. Portanto, são os sistemas sociais que permitem ao empresário descobrir, avaliar e usar oportunidades através da interdependência entre agente e sistema. O que ajuda o empreendedor a reconhecer oportunidades é, portanto, o meio, o contexto em que ele está inserido.

Baron (2004) argumenta que o reconhecimento de oportunidades está intimamente ligado às estruturas de conhecimento dos empreendedores. Esse reconhecimento requer uma percepção coerente entre fatores aparentemente não relacionados, como fatores tecnológicos, econômicos, políticos e sociais. e para isso eles precisam de conhecimento prévio para poder fazer essas conexões. Também é sabido que, ao acessar novas ideias de negócios originais e / ou mais abordagens do que as existentes, é possível. A habilidade de identificar oportunidades se caracteriza pela capacidade de identificar novas oportunidades de produtos e/ou prestação de serviços; perceber o que os outros não percebem, visualizar além, é o famoso “faro”.

2.3.2 O que é Empreender por Necessidade

As necessidades podem ser entendidas como um desequilíbrio interno do indivíduo ou a manifestação de uma deficiência, uma necessidade específica. Isso leva a tensões, insatisfação, desconforto e desequilíbrio (Lezana & Tonelli, 2004). Existem três maneiras de retornar ao equilíbrio: satisfação da necessidade, compensação (quando a necessidade é transferida para outro objeto) ou frustração (neste caso, permanece no indivíduo, podendo ou não retomar ao estado de equilíbrio). As necessidades são moldadas por características sociais, culturais e econômicas.

Neste texto, define-se operacionalmente o empreender por necessidade como um requisito de segurança ou sobrevivência. Os empreendedores por necessidade são, portanto, aqueles que iniciam um negócio motivado pela falta de uma alternativa satisfatória entre trabalho e renda. Por outro lado, os empreendedores de oportunidades são motivados pela percepção de um possível nicho de mercado.

2.3.3 Classificações Específicas

Outros autores realizaram classificações considerando características específicas dos tipos de empreendedorismo: Pessoa (2005) apresenta três tipos principais de empreendedores:

- a) O Empreendedor Corporativo (intraempreendedor ou empreendedor interno),
- b) O Empreendedor Start-up (que cria novos negócios/empresas)

c) Empreendedor Social (que cria empreendimentos com missão social).

O Empreendedorismo Corporativo pode ser definido como um processo de identificação, desenvolvimento, captura e implementação de novas oportunidades de negócios em um negócio existente.

O Empreendedor Start-up quer começar um novo negócio. Ele analisa o cenário e diante de uma oportunidade apresenta um novo empreendimento. Seus desafios são claros: oferta da demanda existente, que não foi adequadamente levada em consideração; buscar e apresentar diferenças competitivas em um mercado existente; vencer a concorrência; conquistar clientes; e alcançar a lucratividade e a produtividade necessárias à manutenção do empreendimento.

O processo de Empreendedorismo Social requer principalmente a reorganização das relações entre a comunidade, o governo e o setor privado, com base no modelo de parceria. O resultado final é a promoção da qualidade de vida social, cultural, econômica e ecológica sob a ótica da sustentabilidade.

O empreendedorismo social difere do empreendedorismo propriamente dito de duas maneiras: não produz bens e serviços à venda, mas resolve problemas sociais e não se destina a mercados, mas a populações em situações de risco social (exclusão social, pobreza, miséria, risco de vida).

Conforme Bennett (1992), um novo estilo empreendedor está surgindo, ele corresponde ao Ecoempreendedor. O ecoempreendedor trabalha em uma variedade de negócios, incluindo: coleta de materiais recicláveis para fábricas das quais surgem novos produtos; vendas para empresas e produtos públicos feitos de materiais reciclados; conversão de óleos de motor que seriam jogados em estradas sujas em lubrificantes de alta qualidade; reciclagem dos líquidos resfriados de aparelhos de ar condicionado quebrados ou desmontados; transformar embalagens plásticas de leite em um plástico parecido com “madeira”, que não apodrece nem exige manutenção; usar jornais velhos para fazer forragens baratas e resistentes a bactérias para animais de fazendas; transformar sedimentos e restos de alimentos em fertilizantes e corretivos de solo (Bennett, 1992).

Por fim, um último tipo de empreendedor é o Empreendedor Tecnológico. O perfil do empreendedor tecnológico é caracterizado pela familiaridade com o mundo acadêmico, pela busca de oportunidades de negócios na economia digital, pelo conhecimento e pela cultura técnica, que o levam a investir em nichos de mercado onde a sobrevivência é baixa, bem como pela falta de visão de negócios e conhecimento das forças de mercado (Instituto Euvaldo Lodi, 2010).

3 | EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Não seria possível falar sobre empreendedorismo sem se referir à inovação,

pois essa é a chave para fundar e manter um negócio. "*Os empreendedores inovam, a inovação é o instrumento específico do empreendedor*" (Drucker, 1987). A palavra inovação deriva dos termos latinos in e novare e significa fazer algo novo ou renovador.

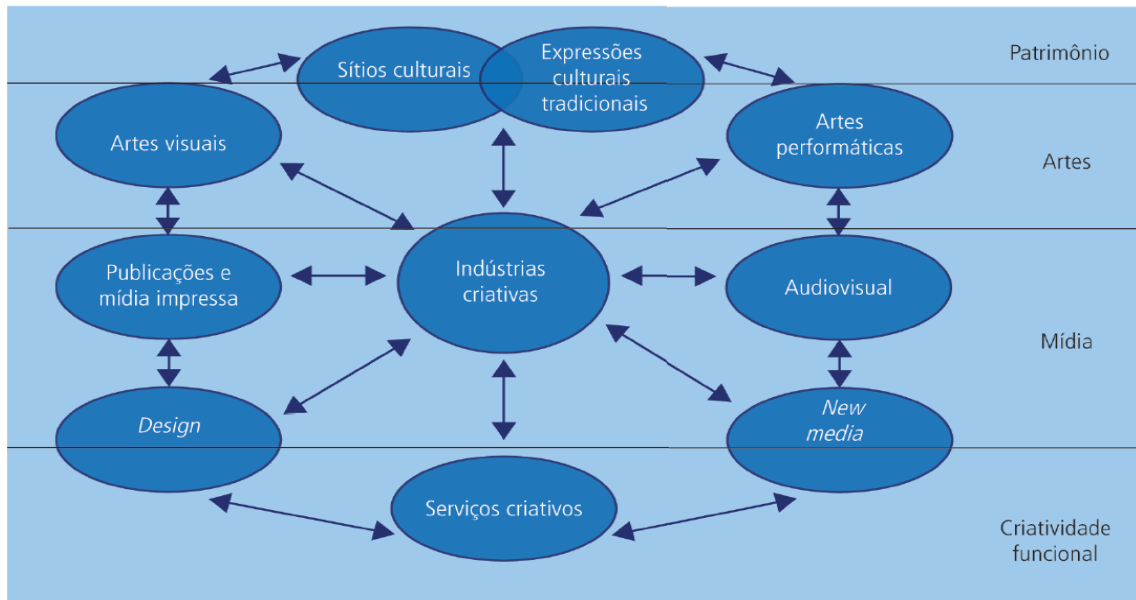
A inovação, segundo Drucker, é a capacidade de transformar algo que já existe em um recurso que gera riqueza. "[...] *Qualquer mudança no potencial de produção de recursos que ainda não existe é uma inovação ...*" (Drucker, 1987, p. 40). A compra a prestação foi uma inovação que exigiu apenas uma ideia e revolucionou o mercado mundial. Portanto, "*a inovação não precisa ser técnica, nem precisa ser uma "coisa"*"(Drucker, 1987, p. 41).

Outro fator-chave é a busca incansável pela inovação, pois as ideias raramente surgem por acaso. Drucker (1987) também afirma que a eficácia da inovação está relacionada à sua simplicidade e concentração; caso contrário, pode ser confusa ou simplesmente deixar de funcionar, tornando-a inútil. "*A inovação sistemática é, portanto, a busca direcionada e organizada da mudança e a análise sistemática das possibilidades que a mudança pode trazer para a inovação econômica ou social*". (Drucker, 1987, p. 45).

4 | CONCEITO DE INDÚSTRIA CRIATIVA

O termo indústria criativa é relativamente novo. Segundo Cunningham (2002), surgiu na Austrália em 1994 com o lançamento do relatório *Creative nation: commonwealth cultural policy*. Tornou-se mais conhecido em 1997, quando líderes políticos do Departamento de Cultura, Mídia e Esportes do Reino Unido criaram a Força-Tarefa das Indústrias Criativas, de acordo com o DCMS (2001). Como resultado, o termo "indústrias criativas" desenvolveu e expandiu a economia cultural para além das artes e marcou uma mudança na abordagem a potenciais atividades comerciais que até recentemente eram consideradas puramente ou predominantemente em termos não econômicos.

Modelo de indústrias criativas



Fonte: UNCTAD (2010).

Para a UNCTAD (2010), as indústrias criativas têm um espaço enorme para lidar com a interação de diferentes setores. Estes setores criativos variam desde aqueles enraizados no conhecimento tradicional e cultural – tais como artesanato, festividades culturais – a subgrupos mais tecnológicos e orientados a serviços – tais como audiovisual e as novas mídias. A classificação da UNCTAD cobre a lacuna deixada por vários países e instituições, incluindo vários ramos sob o título Indústrias Criativas, mas poucos tentam classificar estas indústrias em domínios, grupos ou categorias. No entanto, isso facilitaria a construção e o quadro geral do desenvolvimento e expansão desta nova era, que se estende a toda a economia.

5 | ECONOMIA CRIATIVA

O conceito introduzido pela primeira vez por Howkins (2001) baseia-se na relação entre a criatividade, o simbólico e a economia. Portanto, a visão atual da indústria criativa é expandida.

A partir da definição de Howkins (2001) e da estrutura conceitual da UNCTAD (2010), pode-se deduzir que a economia criativa é o conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo simbólico - incluindo a criatividade mencionada acima, como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços; é um conceito em evolução que se baseia em recursos criativos e potencialmente gera crescimento e desenvolvimento econômico, pode promover a geração de renda, a criação de empregos e os ganhos de exportação, promovendo a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano, e abrange aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com a tecnologia e a propriedade intelectual na mesma dimensão e têm laços muito próximos com o turismo e o esporte.

A crescente importância do conceito, que foi estabelecido e desenvolvido

nos últimos dez anos, deve-se principalmente ao reconhecimento do tamanho e desenvolvimento da indústria criativa e, portanto, do potencial oferecido à economia criativa. O documento da UNCTAD (2010) lista as justificativas e recomendações para o reconhecimento e a importância das indústrias criativas, bem como estudos e análises sobre a estrutura, dinâmica e evolução do número de segmentos inseridos.

Assim, o conceito, como Howkins (2001) queria, foi uma maneira de chamar a atenção para o papel da criatividade como força na economia contemporânea, incluindo a proposição de que o desenvolvimento econômico e cultural não é um fenômeno independente ou não relacionado, mas sim, é parte de um processo mais amplo de desenvolvimento sustentável, no qual o desenvolvimento econômico e cultural pode ocorrer de forma síncrona. Em particular, a ideia de economia criativa nos países em desenvolvimento, e o Brasil em particular, chama a atenção para os consideráveis recursos criativos e a amplitude da riqueza cultural.

As indústrias criativas que utilizam esses recursos não apenas permitem que os países escrevam suas próprias histórias e projetem suas próprias identidades culturais para si e para o mundo, mas também fornecem a eles uma fonte de crescimento econômico, criação de empregos e maior participação na economia mundial. Ao mesmo tempo, a economia criativa promove inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano.

As indústrias, serviços e arranjos produtivos que compõem a economia criativa têm, assim, um peso significativo na economia global. O mais importante, no entanto, é o potencial de crescimento, especialmente nos países em desenvolvimento. Essas atividades estão no centro da economia pós-industrial, baseada em ativos intangíveis e impulsionada por cinco fatores aparentemente inesgotáveis: criatividade, valores culturais, diversidade, conhecimento e inovação (Sa Leitão 2009).

Reis (2008) defende a economia criativa como uma estratégia de desenvolvimento baseada em duas abordagens complementares. O primeiro baseia-se no reconhecimento da criatividade e do capital humano para promover a integração de objetivos sociais, culturais e econômicos em face de um modelo de desenvolvimento global pós-industrial exclusivo e, portanto, insustentável. Nesse antigo paradigma, a diversidade cultural e a cultura em geral podem ser vistas como obstáculos ao desenvolvimento, em vez de promover a criatividade e superar barreiras sociais e econômicas. Em vez de um modelo inclusivo, havia um paradigma social versus econômico claramente identificado em regiões como o Caribe, a Índia e a África.

A segunda abordagem de Reis à economia criativa como estratégia de desenvolvimento mostra como as mudanças econômicas, e em particular as novas tecnologias, estão mudando os vínculos entre cultura e economia, abrindo uma gama de oportunidades econômicas baseadas em aspirações criativas.

Segundo Reis (2008), essa é uma grande oportunidade para reorganizar recursos e promover a distribuição de um novo ciclo econômico. Esse ciclo evolui em resposta a questões globais persistentes, motiva e apoia novos modelos de negócios, processos organizacionais e institucionais e relacionamentos entre atores econômicos e sociais.

6 | O EMPREENDEDORISMO NO BRASIL E O GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR (GEM)

Vários fatores levaram um grupo de pesquisadores a organizar o projeto Global Entrepreneurship Monitor (GEM) em 1997, uma iniciativa conjunta do Babson College nos EUA e da London Business School na Inglaterra, com o objetivo de medir a atividade empreendedora dos países e estabelecer sua relação com o crescimento econômico.

O GEM descreve o novo retrato social e econômico do empreendedor brasileiro. Esse pode ser considerado o projeto mais ambicioso e eficaz para monitorar o empreendedorismo global. Em suma, os últimos 20 anos foram repletos de iniciativas para promover o empreendedorismo, mas nos últimos dez anos, no entanto, importantes condições prévias foram criadas para uma nova fase do empreendedorismo no Brasil.

Esse novo impulso começou a emergir da percepção da importância do país em relação a algumas das partes interessadas do mundo do empreendedorismo, especialmente no Brasil, após a publicação do resultado do primeiro relatório executivo do GEM em 2000.

O GEM 2016 analisa as taxas empreendedoras de adultos de 18 a 64 anos no Brasil e nos países participantes, segundo estágio do empreendimento e motivação dos empreendedores. As taxas permitem análises comparativas da intensidade da atividade empreendedora dos países.

De acordo com o desenvolvimento das taxas de empreendedorismo conforme o estágio do empreendimento no período 2002-2016, há uma tendência de crescimento da taxa total de empreendedorismo, principalmente de 2005 a 2010, de 21% para 32%. É importante ressaltar que o Brasil alcançou 39% da taxa total de empreendedorismo (TTE) em 2015, o maior valor da série analisada. No entanto, em 2016, o número total de empresários diminuiu 3,0 pontos percentuais, o que corresponde a um resultado de 36%, equivalente a 48,3 milhões de pessoas. Esse declínio se deve tanto à queda da taxa de empreendedorismo estabelecida (ETE) em 2016 (17%) em comparação com 2015 (19%) quanto à taxa de empreendedorismo inicial (TEA) em 2016 (20%) em um ponto percentual.

Se analisarmos a evolução histórica das taxas de empreendedores nascentes e novos no Brasil, inseridos na classificação de empreendedores iniciais, há uma variação constante na taxa de empreendedores nascentes entre 3% e 7% de resultados durante o período analisado. Em 2016, essa taxa foi 6,2% menor que em 2015 (6,7%). Como resultado, o Brasil tem dificuldade em romper o limite de 7 em cada 100 brasileiros atuando em empreendimentos nascentes.

Enquanto a economia brasileira desacelerou após 2012, o empreendedorismo continuou a crescer e agora fomentado pela versão "por necessidade". Isso pode ser um sinal de que o empreendedorismo em nosso país pode estar assumindo um perfil mais independente do nível de atividade econômica. Pode ter mais influência na última década devido a outros fatores estruturais que também estão mudando, como o aumento dos níveis de educação dos brasileiros e sua preferência por empresas menores e mais simples. Outro fator pode ser a lei responsável pela criação do MEI, ou mesmo mudanças na cultura brasileira, cada vez mais aberta à atividade empreendedora.

A partir de 2010, a formalização do MEI (Microempreendedores Individuais) levou a um intenso movimento de registros, conforme dados da Receita Federal, acumulando mais de 5,0 milhões de inscrições.

7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscamos compreender as inter-relações entre a teoria organizacional e o fenômeno empreendedorismo por meio de análises teóricas e do estabelecimento de novas conexões entre elementos concretos de nossa dinâmica socioeconômica e o ato de empreender.

Afirmamos que o comportamento empreendedor direciona indivíduos e muda contextos e, por isso o empreendedorismo resulta na destruição de velhos conceitos e na oportunidade da adoção de novos paradigmas.

Reconhecemos que o momento atual no mundo pode ser descrito como uma era do empreendedorismo, pois são os empreendedores que eliminam barreiras comerciais e culturais, reduzem distâncias, globalizam e renovam conceitos econômicos, criam novas relações industriais, novos empregos e prosperidade para a sociedade.

Por outro lado, a chamada economia criativa, na era da Internet, mostrou que boas ideias inovadoras, know-how, bom planejamento e uma equipe competente e motivada são ingredientes poderosos que, quando adicionados no momento certo, complementam o combustível indispensável à criação de novos negócios – o capital – e podem gerar negócios grandiosos em curto espaço de tempo.

O artigo mostrou que o Global Entrepreneurship Monitor de 2016 (GEM), que apresenta o retrato socioeconômico do empreendedor brasileiro, mostra que os últimos 20 anos foram cheios de iniciativas para promover o empreendedorismo e que os últimos dez anos criaram a base para uma nova fase de empreendedorismo no Brasil.

Também observamos neste artigo que o termo 'indústrias criativas' evoluiu e expandiu o campo das indústrias culturais além das artes e representa uma mudança na abordagem de possíveis atividades comerciais que até recentemente eram consideradas exclusiva ou predominantemente não-econômicas.

Reconhecemos também a indústria criativa como um conjunto de atividades econômicas que dependem da criatividade como o fator mais importante na produção de seus bens e serviços. Embora o conceito de indústria criativa esteja evoluindo, ele é sustentado pelo fato de que os recursos criativos são potenciais impulsionadores do crescimento e desenvolvimento econômico.

Assim, a indústria criativa pode impulsionar a geração de renda, a geração de empregos e os ganhos de exportação e promover a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

Concluimos que a articulação dos conceitos de indústria criativa e economia criativa, associada à dimensão do potencial e à variedade cultural do Brasil, encaminha para a visão de nova e grande oportunidade de negócios que se abre ao empreendedorismo brasileiro em expansão.

REFERÊNCIAS

BARON, R. A. Opportunity Recognition: a cognitive perspective. Lally school of management & technology, Academy of management best conference paper, 2004.

BENNETT, S. J. (1992). *Ecoempreendedor: oportunidades de negócios decorrentes da revolução ambiental*. São Paulo: Makron Books.

CUNNINGHAM, S. D. From cultural to creative industries: theory, industry, and policy implications. Media international Australia incorporating culture and policy. Quarterly journal of media research and resources, n. 102, p. 54-65, 2002.

DCMS, D. for C. Creative industries mapping document. United Kingdom: DCMS, Media and Sport, 2001.

DI SERIO, L.C.; VASCONCELOS, M.A., *Estratégia e Competitividade Empresarial: Inovação e criação de valor*. 1ª. Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

DOLABELA, Fernando. *Oficina do empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2002.

DRUCKER, PETER F. *Inovação e Espírito Empreendedor – Entrepreneurship*. 6 ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

FARREL, Larry C. *Entrepreneurship – Fundamentos das Organizações Empreendedoras*. São Paulo: Atlas, 1997

- FILION, L. J. (1999). Diferenças entre sistemas gerenciais de empreendedores e operadores de pequenos negócios. *Revista de Administração de Empresas*, 39(4), pp. 6-20.
- HOWKINS, J. *The creative economy: how people make money from ideas*. [S.l.]. Penguin, 2001.
- INSTITUTO EUVALDO LODI. (2010). *Empreendedorismo: ciência, técnica e arte*. Brasília: CNI. IEL Nacional.
- LEITE, A., & OLIVEIRA, F. (2007). Empreendedorismo e Novas Tendências. *Estudo EDIT VALUE Empresa Junior*, 5, 1-35. Disponível em: www.foreigners.textovirtual.com/empreendedorismo-e-novastendencias-2007.pdf.
- LEZANA, A. G. R. & TONELLI, A. O comportamento do empreendedor. In: DE MORI, F. (Org.). *Empreender: identificando, avaliando e planejando um novo negócio*. Florianópolis: ENE, 2004.
- PESSOA, E. (2005). *Tipos de empreendedorismo: semelhanças e diferenças*. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/tipos-de-empreendedorismo-semelhancas-e-diferencas/10993>>.
- REIS, Ana Carla Fonseca. *Economia criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento / organização* – São Paulo : Itaú Cultural, 2008.
- Relatório Empreendedorismo no Brasil GEM - Global Entrepreneurship Monitor 2016
[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4826171de33895ae2aa12cafe998c0a5/\\$File/7347.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/4826171de33895ae2aa12cafe998c0a5/$File/7347.pdf)
- SÁ LEITÃO, Sergio. *Economia Criativa*. PUC – RIO – CERTIFICADO DIGITAL No. 08113352/CA. 2009
- SAKS, N. T. & GAGLIO, C. M. Can opportunity identification be taught? *Journal of Enterprising Culture*, v.10, n. 4, p. 313, 2002.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SHANE, S. *A general theory of entrepreneurship: the individual-opportunity nexus*. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.
- UNCTAD – UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Creative economy report 2010. Creative economy: a feasible development option*. U.N., 2010.

ANÁLISE DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO EM INCUBADORAS INSTALADAS NO RIO GRANDE DO SUL

Data de aceite: 19/11/2019

Émerson Oliveira Rizzatti
Vitor Rodrigues Almada
Émerson Oliveira Rizzatti
Thiago Eliandro de Oliveira Gomes
Daniel Gomes Mesquita
Debora Nayar Hoff

RESUMO: O sucesso das empresas incubadas é a razão de existir das incubadoras, e o êxito de ambas é influenciado por diversos fatores, quer sejam internos ou externos. Uma incubadora de empresas, assim como de qualquer outra organização, é constituída para cumprir uma missão que beneficie todos os envolvidos. A identificação dos Fatores Críticos de Sucesso deve apontar as principais áreas de atividade que sejam essenciais para que uma organização possa cumprir sua missão, os quais devem ser incluídos no plano estratégico, em conjunto com as metas e os objetivos. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi analisar a influência dos Fatores Críticos de Sucesso no desempenho de incubadoras de empresas do Rio Grande do Sul. Na pesquisa utilizou-se o método exploratório-descritivo, seguido de uma abordagem mista entre quantitativa e qualitativa, com utilização da técnica de levantamento *survey* para uma

amostra de 19 incubadoras, dos quais foram tratados sob a análise estatística descritiva e estudo da correlação entre as variáveis. Foram estimados os coeficientes de correlação entre as variáveis Patrocinadores, Objetivos, Localização, Setor, Modelo de Negócio, Pré-Incubação, Incubação e Graduação versus Indicadores de desempenho das incubadoras analisadas (n=19), das quais as correlações analisadas não foram significativos ($p>0,05$). Concluiu-se que fatores como infraestrutura, prédios, salas e equipamentos disponíveis aos incubados, fomento ao empreendedorismo, os serviços de orientação sobre o plano de negócio, o monitoramento e a avaliação do desempenho e da maturidade das empresas incubadas, exercem uma forte influência nos indicadores de desempenho das incubadoras de empresas.

PALAVRAS-CHAVE: Incubadora. Fatores Críticos De Sucesso. rio Grande Do Sul.

ANALYSIS OF CRITICAL SUCCESS FACTORS IN INCUBATORS INSTALLED IN RIO GRANDE DO SUL

ABSTRACT: The success of incubated companies is the incubator's reason for existing, and the success of both is influenced by a number of factors, whether internal or external. A business incubator, just like any

other organization, is set up to fulfill a mission that benefits all stakeholders. Identifying Critical Success Factors should point out the key areas of activity that are essential for an organization to fulfill its mission, which should be included in the strategic plan, along with the goals and objectives. Thus, the objective of the research was to analyze the influence of Critical Success Factors on the performance of business incubators in Rio Grande do Sul. The research methodology used the exploratory-descriptive method, followed by a mixed approach between quantitative and qualitative, using the survey technique for a sample of 19 incubators, which were treated under descriptive statistical analysis and study of the correlation between the variables. Correlation coefficients between the Sponsors, Objectives, Location, Sector, Business Model, Pre-Incubation, Incubation and Graduation versus Performance Indicators of the incubators analyzed were estimated ($n = 19$), of which the correlations analyzed were not significant ($p > 0.05$). It was concluded that factors such as infrastructure, buildings, rooms and equipment available to incubated companies, fostering entrepreneurship, business plan guidance services, monitoring and evaluating the performance and maturity of incubated companies, have a strong influence on performance indicators of business incubators.

KEYWORDS: Incubator. Critical Success Factors. Rio Grande Do Sul.

1 | INTRODUÇÃO

O sucesso das empresas incubadas é a razão de existir das incubadoras, sendo que o êxito de ambas é influenciado por diversos fatores, quer sejam internos ou externos. Visando melhorar o índice de sucesso de empresas iniciantes, a partir dos anos 1980, os agentes públicos brasileiros começaram a promover o surgimento de incubadoras de empresas, inspirados no sucesso dessas organizações nos Estados Unidos e na Europa (LALKAKA, 1996). Logo as incubadoras de empresas tornaram-se ferramentas de promoção do desenvolvimento econômico a nível mundial. Colocadas em prática pelos formuladores de políticas, tanto no âmbito nacional quanto local, especialmente quando o objetivo é fomentar a inovação através do surgimento de novas empresas baseadas em tecnologia.

Incubadoras são organizações que oferecem um ambiente adequado para a criação e o desenvolvimento de novos negócios, além de serviços como orientação ou assessoria gerencial e o compartilhamento de infraestrutura e de experiências. Esse suporte oferecido aos novos empresários costuma aumentar a taxa de sobrevivência de empresas que passam pelo processo de incubação em comparação com as não incubadas (AERTS; MATTHYSSENS; VANDENBEMPT, 2007).

Uma incubadora de empresas, assim como qualquer outra organização, é constituída para cumprir uma missão que beneficie todos os envolvidos: investidores, funcionários, fornecedores, parceiros comerciais e a comunidade. Para garantir o

cumprimento dessa missão é preciso que os gestores da organização atuem de forma lógica e sistemática através do desenvolvimento de uma estratégia, a qual engloba um conjunto de metas e objetivos que a organização deve alcançar em um período específico de tempo. Esses objetivos são transformados em planos táticos e planos operacionais, com atividades a serem realizadas em vários níveis da organização. Este processo de planejamento estratégico fornece um meio para garantir que toda a organização esteja focada e compartilhando um propósito e uma visão (CARALLI, 2004).

Conceitualmente, a identificação dos Fatores Críticos de Sucesso deve apontar as principais áreas de atividade que sejam essenciais para que uma organização possa cumprir sua missão. Depois disso, eles têm que ser incluídos como um componente importante de um plano estratégico, em conjunto com as metas e os objetivos, e não apenas como simples alertas ou avisos pontuais (CARALLI, 2004). Conhecer os Fatores Críticos de Sucesso para as incubadoras, bem como a relação destes com o melhor desempenho destas organizações, torna-se essencial, e para tanto este estudo se insere neste contexto e tem como tema as Incubadoras de Empresas e seus Fatores Críticos de Sucesso.

Neste contexto, este estudo busca responder à seguinte questão: Quais são os principais Fatores Críticos de Sucesso que estão presentes nas incubadoras de empresas que apresentam melhor desempenho no Rio Grande do Sul?

A partir desse questionamento, a existência de Fatores Críticos de Sucesso específicos que influenciam o desempenho das incubadoras de empresas, mais do que outros fatores, passou a ser a *hipótese desta pesquisa*. Deste modo, o objetivo da pesquisa foi analisar a influência dos Fatores Críticos de Sucesso no desempenho das incubadoras de empresas do Rio Grande do Sul.

Esta pesquisa se justifica do ponto de vista acadêmico-científico, uma vez que há na literatura uma lacuna no que concerne aos Fatores Críticos de Sucesso para incubadoras, em especial numa abordagem que procure relacioná-los com indicadores de desempenho.

2 | FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO E SEUS ESTUDOS

Nos Estados Unidos, 87% das empresas que passam pela incubação sobrevivem por cinco anos, enquanto que, entre as empresas que não incubaram apenas 47% alcançam esse tempo de funcionamento (INFODEV, 2016). Neste sentido, torna-se relevante conhecer os Fatores Críticos de Sucesso para as incubadoras, bem como a relação destes com o melhor desempenho destas organizações. Este estudo se insere neste contexto e tem como tema as Incubadoras de Empresas e seus Fatores Críticos de Sucesso.

Ao se aprofundar o entendimento acerca das incubadoras, via produção científica relacionada a estas estruturas, percebe-se um enfoque direcionado muito mais para o entendimento das empresas incubadas do que das próprias incubadoras. No entanto, entende-se que o desempenho da incubadora é relevante para o sucesso do conjunto, ou seja, não é possível se pensar em empresas incubadas com bom desempenho se estiverem estabelecidas dentro de incubadoras que não o tem. Isso sinaliza a necessidade de compreensão dos fatores que fazem uma incubadora ter bom desempenho, aqui chamados de Fatores Críticos de Sucesso.

Ao se buscar referências sobre os Fatores Críticos de Sucesso na literatura, percebe-se uma lacuna a ser suprida. Vários dos estudos observados publicaram uma lista ou categorias de Fatores Críticos de Sucesso para incubadoras, todos com grande convergência, sendo que alguns são mais específicos e direcionados como estudo de caso para um território (ABETTI, 2004; BUYS; MBEWANA, 2007; SIEDENBERG; MALETZ, 2007; ALTINK, 2009) e outros para grupos de incubadoras em comparações entre regiões ou países (LALKAKA, 2003; LEE; OSTERYOUNG, 2004; RATINHO; HENRIQUES, 2010). Poucos artigos foram encontrados apresentando propostas de priorização ou de classificação de importância entre os Fatores Críticos de Sucesso (LAOSIRIHONGTHONG; PUNNAKITIKASHEM; SOMSUK, 2010; SOMSUK; LAOSIRIHONGTHONG, 2014).

Dentre estes últimos pode-se citar:

- a) Somsuk e Laosirihongthong (2014), que utilizaram a teoria fuzzy para priorizar quais os Fatores Críticos de Sucesso mais importantes na percepção dos gestores de incubadoras;
- b) Gallon, Ensslin e Ensslin (2011) usam a metodologia de Multicritério de Apoio à Decisão – Construtivista (MCDA-C) para apoiar o gestor de uma incubadora na definição quanto aos Fatores Críticos de Sucesso mais importantes nesse caso específico. Os autores, no entanto, não se preocuparam em generalizar essa metodologia para decisão de importância ou grau de prioridade entre os fatores de sucesso, mas somente com o uso do MCDA-C como método de suporte às decisões dos gestores de incubadoras;
- c) Lee e Osteryoung (2004) no estudo de caso em dois países quanto a 14 Fatores Críticos de Sucesso, através de testes estatísticos inferiram quais Fatores Críticos de Sucesso eram mais importantes nos Estados Unidos e na Coréia do Sul, comparando a percepção de grupos de gestores de incubadoras.

A primeira lacuna percebida é que os estudos encontrados na literatura não ordenam os Fatores Críticos de Sucesso em relação ao seu grau de determinância do desempenho das incubadoras.

Por outro lado, pode-se dizer que os estudos sobre incubadoras instaladas no Rio Grande do Sul são igualmente limitados, tanto em quantidade quanto em abrangência, pois são estudos de caso de somente uma incubadora, configurando outra lacuna na literatura sobre o tema. Dentre os trabalhos acerca de incubadoras no Rio Grande do Sul se pode citar:

- a) Medeiros et al. (2013) realizaram pesquisa na Incubadora Tecnológica da Universidade Federal de Santa Maria (ITSM) com o objetivo identificar os principais motivos pelos quais as empresas fazem parte da incubadora;
- b) Engelman e Fracasso (2011) estudaram o caso da Incubadora Multissetorial de Base Tecnológica Raiar localiza-se no Parque Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (TECNOUC), com o objetivo de avaliar a qualidade dos serviços prestados por uma incubadora de empresas a partir da comparação entre as percepções dos gestores de empresas incubadas e da Coordenação da incubadora.

3 | METODOLOGIA

A metodologia da pesquisa foi caracterizada como sendo de caráter exploratório-descritivo, a fim de proporcionar maior familiaridade com o problema e descrever as características da população e buscar a relação entre os Fatores Críticos de Sucesso e os indicadores de desempenho relativos aos anos de 2012 a 2016.

Para garantir com segurança ao responder o problema de pesquisa proposto, optou-se pela utilização de uma abordagem mista entre quantitativa e qualitativa. Quanto ao caráter quantitativo, o estudo enquadra-se como *survey* (GIL, 2008), onde a entrevista foi escolhida como técnica de coleta de dados fazendo uso de formulário de entrevista como instrumento (HAIR et al, 2005). Dentro da abordagem qualitativa, foram utilizados como método de coleta de dados a observação direta in loco e a análise documental do *web site* institucional de cada incubadora alvo desta pesquisa.

No formulário, 33 Fatores Críticos de Sucesso (FCS) foram convertidos em questões usadas para indicar o nível de prática e o de desempenho das incubadoras de empresas analisadas. Para a tabulação das respostas coletadas durante as entrevistas, foi atribuído valor a cada um dos 5 níveis de prática, variando na escala de 1 a 5, dos quais foram tratados sob a análise estatística descritiva e estudo da correlação entre as variáveis, considerando um nível de 5% de significância e uso do *Software Statistical Package for Social Science* versão 20 (SPSS 20).

4 | RESULTADOS

A partir das entrevistas com os gestores de 19 incubadoras visitadas, das observações diretas e da análise documental este estudo apresentou um panorama que inclui o histórico e um resumo de sua constituição, sua classificação de acordo com as categorias propostas por Lalkaka (2006), a saber: Patrocinadores (Governo, Universidade ou Empresa); Objetivos (Sociais, comunitários, acadêmicos ou lucrativos); Localização (Rural, urbana, industrial ou universitária); Setor (Tradicional, tecnológica ou mista); e Modelo de Negócio (Origem dos recursos, Com ou sem fins lucrativos).

Portanto, o movimento de criação de incubadoras se intensificou nos últimos anos em função do interesse das universidades e do investimento de recursos públicos. No entanto, durante as visitas foi possível verificar uma mudança de comportamento dos gestores das incubadoras mais novas em comparação com as mais antigas, principalmente no que se refere ao foco de atuação, pois nas incubadoras que iniciaram durante a década de 1990 o foco principal era a oferta de espaço físico de boa qualidade a baixo custo, enquanto que as incubadoras mais recentes focam na criação e na operação de redes para acesso a recursos e conhecimentos, sintonizando a incubadora ao ecossistema de inovação no qual ela está inserida (ANPROTEC, 2016).

Foi calculada a média de todas as respostas dos 19 entrevistados, da qual se obteve o valor de 2,45, na escala de 1 a 5. Na Tabela 1, o destaque é para 5 incubadoras com as maiores médias nos indicadores de desempenho e suas respectivas médias para os FCS.

Incubadora	Patrocinadores	Objetivos	Localização	Setor	Modelo de Negócio	Pré-Incubação	Incubação	Gradação
Criatec	2,80*	5,00*	5,00*	3,00*	3,67*	5,00*	3,50*	5,00*
UNITEC	4,60*	2,00	4,00*	4,00*	3,67*	5,00*	3,38*	5,00*
Pulsar	3,00*	2,67	3,67*	2,75*	3,17*	3,50*	2,88*	3,50*
RAIAR	1,80	2,33	3,33*	1,25	1,67	2,50	2,00	2,00
INOVATES	1,80	2,00	1,33	1,50	1,00	2,00	1,38	1,00
Média por F.C.S.	2,80*	2,80*	3,47*	2,50*	2,64*	3,60*	2,63*	3,30*
Média Geral	2,17	2,74	2,93	2,00	2,23	3,05	2,18	2,29

Tabela 1 - Fatores Críticos de Sucesso nas incubadoras de melhor desempenho

Fonte: Elaborado com base nos dados primários desta pesquisa.

* valores acima da Média Geral em cada categoria

Três categorias de FCS apresentaram os maiores níveis de prática nas cinco incubadoras com as maiores médias nos indicadores de desempenho são:

Localização, Pré-Incubação e Graduação. Sendo que, a categoria Localização englobou ações em relação ao local, infraestrutura, prédios, salas e equipamentos disponíveis aos incubados, assim como em relação à localização da própria incubadora em uma cidade ou região e seu entorno.

Na categoria Pré-incubação estão os Fatores Críticos de Sucesso relacionados com o fomento ao empreendedorismo, os serviços de orientação sobre o plano de negócio ou outras ferramentas de suporte ao desenvolvimento de novas ideias e a seleção de candidatos à incubação. Já na categoria Graduação estão os Fatores Críticos de Sucesso que estão alinhados com o monitoramento e a avaliação do desempenho e da maturidade das empresas incubadas, assim como as definições da etapa de saída das empresas do processo de incubação.

Ao comparar-se o desempenho individual ao resultado geral, observa-se que oito incubadoras apresentaram resultado geral acima da média, entretanto, nenhuma incubadora apresentou o resultado geral com média no nível Prática Sistematizada (Média Geral maior que 4,5). Ainda sob análise do Fator Prática Inicial, outro índice em destaque foi em relação à execução da metodologia CERNE sob orientação da ANPROTEC (2014), indicando que os níveis de prática dessas 8 incubadoras ficaram acima da média. Isto sinaliza que a equipe gestora dessas incubadoras vem buscando melhores práticas de gestão e utilizam procedimentos para execução das práticas e mantém registros dos resultados dessa execução.

Quanto aos Fatores Críticos de Sucesso, relativos à natureza jurídica (com ou sem fins lucrativos), à origem das receitas, à qualificação da equipe gestora e ao modelo de gestão da incubadora, constataram-se a média de 2,23 para os FCS da categoria Modelo de Negócio, indicando que as incubadoras entrevistadas estão no nível da Prática Inicial, pois apenas documentam como fazem e executam como documentados, mas não realizam planejamento dessas práticas para um período mínimo de 12 meses (ANPROTEC, 2014). Para o nível de prática dos FCS voltados para Incubação (média de 2,18) e Graduação (2,29) estando ambas abaixo da média geral, indicando que a maioria mantém práticas iniciais ou não adota ações relativas essas práticas.

Em relação aos indicadores de desempenho, foi destacado o número de postos de trabalho nas empresas entre o início da incubação e a graduação, indicando crescimento de 137,5%, o nível de Inovação e Transferência de Tecnologia, medido pela quantidade de projetos de pesquisa que concluíram os processos de transferência, patenteamento e licenciamento realizados pelas empresas incubadas, o destaque positivo é a ULBRATECH, 55 patentes registradas no ano de 2016, e por último, mas não menos importante, o indicador Impacto Econômico, registrando aumento da Receita Bruta dessas empresas incubadas, que passou de R\$ 7 milhões em 2012 para mais de R\$ 36 milhões em 2016, representando um crescimento de

411,65%. Entretanto, a média anual da Receita Bruta por incubadora se manteve relativamente estável de 2013 a 2016, com exceção para o ano 2012 com uma média anual (R\$ 890 mil) abaixo da metade do valor da média geral (R\$ 1,8 milhões).

Na etapa seguinte foram estimados os coeficientes de correlação entre as variáveis Patrocinadores, Objetivos, Localização, Setor, Modelo de Negócio, Pré-Incubação, Incubação e Graduação versus Indicadores de desempenho das incubadoras analisadas (n=19), das quais as correlações analisadas não foram significativas ($p > 0,05$).

Esse fato de não ter sido encontrada uma correlação entre os FCS e os indicadores de desempenho pode ser explicado pela realidade encontrada em relação ao tempo de existência das incubadoras, pois 37% delas tinham quatro anos ou menos de atividades na data desta pesquisa, ou seja, essas incubadoras tiveram pouco tempo de colocar em prática muitos dos FCS aqui questionados.

De acordo com Dornelas (2002) o tempo médio de duração do ciclo de uma empresa dentro de uma incubadora é de 2 a 4 anos. Por outro lado, pode-se dizer que, de modo geral, o desenvolvimento dos FCS das incubadoras gaúchas é ainda inicial, pois poucas se avaliaram como tendo processos bem implementados e maduros dentre aqueles que foram avaliados.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os FCS representam uma importante orientação para a gestão das incubadoras por incluir aspectos internos e externos dessas organizações que se complementam e abrangem todo o processo de incubação. No entanto, ainda não estão totalmente incorporados na prática diária dos gestores das incubadoras pesquisadas, talvez pelo pouco tempo de atividade de muitas delas, o que impede que se identifiquem aqueles que são realmente críticos para o desempenho destas.

As incubadoras de empresas, através da oferta de infraestrutura, serviços especializados e redes de contatos, aceleram o desenvolvimento de empresas orientadas à inovação tecnológica e aumentam significativamente sua sustentabilidade do mercado. Por isso, representam um importante agente dentro do sistema local de inovação que visa à mudança na estrutura econômica local. Isso é sinalizado pela literatura, mas pode ser observado pelo desempenho das incubadoras analisadas, que apesar de recentes, já contribuem para a criação de novas empresas e empregos.

O fato de estarem incorporadas às estruturas das universidades e interagirem com as instituições locais, os centros de pesquisa e uma ampla rede de contatos é importante para o êxito das incubadoras. O apoio dos três níveis de Governo, Municipal, Estadual e Federal, foi essencial para o desenvolvimento das incubadoras

até agora, não só pelos recursos financeiros disponibilizados na implantação, mas pelas políticas de incentivo ao empreendedorismo e de apoio às pequenas empresas, que atualmente mantém.

Não se pode superestimar a capacidade e a importância das incubadoras, afinal, elas são parte de um sistema local e depende da capacidade de interação dos atores desse sistema para obter êxito. Algumas incubadoras entrevistadas estavam atuando com pouca interação com esses atores, tanto por suas respostas na entrevista, quanto na observação direta, e também não demonstraram indicadores de desempenho significativos.

Por fim, a questão de pesquisa que foi levantada no início do planejamento deste estudo foi respondida, indicando que fatores como infraestrutura, prédios, salas e equipamentos disponíveis aos incubados, fomento ao empreendedorismo, os serviços de orientação sobre o plano de negócio, o monitoramento e a avaliação do desempenho e da maturidade das empresas incubadas, exercem uma forte influência nos indicadores de desempenho das incubadoras de empresas.

REFERÊNCIAS

- ABETTI, P. A. Government-supported incubators in the Helsinki region, Finland: Infrastructure, results, and best practices. **Journal of Technology Transfer**, v. 29, n. 1, p. 19–40, jan. 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/606eiT>>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- AERTS, K.; MATTHYSSENS, P.; VANDENBEMPT, K. Critical role and screening practices of European business incubators. **Technovation**, v. 27, n. 5, p. 254–267, maio 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/QW41Ab>>. Acesso em: 21 set. 2016.
- ALTINK, J. J.. **Business Incubator Zenica; breeding ground for successful entrepreneurship?** 2009. Master Thesis. Innovative Entrepreneurship & Business Development. University of Twente, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/QNTbrh>>. Acesso em: 14 fev. 2017.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. **Estudo de impacto econômico: segmento de incubadoras de empresas do Brasil**. Brasília, DF: ANPROTEC : SEBRAE, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/uhUYAJ>>. Acesso em: 31 jan. 2017.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORAS DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES. **Modelo CERNE - Termo de Referência**. Brasília, DF: ANPROTEC, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/FYiEw7>>. Acesso em: 17 abr. 2017.
- BUYS, A. J.; MBEWANA, P. N. Key success factors for business incubation in South Africa: The Godisa case study. **South African Journal of Science**, v. 103, n. 9–10, p. 356–358, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/kc0RRJ>>. Acesso em: 23 abr. 2016.
- CARALLI, R. A. **The Critical Success Factor Method: Establishing a Foundation for Enterprise Security Management**. Pittsburgh: Software Engineering Institute of Carnegie Mellon University, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/6w2V9x>>. Acesso em: 21 dez. 2016.
- DORNELAS, J. C. A. **Planejando incubadoras de empresas - Como desenvolver um plano de negócios para incubadoras**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

ENGELMAN, R.; FRACASSO, E. M. A qualidade percebida nos serviços de Incubação de Empresas. **REAd - Revista Eletrônica de Administração**, v. 17, n. 70, p. 802–822, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/0DqS1Z>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

GALLON, A. V.; ENSSLIN, S. R.; ENSSLIN, L. Avaliação de desempenho organizacional em incubadoras de empresas por meio da Metodologia Multicritério de Apoio à Decisão Construtivista (MCDA-C): a experiência do MIDI tecnológico. **Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 1, p. 37–63, 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/0Hyc9b>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAIR, J. F. (jr); MONEY, A. H.; BABIN, B.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INFODEV. **Training Program - Business Incubation Definitions and Principles**. (World Bank Group, Org.) **Program for Entrepreneurship and Innovation**. Washington: infoDev, 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/wktYvS>>. Acesso em: 8 fev. 2017.

LALKAKA, R. Technology Business Incubation: Role, Performance, Linkages, Trends. In: National Workshop on Technology Parks and Business Incubators, Isfahan. **Anais...** Isfahan: Isfahan Science & Technology Town, 2003. Disponível em: <<https://goo.gl/vYk2ij>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

LALKAKA, R. Technology Business Incubators: Critical Determinants of Success. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 798, n. 1, p. 270–290, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/tX4iT4>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

LAOSIRIHONGTHONG, T.; PUNNAKITIKASHEM, P.; SOMSUK, N. Determining enabling factors of University Technology Business Incubation program: Resource-based view theory. In: IEEM2010 - IEEE International Conference on Industrial Engineering and Engineering Management, Macau. **Anais...** Macau: IEEE, 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/xRIZqO>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

LEE, S. S.; OSTERYOUNG, J. A Comparison of Critical Success Factors for Effective Operations of University Business Incubators in the US and Korea. **Journal of Small Business Management**, v. 42, n. 4, p. 418–426, 2004. Disponível em: <<https://goo.gl/sXfMgz>>. Acesso em: 12 mar. 2016.

MEDEIROS, F. S. B.; LACERDA, E. L.; DENARDIN, É. S.; PAGNO, E.; PAGNO, E. As Incubadoras de Empresas como alternativa para alavancar um negócio. In: Congresso Virtual de Administração, Brasil. **Anais...** Brasil: 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/k9gHoi>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

RATINHO, T.; HENRIQUES, E. The role of science parks and business incubators in converging countries: Evidence from Portugal. **Technovation**, v. 30, n. 4, p. 278–290, abr. 2010. Disponível em: <<https://goo.gl/ZjRCVB>>. Acesso em: 9 jul. 2016.

SIEDENBERG, D. R.; MALETZ, E. A. A Gestão dos Fatores Críticos de Sucesso nas Incubadoras de Empresas da Região do Ruhr - Alemanha. (C. M. University, Org.) In: 31º Encontro da ANPAD, 31, Rio de Janeiro / RJ - Brasil. **Anais...** Rio de Janeiro / RJ - Brasil: ANPAD, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/gxIAzb>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SOMSUK, N.; LAOSIRIHONGTHONG, T. A fuzzy AHP to prioritize enabling factors for strategic management of university business incubators: Resource-based view. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 85, p. 198–210, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/Ct8nMU>>. Acesso em: 7 jun. 2016.

REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE AS COMPETÊNCIAS COMPORTAMENTAIS DO EMPREENDEDOR

Data de aceite: 19/11/2019

Thiago Eliandro de Oliveira Gomes

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Alegrete – Rio Grande do Sul

Émerson Oliveira Rizzatti

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Alegrete – Rio Grande do Sul

Vitor Rodrigues Almada

Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA)

Alegrete – Rio Grande do Sul

Darlen de Oliveira Almirão

Universidade da Região da Campanha (URCAMP)

Alegrete – Rio Grande do Sul

RESUMO: O empreendedorismo no Brasil destaca-se em razão de seu impacto direto no crescimento econômico. Existem duas abordagens com foco distinto, a econômica, onde o empreendedor é nomeado como o agente de mudanças e a abordagem comportamental, baseada nas características e habilidades dos indivíduos. Do ponto de vista comportamental, o empreendedor é o indivíduo capaz de visualizar as oportunidades, questionar, ousar, ser criativo. O objetivo deste trabalho foi apresentar uma contribuição a respeito do comportamento empreendedor, buscando compreender a perspectiva das características do comportamento de um empreendedor de

sucesso. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e sob o ponto de vista de sua natureza, tem seu enquadramento como básica. O tratamento dos dados e realização da análise seguiu uma abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa evidenciaram que, apesar dos autores tratarem as características sob contextos e circunstâncias diferentes, mas que todas as pesquisas convergem para um mesmo caminho, de que as características que compõe o perfil empreendedor contemporâneo são de natureza subjetiva baseada em fatores emocionais, envolvendo um conjunto de características fundamentais de sua personalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Empreendedorismo. Comportamento Empreendedor. Características Empreendedoras. Desenvolvimento Econômico.

SYSTEMATIC REVIEW OF

ENTREPRENEURIAL BEHAVIORAL SKILLS

ABSTRACT: Entrepreneurship in Brazil stands out because of its direct impact on economic growth. There are two approaches with a distinct focus, the economic one, where the entrepreneur is named as the agent of change and the behavioral approach, based on the characteristics and abilities of individuals. From the behavioral point of view, the entrepreneur

is the individual who is able to visualize opportunities, question, dare, be creative. The objective of this work was to present a contribution regarding the entrepreneurial behavior, seeking to understand the perspective of the characteristics of the behavior of a successful entrepreneur. For this, a bibliographical research was carried out and from the point of view of its nature, its framework is basic. Data processing and analysis followed a qualitative approach. The results of the research showed that, although the authors treat the characteristics under different contexts and circumstances, but that all the researches converge along the same path, that the characteristics that make up the contemporary entrepreneurial profile are of a subjective nature based on emotional factors, involving a set of fundamental characteristics of his personality.

KEYWORDS: Entrepreneurship. Entrepreneurial Behavior. Entrepreneurial Characteristics. Economic Development.

1 | INTRODUÇÃO

Associado à característica atribuída de propulsor da economia e gerador de emprego e renda, as quais impactam diretamente no crescimento econômico brasileiro, o assunto empreendedorismo passou a receber tratamento singular do interesse científico (FERREIRA et al., 2012; CARVALHO et al., 2015). Empreender é visualizar as oportunidades que poucos enxergam, assumindo um comportamento proativo diante de questões que necessitam serem definidas (DORNELAS, 2008; BAGGIO; BAGGIO, 2014).

O empreendedorismo permite abordar os propósitos relativos ao empreendedor e seu universo de atuação (FERREIRA et al., 2012, SANTINI et al., 2015). Nesse contexto, percebe-se que o empreendedor torna-se um agente de mudança essencial para o progresso, por conta de suas atitudes criativas e definidoras de novos contextos direcionadas à alavancagem dos resultados e à consolidação de novos projetos (LEITE, 2012; OLIVEIRA, 2014) incorporando em qualquer projeto, seja pessoal ou organizacional, criatividade, motivação e novas tecnologias que substituem as antigas, elevando a eficiência e a produtividade perante as oportunidades e riscos (BAGGIO; BAGGIO, 2014).

Contudo, para empreender com eficácia e segurança é indispensável ter racionalidade para avaliar as oportunidades, aliada à sensibilidade para o negócio, combinando recursos, ideias e habilidades, planejamento estratégico e capacidade de implementação de projetos e análise dos resultados (DORNELAS, 2008; CHIAVENATO, 2008; SILVA et al., 2013).

O empreendedor tem necessidade de inovação e aumento do capital intelectual, racionalidade e disciplina gerencial para avaliar e aproveitar as oportunidades que venham a garantir sua sobrevivência (MATEI et al., 2012; RIES, 2012) e sob essa ótica, a sociedade exige cada vez mais qualificação para fomentar o aprendizado

contínuo de toda a cadeia de valor das organizações, elevando a uma categoria de eficiência econômica, qualificada e preparada para o mercado (COSTA; LEANDRO, 2016).

Logo, o objetivo dessa pesquisa foi apresentar uma contribuição a respeito do comportamento empreendedor, buscando compreender a perspectiva das características do comportamento de um indivíduo empreendedor de sucesso.

A fim de cumprir o objetivo proposto, a organização estrutural deste artigo oferece, afora essa contextualização a respeito do tema, outras quatro seções. A segunda seção é dedicada ao referencial teórico, onde constam tópicos que são a base para a realização deste estudo. O delineamento dos procedimentos metodológicos que foram capazes de satisfazer a investigação proposta está na terceira seção e, posteriormente, a análise dos resultados da pesquisa na qual se expõe sobre o que foi observado e desenvolvido no trabalho em decorrência dos dados coletados. Por fim é apresentada a conclusão da pesquisa no tocante aos resultados encontrados.

2 | O EMPREENDEDOR E O EMPREENDEDORISMO

O estudo do empreendedorismo está presente nas diferentes áreas do conhecimento, o que remete a um elemento potencial do desenvolvimento econômico e social. Contudo, ainda existem dificuldades em identificar com precisão a definição de empreendedorismo e empreendedor e tampouco há um consenso científico, graças as suas vertentes econômica, sociológica e psicológica (YEUNG, 2009; BAGGIO; BAGGIO, 2014).

Logo, inseridas na lógica de que o indivíduo empreendedor é o sujeito fundamental para o desenvolvimento econômico, estando apto a impulsionar a máquina e potencializar os lucros por meio de uma “visão” ou um “espírito” na maioria das vezes mais pessoal do que coletivo. O indivíduo empreendedor torna-se um viabilizador dos conceitos estratégicos em um mercado global complexo, o que vincula o tema “empreendedorismo” a crescimento, desenvolvimento e enriquecimento das organizações, bem com os indivíduos que nelas trabalham (COSTA; BARROS; MARTINS, 2012). Os autores ainda destacam que existem duas abordagens com foco distinto, a econômica, onde o empreendedor é nomeado como o agente de mudanças e a abordagem comportamental, baseada nas características e habilidades dos indivíduos.

Do ponto de vista comportamental, Dornelas (2008) associa o empreendedor ao indivíduo que é capaz de visualizar as oportunidades, questionar, ousar, ser criativo. Sob a mesma perspectiva, o empreendedor cumpre um papel na sociedade de construção e manutenção de uma dinâmica social, composta por criação de oportunidades, permitindo a circulação de renda e a melhoria na qualidade de vida

das pessoas, em razão dos seus produtos e serviços e pelo retorno à sociedade através do recolhimento de impostos revertidos em saúde, educação, transporte, etc. (BEHLING et al., 2015).

Vicenzi e Bulgacov (2013) afirmam que a tendência é associar o conceito de empreendedorismo a criação de novos negócios, inovação e vantagem competitiva. No entanto, existem definições mais abrangentes que mostram que o empreendedorismo vai além do mero ato de abrir novas empresas, e que a figura do empreendedor ao longo dos séculos passou a ser aquele indivíduo que possui a informação e a transforma em potencial criativo capaz de gerar riqueza e desenvolvimento social (PIMENTEL, 2008).

A facilidade na troca de informações e conhecimento entre as mais diversas áreas sociais, fez com que as organizações passassem a investir na formação de uma fonte de recursos que permita movimentação rápida no processo de desenvolvimento. Essa mudança de paradigma ocorreu com a valorização do capital intelectual baseado no conhecimento, tornando as pessoas a fonte primária para o desenvolvimento da humanidade e da sociedade (GONZAGA JUNIOR, 2011).

Ademais, no sentido mais amplo, percebe-se que o comportamento empreendedor pode auxiliar o sucesso empresarial e que estes comportamentos remetem aos valores do empreendedor. Endres e Woods (2006) consideram que os empreendedores estão em constante alerta a exploração de oportunidades, das quais são criadas através de um processo cognitivo, levando em conta as aspirações pessoais.

Hafer e Jones (2015) durante pesquisa a respeito da relação entre empreendedorismo e habilidade cognitiva, sobre o papel do capital humano nos modelos de crescimento econômico, identificaram que as habilidades cognitivas são fatores importantes na explicação das distintas formas de empreender e que podem contribuir para uma maior qualidade nas instituições.

Assim, esse procedimento abarca um processo cognitivo da qual é influenciado intencionalmente pelo seu próprio funcionamento, onde o indivíduo tem a possibilidade de intervir no ambiente, alterando e sendo alterado e aprendendo através da observação do comportamento dos outros e assim construindo sua individualidade para então, reproduzir esse comportamento (BANDURA, 2001), ou seja, o empreendedor desenvolve atividades por conta própria com a intenção de aumentar o seu rendimento, ou ainda, por conta de outro indivíduo que desenvolve atividades empreendedoras que resultem em melhorias para a empresa (HALLAK; BROWN; LINDSAY, 2011).

Ao associar teoria cognitiva ao comportamento empreendedor, de imediato se remete a autoeficácia como pilar central dessa teoria, haja vista a influência sofrida na qualidade da vida e na autoestima, evidenciadas na necessidade de realização

e desenvolvimento econômico perseguido pelo empreendedor, motivados pela realização própria (BANDURA, 2001; LORENTZ; MINELLO; BÜRGER, 2017). Deste modo, a autoeficácia está relacionada ao desempenho empreendedor pessoal e empresarial (HALLAK; BROWN; LINDSAY, 2011).

Logo, produto da experiência do indivíduo, as competências empreendedoras possibilitam o processo de geração de ideias originadas na organização, de maneira a desenvolver habilidades específicas à gestão de negócios e resultados, para que a organização se torne competitiva (SILVA et al, 2008; HASHIMOTO et al., 2010). Sobre o entendimento dos aspectos teóricos, entender qual é o papel do empreendedor é cada vez mais valorizado e, nesse processo, é importante destacar suas características.

3 | MATERIAL E MÉTODOS

Dada à intenção em elaborar a análise sobre a forma de atuação do empreendedor e seu comportamento segundo características abordadas na literatura, o processo de investigação partiu da realização de pesquisa bibliográfica, via coleta e exame da fundamentação teórico-metodológica baseada na investigação e no estudo das informações de pesquisas anteriores disponíveis, pertinentes ao empreendedorismo e suas características (GIL, 2010; LAKATOS; MARCONI, 2010).

A pesquisa bibliográfica serviu de referência para a realização da pesquisa, passando pelas etapas de levantamento bibliográfico e a formulação do problema, fazendo a ligação entre o pesquisador e o material relativo ao assunto (LAKATOS; MARCONI, 2010, BERTUCCI, 2011; PRODANOV; FREITAS, 2013).

Sob o ponto de vista de sua natureza, a pesquisa tem seu enquadramento como básica. Para Prodanov e Freitas (2013) este tipo de pesquisa tem por objetivo a obtenção de novos conhecimentos que venham a contribuir para o avanço da ciência, em razão de um acúmulo de informações por parte do pesquisador, sem que haja, necessariamente, uma aplicação prática prevista, o que permite um novo enfoque do assunto sob diversas perspectivas e óticas.

Este artigo adotou a abordagem qualitativa, dispensando tratamento estatístico, tendo por intuito compreender o comportamento empreendedor e seu contexto, a partir da perspectiva das características do comportamento de um indivíduo empreendedor. Para seleção do periódico científico foi realizada pesquisa junto ao sistema *Qualis* de classificação de periódicos e eventos, onde foi utilizada a palavra-chave Empreendedorismo.

Logo, o levantamento bibliográfico foi realizado utilizando as palavras-chave Características Empreendedoras, Atitudes Empreendedoras e Perfil Empreendedor. Para este levantamento foram selecionados artigos publicados no periódico científico

Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, classificada de acordo com o sistema *Qualis*, durante a classificação de periódicos para o quadriênio 2013-2016, obtendo classificação B2. Após essa fase de coleta de dados, a etapa posterior da pesquisa foi à organização das informações obtidas.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Costa, Barros e Martins (2012) destacam que existem duas abordagens com foco distinto, a econômica e a abordagem comportamental. No entanto, as duas abordagens convergem para um mesmo ponto, haja vista que seu principal agente é o empreendedor. A primeira linha de pensamento tem uma abordagem econômica, onde o empreendedor é visto como um fornecedor de empregos e provedor de mercadorias ou de serviços, que ao introduzem inovações, assume riscos em uma economia e conseqüentemente a conduz ao desenvolvimento econômico e ao progresso das nações (CHIAVENATO, 2008; COSTA; BARROS; MARTINS, 2012).

A segunda linha, a abordagem comportamental, McClelland (1972 apud FILARDI; BARROS; FISCHMANN, 2014) destaca a importância da "motivação" para o crescimento econômico. A medida do grau de motivação se dá, maiores são as chances de se tomarem empresários bem-sucedidos. A partir desta perspectiva, o autor afirma que as características do comportamento empreendedor são derivadas do grau de realização e ainda identifica dez características fundamentais ao crescimento econômico dos indivíduos.

Estas características são disposição para correr riscos calculados, busca de oportunidades e iniciativa, persistência, exigência de qualidade e eficiência, comprometimento, busca de informações, estabelecimento de metas, planejamento e monitoramento sistemáticos, persuasão e rede de contatos, independência e autoconfiança (FILARDI; BARROS; FISCHMANN, 2014).

Sob a ótica do comportamento empreendedor, nesta análise, a proposta foi comparar as características, apontando semelhanças que justifiquem as alterações observadas. As características selecionadas para compor mostram que, autores como Câmara e Andalécio (2012), Zampier, Takahashi e Fernandes (2012) e Rocha et al (2016), compartilham da mesma opinião a respeito do uso de estudos iniciados por David McClelland, precursor da corrente comportamentalista dos estudos sobre empreendedorismo.

Já, Moraes, Hashimoto e Albertine (2013), Ferreira e Freitas (2013), demonstraram que, ao longo do tempo, características passaram a ser bastante citadas com relação ao perfil empreendedor, como as características atitudinais: autoeficaz, assume riscos calculados, planejador, detecta oportunidades, persistente, sociável, inovador, líder e autorrealização. Para complementar a pesquisa foi identificadas características

atribuídas ao ímpeto empreendedor, desenvolvidas em função da interligação de três características básicas, segundo Chiavenato (2008):

Característica	Descrição
Necessidade de realização	O empreendedor tem a necessidade de realização coisas novas das quais competem com certo padrão de excelência em suas atividades de maneira criativa e preferem ser pessoalmente responsáveis por tarefas e objetivos que atribuíram a si próprias.
Disposição para assumir riscos	O empreendedor assume diversos riscos ao iniciar seu próprio negócio, preferindo circunstâncias ousadas até o ponto em que podem exercer determinado controle pessoal sobre o resultado.
Autoconfiança	Quem possui autoconfiança sente que pode enfrentar os desafios que existem ao seu redor e acreditam em suas habilidades pessoais para superar os problemas enfrentados.

Quadro 1 - Características empreendedoras segundo Chiavenato (2008)

Fonte: Chiavenato (2008).

A linha comportamental dos empreendedores envolve um conjunto de características fundamentais de sua personalidade, das quais o diferencia dos administradores. Enquanto a organização de recursos é o foco para o administrador, o empreendedor é um indivíduo singular, que se dedica para a definição de contextos, apresentando características além dos atributos do administrador (ROCHA et al, 2016). Os autores ainda destacam que os empreendedores são visionários, pessoas singulares, determinados, dinâmicos, dedicados, otimistas, independentes, prósperos, sabem tomar decisões e explorar oportunidades e são bem relacionados e detentores de conhecimentos., conforme se vê no Quadro 2.

Característica	Descrição
São visionários	Eles têm a visão de como será o futuro para seu negócio e a sua vida
Sabem tomar decisões	Nos momentos de adversidade, sendo isso um fator-chave para o seu sucesso.
São pessoas singulares	Sabem agregar valor aos serviços e produtos que colocam no mercado.
Sabem explorar oportunidades	São curiosos, atentos a informações e as chances de aumentar o conhecimento.
São determinados e dinâmicos	Cultivam certo inconformismo diante da rotina.
São dedicados	Integralmente para resolver todos os obstáculos
São otimistas	Principal combustível que os mantém animados e autodeterminados.

São independentes	Determinam os próprios passos e caminhos para gerar Empregos.
São prósperos	Eles acreditam que o dinheiro é consequência do sucesso dos negócios.
São formadores de equipe	Sabem liderar e recrutar as melhores cabeças para assessorá-los nos campos onde não detêm o melhor conhecimento
São bem relacionados	Sabem construir uma rede de contatos (<i>network</i>)
São organizados	De forma racional, procuram o melhor desempenho para o negócio.
Planejam	Desde o primeiro rascunho do plano de negócios até a apresentação do plano a investidores com definição das estratégias de marketing do negócio, etc
Possuem conhecimentos	O domínio sobre suas atividades aumenta a chance de êxito nos negócios
Assumem riscos calculados	Quanto maior o desafio, mais estimulante será a jornada empreendedora.
Criam valor para sociedade	Com a geração de empregos, dinamizam a economia em busca de soluções para melhorar a vida das pessoas.

Quadro 2 - Características do comportamento dos empreendedores

Fonte: Rocha et al (2016, p. 48).

Filardi, Barros e Fischmann (2014) ao realizarem a pesquisa, evidenciaram a existências de semelhanças a respeito das características empreendedoras no decorrer do tempo e traçaram um paralelo entre as discussões tradicionais às contemporâneas, conforme se demonstra no Quadro 3.

TRADICIONAL	CONTEMPORÂNEO
Assume risco, tomador de risco, Preferência pelo risco.	Tolerante a risco
Fonte da autoridade Formal (é líder)	Líder
Inovador e aberto a inovações	Inovador
Iniciativa, Pró-ativo	Pró-ativo
Procura e aceita desafios	Corajoso
Ambicioso, Motivado pelo poder	Ambicioso
Procura ser independente, Orientado para independência	Independente
Relações Humanas	Interpessoal
Habilidade de se comunicar	Comunicativo
Conhecimento técnico	Qualificado
Foco interno de controle, Foco no controle, Posição de controle, Necessidade de controlar, Domínio	Controlador
Necessidade e Reconhecimento de Realização	Necessidade de Realização

Orientado para resultado e para crescimento	Objetivo
---	----------

Quadro 3 - Características tradicionais e contemporâneas.

Fonte: Filardi, Barros e Fischmann (2014, p 131).

O foco da abordagem comportamental concentra-se nas tentativas de definição dos perfis das personalidades do empreendedor, residindo principalmente no resultado da experiência das características individuais do empreendedor, para garantir o sucesso do negócio. Em geral abordagem comportamental compreende as ideias de psicólogos e sociólogos e, que o indivíduo empreendedor manifesta uma série de características comportamentais que o identificam (BAGGIO; BAGGIO, 2014; ROCHA et al, 2016).

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou o objetivo de contribuir a respeito do comportamento empreendedor, buscando compreender a perspectiva das características do comportamento de um indivíduo empreendedor de sucesso, a partir da análise da evolução das características empreendedoras publicados em artigos nacionais.

Constatou-se através do presente estudo que, apesar dos autores tratarem as características sob contexto e circunstâncias diferentes, mas ainda assim, todas as pesquisas convergem para um mesmo caminho, de que as características que compõe o perfil empreendedor contemporâneo são de natureza subjetiva baseada em fatores emocionais, envolvendo um conjunto de características fundamentais de sua personalidade.

Ainda observou-se que as características mais destacadas dos empreendedores são, na maior parte das vezes, as características elencadas por David McClelland, precursor da corrente comportamentalista dos estudos sobre empreendedorismo, e que a partir delas, outras características são derivadas, baseado em competências interpessoais e sociais.

Logo o aprimoramento dessas características empreendedoras, compõe um comportamento empreendedor que ao longo do tempo ganha uma nova visão científica de sua concepção, assumindo novas conotações, as quais viabilizam o processo de evolução do potencial do empreendedor para o sucesso.

Dentre as limitações da pesquisa, o estudo deteve-se apenas na análise de um periódico. Como sugestão para futuras pesquisas destaca-se a ampliação do escopo dos meios de publicação, contemplando além de outros periódicos, anais de eventos destinados ao tema empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. **Empreendedorismo**: conceitos e definições. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, Passo Fundo*, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014.
- BANDURA, A. Social Cognitive Theory: an agentic perspective. *Annual Reviews Psychol*, n.52, p.1-26, 2001.
- BEHLING, G. et al. Microempreendedor individual catarinense: uma análise descritiva do perfil dos empreendedores individuais em Santa Catarina. *Navus, Florianópolis/SC*. v. 5, n. 1, p. 65-78. jan./mar. 2015.
- BERTUCCI, J. L. O. **Metodologia básica para elaboração de trabalhos de conclusão de cursos (TCC)**: ênfase na elaboração de TCC de pós-graduação lato sensu. 1. ed. 3. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.
- CAMARA, E. C; ANDALÉCIO, A. M. L. Características empreendedoras: um estudo de caso com farmacêuticos utilizando o modelo de McClelland. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v. 1, n.3, 2012.
- CARVALHO, G. D. G., et al. Radar da inovação como ferramenta para o alcance de vantagem competitiva para micro e pequenas empresas. *Revista de Administração e Inovação*, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 162-186, out./dez. 2015. Disponível em:
<<http://www.revistas.usp.br/rai/article/view/101898/107573>>. Acesso em 15 mai. 2017.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- COSTA, A. M.; BARROS, D. F.; MARTINS, P. E. M. **A alavanca que move o mundo**: o discurso da mídia de negócios sobre o capitalismo empreendedor. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 370-375, Jun. 2012.
- COSTA, A. P. N.; LEANDRO, L. A. L. O atual cenário das Micro e Pequenas Empresas no Brasil. In: *Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, 8, 2016. Resende. **Anais...** Resende. Associação Educacional Dom Bosco. p. 1-12.
- DORNELAS, J. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ENDRES, A., WOODS, C. Modern Theories of Entrepreneurial Behavior: A Comparison and Appraisal. *Small Business Economics*, v. 26, p. 189-202, 2006.
- FERREIRA, E. R. A.; FREITAS, A. A. F. Propensão empreendedora entre estudantes participantes de empresas juniores. *Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, v.2, n.3, 2013.
- FERREIRA, L. F. F. et al. Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. *Gestão da Produção*, São Carlos, v. 19, n. 4, p. 811-823, 2012.
- FILARDI, F.; BARROS, F. D.; FISCHMANN, A. A. Do homo empreendedor ao empreendedor contemporâneo: Evolução das características empreendedoras de 1848 a 2014. *Revista Ibero-Americana de Estratégia - RIAE*, v. 13, n. 3, p. 123-140, Julho/Setembro. 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GONZAGA JUNIOR, E. L. **Gestão da informação e do conhecimento**. 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2011.

- HAFER, R. W.; JONES, G. Are entrepreneurship and cognitive skills related? Some international evidence. **Small Bus Econ**, n. 44, p. 283–298, 2015.
- HALLAK, R., BROWN, G.; LINDSAY, N. The Place Identity - Performance relationship among tourism entrepreneurs: A structural equation modeling analysis, **Tourism Management**, n. 33, p. 143-154, 2011.
- HASHIMOTO, M.; ANDREASSI, T.; ARTES, R.; NAKATA, L. E. **Relações entre intra-empendedorismo, clima organizacional e desempenho financeiro**: um estudo sobre as melhores empresas para se trabalhar no Brasil. EnANPAD, Rio de Janeiro, 2010.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- LEITE, E. **O fenômeno do empreendedorismo**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- LORENTZ, M. H. N.; MINELLO, I. F.; BÜRGER, R. E. O comportamento empreendedor de diretores de uma instituição de ensino pública e sua percepção quanto à universidade empreendedora. **Revista Espacios**, v. 38, n. 5, p. 6, 2017.
- MATEI, A. P. et al. Avaliação da qualidade demandada e diretrizes de melhoria no processo de interação Universidade-Empresa. **Produção**, v. 22, n. 1, p. 27–42, 2012.
- MORAES, M.J; HASHIMOTO, M.; ALBERTINE, T.Z. Perfil Empreendedor: estudo sobre características empreendedoras de motoristas funcionários, agregados e autônomos do transporte rodoviário de cargas. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 2, n.1, p. 132-157, 2013.
- OLIVEIRA, D. P. R. **Empreendedorismo**: vocação, capacitação e atuação direcionadas para o plano de negócios. São Paulo: Atlas, 2014.
- PIMENTEL, A. **Curso de empreendedorismo**. São Paulo: Digerati Books, 2008.
- PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
- RIES, E. **A Startup Enxuta**: como os empreendedores atuais utilizam a inovação contínua para criar empresas extremamente bem-sucedidas. São Paulo: Leya, 2012.
- ROCHA, A. C. et al. Comportamento, atitudes e práticas empreendedoras: um resgate teórico dos pressupostos que abordam a temática. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 1, n. 1, p. 44-60, jan/abr, 2016.
- SANTINI, S. Fatores de mortalidade em Micro e Pequenas Empresas: um estudo na Região Central do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**. p. 145-169, 2015.
- SILVA, C. G. et al. 2013. O perfil dos empreendedores nas startups: um estudo de caso na incubadora tecnológica de Santa Maria. In: Fórum Internacional Ecoinovar, 2, 2013. Santa Maria. **Anais...**, Santa Maria, p. 1-16.
- SILVA, S. S. et al. Características comportamentais empreendedoras: um estudo comparativo entre empreendedores e intra-empreendedores. **Revista Cadernos de Administração**, v. 1, n. 2, jul – dez/2008.
- VICENZI, S. E.; BULGACOV, S. Fatores motivadores do empreendedorismo e as decisões estratégicas de pequenas empresas. **Revista de Ciências da Administração**. v. 15, n. 35, p. 208-

221, abr. 2013.

YEUNG, H. W. **Transnationalizing entrepreneurship**: a critical agenda for economic geography. *Progress in Human Geography*, v. 33, n. 2, p. 210-235, 2009.

ZAMPIER, M. A.; TAKAHASHI, A. R. W.; FERNANDES, B. H. Sedimentando as bases de um conceito: as competências empreendedoras. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v.1, n.1, p. 101-130, jan/abril 2012.

PARQUES TECNOLÓGICOS: AMBIENTES DE INOVAÇÃO

Data de aceite: 19/11/2019

Carlos Henrique Lucena

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP) - FEA – Administração
São Paulo – SP

RESUMO: Neste trabalho desenvolveu-se um procedimento de pesquisa do tipo exploratória, descritiva e comparativa, com abordagem principalmente qualitativa. A metodologia utilizada se insere na modalidade de Levantamento Correlacional com o objetivo de identificar as estruturas dos Parques Tecnológicos do Brasil e seus pontos críticos de sucesso, modelos de gestão e governança, quais os fatores decisivos para a implementação desse tipo de empreendimento aqui no Brasil e quais os principais cases de sucesso de todo o território nacional. Com o objetivo maior de servir como aparato de estudo e benchmarking para novas implementações como as abordadas neste projeto. As principais análises partiram da pesquisa documental e empiricamente das informações disponíveis em sites, pesquisas bibliográficas e artigos. A partir desses estudos foi possível identificar os principais determinantes para uma matriz tecnológica eficiente, por meio de um Sistema Nacional de Inovação e seus principais agentes

que são Governo, Universidades e Empresas. Mediante os fatos foi possível levantar hipóteses para que esse Sistema no Brasil ainda seja tão imaturo, sendo tido como a categoria mais baixa (terceira) segundo a classificação de Albuquerque (1996). Também foram expostos os esforços para que esse cenário brasileiro se transforme, sendo tido como uma das opções mais interessantes os Parques Tecnológicos, principal escopo desse estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Tecnológicos, Inovação, Brasil, Sistema Nacional de Inovação, São Paulo.

TECHNOLOGICAL PARKS: INNOVATION ENVIRONMENTS

ABSTRACT: In this work an exploratory, descriptive and comparative research procedure was developed, with a mainly qualitative approach. The methodology used is part of the Correlational Survey modality in order to identify the structures of Brazil's Technology Parks and their critical success points, management and governance models, which are the decisive factors for the implementation of this type of enterprise here in Brazil and which are the main success stories of the entire national territory. With the major objective of serving as a study and benchmarking apparatus for new implementations such as those addressed in

this project. The main analyzes came from documentary research and empirically from the information available on websites, bibliographic searches and articles. From these studies it was possible to identify the main determinants for an efficient technological matrix, through a National Innovation System and its main agents that are Government, Universities and Companies. Based on the facts it was possible to raise hypotheses that this system in Brazil is still so immature, being considered as the lowest category (third) according to Albuquerque's classification (1996). Efforts to transform this Brazilian scenario were also exposed, being considered as one of the most interesting options the Technology Parks, the main scope of this study.

KEYWORDS: Technology Parks, Innovation, Brazil, National Innovation System, Sao Paulo.

INTRODUÇÃO

A etimologia da expressão Parque Tecnológico vem da junção de dois símbolos da modernidade: Cultura e ciência, ou seja, Polo/cidade e Técnica. Dessa forma, fica-se subentendido uma localidade que possui o domínio da técnica e da produção de conhecimento. Muitos autores já discorreram sobre o tema, apesar de sua recente aparição no Brasil. Um deles, SPOLIDORO, disse que “um Parque Tecnológico é uma iniciativa com base numa área física, com um conjunto de prédios, destinada a receber empresas inovadoras ou intensivas em conhecimentos e de promover sua interação com instituições de ensino e pesquisa.”

STEINER, CASSIM & ROBAZZI discorram que os parques são “empreendimentos criados e geridos com o objetivo permanente de promover pesquisa e inovação tecnológica, estimular a cooperação entre instituições de pesquisa, universidades e empresas, bem como dar suporte ao desenvolvimento de atividades empresariais intensivas em conhecimento, implantadas na forma de projetos urbanos e imobiliários que delimitam áreas específicas para localização de empresas, instituições de pesquisa e serviços de apoio”.

Em resumo os parques tecnológicos são aglomerados geográficos de empreendimentos que objetivam promover pesquisas e inovação no ramo tecnológico por meio de parcerias entre universidades, Governo, empresas e instituições próprias de pesquisa como laboratórios.

Dessa forma possuem o mesmo objetivo geral baseado nessa premissa que é: Gerar inovação tecnológica para promover competitividade e com isso desenvolver socioeconomicamente a região/cidade na qual está inserido por meio da gestão do conhecimento e das parcerias com o setor público e privado.

Esse objetivo geral que guia a existência dos parques se divide em outros mais específicos que são norteados pelas diferentes motivações, expectativas e interesses dos agentes institucionais desse local. (VEDOVELLO, JUDICE E MACULAN).

Dentre esses objetivos surgem ainda a geração de emprego, a criação e fortalecimento de empresas, a de agente de difusão da cultura empreendedora e de informações que promovam o descobrimento científico e a inovação. Além disso, por muitos parques terem empresas associadas no seu entorno dificilmente há uma pesquisa pura sem aparato comercial, quase todas são voltadas para a criação de produtos vendáveis como forma de retribuição para os associados e para a própria Sociedade.

Ao partilharem do mesmo ambiente e trabalharem de forma conjunta, as partes ganham em termos de produtividade e o ambiente em que estão situados também recebe contribuições dos mais diversos tipos como no campo financeiro com geração de ideias, produtos, empregos e no campo Social com atração de investimentos e promoção de melhorias para a região, por isso o grande incentivo de políticas públicas para esse tipo de estrutura.

De acordo com levantamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), dos 80 parques tecnológicos analisados em todo o Brasil em 2013, o Estado de São Paulo respondeu por 25%, com 28 iniciativas voltadas à implantação desses empreendimentos, porém apenas 6 deles em operação. (INVESTE SÃO PAULO, 2017).

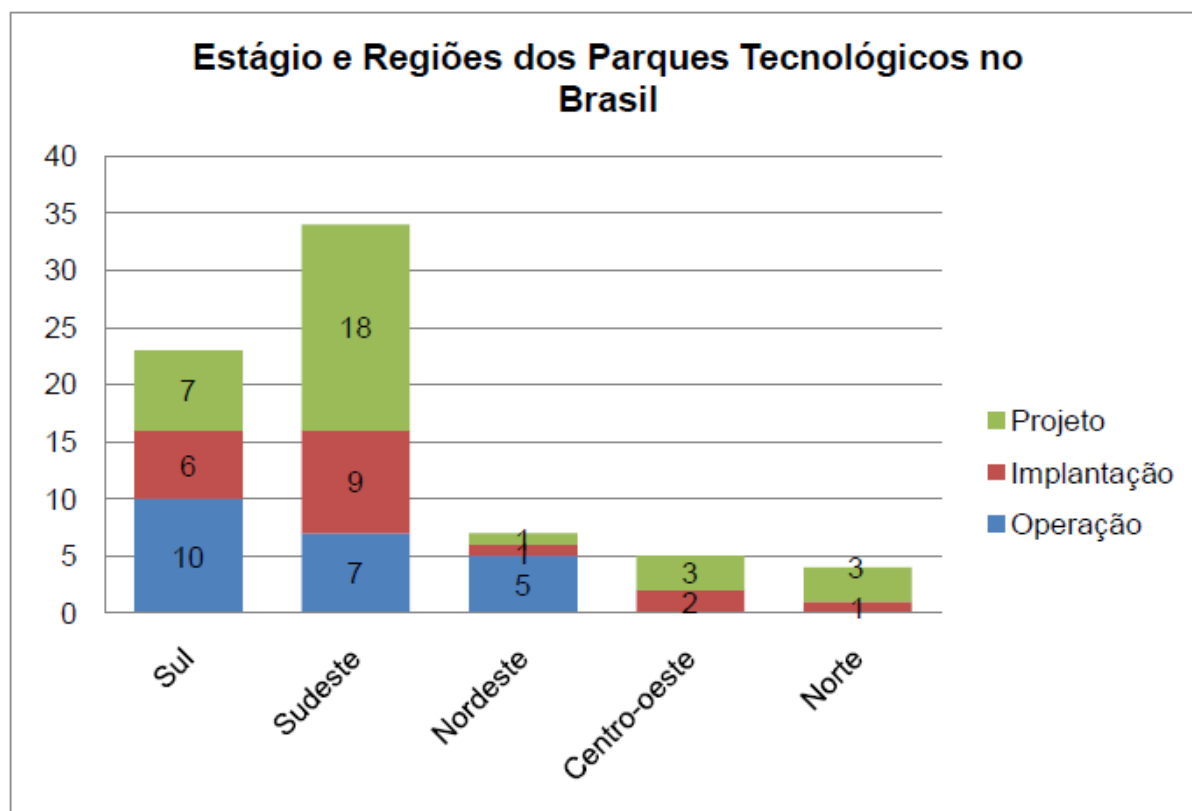


Gráfico 1: Estágio e Regiões dos Parque Tecnológicos no Brasil.

Fonte: Portfólio de Parques Tecnológicos no Brasil elaborado por ANPROTEC, 2008.

Logo nota-se a dimensão e impacto que um importante parque tecnológico

pode ter em sua região de atividade. Por meio da geração de riqueza econômica e intelectual os parques promovem a saudável competição entre as empresas. Com a finalidade de desenvolver novas tecnologias e novos produtos alinhados com o que o mercado atual exige. Agindo conjuntamente entre empresas que têm um problema, interesse e pessoas, laboratórios que estão dispostos a buscar alternativas e soluções para isso, e ainda com o catalizador do Estado auxiliando em uma produção de qualidade, direcionada e incentivada.

A parceria que se faz possível por meio do parque tecnológico entre governo, setor privado e as universidades (tríplice hélice) promove uma interação tão facilitada e alinhada que permite a pesquisa científica juntamente com a inovação tecnológica terem sua produção catalisada de forma a elevados níveis de produtividade e assertividade na geração de conhecimento e de novos produtos.

Sendo assim, essa parceria e boa interação desses três agentes se faz de ponto crítico de sucesso ou fracasso de uma organização como o parque tecnológico. Para BALCONI E PASSANNANTI esse é um dos três principais pontos fundamentais para determinar o grau de relevância de uma organização desse tipo. Os outros dois são o desenvolvimento imobiliário e o programa organizativo modelo de governança – escopo desse estudo.

SURGIMENTO DOS PARQUES TECNOLÓGICOS

A ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) apoiada pelos Ministérios do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior e de Ciência e Tecnologia, lançaram um documento intitulado “Parques Tecnológicos no Brasil - Estudo, Análise e Proposições” e lá foram feitos os primeiros questionamentos na busca por entender como esse fenômeno começou.

Após as análises, se conclui que esse processo se configurou em três gerações, bem definidas em aspectos cronológicos e geolocalização, além de ocorrerem também em conjuntos específicos de países.

A primeira geração foram os parques pioneiros que surgiram de forma espontânea e muito influenciados já por uma cultura empreendedora em seu país, com recursos humanos e financeiros de altíssima qualidade, suprimindo as necessidades que surgiam. O exemplo famoso dessa manifestação é a Stanford research Park – no vale do silício.

A segunda geração ficou conhecida como parques seguidores, justamente por pegaram a ‘onda’ dos parques pioneiros e seguirem o embalo deles, sem muito sucesso, porém. Devido a terem surgido de forma planejada, estruturada e formal, perdiam agilidade na tentativa de copiar os parques pioneiros e acabaram tendo

resultados mais modestos que os primeiros. São exemplo dessa geração os parques tecnológicos europeus.

A terceira e última geração foram os que ficaram conhecidos como estruturantes, justamente pelo fato de agregarem fatores de sucesso da primeira geração com os aprendizados da segunda geração. Em sua maioria, surgiram associados ao desenvolvimento econômico e tecnológico dos países emergentes, já focados numa economia internacional e globalizada. Catalisados por facilidade de acesso ao conhecimento, ao conceito de escalabilidade de serviços, produtos e tecnologias e a diversificação como fato gerador de vantagem competitiva.

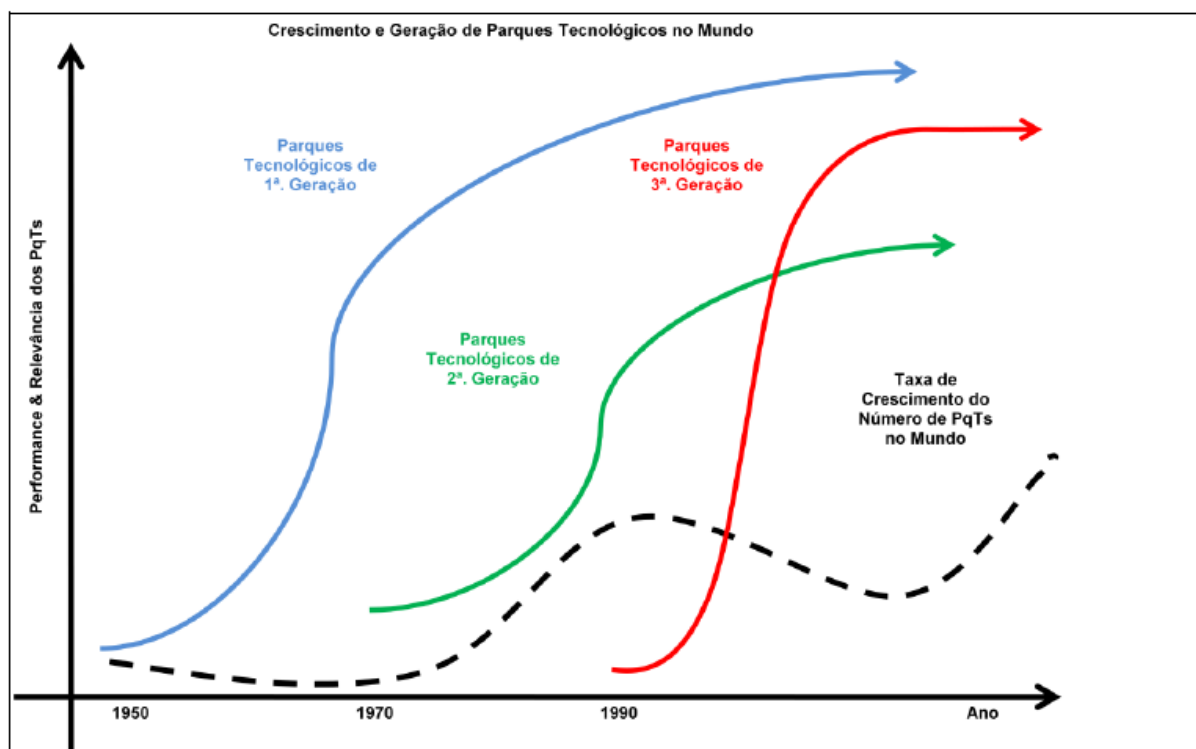


Gráfico 2: Crescimento e Geração de Parques Tecnológicos no Mundo.

Fonte: ANPROTEC & ABDI, 2008. Parques Tecnológicos no Brasil – Estudo, Análises e Proposições.

DEFININDO O SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO (SNI)

Partindo do preceito de que os países têm como principal desafio o desenvolvimento, notamos que aqueles que ainda não são considerados desenvolvidos nos parâmetros estabelecidos buscam atingir tal objetivo e os que já são, enfrentam a dificuldade de continuar esse desenvolvimento com índices positivos. O caminho que parece mais sensato para atingir tais metas baseado em históricos é a Inovação. Dessa forma, vamos analisar mais especificamente a Inovação no Brasil, nosso principal escopo durante essa pesquisa, visando entender o que deu certo e o que não deu nessa incessante busca por novidades e desenvolvimento de pesquisas voltadas ao desenvolvimento do país.

Ao princípio de tudo, a Inovação não é um evento espontâneo e ao acaso, é

necessário o estabelecimento de um Sistema Nacional de Inovação - SNI que se efetue de maneira correta, articulando de maneira efetiva as instituições públicas e privadas produz novas tecnologias, por meio das interações e da inovação. O consenso durante as pesquisas sobre o Brasil e o SNI é que o país não cumpre de maneira efetiva os preceitos necessários para um sistema maduro, sobretudo quando colocado em comparação com outros países considerados desenvolvidos.

Muitos são os estudos sobre o que define um Sistema Nacional de Inovação eficiente, tema bastante abordado nos anos 90. Um dos primeiros a definir foi Lundvall (1992) que notou que esse sistema é fortemente influenciado por fatores econômicos, políticos e culturais que determinam o sucesso das atividades de inovação.

Outro pesquisador que discorreu sobre o assunto foi Freeman (1995) que definiu o SNI como um conjunto de instituições, atores e mecanismos de um país que contribuem para a criação, avanço e difusão de inovações tecnológicas.

Já durante o século XXI, as pesquisas continuaram, principalmente com Edquist (2001) que definiu o SNI como um composto formado por todas as entidades econômicas, organizações sociais e políticas. Dessa forma nota-se quase que um consenso entre todos os estudiosos sobre o tema, a interação entre os diversos agentes é o que produz frutos positivos e assim, inovações, benefícios à sociedade e desenvolvimento ao país.

TEORIA DA HÉLICE TRIPLA

Os três principais agentes notados nas definições dos pesquisadores citados são o Estado, as Universidades e as Empresas. O primeiro com função de fomentar políticas públicas voltadas a tecnologia e inovação, o segundo como local de criação e difusão do conhecimento por meio de pesquisas e o último por meio da transformação da pesquisa em desenvolvimento, produto.

Dessa forma, a economia fica baseada em dois parâmetros: Conhecimento e Inovação. Por meio de uma teoria denominada Hélice Tríplice, por Etzkowitz e Leydesdorff (1977) que afirma que o desenvolvimento parte da boa interação entre os três agentes citados, além das ações individuais e efetivas de cada um deles.

Sendo que ao Estado cabe a função particular de criar políticas públicas de fomento à inovação, diminuição das incertezas por meio da manutenção de um ambiente macroeconômico estável, promoção de linhas de financiamento, particular ou público com a finalidade de aumentar a produção e a qualidade científica e investir no sistema educacional do país, base da formação do capital intelectual de uma nação (De Nigri & Kubota, 2008).

As Universidades devem formar o capital intelectual, os recursos humanos, dar os preceitos e ferramentas básicas para que se extraiam frutos e pesquisas capazes

de gerar tecnologia e inovação por meio da produção de conhecimento que será transferido para a iniciativa privada.

As Empresas, por sua vez, encarregam-se de captar e utilizar todo o conhecimento científico e tecnológico produzido no desenvolvimento de produtos e serviços a fim de gerar comercialização e difusão dos conhecimentos criados, promovendo o desenvolvimento local.

Destacando-se a parte do 'desenvolvimento local' pois para um Sistema Nacional de Inovação eficiente, as empresas devem pertencer ao Sistema por meio de Capital e Constituição Nacional, pois empresas subsidiárias de outro SNI não agregam tanto ao desenvolvimento tecnológico do país já que têm parte dos resultados remetidas a outros países.

Logo, uma interação entre esses três agentes onde o Estado cria as bases necessárias para a pesquisa, as Universidades se aproveitam das bases e criam o conhecimento e as tecnologias e as Empresas traduzem esse conhecimento em produtos para a Sociedade é o processo ideal para um Sistema Nacional de Inovação eficiente e o desenvolvimento do país. Assim o parque cumpre sua função de integrador entre mercado e produção científica; por meio das parcerias com as indústrias agregando valor com novos empreendimentos e desenvolvimento econômico.

OS TRÊS NÍVEIS DO SISTEMA NACIONAL DE INOVAÇÃO

Para Albuquerque (1996) um Sistema de Inovação pode ser classificado em três níveis ou categorias, sendo a primeira os países que são lideranças no progresso tecnológico internacional. A segunda são os países que utilizam de forma eficiente e acrescentam novos avanços a tudo aquilo aprendido com os centros mais avançados. O terceiro nível são os países que não conseguiram produzir e nem copiar os avanços tecnológicos, ou seja, são imaturos em relação a inovação.

Seguindo essa classificação o Brasil estaria na terceira categoria, com um contexto adverso e mínimo incentivo ao desenvolvimento de tecnologias e inovações.

A INOVAÇÃO NO BRASIL

Historicamente o Brasil é um país atrasado se comparado com outros países já desenvolvidos, isso devido a sua independência, industrialização e criação de instituições de pesquisa e universidades de forma tardia.

As faculdades, um dos agentes no Sistema de Inovação Nacional, só começaram com a vinda da Corte Portuguesa em 1808. O ministério voltado especificamente para Ciência e Tecnologia só surgiu em 1985, mas enfrentou um cenário de grande

crise econômica e um sistema monetário-financeiro frágil, dessa forma tendo um contexto macroeconômico muito incerto, contrariando a teoria de De Nigri & Kubota, que atribuem ao Estado a função de diminuir incertezas para a produção científica.

A industrialização expressiva começou apenas na segunda metade do século XX. Antes disso a Economia era baseada na agricultura para exportação, porém a Grande Depressão mudou essa composição. A partir dos anos 50, começa o processo conhecido como substituição de importações, por meio da importação de tecnologias com investimento estrangeiro direto e não valorizando a capacitação do setor produtivo interno (Pacheco, 2003). Obviamente que o capital e tecnologia estrangeiro catalisaram a industrialização brasileira, porém não tinham como foco a inovação local.

Mesmo com tantas barreiras, alguns setores obtiveram avanços tecnológicos devido aos incentivos estatais como o setor de petróleo, mineração, telecomunicações e aeronáutica (Pacheco, 2003).

Logo, a tardia industrialização, a demora na criação de instituições de pesquisa, a falta de políticas públicas com incentivo a inovação e a falta de ação conjunta entre o governo, as universidades e as empresas são fatos determinantes para que o Brasil esteja classificado no terceiro nível dos Sistemas de Inovação Nacional, ou seja, tenha um sistema considerado imaturo (Albuquerque e Sicsú, 2000).

De qualquer forma, o país tem se esforçado para mudar esse contexto contrário a inovação. Por exemplo, têm-se políticas públicas o Programa de Capacitação de Recursos Humanos – RHAE que estimula a criação de equipes de pesquisa tecnológica e lança editais até hoje. Também foram criados a FINEP – Financiadora de Estudo e Projetos e o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social que são instrumentos financiadores de instituições científicas e tecnológicas.

Além da criação leis como a Lei nº 11.196/2005, conhecida como Lei do Bem, garante incentivos fiscais que podem ser utilizados de forma automática por pessoas jurídicas que realizem pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação.

Mesmo com tantas barreiras e incentivos a quebra dessas barreiras um ponto crucial deve ser abordado, o estreitamento das relações entre os agentes que compõe o Sistema Nacional de Inovação a fim de promover a criação e o uso de novos conhecimentos. Uma das alternativas para superar essas dificuldades, minimizar as distâncias entre esses agentes e assim aumentar a eficácia do Sistema de Inovação Nacional são os Parques Tecnológicos, tema abordado nesse projeto.

PARQUES TECNOLÓGICOS E SUAS COMPOSIÇÕES

A forma como estão estruturadas a gestão e a forma jurídica dos parques também desempenham importância na capacidade de gerar ambientes propícios

para a inovação. As principais formas jurídicas dos Parques tecnológicos são Fundações, Sociedades de Economia Mista e Organizações Sociais.

Fundações: De acordo com o artigo 62 do Código Civil Brasileiro, “para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la” (Lei 10.406, 2002). Sendo assim se caracteriza com fundação o local onde há um patrimônio despersonalizado e destinado a um fim. A vantagem de organizar um Parque Tecnológico sob a forma de fundação é que eles ganham diversas imunidades e isenções no tocante as tributações vigentes.

Sociedades de Economia Mista: É o caso de uma entidade privada onde, porém, o Estado é o maior detentor do capital social e é regulada pela lei das Sociedades Anônimas devendo prestar contas como Balanço Patrimonial, Demonstrações de Resultado dos Exercícios e se sujeitar a auditoria externa. A primeira sociedade de economia mista brasileira foi o Banco do Brasil, em 1808, seguido pelo Banco do Estado de São Paulo. O boom desse tipo de organização foi o processo de industrialização brasileira, de 1930 a 1950, onde essa forma jurídica foi a utilizada para incentivar as empresas como a Companhia Siderúrgica Nacional (1941) e a Companhia Vale do Rio Doce (1942) na busca do desenvolvimento do país.

Organizações Sociais: O título é dado exclusivamente pelo poder público e recebido por uma entidade privada, sem fins lucrativos, como forma de oferecer benefícios para que ela continue realizando seus interesses que devem ser alinhados com o que a comunidade deseja e que por consequência seria o que o Governo deseja. Sendo assim os serviços prestados antes pelo Governo passariam a ser responsabilidade de uma organização privada e incentivada com imunidade fiscal e fomento dirigidos exclusivamente a elas para a realização dos interesses da comunidade.

Sendo assim desprende-se que a forma de gestão implantada em um parque influência de maneira crucial a forma com que ele se desenvolverá e quais objetivos ele terá como orientação na hora de desenvolver suas pesquisas e projetos. Alguns focando no lucro para seus contratantes, outros focalizando desenvolver a comunidade na qual estão inseridos e atender aos interesses governamentais.

Nota-se também o grande incentivo do poder público para a organização de Parques Tecnológicos, o que explica porque em 2013 um quarto das iniciativas de implantação dessas organizações estava sob perspectiva da União, respondendo por 28 projetos. Ainda mais, o governo, segundo Sábato e Botana, está intrinsecamente ligado ao surgimento de um ambiente propício a Inovação.

OS PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL

Os parques no Brasil são tema de estudo e de utilização muito recente, segundo um estudo publicado na revista comemorativa de 20 anos da Anprotec a primeira ação formal para esse tipo de empreendimento aconteceu apenas em 1984, com o programa nacional de parques tecnológicos desenvolvido pelo CNPq. O primeiro parque em si somente em meados dos anos 90, mas ainda de forma bem tímida, incentivado por um cenário de alta instabilidade para as novas empresas, os parques surgiram na tentativa de auxiliar essas organizações, por meio de um auxílio do que mais tarde viriam a ser as incubadoras.

Outros incentivos que propiciaram a importação desses empreendimentos aqui para o território brasileiro foram o interesse dos investimentos internacionais que, baseados nas boas experiências obtidas principalmente na América do Norte e Europa, se voltavam para os países emergentes. Um segundo fator foi a consolidação de algumas universidades brasileiras no cenário nacional, com a formação de capital humano de alta capacitação e o incentivo a pesquisa. Os incentivos do governo também começaram com o objetivo de fomentar setores da economia que tinham potencial para concorrer no mercado internacional, na nova economia globalizada.

Dessa forma tem-se que os parques do Brasil em geral têm um tamanho mediano, mas com grande disponibilidade de terras para serem alugadas ou cedidas para as empresas e universidades que desejam se instalar próximas dali. Alguns findam-se apenas a descoberta científica e a testes por meio de prototipagem, não entregando exatamente o produto acabado, mas alguns modelos a serem desenvolvidos pelas empresas. Outros já possuem em sua malha uma parceria com indústrias que instalam verdadeiras fábricas e maquinários necessários para que o produto em desenvolvimento ali já saía totalmente pronto para o mercado.

CONCLUSÃO

Após os levantamentos, desprende-se que a inovação é um valor buscado e essencial para todas nações que desejam ser consideradas desenvolvidas e, para que se torne mais acessível o alcance desse objetivo, criou-se então o Sistema Nacional de Inovação (SNI) que é um conjunto de instituições, atores e mecanismos de um país que contribuem para a criação, avanço e difusão de inovações tecnológicas, segundo Freeman (1995). Para tanto são necessárias ações que facilitem a interação desses agentes que são o Governo, as Universidades e as Empresas, sendo a principal opção para isso os Parques Tecnológicos.

Os Parques Tecnológicos podem ter três principais formas jurídicas, sendo elas Fundações que são caracterizadas por um patrimônio despersonalizado e destinado a um fim, com as vantagens de ganhar isenções e imunidades quando organizados

dessa forma. Sociedades de Economia mista que é uma entidade privada em que o Estado é o maior detentor do capital social, como o Banco do Brasil. E, por fim, as Organizações Sociais que são entidades privadas sem fins lucrativos.

Abordando o tema inovação foi estudado a abordagem de diversos pesquisadores do tema como Lundvall, Freeman, Edquist e Albuquerque. Quase que há um consenso sobre o que é um fator determinante para um ambiente propício ao desenvolvimento de pesquisas e novas tecnologias que é a aproximação entre o Estado por meio do fomento e estabilidade Macroeconômica, das Universidades com a produção de capital intelectual e das Empresas com utilização e transformação das pesquisas em produtos e bens para a sociedade.

O tema no Brasil é visto como ainda novo, pouco desenvolvido por causa da tardia industrialização e falta de um cenário Político-Econômico estável. Mas são notáveis os esforços governamentais para que esse cenário seja revertido, como a Lei do Bem que garante isenções fiscais para pessoas jurídicas que se dediquem a pesquisas no setor de inovação e tecnologia.

Dessa forma, o Brasil ainda está muito atrasado em relação ao seu Sistema Nacional de Inovação, mas com a análise dos Parques Tecnológicos citados notamos o estreitamento da relação dos agentes determinantes para o bom desenvolvimento das pesquisas e criações. Logo, a perspectiva que fica é uma positiva em relação ao desempenho dos Parques que por meio de suas atividades geram valor para si e para todo o entorno no qual estão inseridos com a geração de empregos, novas tecnologias e produtos e ainda garantem o desenvolvimento do país que ainda visa ser uma referência em inovação.

Como desprendimento percebe-se que os fatores mais críticos e convergentes nos parques de sucesso em todo o território nacional são sempre a sua associação a um centro de pesquisa bem sucedido e relevante, a participação efetiva do governo local por meio de fomento com investimentos, programados e contínuos, ou por meio de doação de territórios para implantação das instalações dos parques e a forma de constituição e governança de organização social, se valendo dos benefícios fiscais e revertendo todo o lucro obtido nas parcerias indústria e universidades na continuidade e desenvolvimento de mais estudos e descobertas com a finalidade de gerar conhecimento útil para inovação tecnológica.

Outros fatores quase sempre presentes nos cases de maior sucesso nessas formações são uma proposta clara e objetiva de valor, a busca da promoção do desenvolvimento científico e tecnológico em áreas de necessidade prioritária do país, atuação como indutor da política industrial, a construção de marcas fortes e consolidadas, vinculação a empresas e projetos âncoras, composição de forma atraente ao capital privado, a integração com o mercado fornecendo produtos e inovações, além da geração de emprego e o foco para o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

- ANPROTEC e SEBRAE. Glossário dinâmico de termos na área de tecnópolis, parques tecnológicos e incubadoras e empresas. Brasília: ANPROTEC, 2002.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ENTIDADES PROMOTORA DE EMPREENDIMENTOS INOVADORES – ANPROTEC. Parques tecnológicos no Brasil: estudo análise e proposições. 2008a. disponível em http://www.anprotec.org.br/ArquivosDin/versao_final-pagina-a-pagina_pdf_45.pdf
- AZEVEDO, A.M.M.; FALVO, J.F. Políticas públicas de inovação em redes: o sistema Paulista de Parques Tecnológicos e sua interação com políticas públicas Federais e Municipais. Anais XV Congresso Latino-Ibero-americano de Gestão de Tecnologia – Altec. Porto: 2013.
- CASTELLS, M; HALL, P. Techno poles of the World: the making of 21 Century industrial complexes. London: Routledge, 1994.
- CIRANI, Claudia Brito Silva et al. PARQUES TECNOLÓGICOS BRASILEIROS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE MODELOS DE GESTÃO. [S.l.: s.n.], [20--]. 21 p
- COOPER, D.R.; SCHINDLER, P.S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre, 2003.
- FIATES, José Eduardo Azevedo et al. PARQUES TECNOLÓGICOS NO BRASIL: Estudo, Análise e Proposições. Brasil: Consenso Editora Gráfica, [20--]. 24 p.
- FIATES, J. E. A.; PIRES, S.O. (Coord.). Glossário dinâmico de termos na área de tecnópole, parques tecnológicos e incubadoras de empresas. ANPROTEC/SEBRAE, Brasília, 2002.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Polis de Tecnologia de Campinas entra no Sistema Paulista de Parques Tecnológicos. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/polis-de-tecnologia-de-campinas-entra-no-sistema-paulista-de-parques-tecnologicos/>>. Acesso em: 12/03/2019
- GUGLIANI, E.; SELIG, P. M.; SANTOS, N. dos. XXII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. Foz do Iguaçu, 2012. Disponível em <<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/inovapucrs/tecnopuc/anprotec-2012-artigo-governanca-analise-contexto.pdf>>. Acesso em 13/03/2019
- INVESTE SÃO PAULO, Agência Paulista de promoção de Investimentos e Competitividade. Disponível em <<http://www.investe.sp.gov.br/por-que-sp/inovacao-ciencia-e-tecnologia/parques-tecnologicos/>>. Acesso em 13/03/2019
- MEDEIROS, A. M.; MATTEDI, A. P.; MARCHI, M. M. Polos tecnológicos e núcleos de inovação: lições do caso brasileiro. Revista de Administração da USP – RAUSP, São Paulo 25(4):3-12, outubro/novembro de 1990.
- MEDEIROS, L. A, MARTINS, T.; PERILO, S. Polos, Parques e Incubadoras- A busca da modernização e competitividade: Brasília: CNPq/IBICT/SENAI, 1992
- STEINER, João E.; CASSIM, Marisa Barbar; ROBAZZI, Antônio Carlos. Parques Tecnológicos: Ambientes de Inovação. [20--]. 40 p. Dissertação (Instituto de estudos avançados) - Universidade de São Paulo, São Paulo, [20--].
- VILLELA, T. N.; MAGACHO, L. A. M. Abordagem histórica do Sistema Nacional de Inovação e o papel das Incubadoras de Empresas na interação entre agentes deste sistema. [Sly: s.n.], [20--]. 19 p.

TRANSPORTE ALTERNATIVO NO RIO DE JANEIRO: UMA ESTRATÉGIA DE CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Data de aceite: 19/11/2019

Leonardo Oliveira Muniz da Silva

UFRJ, Programa de Engenharia Urbana

Rio de Janeiro - RJ.

Giovani Manso Ávila

UFRJ, Programa de Engenharia Urbana

Rio de Janeiro - RJ.

RESUMO: Este artigo objetiva demonstrar como o transporte alternativo operado por mototáxi pode ser considerado, além de um mecanismo de mobilidade, uma estratégia de “contornamento territorial”, no caso das comunidades da cidade do Rio de Janeiro. A metodologia baseia-se na fundamentação teórica sobre a “cidade contemporânea i-mobilizada” e na aplicação de entrevistas não estruturadas a usuários dos mototáxis e vans e aos mototaxistas no/do bairro Bangu, na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Os resultados apontam para denominadores comuns entre o fenômeno atual e sua “primeira onda”, na década de 1990, no Estado do Ceará, mas com um novo aspecto, agora ligado à superação da dialética mobilidade-imobilidade causada pelas medidas de contenção das “forças de segurança” na cidade. Conclui-se que os mototáxis, assim, fazem-se fundamentais tanto para a integração entre áreas formais e

informais, como para a preservação da vida dos moradores de territórios segregados.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade i-mobilizada. Contornamento territorial. Mototáxi.

ALTERNATIVE TRANSPORTATION IN RIO DE JANEIRO: A STRATEGY OF TERRITORIAL “*CONTOURNEMENT*”

ABSTRACT: This article aims to demonstrate how the alternative transport operated by moto taxis can be considered, besides a mobility mechanism, a strategy of territorial “*contournement*”, in the case of the communities of the city of Rio de Janeiro. The methodology is based on the theoretical grounding on the “i-mobilized contemporary city” and on the application of unstructured interviews to motorcycle and taxi users and (motorcycle) taxi drivers in the Bangu neighborhood, in the west zone of Rio de Janeiro. The results point to common denominators between the current phenomenon and its “first wave”, in the 1990s, in the state of Ceará, but with a new aspect, now linked to the overcoming of the mobility-immobility dialectic caused by the containment measures of the “security forces” in the city. It concludes that moto taxis are thus fundamental both for the integration between formal and informal areas, as well as for the preservation of the lives of residents of segregated territories.

KEYWORDS: I-mobilized city. Territorial “*contournement*”. Moto taxi.

1 | INTRODUÇÃO

Na cidade do Rio de Janeiro, ainda que não exclusivamente, uma tática ou estratégia adotada pelas polícias para a execução de medidas tidas como de segurança, em repressão à criminalidade violenta, é a chamada contenção, ou fechamento, territorial (HAESBAERT, 2012). Praticada sob diversas formas, como veremos, seu objetivo central é imobilizar um determinado recorte espacial, tido como sendo, momentaneamente ou não, da criminalidade associada ao narcotráfico de varejo, para que haja rendições e apreensões de pessoas e produtos, segundo as polícias, relacionados a esta atividade em uma escala micro local.

Com “micro ações”, as operações policiais passam a ser rotineiras, buscando um desgaste das quadrilhas, o que, por outro lado, enclausura uma população, normalmente de baixa renda, cotidianamente, através da projeção “temporário-permanente” da imobilização para o controle do território. Neste contexto, o presente artigo busca, como objetivo específico, notar e investigar as iniciativas de contornamento das populações mais afetadas pelas contenções e risco à morte violenta para que se amplie o debate das possibilidades de saída e trânsito transterritoriais. Sua relevância reside no novo modo de ver o transporte alternativo (ou complementar) urbano - ligado à proteção dos usuários de transporte público em escala macro - que dá vida à cidade a partir dos movimentos pendulares e do aproveitamento de espaços públicos para lazer, onde os veículos “fazem ponto”.

Como base conceitual, será explorado o trabalho de COELHO (1997), que identifica, em seu contexto originário (Cratêus e Sobral, Ceará, Nordeste brasileiro, 1995), o uso de mototáxis para solução de problemas similares de mobilidade: busca de recursos que dão funcionalidade às cidades de porte médio com necessidades de circulação para garantia de trabalho. Porém, em termos de segurança, trata apenas daquela de tráfego (vulnerabilidade a acidentes), pois sua motivação foi a notação de deficiência no sistema rodoviário de transportes e de eficiência das iniciativas populares para suprimir engarrafamentos e maiores gastos financeiros com circulação.

Buscou-se, por este fator, investigar o uso de mototáxis, e também vans, nos dias atuais, porém, em uma metrópole nacional com grandes problemas de segurança pública, devido à nova “onda” ou “boom” desta modalidade de transporte para o então chamado “contornamento territorial”.

O presente estudo embasar-se-á, assim, nos autores supracitados e em um estudo primário de percepção dos usuários para confirmar, ou não, a seguinte hipótese:

o transporte alternativo ou complementar do Rio de Janeiro, nas áreas segregadas e de violência urbana e institucional, configura uma estratégia de contornamento territorial das populações integrando os fragmentos da cidade e dando forma a seu organicismo e sistema-total, além de proteção às suas vidas.

Com base nisto, espera-se incentivar uma ampliação dos campos da pesquisa e da política urbana no pensar mobilidade, transportes e redes de serviços e infraestruturas das cidades em sentido integrado - no presente caso, com a segurança. Além de promover um debate que permite explorar novas formas ou iniciativas inclusive auto administradas para a garantia de direito à cidade.

2 | CONTENÇÕES TEMPORÁRIA, PERMANENTE, SIMBÓLICA E “HISTÓRICA”

Como já mencionado, a contenção é uma forma de cerceamento da circulação como tática de controle do território (HAESBAERT, 2012). Depois de dois anos de levantamento diário de informações sobre os fechamentos territoriais por parte do grupo de pesquisas coordenado pelo geógrafo Rogério Haesbaert (Prof. Dr. da Universidade Federal Fluminense), foi elaborada uma tipologia de fechamentos devido à diferenciação percebida de intensidades da dialética mobilidade-imobilidade por motivos de violência urbana, coerção ou autoproteção (op. cit.). Assim, o autor constata três diferentes estratégias de contenção territorial, no Rio de Janeiro: a temporária (i), a permanente (ii) e a simbólica (iii); e, acrescentamos, pode-se falar em um quarto tipo: a contenção histórica (iv).

(i) “Reconhece-se, por exemplo, que uma das estratégias mais comuns (ou táticas, dependendo da projeção da ação, tanto em termos de concepção quanto de desdobramentos) é a que envolve o fechamento de vias de grande circulação, desde ruas, rodovias, até mesmo, algumas vezes, ferrovias (os ‘trens de subúrbio’, no caso do Rio de Janeiro) (op. cit.). Um caso emblemático pode ser verificado na Figura 1. Trata-se da Avenida Brasil, uma via de grande circulação casa-trabalho-casa, o dinamismo diário que alimenta a vida urbana (utilitarista) tendo o transporte urbano coletivo como central para o deslocamento de pessoas, trabalho e capital, paralisada por tanques do exército em missão “pacificadora” no conjunto de favelas da Maré.



Figura 1. Militares fecham a Avenida Brasil durante tiroteio.

Fonte: UOL (shorturl.at/lpADH).

Como sugere o título da matéria, trata-se de um fechamento temporário, “durante o tiroteio”, mas que, “de qualquer forma, pela simples verificação da intensidade no número de ocorrências já demonstra que aquilo que poderia ser visto simplesmente como ocasional ou temporário, acaba por se tornar ‘permanente’, no sentido da ‘normalidade’ de sua recorrência” (HAESBAERT, 2012). E o Complexo da Maré continua como exemplo (Figura 2): “forças de segurança” ocupam locais fixos para permanência, no caso, por prazo indeterminado, dependente do estágio de “pacificação” e neutralização do poder de fogo alcançados (UOL, 2014). Bem se exemplifica, assim, a contenção “temporário-permanente”.

(ii) Em termos de contenção permanente (definitiva), as estruturas são outras: muro-barragem e muro-duto, ambas legitimadas a partir de um discurso ecológico maquiado, evidenciado por uma série de pesquisas, como em CANÇADO (2009), REDE et al. (2009) e CAMARGO (2012) - ver Figuras 3 e 4.

Na Figura 3, discursa-se o “ecolimite” para proteção da área ambiental vizinha à favela do Santa Marta (Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro), enquanto, na Figura 4, é isolada uma via expressa, da favela da Maré utilizando-se o discurso da poluição sonora.



Figura 2. Exército estende ocupação na Maré.



Figura 3. O muro da discórdia.

Fonte: ANF (<http://www.anf.org.br/o-muro-da-discordia/>).



Figura 4. Barreiras acústicas.

Fonte: INDAC (shorturl.at/doR08).

Cumprir notar, aqui, que as favelas são os exemplos marcantes, pois, historicamente, consolidaram-se como espaços estigmatizados da criminalidade (CAMPOS, 2005), o que se usa discursivamente para legitimar a repressão (FERRAZ, 2012) e, portanto, a contenção. Isto vem a somar ainda com a invisibilização da favela tanto na escala “do sensível” (do sentido humano da visão) quanto na escala simbólica (da favela em termos de vivência, produção cultural, entre outros significados).

(iii) A terceira estratégia de contenção identificada dialoga com essa invisibilização que é também de informação sobre as áreas segregadas (HAESBAERT,

2012). Pela/para invisibilização, as políticas públicas são direcionadas às áreas já assistidas - em algum sentido - pelo poder público, sendo ressaltadas pelas mídias hegemônicas e, assim, projetos de urbanização coercitiva empurram a periferia mais à periferia (há uma hiperperiferização), como no caso das remoções compulsórias que chegaram a realocar famílias em espaços de distância superior a 20 km de suas moradias de origem (SOUZA, 2015). GROSTEIN (2001) pode, com isto, confirmar em escala local o padrão dual e insustentável da urbanização brasileira, para o qual chama atenção explicitamente:

De um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, seu contraponto absoluto, a cidade informal, que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana, sem atributos de urbanidade, exacerbando as diferenças socioambientais (GROSTEIN, 2001).

(iv) Deste mesmo processo ou padrão advém a “contenção histórica” que crescemos. Enquanto a contenção simbólica se refere à assistência seletiva do poder público e ao suporte midiático para estas seleções, aqui se é voltada à construção histórica das favelas e áreas informais das cidades, desde a escolha de seu “sítio natural” até a configuração de seus modos de habitar. Portanto, considera-se as seguintes características usuais: topografia acidentada, vielas sem pavimentação ou com pavimentação precária, baixa cobertura de espaços livres e menos cobertura de espaços de circulação, e acessibilidade restrita também em termos de “fechamento comunitário”, em um sentido de autoproteção. Com isto, o poder público e as mídias hegemônicas ampliam a contenção simbólica se utilizando de discursos naturalizantes (da segregação física entre cidade formal e informal devido ao ambiente natural onde as favelas se instalam) e de ordem moral (da manutenção da segregação devido às formas irregulares de ocupação). Ou seja, há, ainda, uma transferência de responsabilidade à população segregada que, final e criativamente, produz seus contornamentos.

3 | CONTORNAMENTO TERRITORIAL

Para suprir a desassistência do poder público contornando as contenções, constrangimentos e barragens, e, de maneira geral, a imobilização (ou seja, para suprir as necessidades de integração com o tecido sociopolítico-urbano), as populações de espaços segregados “desenvolvem uma habilidade especial em ‘transitar entre fronteiras’ (do legal e do ilegal, do ‘deter-se’ e do ‘avançar’...) [...] ‘contornando’ dois grandes riscos, o da morte violenta e o de ficar subordinado à caridade ou ao assistencialismo alheio” (TELLES, 2007). Assim define-se o que já foi tocado ao longo do item anterior: a “contraface indissociável da contenção”, o contornamento,

“a capacidade de reterritorialização múltipla, ou seja, de construção de uma multi ou mesmo transterritorialidade, referida ao trânsito constante entre territórios”, “o ‘viver no limite’ que caracteriza a vida dos mais precarizados - ao mesmo tempo manifestação de sua fragilidade e de sua força” (HAESBAERT, 2012). Ou, em outras palavras: a ultrapassagem das contenções para exercício da cidadania, do direito à mobilidade (ir e vir), através de mecanismos criativos e insurgentes de transportes, como podem-se demonstrar os mototáxis no Rio de Janeiro, que serão finalmente contextualizados e em escala nacional.

4 | AS ONDAS DOS MOTOTÁXIS NO BRASIL

Neste “viver no limite”, importa-se para as favelas cariocas contidas e potencializa-se o mercado dos mototáxis, um transporte rápido que possibilita a ultrapassagem de barreiras que os automóveis, por exemplo, não alcançam (COELHO, 1997). Ele surge no Brasil, na Região Nordeste, da precariedade dos sistemas de transporte coletivo sentida pela população que considerava o mototáxi um meio de transporte extremamente econômico, rápido e capaz de superar as dificuldades dos engarrafamentos (op. cit.).

4.1 A primeira onda: onda cearense

Com base no estudo do fenômeno dos mototáxis Modesto Siebra Coelho, a primeira utilização de motocicletas para o transporte urbano no Brasil se iniciou no Estado do Ceará, mais precisamente nas cidades de Cratêus e Sobral, em 1995, a partir da união necessidade-potencial criativo de um microempreendedor ex- funcionário de banco (op. cit.). As cidades mencionadas e todas aquelas que rapidamente seguiram a tendência tem em comum o porte de cidade média e a necessidade de transportes coletivos que, segundo o autor, eram poucos e, em alguns casos, inexistentes. Por este motivo, as ruas eram tomadas de veículos particulares e o congestionamento passou a fazer parte do cotidiano destas cidades (op. cit.).

Foram melhorias sentidas pela população com o uso dos mototáxis: fluidez de tráfego (descongestionamento e rapidez) e barateamento de custos nos deslocamentos casa-trabalho-casa; geração de empregos (desde os microempreendedores com suas empresas de mototáxis até os próprios moto taxistas - saída interessante para a população de baixa renda frente a uma crise econômica que rondava o país); quebra de preconceitos como “uma mocinha de família não devia ‘pegar carona’” e “motociclistas são rabos de burro ou playboys”; algum grau de aventura; e, de modo geral, melhoria das condições de vida e repercussões

positivas sobre o ambiente e circulação urbanos (op. cit.).

Porém, também havia problemas e conflitos sobre este novo meio. Estes podem ser resumidos ao apelo à regulamentação e ao seu embate. Como desfavoráveis ao mercado de mototáxi, havia os taxistas tradicionais e, “jogando pesado”, os empresários do transporte rodoviário (op. cit.). Os argumentos giravam entorno de um discurso jurídico-legal e de segurança. Como estamos tratando de uma “ciência dos transportes”, porém, este discurso não se pode tomar como referência. Apontar que “a constituição de 88 [(BRASIL, 1988)], no artigo 175, diz que incumbe ao poder público [...] a prestação do serviço público” e “o Código Nacional de Trânsito, no artigo 182, proíbe expressamente o transporte remunerado de passageiros em veículos particulares” possui caráter apenas normativo. Leis e normas, via de regra, são propostas, alteradas, revogadas, etc., a partir de forças políticas que - infelizmente - independem de avaliações de rigor acadêmico.

Sobre a questão da segurança, argumenta-se o risco que correm os usuários e os próprios mototaxistas, expostos devido à falta de proteção das motocicletas, e a vulnerabilidade destas frente ao trânsito junto a carros e ônibus. COELHO (1997), inclusive, sugere a criação de “motovias” exclusivas para o veículo.

4.2 A segunda onda: onda fluminense

Adicionalmente às motivações da Onda Cearense e, mais precisamente, no Rio de Janeiro, os mototaxis surgiram da necessidade de ultrapassar barreiras intencionais e/ou características da formação de territórios informais.

No caso das favelas cariocas, em sua maioria, em termos de sítio urbano, a permeabilidade é baixa e a densidade populacional é altíssima devido à falta de espaços abertos, o que impede a circulação de carros e ônibus. A topografia é, geralmente, acidentada e as ocupações se estendem ao longo de encostas irregulares. O fator econômico fecha a caracterização tendo em vista a precariedade das condições de vida aos quais estão expostos os habitantes, então, baixo assalariados. E, como já abordado no presente texto, há desassistência do poder público nestas localidades, exceto pelo “Estado de Polícia” (FERRAZ, 2012).

Deve-se compreender, neste momento, para o espaço estigmatizado como sendo espaço da violência, em vista, novamente, de sua baixa permeabilidade ou acessibilidade, que algumas formas de ilegalidades têm aí a oportunidade de se instalar. O conceito de contenção territorial é, assim, promovido por medidas de segurança, pela dialética “natural” imobilidade-mobilidade e por práticas de contenção das minorias controladoras do território quando em situações de crise (isto será explorado adiante). Mas as favelas detêm um potencial criativo de reagir às contenções: a minoria controladora do território contorna as intervenções policiais

através das redes regionais e internacionais de narcotráfico (ou seja, a partir, na realidade, de escalas maiores dominadas pelos atores criminosos de colarinho branco) e, sua maioria, trabalhadora pobre urbana, através das iniciativas como o uso de mototáxis, tendo como outro aspecto comum com a Primeira Onda o não mencionado uso de motocicletas para pequenas entregas. No Rio de Janeiro, um exemplo deste transporte tem como carga bujões de gás e sacos de areia e cimento para ampliação dos assentamentos precários, o que se observou durante as atividades de campo para entrevistas informais.

As favelas podem ser compreendidas como cidades informais contidas/imobilizadas. A Figura 2 já demonstra isto. Para exemplificar esta tese se utilizando de outra parte da cidade, de um subúrbio mais longínquo em relação ao Centro da cidade, os pontos de mototáxi localizados na Rua Iriguaçu e na Avenida Ministro Ary Franco, ambas no centro comercial do bairro Bangu, na Zona Oeste do Rio, atendem especificamente as comunidades pertencentes ao conjunto de favelas da Vila Aliança, nas quais, segundo relatos extraídos de moradores, quase diariamente há retaliações por parte dos narcotraficantes em relação à circulação da população, a qual tem sido utilizada como “escudo contra as invasões (policiais) da comunidade”. O interessante do exemplo da Vila Aliança é que ela não se encaixa no estereótipo de favela carioca de topografia acidentada e constituída apenas por vielas de baixa acessibilidade. Ela possui uma praça que funciona de terminal rodoviário legal, com itinerários, inclusive, via Centro. Ainda assim, segundo os moradores, confirmando a tese, hoje, parcialmente, limitada, de COELHO (1997), os mototáxis suprem a insuficiência do transporte público rodoviário, sendo localizados seus pontos nas esquinas da avenida principal (Av. Augusto Figueiredo) com cada viela interiorizante das comunidades, sendo fundamental para a integração aos centros e sub-centros de trabalho e a pontos de acessibilidade como as estações ferroviárias da cidade.

A limitação dos motos táxis expostos pela população é a dificuldade de se locomover com grande volume de bolsas ou sacolas de compras, o que pode implicar em algum risco. Um uso notório de mototáxi na região diz respeito à ida e volta a um supermercado localizado na Avenida Ministro Ary Franco, justificando a posição de um dos pontos analisados. Ainda assim, muitos usuários optam pela moto táxi, mesmo com grande volume de bolsas, porque “é rapidinho. A gente nem sente e já chegou”.

Apointa-se assim uma nova diferença entre as ondas cearense e fluminense, alterando aquela tese defendida por COELHO (1997), não por ineficácia de suas análises, mas por tratar-se de outro contexto espaço-temporal, e que indica ao uso do transporte “alternativo” (na verdade, melhor entendido como “transporte complementar”, em vista do funcionamento como linha alimentadora dos transportes de massa) sua função de contornamento territorial a contenções “naturais” e de

insegurança (em contorno ao contornamento-contenção do tráfico de drogas), interligando as cidades informal e formal para a “vida líquida” do urbano moderno BAUMAN (2005). A analogia é aqui feita para a vida dos moradores de favelas, que, como mencionado, buscam o contornamento da morte violenta - a sobrevivência no contexto da violência urbana.

Com base na leitura completa de COELHO (1997), o transporte alternativo pode ser entendido como mecanismo de deslocamento cujas possibilidades de uso suprem necessidades não contempladas pelas modalidades hegemônicas de transporte, seja por insuficiência de atendimento destes ou por preferência do usuário, cabendo aí o termo “alternativo”. A ideia de “transporte complementar” é aqui adotada por conta da dependência desta população imobilizada de ligar-se às redes de circulação mais densas. O uso das aspas em “alternativo” se justifica nisto, mas pode ser deixado de lado por se tratar de uma discussão semântica que não influenciaria nos resultados da presente pesquisa, pois se questiona o termo e não seu conteúdo, que já foi apresentado. Em relação à provocação, “alternativo” deixa de receber aspas porque o mototáxi, como já concluído parcialmente, é um meio de transporte complementar *alternativo à contenção territorial*.

5 | NARCOTRÁFICO E (I)MOBILIZAÇÃO INTRAURBANA: TERRITÓRIOS (DES) CONTIDOS

Segundo depoimento de moradores da Vila Aliança, a sucessão de operações policiais ocorridas desde dezembro de 2014 até junho de 2015 (uma das mais longas articulações policiais da história local), tem feito, mais do que nunca, os traficantes utilizarem da população como escudo em um movimento dialético de contornamento-contenção. A população, em alguns casos, é ordenada de que saia de suas casas para que a Polícia Militar (PM) não entre nas favelas realizando disparos de arma de fogo ou, inclusive, acerte um popular, o que traz implicações como necessidade de prestação de socorro e atenção da mídia às operações e com repercussão negativa para a PM. Mas a medida mais violenta é o uso de mulheres e crianças, em sua maioria, sofrendo disparos de armas de fogo pelos narcotraficantes, nas pernas ou pés, abandonadas nas ruas, ou seja, interrompendo temporariamente a passagem de viaturas e policiais a pé que, novamente, tem o dever de prestar atendimento de socorro às vítimas. Numa leitura objetiva: a polícia é “contida do lado de fora”, a população é contida e o tráfico contornado, ainda que seu território informal seja “naturalmente” contido, no sentido já exposto da baixa acessibilidade devido à alta densidade urbana, vielas não pavimentadas de ordem não-planejada e um cinturão de insegurança em defesa dos negócios ilícitos.

As operações policiais têm sido frequentes na Vila Aliança, o que faz com que traficantes de drogas de varejo usualmente fechem vias ateando fogo em pneus e bloqueando os acessos não só às favelas como, desta vez (Figura 5), também ao centro comercial de Bangu via viaduto.



Figura 5. Bandidos fecham Vila Aliança com barricadas.

Fonte: Jornal O Dia (shorturl.at/pBOVW).

Apesar desta limitação, alguns mototaxistas do centro comercial se colocaram em posição de voz ativa por serem colegas daqueles que operam dentro do conjunto de favelas. Todos são moradores das localidades a que servem. Foi relatado que, dado o horário inicial das operações, quando os moradores e moto taxistas ainda veem alguma possibilidade de trânsito para contornamento, a recorrência ao serviço aumenta exponencialmente, o que também é aplicado para as vans e Kombis.

Desta forma, os motos táxis, as vans e Kombis, todos vistos como transporte alternativo e/ou complementar, configuram-se como meios alternativos à contenção territorial de populares.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogando diretamente com o que apresenta HAESBAERT (2012), que menciona uma “contenção dialética” (não neste termo) criada por traficantes de drogas de varejo em áreas faveladas ou comunidades carentes, o transporte urbano alternativo, em sua maioria, irregular e informal, se consolida como medida criativa de “saída transterritorial às contenções”, integrando as cidades formal e informal, seja por trabalho e/ou consumo, nutrindo a vida urbana e liquidando, ainda que não em condições ideais, dificuldades de circulação e acessibilidade enfrentadas nas áreas caracterizadas. A caracterização particular das favelas da Vila Aliança, composta, em parte considerável, por ruas largas, pavimentadas e em terreno de baixada, possibilita a extrapolação da tese aqui defendida para os espaços segregados independentes de sua tipologia de contenção. Mais do que os aspectos físicos, há

uma variada construção narrativa de negação à favela que a contém.

O transporte por vans e mototáxis, assim, consolida-se, em especial, como um “transporte alternativo às contenções”. Isto significa: o transporte alternativo e/ou complementar urbano desempenha um papel de contornamento de populares principalmente à morte violenta. Contorna, ainda, a desassistência estatal a partir de iniciativas próprias e rompe com barreiras discursivas ligadas à *insegurança* que inibiriam sua circulação. Há rapidez na chegada ou na saída de casa e promoção de proteção sentida.

Um ponto a ser explorado ainda é o possível controle *não-consentido* do tráfico sobre os mototaxistas - não por ter sido colocado pelos taxistas tradicionais, que sugeriram relações de comércio. É cotidiana a presença de homens com armas de fogo nos pontos moto taxistas localizados no mesmo conjunto de favelas conhecido como Vila Aliança. Fato já *reconhecido* com as atividades das vans aponta para este não-consentimento (UOL, 2012). Por este motivo, a investigação de uma possível desintegração dos serviços, causada pelo controle coercitivo e violento aos condutores, definindo-se locais que podem ou não ser atendidos e como, deve ser realizada, a partir de uma abordagem etnográfica, não apenas pela justificativa da imobilização, como, também, fundamentalmente, pela proteção dos próprios moto taxistas. Isto incrementaria análises mais aprofundadas das possibilidades e desejos sobre a regulamentação universal dos transportes em foco, sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2000.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

CAMARGO, Jean Carlos Gomes. **Ecolimites ou sócio-limites? Da “preservação ambiental” à segregação sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles [online], 2012. Disponível em: <<http://observatoriodasmetrolopes.net.br/wp/ecolimites-ou-socio-limites/>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:08.

CAMPOS, Andreilino de Oliveira. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2005.

CANÇADO, Wellington. O muro: “ecolimites” e as favelas do Rio de Janeiro. **Minha Cidade (vitruvius) [online]**, vol. 106, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/09.106/1854>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:10.

COELHO, Modesto Siebra. **A nova onda do transporte urbano: o mototáxi**. Sobral: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 1997. (Novos Tempos, 2).

FERRAZ, Sonia Maria Taddei. Desordem/Ordem na cidade, políticas de segurança e violência. In: Ana Clara Torres Ribeiro; Tamara Tania Cohen Egler; Fernanda Sánchez. (Orgs.). **Política governamental e ação social no espaço**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ANPUR, 2012, 167-74.

GROSTEIN, Marta Dora. Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos insustentáveis. **São Paulo em Perspectiva**, vol.15, n.1, pp. 13-19, 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392001000100003>>. Acesso em: 23 ago. 2019, às 16:12.

HAESBAERT, Rogério. Cidade "i-mobilizada": contenção e contornamento como estratégias territoriais de controle. In: Jorge Luiz Barbosa; Ester Limonad. (Orgs.). **Ordenamento territorial e ambiental**. Niterói: Editora da UFF, 2012, p. 73-94. (Coleção Espaço, Território e Paisagem, 2).

REDE Rio Criança et al. (Org.). **Os muros nas favelas e o processo de criminalização**. Rio de Janeiro: Justiça Global [online], 2009. Disponível em: <http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/r_jg_2009_muros_favelas.pdf>. Acesso em 23 ago. 2019, às 16:15.

SOUZA, Gabriel Carvalho Soares de. **Morar Carioca da Providência: a ambiguidade da ação municipal na urbanização de favelas**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana). Rio de Janeiro: PEU/POLI/UFRJ, 2015.

TELLES, Vera da Silva. Transitando na linha de sombra, tecendo as tramas da cidade. In: Francisco de Oliveira; Cibele Saliba Rizek. (Orgs.). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007, p.195-218. (Coleção Estado de Sítio).

UOL. **Exército estende ocupação na Maré**. Disponível em: <http://portal.tododia.uol.com.br/_conteudo/>. Publicado em: 30/12/2014. Acesso em: 09 abr. 2015, às 22:04.

VIABILIDAD SOCIAL Y ECONÓMICA DE LA REACTIVACIÓN DEL SERVICIO FERROVIARIO ROSARIO-CAÑADA DE GÓMEZ (ARG)

Data de aceite: 19/11/2019

Leonel Raúl Swistoniuk

Universidad Nacional de Rosario, Escuela de
Ingeniería Civil
leonelsw@gmail.com

RESUMEN: Debido al crecimiento de las ciudades vecinas de la Gran Rosario en las últimas décadas y los deficientes medios de transportes que las vinculan, los organismos municipales tuvieron la iniciativa de promover la reactivación del antiguo sistema ferroviario de pasajeros de la región, que comprende el corredor Rosario-Cañada de Gómez. Con esa meta, el presente trabajo tiene como objetivo desarrollar el proyecto de la estación y analizar la viabilidad económica y social del mismo. El trabajo se dividió en cuatro etapas, en la primera se analizó la demanda por el servicio y se realizó una proyección futura, basándose en datos brindados por otros medios de transportes públicos, los cuales actúan en el área de influencia, y datos de instituciones públicas referentes a la población del país. En la segunda etapa, se planificaron los tipos de servicios ofrecidos, sus frecuencias y horarios, por medio de Diagrama de Malla. En la tercera etapa, se desarrolló una propuesta para la edificación de la Estación Intermodal

de Rosario. En la última etapa, se realizó un Análisis Económico y Flujo de Caja, donde, se constató la necesidad de Inversión Inicial por parte del Gobierno Argentino para la ejecución del proyecto, el cual, aún en el peor escenario posible, presenta beneficios a la sociedad y viabilidad económica sin depender de nuevos subsidios estatales.

PALABRAS CLAVE: Sistema Ferroviario, Demanda de Pasajeros, Diagrama de Malla, Estación Intermodal, Análisis Social y Económico.

RESUMO: Devido ao crescimento das cidades vizinhas da Gran Rosário nas últimas décadas e os deficientes meios de transporte que vinculam elas, os órgãos municipais tiveram a iniciativa de promover a reativação do antigo sistema ferroviário de passageiros da região, que compreende o corredor Rosário - Canada de Gomez. Com esse intuito, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver o projeto da estação e analisar a viabilidade econômica e social do mesmo. O trabalho dividiu-se em quatro etapas, na primeira analisou-se a demanda pelo serviço e realizou-se uma projeção futura, baseando-se em dados fornecidos de outros meios de transportes públicos, os quais atuam na área influenciada, e dados de instituições públicas referentes a população do país. Na segunda etapa planejou-se os tipos de serviços

oferecidos, suas frequências e horários, por meio de Diagramas de Malha. Na terceira etapa desenvolveu-se uma proposta para o projeto de edificação da Estação Intermodal de Rosário. Na última etapa realizou-se uma análise econômica e fluxo de caixa, onde, constatou-se a necessidade de investimento inicial por parte do governo Argentino para a execução do projeto, o qual, mesmo no pior cenário possível, apresenta benefícios a sociedade e viabilidade econômica sem depender de novos subsídios estatais.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema Ferroviário. Demanda de Passageiros. Diagrama de Malha. Estação Intermodal. Análises Social e Econômica.

1 | INTRODUCCIÓN

Debido al notable crecimiento poblacional de Ciudades Aledañas a la Gran Rosario en la última década, como ser las de Funes y Roldán (60% y 25% respectivamente; FUENTE: INDEC - IPEC, Censo Nacional de Población, Hogares y Vivienda (2010)), surge la iniciativa por parte del gobierno de la reactivación del antiguo Servicio Ferroviario que vincula las antes citadas, hasta su extremo de importancia en la ciudad de Cañada de Gómez, Santa Fe, Argentina, conectando ésta con Rosario mediante una traza de 70 kilómetros en Vías Dobles.

El objetivo principal es, socialmente, brindar un óptimo escenario para el desarrollo de las llamadas “Ciudades Satélites”; las cuales se desenvuelven parcialmente aisladas unas de otras, ya que las principales actividades económicas se dan en una focal de mayor jerarquía (Rosario). También se las suelen conocer como Ciudades Dormitorios, ya que sus residentes las utilizan principalmente para descansar, mientras que desarrollan sus actividades diarias en las Focales. Al presentar éstas, la tranquilidad que no consiguen en las Grandes Metrópolis.

Es por ello, que el requisito fundamental para lograr tal desarrollo y a la vez descongestión de la Propia Rosario, es dotar de un medio de transporte Eficiente en la región; como ser el Ferrocarril, que reemplazaría a los tediosos embotellamientos y congestiones en las ciudades, por un medio Sustentable, Económico, Rápido y Ágil.

Mediante un estudio dividido en cuatro partes básicas, se logra una proyección del servicio Ferroviario utilizando conocimientos Elementales de la Ingeniería Civil, sin sofisticados Softwares, y base en datos públicos brindados por Organismos Oficiales.

En su Primera Etapa, se estudió la demanda que presentaría el futuro servicio, calculada para el año Inicial de funcionamiento, con sus respectivas proyecciones futuras mediante Funciones Estadísticas. Basada en datos brindados por empresas de Buses que prestan servicio actualmente en la zona, adaptándolos a las necesidades de análisis, y contemplando distintas variables de entorno; Económicas, Sociales y

Culturales.

La Segunda Parte busca planificar el servicio con el fin de satisfacer la demanda antes analizada, de la manera más eficiente posible. Mediante Diagrama de mallas, construidos en base a las prestaciones del Material Rodante disponible por fabricantes Nacionales y previamente preseleccionado, además de considerar las Leyes Físicas, tales como las ecuaciones cinemáticas del movimiento rectilíneo uniformemente acelerado de un cuerpo; se logra una grilla de horarios finales de cada formación, ajustándola en función de consideraciones que vinculan dicha teoría con la realidad.

En una tercera Etapa, se pretendió confeccionar una Guía de Recomendaciones a tener en cuenta al momento del diseño de un Edificio de Estación Multimodal de Transportes. Basándose en Reglamentaciones y Normas Internacionales, de países como EEUU, Chile, España, Alemania y China; los cuales cuentan con sus respectivas reglamentaciones. Además, a modo de ejemplo, se proyectó una Estación Multimodal en un predio de propiedad Estatal, lindero a la traza de las Vías en cuestión, adecuando su entorno al futuro servicio, y respondiendo al desarrollo social de la Región donde se emplazaría.

Por último, para ser estudiada su Viabilidad, se desarrolló un análisis económico contemplando cada una de sus inversiones y gastos de funcionamiento, como así también los Ingresos obtenidos de su ejercicio. Lo cual mostró que, además de ser Altamente Beneficioso Socialmente, también lo es económicamente, por lo que permite continuar su funcionamiento sin dependencia monetaria por parte del Estado.

Cabe aclarar, que el presente artículo, es solo una extracción resumida de un amplio proyecto llevado a cabo como Tesis de Grado en la carrera de Ingeniería Civil. El cual, por limitantes reglamentarias de presentación, no puede ser expuesto en su total desarrollo.

2 | LA DEMANDA

El objetivo principal de su estimación es, determinar el volumen máximo de pasajeros en una formación de coches, en el Horario de Máxima Demanda, que harían uso del servicio. Para así, mediante ello, conocer el Número de Coches necesariamente acoplados para prestar una oferta coherente. Además, de esta manera, se conocerán los requisitos mínimos para el diseño de los andenes, en cuanto a sus dimensiones necesarias.

El corredor estudiado cuenta con una longitud aproximada de 70km, y su principal centro urbano es la ciudad de Rosario (948.312 habitantes) emplazada en uno de sus extremos, vinculando además a las ciudades de Funes (23.520 habitantes), Roldán (14.299 habitantes), San Gerónimo (2.780 habitantes), Carcarañá (16.432

habitantes), Correa (6.020 habitantes) y en su otro extremo Cañada de Gómez (29.824 habitantes).

FUENTE: INDEC - IPEC, Censo Nacional de Población, Hogares y Vivienda (2010).

2.1 Desarrollo

Partiendo de los datos brindados por las empresas prestadoras de Servicio Colectivo de Transporte Público de Pasajeros (Las Rosas y Monticas), entre las ciudades de Rosario y Roldán; se ordenaron los mismos a conveniencia del análisis, resultando dicho orden como: Fecha, Horario, Bandera (recorrido) y número de Pasajeros. Los datos corresponden a los primeros 14 días del mes de Mayo de 2014.

Se tomaron para el análisis 4 períodos de horarios en el transcurso del día, los cuales servirán posteriormente para organizar el número necesario de formaciones por rangos horarios. Luego se observó una importante variación en la demanda entre los días laborables y los fines de semana o feriados; motivo por lo cual se decidió trabajar sólo con los primeros, para mediante un análisis posterior, reducir convenientemente la oferta adecuándola a la demanda.

Como hipótesis de partida, se consideró que no todo el volumen de pasajeros de Buses optarán por el Tren, entonces se plantearon suposiciones porcentuales en diferentes variables, como ser: Vehículos particulares participan en correspondencia al 10% del volumen de Buses, Usuarios de Buses intervienen en el 50%, Volumen Generado por la nueva Oferta correspondiente al 2% de cada Población, además se consideró una revancha del 10% por posibles errores de estimación.

Resultando así, la siguiente tabla

	MAÑANA	MEDIO DIA	TARDE	NOCHE
ROSARIO - FUNES	347	335	341	315
FUNES - ROLDAN	246	233	240	213
FUNES - ROSARIO	340	343	339	281
ROLDAN - FUNES	263	258	261	186

Tabla 1: Pasajeros atraídos por el Ferrocarril en cada Tramo.

Como los datos corresponden solo a los dos primeros tramos (Rosario-Funes-Roldan), luego de analizar los mismos, se desarrolló una ecuación matemática en la cual intervienen diferentes variables como ser: población de cada ciudad y distancia hacia la ciudad de Rosario; a fin de extrapolar las estimaciones a lo largo del corredor.

Asumiendo distintas hipótesis:

- las demandas provenientes de cada localidad, serán dependientes (proporcionales) a las demandas de las localidades con datos conocidos, (Funes y

Roldan)

- la demanda desde cada localidad, aumentará de manera proporcional al número de habitantes que posea la misma.

- La demanda disminuirá en relación a la distancia hacia la ciudad de Rosario.

- Los valores de la localidad de Roldan, serán utilizados para ajustar dicha extrapolación.

Y;

- hab_i = los habitantes de la localidad i ,

- Vol_i = el volumen de pasajeros provenientes de la localidad i [pasajeros],

- Dis_i = la distancia comprendida entre Rosario y la localidad i [km],

Resulta;

$$Vol_2 = X \cdot hab_2 \cdot \frac{Vol_1}{hab_1} \cdot \frac{Dis_1}{Dis_2}$$

Donde X es una constante de corrección, que se calcula para cada banda horaria, dependiendo de los datos de las ciudades de Rosario y Funes, y corregida mediante comparación con los de Roldán.

Luego, partiendo de datos extraídos de organismos públicos encargados de llevar adelante los censos en la provincia de Santa Fe y el país completo, con la ayuda de software de planillas de cálculos, se procedió a la proyección de la demanda considerando como año 0 al 2014, y luego proyectando para los sucesivos períodos 2020 y 2025.

Según el trabajo realizado en el Centro Tecnológico de Transporte, Transito y Seguridad Vial, de la Secretaria de Extensión Universitaria - Universidad Tecnológica Nacional, denominado “El empleo y la demanda de Transporte: un análisis estadístico sencillo circunscripto al ferrocarril metropolitano de pasajeros ex Belgrano Norte”; basado en indicadores derivados de las series de Encuestas Permanente de Hogares (EPH), del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos (INDEC), en su modalidad “continua”, cuyo origen es el año 2003. El cual puede ser relacionado y comparado con el corredor en estudio ya que, el ramal ex Belgrano Norte cuenta con la configuración de 22 Estaciones, recorriendo un total de 52km uniendo Retiro con la localidad bonaerense de Villa Rosa, partido de Pilar, Buenos Aires; presentado de esta manera puntos de comparación en cuanto a distancia recorrida y ciudades de jerarquía (72km, Rosario – Cañada de Gómez). El mencionado Informe describe la influencia que existe entre los Indicadores Actividad, Empleo y Desempleo; con respecto a la demanda de transporte Ferroviario Interurbano. Mostrando una influencia del motivo “trabajo” en la demanda superior al 70% de la generación de los viajes. Por lo cual, conocer la manera en que ambos fenómenos se relacionan es crucial para pronosticar el comportamiento futuro de la demanda.

Basado en este análisis, la proyección futura fue influenciada en un 70% con los indicadores socioeconómicos: Actividad, Empleo y Desocupación; en la forma positiva y/o negativa que corresponda.

Es así, como resultaron las tablas de valores actuales y proyectados de las demandas en cada tramo, para los años 2014, 2020 y 2025. De las cuales se presenta una Gráfica correspondiente al año 2020 a modo de ejemplo;

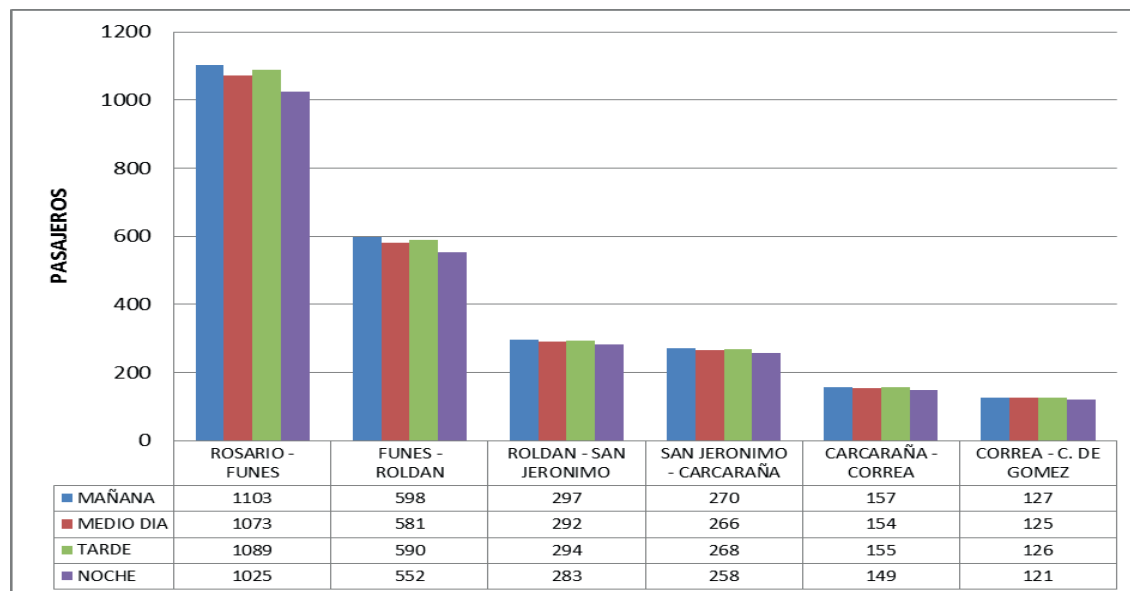


Figura 1: Demanda en cada tramo del Corredor, año 2020.

3 I PLANIFICACIÓN DEL SERVICIO

Tras una serie de Hipótesis referidas al Material rodante, como ser condiciones de calidad y seguridad mínimas, ocupación, capacidades, configuraciones; y otras basadas en las instalaciones de las estaciones, como tiempos de maniobras, esperas, utilización de las trazas, etc.; se procedió a la planificación de los servicios ofrecidos diariamente.

Los movimientos desarrollados por las formaciones fueron calculados en base a la utilización de las leyes físicas correspondientes a las ecuaciones cinemáticas del movimiento rectilíneo uniformemente acelerado de un cuerpo (tren). Con lo cual se determinaron los tiempos demandados por cada secuencia de movimiento a lo largo de todo el recorrido; como ser: tiempo de frenado en cada estación, aceleración, viaje a velocidad crucero, maniobras de entrecruces y maniobras en estaciones cabeceras.

3.1 Diagrama de Malla

Con las mallas de trenes se pretende representar los movimientos reales de las formaciones en un gráfico de dos dimensiones, en el eje de abscisas se representa el tiempo, en el de ordenadas, diferentes puntos de la infraestructura ferroviaria;

los espacios entre estos últimos representan tramos de la infraestructura que los enlazan. En el gráfico se dibujan segmentos que unen puntos del mismo formando líneas, cada una de ellas representa el movimiento de un tren por los diferentes puntos y tramos de la infraestructura a lo largo del tiempo.

Primeramente se debió contar con un relevamiento de las distancias detalladas entre cada estación, como así también los puntos conflictivos en los cuales la circulación de la formación se realiza a una velocidad menor a la de crucero.

Operando analíticamente, se determinó el tiempo necesario para recorrer el tramo total, al cual se le debió adicionar las maniobras en cabecera. Tras dichos resultados, se fueron realizando modificaciones sobre los diagramas con el fin de obtener un servicio competitivo y eficiente, es así como se adicionaron formaciones, y ajustaron los horarios de salida de las mismas desde cada estación evitando conflictos de entrecruces. Resulta de esta manera el siguiente Diagrama de Malla para un sentido de circulación, truncado por dimensiones limitantes:

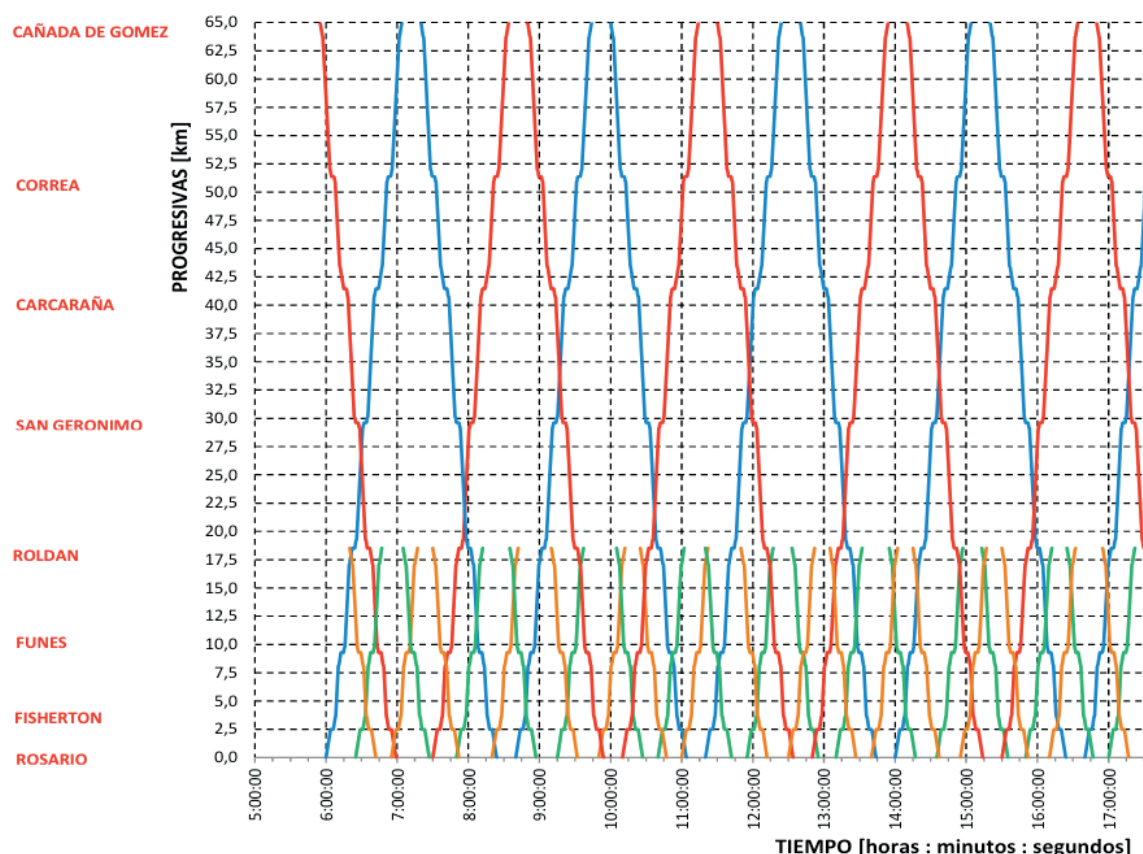


Figura 2: Diagrama de Malla Recorrido completo con 4 Formaciones.

Una vez determinada la demanda y los horarios de los diferentes servicios prestados en el corredor, se procedió a designar las formaciones en los diferentes horarios para así garantizar una calidad en cuanto a equilibrio Oferta-Demanda. Resultando suficiente una formación Doble, es decir, un coche Pulman (78 pas) y uno Estándar (250 pas) acoplados.

4 | LA ESTACIÓN

Las estaciones son, primeramente, medios de accesos a las redes ferroviarias nacionales, actuando a veces como portales de ingreso o egreso para otros destinos. Se han vuelto cada vez más importantes como destinos en sí mismas, como sitios para salir de compras, trabajar, concurrir a “ciudades dormitorio” como lo son en muchas veces las ciudades de Funes y Roldán, o simplemente visitar familiares o amigos. Muchas estaciones solo son nodos de intercambios entre diferentes modos de transportes.

La construcción de la estación debe ser tal que resulte acogedora, segura para su uso, fácil de recorrerla y que contribuya positivamente en las experiencias de los viajeros. Deberían animar a los usuarios a volver y considerar los viajes en tren como la forma más cómoda y agradable para viajar.

Las necesidades de un pasajero típico se pueden representar en tres zonas claves de la estación, estas son: la Zona de Acceso, Zona de las Instalaciones y Zona de Plataforma. La forma y tamaño de cada una de ellas puede variar mucho entre diferentes estaciones, pero en cada caso el recibimiento ofrecido y la calidad del servicio deben seguir siendo el mismo en cada estación de una misma red.



Figura 3: Zonas de una Estación.

Luego de un análisis de cada punto interviniente en la Figura 4, se confeccionó el proyecto del Edificio de la Estación Multimodal Rosario. Contemplando anteriormente un relevamiento minucioso en la zona, de factores como ser Estacionamientos, Líneas de Buses, Servicios Públicos de Transportes (Taxis), Proyectos del Departamento de Transito de Rosario (Ciclo vías), Planes Maestros de la Región, etc, con el propósito de lograr un servicio Complementario y no Competitivo; ya que el Ferrocarril presenta la desventaja de no poder prestar el “Servicio Puerta a Puerta” a los Pasajeros. Cada Ítem fue generando diversas Necesidades a salvar, por lo que se plantearon diferentes soluciones alternativas para cada una.

4.1 El Edificio

A modo de ejemplo, se presenta de manera resumida la proyección del edificio correspondiente a la Estación Multimodal, emplazada en un terreno de propiedad estatal, sobre el margen de la traza de Vías Férreas.

El Edificio General de la Estación se dividió en dos Plantas Principales. Una Superior, en donde se Localizaron los Servicios de Restaurantes, Bares, Comercios Minoristas, Boleterías, Información, y Zonas de Espera entre otros; y una Inferior, en donde se encuentran los restantes servicios, el ingreso desde la vía pública, y el más importante, el acceso a los Andenes. Además de estas Plantas, existe una tercera en Entrepisos, donde se tiene acceso a ella mediante los Bloques en las esquinas de la Estación, los que hacen las veces de Columnas soportes de la planta Superior.

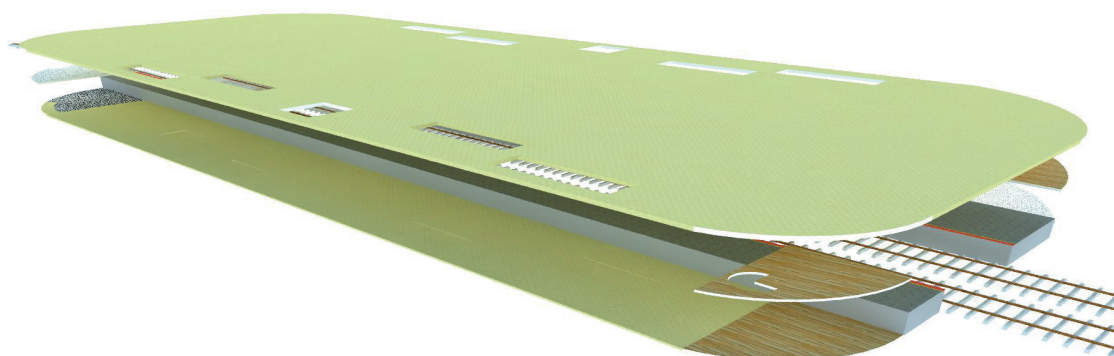


Figura 4: Perspectiva de plantas de la Estación.

La parte más importante de toda estación, independientemente de su tamaño, la compone los andenes, los cuales deben contar con las reglamentaciones más específicas posibles a fin de garantizar principalmente seguridad seguida de agilidad en su circulación.



Figura 5: Andenes.

Es así como, luego de un detallado diseño, resulta el modelo final, el cual puede ser mostrado en su entorno;



Figura 6: Planimetría en entorno.



Figura 7: Perspectivas de la Zona Intervenido.

5 | ANÁLISIS ECONÓMICO

A fin de prever o reducir posibles pérdidas durante el ejercicio, se utilizó un instrumento metodológico llamado Evaluación de Proyectos de Inversión.

Una evaluación puede ser de dos tipos: evaluación privada y evaluación social. La primera pretende determinar el valor del proyecto para el inversionista, mientras que la segunda valora la importancia del mismo para la sociedad. Ésta última es la

evaluación que se priorizó para el actual proyecto, ya que generalmente el servicio ferroviario no presenta atracción de inversión privada en cuanto a lo financiero, sino que los beneficios son principalmente enfocados a la sociedad, por lo que el rol de inversionista lo toma el Estado.

Tras un desarrollo compuesto por Cómputos, Análisis de Costos Fijos y Variables, Ingresos o Recaudaciones, Inversiones, etc. Se llevaron adelante Flujos de Caja demostrando los posibles escenarios a lo largo del ejercicio (Optimista, Pesimista y Real); considerando inversiones estatales y/o Privadas.

6 | CONCLUSIONES

Mediante el presente artículo, si bien se encuentra en una versión resumida del Trabajo Original, evidencia la posibilidad de Proyectar un Servicio Ferroviario contemplando cada una de sus partes, por métodos simples, y procedimientos elementales adquiridos en la Carrera de Ingeniería Civil.

Además, plasma una alternativa a los problemas actuales presentes en las grandes conglomeraciones urbanas, como ser la descongestión mediante Transportes Eficientes hacia localidades vecinas, permitiendo a sus residentes conseguir mejores Condiciones de Vida en virtud a la Tranquilidad que ellas presentan. Destacando a su vez, que dicha solución podría resultar Económicamente Favorable para sus Inversores.

Luego del Análisis Económico, se determinó la necesidad de Inversión Inicial por parte del Estado, ya que sus escenarios presentaron tiempos de recuperación monetaria de excesiva prolongación. Pero a su vez, al comenzar su ejercicio, los flujos de caja arrojarían resultados favorables para su continuidad sin subsidios algunos.

REFERENCIAS

ALONSO, Luis E. Privatización del Transporte y Modelos sociales futuros. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992. 108 p.

BACA, Urbina Gabriel, "Evaluación de Proyectos" 3ra Edición, 1998

CLARK, Robert R. – "General Guidelines for the Design of Light Rail Transit Facilities in Edmonton". 1984

COHEN, Ernesto; MARTINEZ, Rodrigo – "Formulación, Evaluación y Monitoreo de Proyectos Sociales". Manual. División de Desarrollo Social, CEPAL.

"Crecimiento del gran rosario en los últimos 30 años. Periodo 1980 – 2010" Secretaría de Planificación y Política Económica. Provincia de Santa Fe, Septiembre de 2013.

EL FERROVIARIO – “Un espacio para todos los amantes del ferrocarril”.

Blog <http://ferrocarrilestrenesyestaciones.blogspot.com.br/2007/12/la-linea-rosario-central-canada-de-gomez.html>

GUERRERO-BARBOSA, T.G.; CANTILLO, G. y CAMARGO, S. “Modelación de viajes interurbanos de pasajeros en sistemas intermodales de baja demanda”. Revista EIA, 10(20). Julio diciembre, 101-110p.

ING. GIRARDOTTI, Luis M. – “Revisión de la demanda en corredores”. Planeamiento del Transporte – Facultad de Ingeniería UBA. Abril de 2003.

MAR GONZALES – SAVIGNAT; MATAS, Anna; RAYMOND, José Luis; RUIZ, Adriana – “Predicción de demanda: Análisis de la incertidumbre y modelos de predicción en España”. Evaluación Económica de Proyectos de Transporte. 29 de Marzo de 2009.

MASSIA, Santiago. “Belgrano Cargas”. Pensar. Documento de Políticas Públicas N°42. 24 de Julio de 2013.

MIGUEL ARRANZ PASCUAL. “Herramienta Para La Regulación De La Circulación De Trenes”. UNIVERSIDAD NACIONAL DE EDUCACIÓN A DISTANCIA, ESCUELA TÉCNICA SUPERIOR DE INGENIERÍA INFORMÁTICA. Enero 2014.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y OBRAS Y SERVICIOS PÚBLICOS- Secretaría de Obras Públicas y Transporte. Compendio Estadístico del Sector Transporte en la Argentina. Buenos Aires, 1996. 226p.

PLAN ESTRATEGICO ROSARIO METROPOLITANA- PERM+10. Diez años de Plan Estratégico. Rosario, 2008. p.443.

RAILWAY TECHNICAL WEB PAGES – “Railway systems, technologies and operations across the world”. <http://www.railway-technical.com>

SECTRA, Ministerio de Planificación, Programa de Vialidad y Transporte Urbano. “Manual de recomendaciones para el análisis técnico y evaluación social de proyectos de transporte ferroviario”. Consorcio CIMA-CIPRES. Santiago – Chile, abril de 2010.

STEER, Davier Gleave, “Análisis de costos y Competitividad de modos de transporte terrestre de carga interurbana”. Santiago – CHILE. 11 de julio de 2011.

A OPERAÇÃO LAVA JATO E OS ESCÂNDALOS MIDIÁTICOS LAVA JATO AND MEDIA SCANDALS

Data de aceite: 19/11/2019

Rafael D'Oliveira

Universidade Estácio de Sá Belo Horizonte –
Minas Gerais

RESUMO: Este trabalho é pautado no tema mídia e política. O estudo busca entender a relação da imprensa com a Operação Lava Jato, os protestos populares e os escândalos envolvendo a política brasileira e a mídia, baseados na cobertura jornalística do Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão. A ideia é entender qual é o papel do veículo na cobertura da investigação e de que forma isso impactou nos protestos da população e em outros fatores que impulsionaram, ainda mais, a crise política brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Política; Operação Lava Jato.

ABSTRACT: This work is based on the theme media and politics. The study seeks to understand the relationship of the press with Operation Lava Jato, popular protests and scandals involving Brazilian politics and the media, based on the journalistic coverage of Jornal Nacional, at Rede Globo de Televisão. The idea is to understand the role of the vehicle in the coverage of the investigation and how this

has impacted on the population's protests and on other factors that have further boosted the Brazilian political crisis.

KEYWORDS: Media; Policy; Operation Lava Jato.

INTRODUÇÃO

Desde seu início, a Operação Lava Jato balançou os meandros políticos. Porém, ela ganhou ainda mais força após as eleições de 2014, quando a imprensa passou a atuar de maneira decisiva, tanto na divulgação dos fatos quanto na formação de opiniões. O vazamento da conversa de Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) com a então presidente Dilma Rousseff, no dia 16 de março de 2016, data em que o ex-presidente foi nomeado ministro da Casa Civil, deixou a entender que a Rede Globo, primeira a divulgar os áudios em rede nacional, tornou-se ponte entre a Operação Lava Jato e os telespectadores, atuando de maneira decisiva nesta transmissão de notícias.

O Jornal Nacional, noticiário mais assistido do país, acalorou ainda mais a discussão sobre a nomeação de Lula e impulsionou os protestos de parte da população que, de forma quase imediata, foi às ruas naquele mesmo dia, em mais de dez estados brasileiros, pedindo pela

renúncia da então presidente Dilma Rousseff. Logo, essa situação apresenta uma mudança no papel da mídia, que, naquele momento, deixou de atuar como somente um meio de informação e passou a ser parte envolvida no processo, influenciando as reações populares. Ou seja, uma atitude protagonista.

Discutir esse tema é importante para entender qual é o papel da mídia no cenário político, tendo como base o poder da imprensa nesse âmbito. Precisamos entender como isso pode influenciar diretamente as ações da população, tais como protestos, opiniões a respeito de um tema etc.

A escolha do assunto se deve à repercussão da Operação Lava Jato e como esse assunto abalou toda a conjuntura política brasileira, evidenciando o poder da mídia sobre as reações populares, e, também, o seu papel no jogo político. Como profissional do meio da comunicação, este pesquisador busca entender e encontrar explicações para esse comportamento da mídia e identificar se, de fato, estamos diante de um caso de protagonismo midiático, e buscar entender como a mídia opera dentro deste contexto.

Portanto, esse estudo pretende discutir o método de ação da mídia na política brasileira em situações em que ela deixa de prestar o serviço de levar a informação à sociedade e passa a figurar como papel principal em um caso de investigação ou em uma desordem política. O objetivo é esclarecer uma nova perspectiva sobre o poder midiático que possa desenvolver futuros estudos sobre o tema.

É interessante que toda a sociedade entenda a transmissão de informações feitas pela mídia e saiba como isso, de certa maneira, está sendo mostrado por um ângulo pré-interpretado pelo meio de comunicação. Nesse caso, embora a mídia pareça ser democrática e imparcial, é necessário entender o processo de seleção, construção e condução das matérias por meio do ponto de vista do veículo que a está transmitindo e seus valores de seleção das notícias. Ou seja, este é um estudo sobre a maneira como a imprensa apresenta os fatos e como isso repercute na sociedade e nos meios políticos, principalmente relacionados ao Jornal Nacional da Rede Globo.

Para os jornalistas e profissionais do meio, é importante que entendam a maneira como o seu trabalho reflete na sociedade, tanto no comportamento quanto no retorno que isso pode resultar. Ou seja, também é um estudo sobre os reflexos do protagonismo midiático.

MÉTODOS

O estudo para definir o que é o protagonismo midiático foi feito por meio de pesquisa bibliográfica, com leituras de artigos e livros. Para analisar o protagonismo da mídia durante a Operação Lava Jato foi preciso escolher pontos de principal

relevância dentro de todo o processo que, aliás, até esta publicação, perdura. Os episódios utilizados na pesquisa foram selecionados por meio de pesquisa documental sobre o assunto e a repercussão desses momentos no Jornal Nacional, da Rede Globo.

Foi necessária, também, a análise de vídeos do noticiário em datas específicas. A busca por esses arquivos de vídeo é feita por meio do site da Rede Globo e, também, no YouTube. Quanto ao estudo de mídia, foi preciso definir o conceito de construção da notícia e o seu papel na transmissão das informações e o modo como isso é aplicado nas coberturas jornalísticas, com o objetivo de identificar os momentos em que a mídia passa a ser mediadora dos fatos, mas, como parte do processo, exercendo protagonismo.

RESULTADOS

O ponto chave deste estudo ocorre em março de 2016. Após ser citado nas investigações da Operação Lava Jato, o ex-presidente Lula é nomeado pela então presidente Dilma Rousseff para assumir o cargo de ministro-chefe da Casa Civil. O anúncio oficial de sua posse foi por volta das 13h do dia 16 de março de 2016 e, mesmo antes daquele momento, quando o assunto era apenas uma especulação, a oposição acusava Dilma de tentar ceder o cargo ao ex-presidente para que ele não fosse preso pela investigação. Fato este que também era repassado pela mídia para a sociedade com o contraponto governista de que Lula teria o poder suficiente para estabilizar a crise política.

Com a opinião pública em sua maioria contrária à situação, a oposição anunciou que iria recorrer à Justiça para anular a nomeação, piorando o processo de desestabilidade do governo que já lutava contra um pedido de impeachment que corria na Câmara e estava parado esperando um posicionamento do Superior Tribunal Federal (STF). Mesmo que timidamente, alguns protestos já começavam pelo país, quando por volta das 16h20 o juiz Sérgio Moro derrubou o sigilo das interceptações telefônicas do ex-presidente e divulgou as conversas gravadas pela Polícia Federal que incluíam o diálogo entre Lula e Dilma Rousseff. Fato que desencadeou uma série de protestos no Brasil e no Congresso, quando deputados passaram a pedir pela renúncia de Dilma. “Um grampo envolvendo a presidência da república é um fato muito grave. Esse ato está estimulando uma convulsão social. Isso não é papel do Poder Judiciário”, afirmou o advogado de Lula na época.

Conversa de Lula com Dilma

- Dilma: Alô

- Lula: Alô

- Dilma: Lula, deixa eu te falar uma coisa.

- Lula: Fala, querida. Ahn
- Dilma: Seguinte, eu tô mandando o 'Bessias' junto com o papel pra gente ter ele, e só usa em caso de necessidade, que é o termo de posse, tá?!
- Lula: Uhum. Tá bom, tá bom.
- Dilma: Só isso, você espera aí que ele tá indo aí.
- Lula: Tá bom, eu tô aqui, fico aguardando.
- Dilma: Tá?!
- Lula: Tá bom.
- Dilma: Tchau.
- Lula: Tchau, querida.

O governo acusava o vazamento como algo seletivo, pois, as divulgações feitas pela imprensa, davam ênfase aos diálogos que envolviam o ex-presidente, políticos da base petista e, principalmente um diálogo entre Dilma e Lula sobre sua posse como Ministro. Além disso, falava-se em uma violação da constituição por expor a então presidente.

(...) não há qualquer segredo em relação à estratégia de vazamentos seletivos de informações sigilosas para imprensa executada pela Operação Lava Jato. Vale reproduzir aqui trecho de artigo sobre a Operação Mani Pulite, na Itália, do juiz Sergio Fernando Moro, publicado ainda em 2004 (...) (...) “Os responsáveis pela operação mani pulite ainda fizeram largo uso da imprensa. Com efeito: Para o desgosto dos líderes do PSI, que, por certo, nunca pararam de manipular a imprensa, a investigação da “mani pulite” vazava como uma peneira. Tão logo alguém era preso, detalhes de sua confissão eram veiculados no “L’Espresso”, no “La Republica” e outros jornais e revistas simpatizantes. Apesar de não existir nenhuma sugestão de que algum dos procuradores mais envolvidos com a investigação teria deliberadamente alimentado a imprensa com informações, os vazamentos serviram a um propósito útil. O constante fluxo de revelações manteve o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva” (...) (MORO apud LIMA, 2016).

No artigo escrito por Moro e citado por Lima, o juiz comenta a publicidade dos fatos envolvidos na operação italiana Mani Pulite que se assemelham à Operação Lava Jato. E, além disso, é abordada a maneira como os episódios de vazamentos seletivos eram utilizados pelos poderes e pela mídia de maneira estratégica.

(...) A publicidade conferida às investigações teve o efeito salutar de alertar os investigados em potencial sobre o aumento da massa de informações nas mãos dos magistrados, favorecendo novas confissões e colaborações. Mais importante: garantiu o apoio da opinião pública às ações judiciais, impedindo que as figuras públicas investigadas obstruíssem o trabalho dos magistrados, o que, como visto, foi de fato tentado. Há sempre o risco de lesão indevida à honra do investigado ou acusado. Cabe aqui, porém, o cuidado na desvelação (sic) de fatos relativos à investigação, e não a proibição abstrata de divulgação, pois a publicidade tem objetivos legítimos e que não podem ser alcançados por outros meios. As prisões, confissões e a publicidade conferida às informações obtidas geraram um círculo virtuoso, consistindo na única explicação possível para a magnitude dos resultados obtidos pela operação mani pulite (...) (MORO apud LIMA, 2016).

O Jornal Nacional foi um dos veículos que noticiou a divulgação dos áudios.

Exibido das 20h25 às 21h10 daquele dia, o noticiário dedicou cerca de 10 minutos de sua programação para exibir os vazamentos e as principais notícias da noite foram destinadas ao tema, cerca de nove matérias. Além de seguir teorias já citadas até aqui, o fato ia ao encontro dos padrões de noticiabilidade do jornal: Abrangência, a gravidade das implicações, o peso do contexto e a importância do todo.

(...) Quanto maior o universo de pessoas atingidas por um fato, maior a probabilidade de ser publicado. Isso vale sempre para os assuntos nacionais (...) (...) Quanto maior for a gravidade de um fato, maior a probabilidade de ser noticiado no JN (...) é da própria natureza do jornalismo apontar o que está errado pra que seja corrigido. Mostrar o que está ruim para que seja melhorado. Denunciar os que se corrompem para que sejam punidos (...) (...) Um fator que não pode ser desprezado quando se elegem os assuntos que serão destacados por uma edição jornalística é a importância relativa de uma notícia quando comparada às demais daquele dia (...) (...) mostrar aquilo que de mais importante se deu naquele dia, com clareza, isenção, pluralidade e correção. (BONNER, 2009, P. 95, 96, 101, 103)

Entretanto, no dia do vazamento o jornal teve de adaptar a sua produção jornalística típica para dar espaço aos áudios, pois, naquele momento a população brasileira esperava pela divulgação dos áudios no programa, isto por sua credibilidade. Tanto que, naquela data, o JN registrou um grande desempenho em audiência nas duas principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo, atingindo 32.0 pontos de média e 43% de share em São Paulo e 38 pontos de média e 53% de share no Rio de Janeiro. Cada ponto foi equivalente a 69.4 mil domicílios na Grande São Paulo e a 43.3 mil domicílios no Rio de Janeiro.

(...) persiste um hábito brasileiro típico nas ocasiões em que algo grande, ou muito importante acontece: liga-se a televisão, à noite, para ver o Jornal Nacional. O sujeito ouviu um comentário de alguém no local de trabalho ou no rádio; o colega da escola contou que leu num site de notícias; alguém telefonou; mandou um SMS... No Brasil, quando uma notícia bombástica estoura como busca-pé em toda parte, mais gente se sente impelida a ligar a televisão, à noite, no Jornal Nacional. (BONNER, 2009, P. 147).

Além disso, o jornal divulgou outras conversas de Lula, mas o peso do envolvimento de Dilma, em meio aos protestos a favor de sua renúncia foi o limite para a maioria dos protestantes pró-impeachment que já espalhavam sua ideologia pelo país. Mais uma vez, nota-se a presença de teorias citadas por este estudo como os definidores primários e a do agendamento dando destaque ao que já era uma discussão recorrente da sociedade e envolvia importantes setores da política brasileira.

Os vazamentos e o seu timing, no Brasil, parecem – e muito provavelmente são – cuidadosamente planejados para provocar reações no Congresso Nacional, mas, sobretudo, para “manter o interesse do público elevado e os líderes partidários na defensiva”. Por outro lado, tamanha é a seletividade das informações sigilosas que são vazadas e tamanha é a incapacidade do Ministério da Justiça e da Polícia

Federal em identificar a origem de tais vazamentos, que se torna claro o objetivo não só de “manter o interesse”, mas de construir uma opinião pública favorável a alguns políticos e partidos e desfavorável a outros políticos e partidos. (LIMA, 2016)

Logo após divulgar os áudios, o Jornal Nacional reportou os protestos que, naquele momento, tomavam as ruas do país pedindo a saída da então presidente Dilma e, também, foi noticiado que o Superior Tribunal Federal havia mantido o rito de impeachment contra Dilma. Sendo assim, a Câmara dos deputados tinha o posicionamento positivo do STF para dar seguimento ao processo contra a presidente. A Câmara Federal Foi dividida entre deputados revoltados com o teor das conversas e outros com o vazamento considerado inconstitucional e seletivo. Nas ruas, os protestos ganhavam força, principalmente em Brasília, onde cerca de 5 mil pessoas se reuniram em frente ao Planalto para protestar contra a nomeação de Lula à Casa Civil.

Não é novidade para ninguém o comprometimento histórico dos oligopólios de mídia brasileiros com os golpes de estado e os regimes ditatoriais. O que talvez constitua novidade é a aparente ausência de limites para a ação destes oligopólios em conluio com segmentos do Ministério Público, da Polícia Federal e do Judiciário (...) (...) A crise política e econômica, um Congresso Nacional predominantemente conservador e orientado por interesses fisiológicos, combinados com a estratégia seletiva da “Mani Pulite” utilizada pela da Operação Lava Jato e o comprometimento descarado dos oligopólios de mídia, constituem um conjunto de circunstâncias inédito que assusta e amedronta. (LIMA, 2016).

No dia 17 de março de 2016 o Jornal Nacional voltou a repercutir o tema de maneira incisiva. Desta vez, as reportagens mostravam o aumento dos protestos que pediam pela renúncia da presidente e o posicionamento das partes envolvidas. Além disso, mostrava-se as diferentes reações à conversa entre Lula e Dilma no Superior Tribunal Federal, na Câmara e no Senado e o então ministro Lula tomou posse, mas, foi impedido de exercer a função por conta de uma liminar judicial. “Não há Justiça quando delações são tornadas públicas, de forma seletiva, para execração de alguns investigados, e quando depoimentos são transformados em fatos espetaculares”, disse Dilma sobre os áudios vazados.

A situação política da então presidente começava a tomar rumos decisivos, afinal, naquele dia, a Câmara definiu a comissão que julgaria o seu processo de afastamento. Além disso, os protestos seguiam acontecendo, mas, desta vez, ganhava ênfase em São Paulo, quando manifestantes favoráveis ao impeachment se reuniram na avenida paulista em frente ao prédio da Federação das Indústrias de São Paulo. Culminando no início do processo que terminaria na derrubada da ex-presidente Dilma Rousseff.

DISCUSSÃO

Newsmaking, a construção da notícia

Antes de colocar em discussão a teoria do *newsmaking* é necessário que se entenda o conceito o qual ela contrapõe: A teoria do espelho. Essa metodologia, que surgiu no início do século XIX, propõe a ideia de que as notícias representam um reflexo da realidade. Ou seja, são apenas narradas por um observador que transmite os fatos que observa de maneira fiel, fazendo com que as notícias se moldem de acordo com o que acontece de fato. Para o autor Felipe Pena, este modelo isenta a opinião do jornalista e a influência de outros fatores na construção de uma notícia.

Por essa teoria, o jornalista é um mediador desinteressado, cuja missão é observar a realidade e emitir um relato equilibrado e honesto sobre as suas observações, com o cuidado de não apresentar opiniões (...) (..) Até hoje, a comunidade jornalística defende a teoria do espelho com base na crença de que as notícias refletem a realidade. Isso acontece porque ela dá legitimidade e credibilidade aos jornalistas, tratando-os como imparciais, limitados por procedimentos funcionais e dotados de um saber de narração baseado em método científico que garante o relato objetivo dos fatos (...) (...) A metáfora do espelho é bastante limitada (...). (PENA, 2006, P.125-126).

“O jornalismo está longe de ser o espelho do real. É, antes, a construção social de uma suposta realidade” (PENA,2006, p.128). Assim, em via contrária à teoria do espelho, em 1947 por meio dos estudos de Kurt Lewin, surge o *newsmaking*, teoria que atua como uma espécie de filtro no cotidiano do jornalismo para selecionar as notícias, suas angulações e influência social. De acordo com Mauro Wolf, esse estudo indica que existem alguns critérios que são seguidos na construção de uma informação e na maneira como ela é repassada à sociedade.

Desta forma, o *newsmaking* se torna essencial para este estudo, pois, por meio dele é possível notar que a imprensa, mesmo que de maneira indireta, tem um conceito pré-moldado sobre as notícias antes de levá-las a público, fato que pode influenciar a opinião da sociedade. Essa construção da notícia pode sofrer a interferência de diversos fatores, desde o posicionamento pessoal do jornalista até o cunho político do veículo de comunicação. Contudo, mesmo que o jornalismo tenda a se mostrar imparcial, defendendo a teoria do espelho, a parcialidade está presente na maioria das abordagens midiáticas.

Há vários motivos que influenciam o controle social nas redações, tais como: autoridade institucional e sanções; sentimento de obrigação em relação a superiores; aspirações quanto à mobilidade profissional; ausência de fidelidade a um grupo contrário; natureza agradável do trabalho; o fato de que a notícia tornou-se um valor. (WOLF, 2010, P.187).

Entretanto, dizer que as notícias são construídas por meio desses fatores ou sofrem a influência dos mesmos, não quer dizer que elas sejam falsas ou desconexas

da realidade. Na verdade, o conceito ajuda a entender que o jornalismo, ao invés de refletir, passa a ser parte da construção da realidade. Além disso, o *newsmaking* cria um processo de produção semelhante aos que são observados nas indústrias, com procedimentos próprios e com rotina organizacional.

Portanto, embora o jornalista seja participante ativo na construção da realidade, não há uma autonomia incondicional em sua prática profissional, mas sim a submissão a um planejamento produtivo. O que diminui a pertinência de alguns enfoques conspiratórios na teoria do jornalismo, como, por exemplo, o paradigma da “manipulação da notícia”. Assim, uma suposta intenção manipuladora por parte do jornalista seria superada pelas imposições da produção jornalística. (PENA, 2006, P.129)

Critérios de noticiabilidade

Portanto, a *newsmaking* funciona nas redações por meio de métodos de produção que servem de critérios que vão definir a noticiabilidade dos fatos. Para Wolf, é necessário entender, por meio de observações, a lógica dos critérios de noticiabilidade de cada veículo de comunicação e como isso influencia em suas coberturas jornalísticas. No caso deste estudo, é importante entender quais são os critérios que moldam a notícia antes que ela chegue até os telespectadores. O autor define noticiabilidade como um conjunto de critérios, operações e instrumentos associados à fase de produção e compostos pelo que ele nomeia de valores-notícia.

Em geral, a noticiabilidade de um acontecimento é avaliada em relação ao grau de integração que ele representa com respeito ao andamento normal e rotineiro das fases de produção. (...) Os valores-notícia estão continuamente presentes nas interações cotidianas dos jornalistas em sua cooperação profissional. Eles constituem referências claras e disponíveis a conhecimentos compartilhados a respeito da natureza e dos objetos da notícia, referências que podem ser utilizadas para facilitar a elaboração complexa e rápida dos noticiários. (WOLF, 2010, P. 197-203).

O autor classifica o resultado de tais critérios como presente em grande parte das organizações e redações de veículos jornalístico que evidenciam seus valores-notícia sobre o seu conteúdo. Entretanto, ele acredita que os conceitos não são fixos e mudam de acordo com o tempo ou com a influência de outros fatores, mesmo que mostrem semelhanças com a cultura profissional do jornalismo.

A seleção das notícias é um processo de decisão e de escolha, realizado rapidamente (...) Os critérios devem ser aplicáveis de maneira fácil e rápida, de modo que as escolhas possam ser feitas sem muita reflexão (...) O resultado é um amplo número de critérios, e toda notícia disponível pode ser avaliada com base em muitos deles, alguns contrastantes entre si (...) A classificação é prática, e não abstrata. E eles mudam com o tempo, mesmo apresentando uma forte homogeneidade com a cultura profissional (...) Os valores-notícia derivam de considerações relativas a: 1 – caracteres substantivos da notícia (conteúdo). 2 – disponibilidade do material. 3 – público. 4 – concorrência. (WOLF, 2010, P.204).

Wolf classifica esses critérios como parte do que vai definir o conteúdo a ser exibido ao telespectador, tendo em vista filtros como o profissionalismo do jornalista responsável pela pauta, até a estrutura do trabalho nos aparatos informativos dos veículos. Todos formam critérios para a construção da notícia para suprir a necessidade de informações àqueles que vão consumir tal conteúdo, de acordo com suas necessidades. Ele cita os autores Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge para explicar tal ponto e justificar as ações que fazem da notícia um acontecimento relevante para o futuro.

Para ser noticiável, o acontecimento deve ser significativo, ou seja, interpretável dentro do contexto cultural do ouvinte ou do leitor. Relacionado a esse fator está também o valor/notícia da proximidade, seja como vizinhança geográfica, seja como vizinhança cultural. (GALTUNG; RUGE apud WOLF, 2010. P. 210).

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO COTIDIANO

Por meio dos conceitos discutidos até aqui, é possível entender que a imprensa produz seu conteúdo, neste caso as notícias, utilizando critérios de construção que fazem com que a informação transmitida seja consumida pelos telespectadores, no caso deste estudo, e, assim, faça parte de sua vida de maneira contundente. Portanto, essa produção com este objetivo, nos leva a agenda *setting*, ideia que surgiu no início do século passado na obra *Public Opinion* (1922) do jornalista norte-americano, Walter Lippman.

A teoria do agendamento, como também é conhecida, foi teoricamente conceituada, no final da década de 1960, pelos pesquisadores Maxwell E. McCombs e Donald Shaw. A teoria discorre que a mídia, por meio da seleção de notícias, é responsável por determinar os assuntos que a sociedade vai discutir em seu cotidiano.

Quando a teoria do agendamento toma corpo a partir dos trabalhos de McCombs e Shaw, o estudo assume outra direção. O objetivo não é mais analisar o papel da mídia na mudança de opiniões, mas sim, sua influência na formação e mudança de cognições, ou seja, na forma como as pessoas apreendem (e aprendem) as informações e formam seu conhecimento sobre o mundo. (PENA, 2006, P. 144).

A teoria do agendamento é importante para entendermos o papel da mídia na construção da opinião popular, fato que vai ao encontro do objetivo deste estudo que é descobrir a influência da mídia na opinião dos telespectadores que acompanhavam a cobertura jornalística de um fato por um veículo de comunicação.

Na maioria dos casos, estudos baseados nessa teoria referem-se à confluência entre a agenda midiática e a agenda pública. Entretanto, seus objetivos não são verificar mudanças de voto ou de atitude, mas sim, a influência da mídia na opinião dos cidadãos sobre que assuntos devem ser prioritariamente abordados pelos

Entretanto, é importante ressaltar que a teoria não defende a ideia de que a imprensa deva convencer os seus receptores a tomar alguma ação. Ela aborda os temas que são noticiados e discutidos pela sociedade em seu cotidiano.

A preocupação não está concentrada apenas no que as pessoas conversam, mas também em como elas conversam (...) A influência da mídia nas conversas dos cidadãos advém da dinâmica organizacional das empresas de comunicação, com sua cultura própria e critérios de noticiabilidade. (PENA, 2006, P.144).

Neste caso, é possível elucidar os objetivos deste estudo. Por exemplo, a mídia pautava de maneira contínua um fato moldado por meio de seus critérios de noticiabilidade e seus valores-notícia, enquanto que, parte da população utilizava esse conteúdo para se posicionar mediante ao tema. “A influência da mídia é admitida na medida em que ajuda a estruturar a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas” (WOLF apud PENA, 206, P.145).

A MÍDIA E A OPINIÃO

Alinhado ao objetivo do estudo, encontram-se duas teorias que podem explicar melhor a relação entre as coberturas jornalísticas, principalmente de temas políticos, e a opinião pública. Dentre elas, está a Teoria dos Definidores Primários, que também está ligada à influência das rotinas de produção jornalística sobre as notícias. Entretanto, ela não versa sobre a possibilidade de existir algum tipo de manipulação das abordagens jornalísticas e, sim, relacionada ao poder de algumas fontes em relação à produção das notícias.

As possíveis distorções do noticiário não seriam fruto de uma simples conspiração dos profissionais da imprensa com os dirigentes da classe hegemônica, mas, na verdade, uma subordinação às opiniões das fontes que têm posições institucionalizadas, também chamadas de definidores primários. (PENA, 2006, P.154).

Ou seja, as pessoas que ocupam altos cargos na sociedade tais como presidentes, governadores, prefeitos, delegados etc, vão nortear a construção das notícias de um determinado tema, influenciando de maneira direta na rotina de produção dos veículos de comunicação. Afinal, eles são responsáveis por legitimar as produções jornalísticas. Por exemplo, um escândalo político só existe mediante provas que autenticam o fato e a participação de políticos.

No caso deste estudo, a então presidente Dilma Rousseff e o ex-presidente Lula são definidores primários que legitimam a abordagem do Jornal Nacional da Rede

Globo de Televisão, não por meio da opinião deles em entrevistas ou declarações, mas, sim, pelo vazamento do áudio da conversa dos mesmos. Assim também podemos definir a participação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal no assunto.

A preferência pela opinião dos poderosos funciona, na verdade, como uma defesa ao jornalista. Ao colher o depoimento que legitima a informação, ele se esconde atrás da palavra do outro (...) (...) No máximo, entrevista alguém da oposição que defenda uma interpretação contrária. Assim, ele demonstra objetividade, mas quem perde é o leitor, que não sabe qual é informação exata. (PENA, 2006, P.154).

Não se pode afirmar que essa teoria estará sempre ligada ao mesmo objetivo, de legitimar um posicionamento, uma visão, um discurso etc. Por estar diretamente ligada à produção editorial dos veículos de comunicação, a teoria também pode ser aplicada sob a pressão dos *deadline*. Em outros casos, um jornalista não vai arriscar e perder sua reportagem por não conseguir uma declaração de uma pessoa de alto cargo e, por isso, ele vai buscar outra fonte que não tenha uma alcunha institucional para ser seu definidor primário do assunto.

(...) não há como ser tão determinista, encarando a teoria dos definidores primários de forma estruturalista, com preceitos imutáveis e atemporais. Muito menos limitá-la ao paradigma instrumentalista de servir aos interesses de uma classe (...) (...) o ponto chave da teoria é que a mídia reproduz a ideologia dominante e perpetua o *status quo*. (PENA, 2006, P.155).

Ao citar a perpetuação do *status quo*, ou seja, a ideologia que predomina no cenário atual que acerca a produção dos veículos de comunicação. Essa relação entra mídia e opinião pública também pode ser explicada por outra teoria, a Espiral do Silêncio. Conceito que surgiu por meio dos estudos da cientista política, Elisabeth Noelle-Neumann. O termo foi citado pela primeira vez em 1972 e publicado em 1984 no livro *A Espiral do Silêncio*, também de Neumann. “Essa teoria defende que os indivíduos buscam a integração social por meio da observação de opinião dos outros e procuram se expressar dentro dos parâmetros da maioria para evitar o isolamento”. (PENA, 2006, p.155). Para o estudo, é possível, a partir daqui elucidarmos a influência da mídia sobre a opinião popular, conforme objetivo.

As pessoas tendem a esconder opiniões contrárias à ideologia majoritária, o que dificulta a mudança de hábitos e ajuda a manter o *status quo*. A opção pelo silêncio é causada pelo medo da solidão social, que se propaga em espiral e, algumas vezes, pode até esconder desejos de mudança presentes na maioria silenciosa (...) (...) Ou seja, as pessoas não só são influenciadas pelo que os outros dizem como também pelo que imaginam que eles poderiam dizer. (NOELLE-NEUMANN apud PENA, 2006, P.155).

Essa teoria nos leva à percepção de que os meios de comunicação tendem a

priorizar as opiniões dominantes e, por isso, muitas vezes a mídia é taxada como manipuladora pelas minorias. Entretanto, na realidade, os veículos de comunicação apenas optam por concordar com a opiniões dominantes.

Nesse ponto, a teoria da espiral do silêncio aproxima-se da teoria dos definidores primários, pois ambas defendem que a tal prioridade é causada pela facilidade de acesso de uma minoria privilegiada (as fontes institucionais) aos veículos de informação. (PENA, 2006, P.156).

Para o estudo, é importante entender que, no momento em que os áudios vazados foram noticiados, a opinião pública era contrária ao governo de Dilma Rousseff e, inclusive, muitas pessoas já protestavam a favor de sua saída da Presidência. Portanto, isso coloca em discussão se, naquele momento, o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão concordou com a opinião dominante no país.

A teoria da espiral do silêncio trabalha com três mecanismos condicionantes: a acumulação, que é o excesso de exposição de determinados temas na mídia; a consonância, que é a forma semelhante como as notícias são produzidas e veiculadas; a ubiquidade, que é a presença da mídia em todos os lugares (...) (...) Juntos, esses mecanismos determinam uma forte influência da mídia sobre o público (...) (...) decisiva para consolidar os valores de classe dominante e formar nossa percepção de realidade. (PENA, 2006, P.156-157).

A OPERAÇÃO LAVA JATO

Antes de alcançar o ponto chave deste estudo, é necessário entender o que é a Operação Lava Jato e qual a sua importância no cenário político brasileiro. A investigação da Polícia Federal que atua sobre escândalos de corrupção ganhou este nome - Lava Jato - por se tratar de um esquema de desvios e lavagem de dinheiro que tiveram início em uma rede de postos de combustíveis e lava rápido de automóveis. Estima-se que a Lava Jato seja a maior investigação de corrupção já feita no Brasil.

A dimensão e a complexidade das investigações mostram que o episódio pode ser uma oportunidade única para discutir a corrupção no Brasil de forma definitiva. Mas, para isso, é preciso saber separar os inúmeros interesses por trás dessa teia de acontecimentos, que se tornou o tema preferido das manchetes de jornal (...) (...) mudar os paradigmas da corrupção brasileira é um desafio que por vezes parece intransponível, mas que precisa ser enfrentado. (STREIT, 2014).

Desde março de 2014, quando teve seu início, a operação conduzida também pela Justiça Federal de Curitiba e o Ministério Público Federal investigou e processou diversas organizações criminosas, além de recolher provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo desvios na casa dos bilhões na Petrobras, empresa que já era alvo de outros escândalos. Por exemplo, a compra da refinaria

em Pasadena (Texas- EUA) em 2006, quando a petrolífera brasileira pagou US\$ 1,18 bilhão em uma refinaria que valia cerca de US\$ 42,5 milhões, pago em 2005 pela empresa belga Astra Oil.

Sendo assim, os escândalos em um período próximo das eleições presidenciais em 2014, fez com que a oposição pressionasse o governo de Dilma e utilizasse meios para tentar persuadir a população a se tornar contrária à reeleição da então presidente. Mas, mesmo assim, não foi o suficiente para barrar a vitória de Rousseff. Entretanto, após esse episódio, as discussões acerca da Operação Lava Jato e as tentativas oposicionistas de enfraquecer e desestabilizar o governo eleito foram recorrentes e, cada vez mais, enfáticos.

Em um momento de acirrada polarização política, não é exatamente uma surpresa que o caso da Petrobras seja utilizado pela oposição para tentar desestabilizar o governo de Dilma Rousseff. Aliás, isso vem sendo feito desde a campanha que antecedeu a reeleição da petista. O assunto veio à tona em muitos debates com o então candidato à presidência Aécio Neves (PSDB) (...) (...) Obviamente, o PT e partidos da base aliada como o PP e o PMDB, que aparecem com destaque nas investigações, terão muito o que responder no decorrer de todo o processo que envolve a Lava Jato (...) (...) o que talvez Aécio não tenha se lembrado, durante os ataques feitos à adversária, é que ele próprio se beneficiou de generosas doações feitas por 6 das 9 empresas investigadas pela Polícia Federal. (STREIT, 2014).

OS ESCÂNDALOS E A IMPRENSA

Mesmo sem sucesso, a oposição continuou pressionando a mídia. Enquanto os escândalos seguiam se proliferando nos noticiários, de acordo com o jornalista e escritor, Luciano Martins Costa, a imprensa, ainda em 2014, época em que a operação ganhava força, passava a se comportar de maneira parcial. Costa, que analisou a cobertura da Operação Lava Jato pela mídia, acredita que: “São muitas as estratégias utilizadas para diminuir a importância de determinados partidos e culpabilizar os demais”. Ele cita o exemplo de outro caso na mídia que mostra a imparcialidade dos fatos, a edição digital da Folha-UOL que publicou no dia 20/11/2014 um texto com o seguinte título: “Doações de investigadas na Lava Jato priorizam PP, PMDB, PT e oposição”.

O levantamento se concentra nos partidos da base aliada, e deixa em segundo plano, no rodapé, figuras mais representativas, como as do senador José Serra e Antônio Anastasia, ex-governador de Minas Gerais, ambos do PSDB, além do deputado federal Ronaldo Caiado e seus colegas recém-eleitos José Carlos Aleluia, Alberto Fraga e Alexandre Leite, todos do Democratas. Alguém pode imaginar um título como “Aécio Neves foi financiado por empresas investigadas na Lava Jato”? Ou “José Serra também recebeu doações de empreiteira na Lava Jato”? (COSTA, 2014).

O especialista também disserta sobre como a oposição ideológica da mídia

tradicional em relação ao governo e a maneira como isso pode influenciar negativamente a opinião pública. Em entrevista, na mesma época, Costa ressaltava que a cobertura da imprensa era fragmentada, baseada em vazamentos feitos seletivamente por agentes públicos, sem diferenciar informações válidas de suposições, opiniões, conteúdos restritos ou sigilosos e definidos por um viés claramente partidário.

Essa cobertura tende a produzir um clima de condenação a instituições da República e o descrédito da democracia representativa, ao dificultar o discernimento do público sobre as causas da corrupção. Durante meses, principalmente no período mais crítico da campanha eleitoral, a mídia tradicional forçou o noticiário sobre o escândalo para envolver o governo federal e seus aliados. Com o surgimento de novos detalhes do caso, alguns jornais e algumas emissoras são obrigados a reconhecer que o saqueamento da Petrobras vem de longa data. (COSTA, 2014).

O ponto de vista do escritor aponta diretamente para o objetivo deste estudo que é mostrar a imparcialidade da imprensa na apuração dos fatos relacionados à Operação Lava Jato. Costa também dá ênfase a alguns aspectos que possam justificar tal posicionamento da mídia.

A imprensa, de modo geral, se opõe ao governo inaugurado em 2003 por motivos ideológicos: seu credo liberal não admite a ação do Estado como organizador da economia e sempre foi contra os programas sociais de incremento da renda dos mais pobres(...) (...) esse viés ideológico, misturado à contrariedade de empresários que costumavam se beneficiar das políticas públicas, produz um jornalismo de baixa qualidade e dificulta a formação das novas gerações de profissionais da imprensa. (COSTA, 2014).

O jornalista, sociólogo e professor de Ciência Política e Comunicação, Venício Lima, define tais comportamentos da imprensa como um escândalo político midiático. Em seu artigo sobre o assunto, o autor cita o termo para definir fatos que se assemelham ao estudado por esta pesquisa.

Os EPM - escândalo político midiático - surgem historicamente no contexto do chamado jornalismo investigativo, combinado com o crescimento da mídia de massa e a disseminação das tecnologias de informação e comunicação. E, sobretudo, no quadro das profundas transformações que ocorreram na natureza do processo político, ainda dependente, em grande parte, da mídia tradicional. Envolve indivíduos ou ações situados dentro de um campo ligado à aquisição e ao exercício do poder político através do uso, dentre outros, do poder simbólico. Fundamentalmente, o exercício do poder político depende do uso do poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade. (LIMA, 2010).

Lima define o conceito de poder simbólico como a capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e também de criar acontecimentos, por meio da produção e transmissão de formas simbólicas. Ou seja, assim como o governo exerce um poder simbólico sobre a sociedade, a mídia

detém o mesmo aparato para inflamar a população com assuntos pautados em seu posicionamento.

Para exercer esse poder, é necessário a utilização de vários tipos de recursos, mas, basicamente, usar a grande mídia, que produz e transmite capital simbólico – vale dizer, controla a visibilidade pública. A reputação, por exemplo, é um aspecto do capital simbólico, atributo de um indivíduo ou de uma instituição. O que está em jogo, portanto, num EPM é o capital simbólico do político, sobretudo sua reputação. (LIMA, 2010).

De acordo com a Teoria Funcionalista da Escola Norte-Americana, dentre os papéis da comunicação está a função de vigilância, interação, educação, recreação, atribuição de status, execução de normas sociais e efeito narcotizante. Tendo o domínio sobre esses papéis na sociedade, a mídia se tornou um palco para os escândalos políticos.

Escândalo político midiático, portanto, é o evento que implica a revelação, através da mídia, de atividades previamente ocultadas e moralmente desonrosas, desencadeando uma sequência de ocorrências posteriores. O controle e a dinâmica de todo o processo deslocam-se dos atores inicialmente envolvidos para os jornalistas e para a mídia. (LIMA, 2010).

Portanto, tendo essa força sobre os posicionamentos sociais, a mídia começa a ser cobiçada por outros poderes. Afinal, ela é capaz de construir e desconstruir a relação dos políticos com a sociedade, colocando em cheque a sustentabilidade de qualquer governo, tendo em vista que o modelo político brasileiro se trata de uma democracia representativa, onde os governantes dependem da boa relação com a sociedade.

Na verdade, a grande mídia ainda detém um enorme poder de legitimar a esfera propriamente política através do tipo de visibilidade pública que a ela oferece. Os atores da esfera política dependem de visibilidade na esfera midiática para se elegerem e/ou se manterem no poder. Através desse poder, próprio da esfera midiática, a grande mídia tenta submeter e controlar o processo político, em particular os processos eleitorais. É aí que surgem os EPM. (LIMA, 2010).

Em relação a tal controle e jogo de poder midiático, entra-se em discussão a democratização da mídia. Com a evolução dos meios digitais, cada vez mais, esta pauta se torna frequente em discussões sobre o tema. Os novos aparatos tecnológicos móveis, como celulares, câmeras digitais etc, fizeram com que as notícias ganhassem multiversões. Sendo assim, expondo, cada vez mais, os escândalos midiáticos.

A democratização da mídia é um tema importante, não apenas diante do fato de que a imprensa brasileira deixou de ter uma relação orgânica com o jornalismo, mas também porque, numa sociedade hipermediada, a concentração dos meios em mãos de meias dúzia de corporações dá a elas um poder excessivo. Por exemplo, pode-se afirmar que a mídia contribui para tornar mais conservadora a

segunda geração das famílias beneficiadas pelos programas sociais do governo, voltando-os contra seus próprios interesses. A democratização da mídia é uma questão autêntica de segurança nacional. (COSTA, 2014).

O JORNAL NACIONAL E A MEDIAÇÃO DOS FATOS

O Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão é um dos mais importantes do país e já faz parte do cotidiano do brasileiro, tanto que os medidores de audiência, em seus levantamentos, colocam o noticiário entre os cinco programas mais assistidos do Brasil com uma média de 26 pontos de ibope. No ar há 47 anos, o noticiário busca apresentar notícias de maior interesse do público, mostrando aquilo que de mais importante aconteceu em um dia.

Quando dizemos que o Jornal Nacional deve mostrar o que de mais importante aconteceu em um dia, nós estamos deixando bem clara qual é a vocação do Jornal Nacional: Os temas factuais. Os fatos transcorridos desde a edição anterior até o fechamento daquela edição. Esta é a principal matéria-prima do JN, mas não a única. (BONNER, 2009, P. 19).

Entretanto, mesmo com altos índices de audiência, o Jornal Nacional registrou quedas em seu ibope geral. Estima-se que, entre os anos de 2012 e 2015, 28 a cada 100 telespectadores deixaram de assistir o noticiário. A média do programa caiu de 31,8 pontos registrados em 2012 para 24,8 pontos em 2015. Vale considerar que cada ponto é equivalente a aproximadamente 240 mil domicílios. Coincidentemente o período se alinha ao início da atual crise brasileira envolvendo o setor político, judiciário, econômico e a mídia.

Desde o início do processo eleitoral de 2014 e, sobretudo, depois que foram proclamados os resultados das últimas eleições presidenciais, instalou-se no Brasil uma crise política cujo ritmo e pauta pública são seletivamente determinados por um conluio explícito entre segmentos do Ministério Público, da Polícia Federal, do Judiciário e oligopólios de mídia que, em torno da justa causa do combate à corrupção, se uniram no objetivo não declarado – mas evidente – de destruir qualquer vestígio de ética e moralidade pública que possa existir no Partido dos Trabalhadores, seus líderes e militantes. (LIMA, 2016).

Sendo assim, a Operação Lava Jato passa então a produzir uma série de fatos que se tornaram notícias factuais envolvendo em grande parte, até aquele momento, o ex-presidente Lula, a então presidente Dilma Rousseff e políticos da base do Partido dos Trabalhadores. Fomentando a crise política que ganhava força no país e os protestos contra Dilma. O Jornal Nacional passa a reproduzir com frequência os fatos ligados a isso, afinal, fazem parte do produto do noticiário, de acordo com Bonner. O mesmo acontece com toda a imprensa de maneira geral, seguindo o que foi observado na teoria dos definidores primários e da agenda setting.

Desde que foi lançada, a Operação é uma campeã de audiência e recordista nacional em exposição seletiva. Além da hiperexposição por parte dos maiores conglomerados de mídia brasileira (Globo, Abril, Folha e Estadão), vem havendo um esforço por parte do Ministério Público Federal (MPF) a difundir as investigações de forma mediada, com dados já mastigados e compreensão do grande público. (ROCHA, 2016)

Sendo assim, de acordo com a opinião pública, em uma espiral do silêncio, o assunto passa a ter uma opinião embasada pelo que é exposto na mídia e a imprensa passa a mediar os assuntos ligados à operação com protagonismo, ou seja, ao mediar a relação desses atores com a sociedade, a mídia passa a fazer parte das investigações e do grupo de oposição ao governo que ganhava espaço no Congresso.

O modus operandi da Lava Jato chama a atenção e indica o nível de protagonismo que pode ter uma camada de profissionais de carreira, tecnocratas e operadores jurídicos, com um aval da “opinião pública” para fazerem justiça. Basicamente, ao polarizar o noticiário, vão ao encontro da sede – correta e legítima – de justiça incluindo algum grau de vingança popular contra o andar de cima. O que assusta não é a punição para as empreiteiras, mas seletividade midiática e o esforço inaugural da Lava Jato, ao contrário de outras operações, no meu entender, ainda mais relevantes, como a Farol da Colina, Macuco, Chacal, Satiagraha, Castelo de Areia e Monte Carlo. (ROCHA, 2016),

CONCLUSÃO

Este estudo conclui que, mesmo que seu objetivo não fosse voltado a isso, o Jornal Nacional da Rede Globo de Televisão se envolveu em um escândalo político midiático. Afinal, ele intermediou de maneira decisiva nas discussões acerca da política brasileira naquele dia. O noticiário tem uma enorme participação no cotidiano dos brasileiros, fato que lhe dá enorme credibilidade em relação ao que transmite e noticia. Em uma combinação de fatores envolvendo o Ministério Público Federal, o Judiciário, a Polícia Federal, os políticos de oposição e a mídia, o poder representativo do veículo de informação serviu para validar o conceito de escândalo político midiático envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a ex-presidente Dilma Rousseff.

Com isso, os protestos tomaram conta do país no dia 16 de março de 2016 pedindo a saída da presidente que, logo após, perdeu sua estabilidade governamental e o apoio social, fato que culminou em sua falta de articulação para evitar o processo de impeachment que resultou em sua queda. De fato, outros fatores antes deste acontecimento já eram noticiados de acordo com os padrões de um escândalo político midiático, entretanto, o vazamento dos áudios com ênfase nas conversas de Dilma e Lula foi o ponto chave de sua queda.

Não existe um limite que defina o momento em que a mídia deixa de exercer

somente a função de transmitir informações e passe a mediar fatos de maneira protagonista. Na verdade, o que existe, de fato, são fatores que colocam a mídia na função de protagonista. Ou seja, ela passa a ser um instrumento dos poderes por sua função de influência popular. Sendo assim, ela passa a ser alimentada por conteúdos factuais por outros poderes, dentre eles políticos, jurídicos etc, para transmitir à população de acordo com sua função. Entretanto, ela também exerce um filtro de acordo com seus valores-notícia para reproduzir essas informações e faz isso de acordo com o que a população esteja colocando em discussão. Em síntese, a mídia colhe, seleciona e reproduz de acordo com o que a sociedade necessita e alinhada aos seus valores notícia.

REFERÊNCIAS

BONNER, William. Jornal Nacional modo de fazer. Editora Globo, 2009, Rio de Janeiro.

COSTA, Luciano Martins. O jornalismo envergonhado. Disponível em: http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/o_jornalismo_envergonhado/ . Publicado em: 24 de novembro de 2014. Acesso em: 23 de novembro de 2016 às 11h.

<http://www.revistaforum.com.br/digital/175/politicos-empresarios-e-imprensa-quantos-interesses-cabem-na-operacao-lava-jato/>. Publicado em: 28 de novembro de 2014. Acesso em: 26 de agosto de 2016 às 13h.

LIMA, Venício A. Há limites para a ação da imprensa?. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/lava-jato/ha-limites-para-a-acao-da-imprensa/>. Publicado em: 06 de junho de 2016. Acesso em: 15 de junho de 2016 às 22h.

LIMA, Venício A. Os escândalos políticos midiáticos. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates/os-escandalos-politicos-midiaticos/>. Publicado em: 14 de setembro de 2010. Acesso em: 14 de novembro de 2016 às 14h.

PENNA, Felipe. Teoria do Jornalismo. Editora Contexto, 2006, São Paulo.

PORTO, Gabriella. Teorias da comunicação. Disponível em: <http://www.infoescola.com/comunicacao/teorias-da-comunicacao/>. Acesso em: 26 de novembro de 2016 às 10h.

ROCHA, Bruno Lima. Operação lava jato: comunicação mediada e apelação midiática. Disponível em: <http://jornalismob.com/2016/08/31/operacao-lava-jato-comunicacao-mediada-e-apelacao-midiatica/> Publicado em: 31 de agosto de 2016. Acesso em: 29 de novembro de 2016 às 19h.

STREIT, Maíra. Políticos, empresários e imprensa: quantos interesses cabem na Operação Lava Jato?. Disponível em:

WOLF, Mauro. Teorias da comunicação de massa. Trad. Karina Jannini. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

IMPACTO DAS MÍDIAS SOCIAIS NO FORTALECIMENTO DO CRIME ORGANIZADO

Data de aceite: 19/11/2019

Maxwell Marques Mesquita

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade do Estado do Amazonas. Tenente da Polícia Militar do Estado do Amazonas. maxwell_mesquita@hotmail.com.

Guilherme José Sette Júnior

Mestrando em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos na Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Capitão da Polícia Militar do Estado Amazonas. bpisette@gmail.com.

Lilian Barbosa Vieira

Pós-graduanda em Gestão Pública pela Universidade do Estado do Amazonas. Tenente da Polícia Militar do Estado do Amazonas. lbvieira6@hotmail.com.

RESUMO: A seguinte expressão: “O crime está se tornando mais forte a cada dia com o uso das redes sociais” deu origem a um questionamento que carece de base científica e não apenas especulativa. Assim, esta percepção necessita ser compreendida teoricamente em seus fundamentos. As facções estão utilizando cada vez mais mídias e redes sociais para se relacionar com seus membros atuais e potenciais, em adição ao uso das mídias tradicionais. Mesmo sendo instrumentos muito recentes, as instituições criminosas sabem bem como usar as mídias sociais para adquirir maior

parte dos benefícios destes canais interativos de comunicação. Deste modo, cabe aos órgãos responsáveis pela segurança pública terem conhecimento destas ferramentas e seu potencial, a fim de serem capazes de detectar e prevenir que a imagem estatal seja prejudicada, deste modo atuando com a contrapropaganda sempre que possível.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência; Análise; Mídia Social; Crime Organizado; Família do Norte.

IMPACT OF SOCIAL MEDIA ON STRENGTHENING ORGANIZED CRIME

1 | INTRODUÇÃO

Os profissionais de segurança pública têm observado, recentemente, que as organizações criminosas, mais especificamente a Família do Norte do Estado do Amazonas (FDN-AM), têm passado a utilizar as mídias sociais para difusão de seu conteúdo a fim de conseguirem mais membros para sua causa. Sob esta ótica, seguidores e admiradores desta facção tornam-se adeptos aos pensamentos delituosos desta organização visando ter um espaço para compartilhar seus pensamentos. Neste sentido, faz-se necessário o estudo atento destas redes sociais e como elas são

utilizadas como ferramenta de propagação ideológica. Assim sendo, utilizou-se como parâmetro uma página específica para a análise de seu discurso.

Nesta seara, objetivou-se compreender a construção discursiva dos admiradores da facção Família do Norte através dos integrantes e seguidores da página “Compensão”, mantida aparentemente por membros da referida organização criminosa, tendo em vista que suas postagens remetem diretamente à apologia de diversos crimes, e ideologia adotada pela facção conforme será exposto adiante.

2 | MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

É fundamental basear-se nas trilhas teórico-metodológicas de uma disciplina como a análise do discurso, a fim de compreender interpretações e sentidos constantes na formação de discursos inseridos num ambiente virtual específico. Desta feita utilizou-se, ainda, da teoria fundamentada através de suas ferramentas organizativas e assimilações acerca do posicionamento do pesquisador e liberdade de análise. O discurso pode constituir sujeitos, relações sociais e sistemas de crenças através de processos analítico-discursivos na medida em que é destacado (FAIRCLOUGH, 2001).

Conforme Orlandi (2000), as interpretações possíveis de um dado discurso são derivadas das dos temas e conceitos expostos no diálogo, assim os discursos são debatidos em e devem levar e consideração questões sociais e históricas, ou seja, a carga subjetiva de cada ator envolvido (PINTO, 1999).

Com relação às condições de produção do discurso, o interdiscurso é importante na análise do discurso, pois o que está sendo dito sofre interferência do que já foi dito, ainda que o sujeito não o faça conscientemente (ORLANDI, 2000). Desta feita, os discursos são tratados como produtos culturais empíricos elaborados por eventos comunicacionais, como publicações em uma rede social, e abrange os materiais textuais trabalhados pelos administradores da página “Compensão” e divulgados em postagens na mesma.

A referida página conta com cerca de 30 (trinta) mil membros e foi escolhida como objeto por representar de maneira mais explícita o pensamento desse grupo e por possuir o maior número de postagens e interações dos fãs, através de visualizações, curtidas e compartilhamentos de conteúdo. O presente trabalho compreende, como universo de pesquisa, apenas as postagens realizadas nesta página entre os dias 01 de janeiro de 2018 e 20 de setembro de 2018. Para a análise, considerou-se, portanto, o período elencado acima.

3 | MÍDIAS SOCIAIS E CRIME ORGANIZADO

A utilização da mídia social Facebook traz consigo a adesão do usuário a um conjunto de normas e acordos do próprio serviço, onde este restringe temáticas vistas como inapropriadas, mesmo com este fator, é comum encontrar discursos que favorecem práticas delituosas e estimulam a violência contra determinados grupos (SOUZA E DINIZ, 2015). Observa-se que estes discursos maliciosos são antigos, contudo encontraram uma nova forma de expressão com as mídias sociais, em razão da difusão da internet. Estas, por sua vez, expandiram os estilos de atuação do crime por meio da construção, com grande facilidade, dos seus próprios canais de contato com as comunidades que ocupam.

Segundo Souza e Diniz (2015), o Facebook é uma ferramenta de mídia, que possui a finalidade de relacionamento e disseminação de conceitos, sendo assim um canal de divulgação ideológica. Em seu viés doutrinário, indivíduos podem ser sugestionados mediante exposição contínua à conteúdos tanto positivos quanto negativos. Por ser uma plataforma interativa permite a manifestação de apoio ou desaprovação ao conteúdo, sendo a manifestação e interação um propulsor daquele canal, ampliando a rede de divulgação e visibilidade deste.

Para Recuero (2009, p. 24), uma rede é “[...] uma metáfora para observar os padrões de conexão de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores”. Complementando, Boyd e Ellison (2007) especificam que sites de redes sociais permitem a construção de relações e a exposição pública da rede social de cada ator. A reputação dos atores sociais é construída a partir da visibilidade deste e informações sobre como é e o que pensa, tal qual a sua popularidade e autoridade, que são respectivamente: posição do ator na rede social avaliada por meio de reputações boas e/ou ruins e influência de um ator com relação à sua rede baseada em sua reputação sobre um dado tema (SOUZA E DINIZ, 2015).

A reputação dos atores sociais é construída a partir da visibilidade deste e informações sobre como é e o que pensa, tal qual a sua popularidade e autoridade, que são respectivamente: posição do ator na rede social avaliada por meio de reputações boas e/ou ruins e influência de um ator com relação à sua rede baseada em sua reputação sobre um dado tema (SOUZA E DINIZ, 2015).

Já McLuhan (1964) ressalta que a expansão dos sentidos traduzida na evolução dos meios de comunicação acarreta em uma nova estrutura aparente do social, deste modo, é unanimidade entre as Nações Unidas e o FBI o entendimento de que o crime organizado é tratado como uma espécie de empresa capitalista, possuindo estruturas verticais bem delimitadas, redes de influência fortemente consolidadas e retorno financeiro muito alto (PEREIRA, 2011).

Segundo Misse (2007), as redes sociais pertencentes à gama criminal são

capazes de interligar mercados legais e ilegais, ao explorar as “mercadorias políticas” por meio das propinas, extorsões e redes de proteção, e ao explorar ilegalmente mercadorias criminalizadas, como o jogo, a prostituição e as drogas. Formas de persuasão aliadas a estratégias organizacionais semelhantes às aplicadas no setor empresarial e comercial já são amplamente utilizadas para esse fim.

Para Adorno (2007) “[...] a rápida emergência e a disseminação da criminalidade organizada encontraram condições favoráveis nos padrões, também mundiais, de desenvolvimento urbano”. Tal propagação, encontra hoje nas redes sociais um meio permanente de interação entre membros de grupos criminosos.

Ziegler (2003), discorrendo sobre organizações criminosas, reproduz o conceito elaborado pelo Fundo Nacional Suíço de Pesquisa Científica:

“Existe crime organizado [transcontinental] quando uma organização cujo funcionamento é semelhante ao de uma empresa internacional pratica uma divisão muito aprofundada de tarefas, dispõem de estruturas hermeticamente fechadas, concebidas de maneira metódica e duradoura, e procura obter lucros tão elevados quanto possível cometendo infrações e participando da economia legal. Para isso, a organização recorre à violência, à intimidação, e tenta exercer sua influência na política e na economia. Ela apresenta geralmente uma estrutura fortemente hierarquizada e dispõe de mecanismos eficazes para impor suas regras internas. Seus protagonistas, além disso, podem ser facilmente substituídos. “.

Das características do crime organizado, a participação na economia legal e influência política podem ser alvos atingidos por meio de redes sociais, onde no ambiente antagonista de mercados, a exemplo das disputas por controle e adeptos entre organizações criminosas, “a rede aparece também como terreno de batalha e como fator que proporciona o contínuo movimento às relações de equilíbrio entre as partes em disputa. Se nos morros disputa-se espaço físico à bala, na Internet travam-se disputas simbólicas pela conquista de corações e mentes” (PARAVIDINO, 2007).

Quanto ao histórico, nos primórdios do crime organizado voltado ao narcotráfico no Brasil, está o Comando Vermelho, considerado grande influenciador no surgimento de outros grupos de mesmo tipo. Com origem nas instalações do Instituto Penal Cândido Mendes, no Estado do Rio de Janeiro, a organização toma forma ao final dos anos de 1970, a partir de uma junção de presos políticos e presos comuns, e institui a frase “Paz, justiça e liberdade!” como lema (Amorim, 1994). Independentemente das especificações sobre seu surgimento, como aponta Maia (2011, p. 12), “[...] o Comando Vermelho enveredou por um processo de crescimento, atraindo cada vez mais adeptos”.

Do mesmo modo, a facção criminosa denominada Família do Norte (FDN) tornou-se uma importante organização criminosa no Estado do Amazonas, que que diz respeito à tráfico de drogas, tendo seu surgimento pautado pelos ideais de

justiça e liberdade aos infratores da região norte do Brasil, é considerada a terceira organização criminosa no Brasil. Sua expansão no Amazonas se deu devido à baixa influência das principais facções nacionais como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) na região.

A comunicação e reputação de um grupo são elementos essenciais no processo de faccionalização. Recuero (2009), expõe que as redes sociais permitem visibilidade e articulação que designam manutenção dos laços sociais fora das redes. Onoch (2015) alega que relações formadas em redes sociais por sua proximidade e densidade, são entendidos na ciência social como instrumento de recrutamento, motivação e difusão da mobilização.

O crime organizado no Brasil e no mundo, evoluiu utilizando-se de ferramentas de comunicação e do aprimoramento destas, principalmente para burlar mecanismos estatais de controle de sua ampliação, aprimorando-se na transmissão de ordens, e mensagens de reafirmação ideológica de dentro de presídios e afins. Hoje além de uma comunicação furtiva, percebe-se o desenvolvimento e estratégias, direcionados ao marketing criminoso, ou seja, uma estratégia de divulgação dos ideais da facção. Elementos que culminaram em um certo reconhecimento de facções, de aparência de poder, como no caso da Família do Norte e seus direcionamentos, a propaganda e marketing estão estabelecidos, tais fatores são observados nas postagens de páginas do Facebook.

Siqueira (2016) afirma que em 2013 começaram a surgir os primeiros estatutos da organização criminosa FDN, com descrições dos direitos e deveres que deveriam ser seguidos por todos os seus integrantes. As diretrizes foram divulgadas tanto em Facebook quanto outras redes sociais. Músicas alusivas aos feitos do grupo, que referenciavam os feitos da organização, conhecidos como “funk proibidão” são amplamente compartilhadas em redes sociais desde então, como por exemplo, no início de 2017 o “Funk do Massacre FDN” amplamente compartilhado em vídeo, teve cerca de 51 mil visualizações, é alusivo aos assassinatos de 56 detentos ocorridos no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (COMPAJ), caso de grande repercussão nacional e internacional.

Atualmente, pode-se identificar a presença da facção criminosa FDN com grande força nos sites de redes sociais. Em se pesquisar “FDN” identificam-se inúmeras páginas pessoais alusivas à facção criminosa. Surgida em outubro de 2016, a página do Facebook “Compensação”, atualmente com mais de 30 mil membros, é utilizada por atores com interesses em comum que se perpetuam por meio de redes de associação.



Figura 01. Conteúdo divulgado na página “Compensão”

Fonte: Os autores

Na Figura 01 há um vídeo compartilhado pela página onde um jovem pede perdão por ter divulgado uma gravação onde ele teria praticado relações sexuais com uma mulher. O vídeo foi compartilhado por ele sem o consentimento da jovem, motivo pelo qual foi detido e indiciado pelo crime, porém ele grava o segundo vídeo pedindo desculpas por ter cometido o erro de propagar o vídeo sexual.

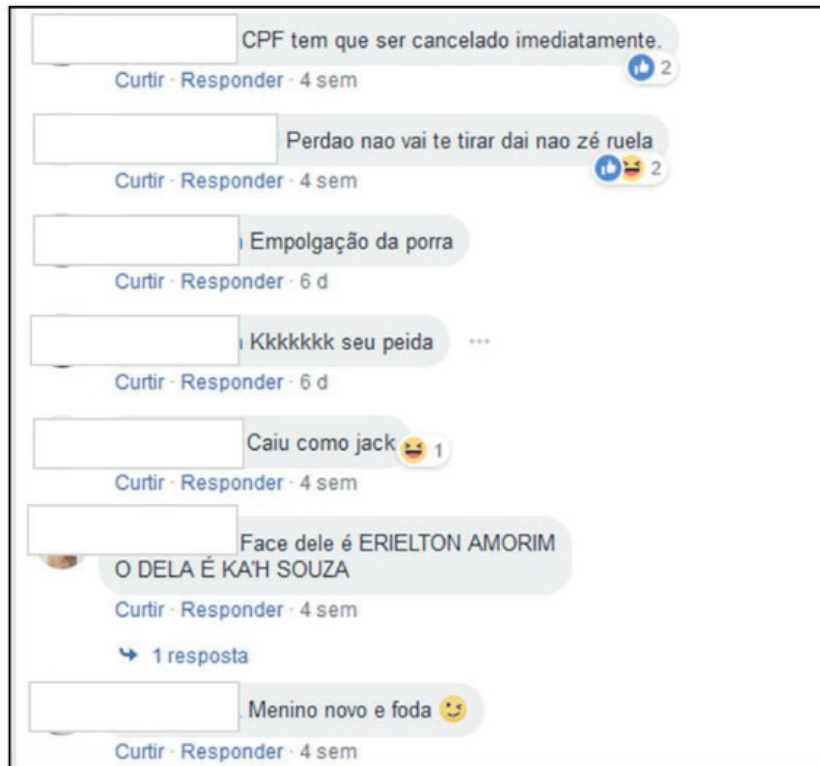


Figura 02. Comentários de membros da página

Fonte: Os autores

A figura 02 reflete os comentários dos seguidores da página, assim observa-se os comentários denegrindo a imagem do infrator. Alguns inclusive pedem para que ele seja morto ressaltando que o “CPF tem que ser cancelado” e outro direciona o entendimento que ele seria esturpador chamando-o de “jack”.



Figura 03. Conteúdo divulgado na página “Compensão”

Fonte: Os autores

A figura 03 refere-se a outra postagem feita na página oficial “Compensação” e faz alusão ao possível homicídio de um reeducando do sistema penitenciário. Ele teria levado à óbito uma menor de idade e por isso estaria sendo publicamente ameaçado na página analisada. Destaca-se a utilização de imagens para gerar comoção entre os seguidores do perfil, bem como a rotulagem explícita de “assassino”. A postagem afirmando que o “CPF será cancelado”, pode ser entendida como uma ordem ou confirmação de “sentença” dada ao autor do feminicídio.



Figura 04. Comentários de membros da página

Fonte: Os autores

A figura 04 demonstra, novamente, o discurso e um possível interdiscurso dos membros da página quando estes demonstram a sua insatisfação perante a conduta do cidadão que teria cometido o homicídio. Diante desta situação, os seguidores pedem a sua morte através das postagens “Sal e coloral...tem que respeitar mulher”, “...agora é só esperar o sal”, “merece more mesmo” e “certo pelo certo, o errado é cobrado”. Ao observar estas postagens, notou-se a convergência de pensamento exposto entre aqueles que interagiram com a publicação.



Figura 05. Conteúdo divulgado na página “Compensação”

Fonte: Os autores

Já a figura 05 retrata a propagação de pensamento da organização criminosa FDN-AM, pelo fato de conclamar os demais membros a identificarem aqueles que, por acaso, teriam “traído” a referida facção. Neste sentido, com tom de ameaça,

percebe-se, novamente, grande engajamento dos seguidores em prol da página com o fito de dar cumprimento ao que foi falado no enunciado.



Figura 06. Comentários de membros da página

Fonte: Os autores

A última imagem, figura 06, reflete a aceitação dos membros com a afirmação do enunciado da figura 05. Deste modo, passam a enfatizar que a FDN é a facção que comanda o Amazonas e não as demais, de âmbito nacional. Recuero (2009) afirma que tais redes com um núcleo conectivo mais forte e rodeado por relações fortalecidas se enfraquecem segundo as interações e laços de afetividade, constituindo espaços destinados à divulgação de convicções, comportamentos e valores. Geralmente geridas por um usuário as comunicações em páginas desse tipo ocorrem, em um primeiro momento, de maneira unidirecional e, em seguida, acabam por receber maiores proporções, com a ajuda dos usuários que a acompanham.

Para Paravidino (2007), pertencer à comunidade virtual de uma facção significa rivalizar com a facção oposta, mas principalmente, ter o apoio da facção que defende. Dessa forma, estar de um dos lados, por defesa própria ou não, faz com que a violência seja uma forma de viver e de inserir-se socialmente. Assim, os discursos expostos nas comunidades reforçam a atração a novos membros.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado que a Família do Norte está utilizando cada vez mais as mídias e redes sociais para se relacionar com seus membros atuais e potenciais, sendo notório que sabem bem como usar as mídias sociais com o fito de divulgar suas ações criminais e ideologia para conseguirem mais membros.

Observa-se que sites de mídias sociais possibilitam a construção de relações pessoais e a exposição pública da rede de cada ator em questão. Deste modo o

Facebook atua como um canal de divulgação das ideologias presentes desde a criação do Comando Vermelho no Estado do Rio de Janeiro, deste modo a página “Frases De Cria CV MT” adequou-se à proposta inicial da pesquisa por conter discursos que favorecem práticas delituosas e a divulgação da ideologia criminal.

Embora a organização criminosa Família do Norte esteja crescendo com o uso das mídias sociais, cabe ao Estado por meio de todo o seu aparato organizacional coibir tais práticas criminais. Para tanto as secretarias de cultura, saúde, educação segurança pública, dentre outras, devem atuar em conjunto visando integração para compreender esta dinâmica do discurso nas redes. Com estas atitudes atreladas à contrapropaganda, visando coibir a propaganda adversa criminal, a divulgação de conteúdo ilícito pode reduzir aos poucos e beneficiar a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. & Salla, F. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. 2007. Estudos Avançados.
- AMORIM, C. 1994. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. Rio de Janeiro, Record, 573 p.
- BOYD, D.M.; ELLISON, N.B. 2007. **Social Network Sites: definition, history, and scholarship**. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1):210-230. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1083-6101.2007.00393.x/full>. Acesso em: 22/06/2018.
- FAIRCLOUGH, N. 2001. **Discurso e mudança social**. Brasília, Universidade de Brasília.
- MCLUHAN, M. 1964. **Understanding media: the extensions of man**. Nova Iorque, McGraw-Hill, 392 p. Disponível em: robynbacken.com/text/nw_research.pdf. acesso em 25/06/2018.
- MINGARDI, Guaracy. **O Estado e o crime organizado**. 1996. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.
- MISSE, M. 2007. **Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro**. Estudos Avançados, 21(61):139-157. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n61/a10v2161.pdf>. Acesso em: 25/06/2018.
- ONUICH, O. 2015. **EuroMaidan Protests in Ukraine: Social Media Versus Social Networks. Problems of Post-Communism**. v. 62, n. 4, p. 217-235.
- ORLANDI, E.P. 2000. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 2ª ed., Campinas, Pontes, 100 p.
- PARAVIDINO, F.V. 2007. **A apologia à criminalidade nas comunidades do Orkut**. In: **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sudeste**. XII, Minas Gerais, 2007. Anais disponíveis em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sudeste2007/resumos/R0340-1.pdf>. Acesso em: 07/11/18.
- PEREIRA, E.G. 2011. **O tráfico de drogas ilícitas: uma modalidade do crime organizado**. Revista Digital Espaço Acadêmico, vol. 34, s.p. Disponível em: http://www.bibliotecapolicial.com.br/upload/documentos/O-TRAFICO-DE-DROGAS-E-O-CRIME-ORGANIZADO-21069_2011_8_7_51_24.pdf. Acesso em: 02/06/2018.

PINTO, M.J. 1999. **Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo, Hacker Editores, 105 p.

RECUERO, R. 2005. **Um estudo do capital social gerado a partir de redes sociais no Orkut e nos Weblogs**. In: **Encontro da Compós**, XIV, Rio de Janeiro, Anais... Disponível em: <http://www.ufrgs.br/limc/PDFs/recuero Compos.pdf>. Acesso em: 27/06/2018.

RECUERO, R. 2009. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre, Sulina, 206 p.

SIQUEIRA, Italo Barbosa Lima. **“Aqui ninguém fala, escuta ou vê” Relatos sobre o cotidiano profissional dos agentes de segurança penitenciária em Manaus**. 2016. 224 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5584/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Italo%20B.%20L.%20Siqueira.pdf>. Acesso em 07/11/18.

SOUZA, R. V. D; Diniz, L. D. R. **Construções discursivas do crime em sites de redes sociais: uma análise das postagens da página “Tudo 2” no Facebook**. Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos. Vol. 17, nº 2, p. 147-160, maio/agosto. 2015.

ZIEGLER, Jean. **Os senhores do crime: as novas máfias contra a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

O LO-FI E A PRODUÇÃO DE SIGNOS EM UMA SOCIEDADE EM REDE

Data de aceite: 19/11/2019

Lucas Peluffo dos Santos Portilho

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
São Borja – RS

César André Luiz Beras

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa
São Borja – RS

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo investigar de que forma a sociedade em rede e a globalização da informação, termos conceituados por Castells (1999), através da internet e das tecnologias, podem auxiliar na superação de limitações encontradas no momento de produzir e distribuir de maneira independente as produções Lo-Fi assim permitindo a criação da estética do ruído, sendo compreendidos através de estudos baseados em Conter (2016) e, por conseguinte, Silveira (2016), potencializando a produção de signos, sendo possível argumentar graças às colaborações de Deleuze (2003). O estudo foi possível a partir da metodologia de pesquisa bibliográfica, sendo pesquisada uma série de livros que possibilitaram a criação do argumento.

PALAVRAS-CHAVE: Lo-Fi. Sociedade em Rede. Produção Independente. Estética do Ruído. Produção de Signos.

THE LO-FI AND PRODUCTION OF SIGNS IN A NETWORKED SOCIETY

ABSTRACT: The present research has as objective to investigate how the networked society and the globalization of information, terms pointed by Castells (1999), through the internet and technology, can help overcome limitations on the production and distribution, in an independent manner the Lo-Fi production, therefore allowing the creation of the aesthetics of noise, been comprehended through Conter (2016), and consecutively Silveira (2016), empowering the production of signs, being possible to argument thankfully to the contributions of Deleuze (2003). This study was possible by the methodology of bibliographic research, been researched a series of books allowing the creation of the argument.

KEYWORDS: Lo-Fi. Network Society. Independent production. Aesthetics of noise. Production of signs.

1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho se refere ao projeto de pesquisa “O Lo-Fi e a produção de signos em uma sociedade em rede” produzido no primeiro semestre de 2018 para a conclusão do curso de Bacharel em Comunicação Social.

Publicidade e Propaganda, que aborda o estilo musical Lo-Fi e a sua capacidade de emitir e produzir signos no contexto de uma sociedade em rede. A fim de entender o contexto onde o Lo-Fi está inserido, é de total importância compreender de que maneira ocorre sua produção e sua distribuição em uma sociedade em rede, buscando identificar como esse estilo musical é potencializado a partir da globalização. O estudo visa identificar as maneiras de como a internet auxilia produtores independentes superarem limitações encontradas ao produzir música, barateando custos de produção e tornando acessíveis informações e técnicas, e como permitem a interação global dos indivíduos que se identificam com esse estilo, facilitando a sua comunicação, distribuição e troca de conhecimento. O estudo também tem como intuito entender como o Lo-Fi pode ser identificado como um fenômeno de contracultura, e como pode ser compreendido como uma experiência de significação da estética do ruído, emitindo signos e significações a serem interpretadas.

Com base em duas hipóteses complementares desenvolvidas através de estudos e leituras baseado nas obras dos autores Manuel Castells, *Fim do milênio* (1996) e *A sociedade em rede* (1999) e Gilles Deleuze, *Proust e os signos* (2003), se pretende responder a seguinte problemática: Como a sociedade em rede pode auxiliar na criação da estética do ruído de videoclipes Lo-Fi, superando suas limitações e assim potencializar a produção de signos?

O objetivo geral do trabalho é compreender as possibilidades de produções Lo-Fi como criações independentes da estética do ruído, em superar limitações de produção e acesso no contexto da sociedade em rede tornando possível a emissão e recepção de novos signos sobre a experiência mundana. E três são os objetivos específicos: analisar a exploração da estética do ruído a partir da reutilização de elementos sonoros e imagéticos contidos nos videoclipes ligados à cultura pop nas produções Lo-Fi; Conhecer como a sociedade em rede adquire a função de auxiliar na superação das limitações encontradas nas produções audiovisuais Lo-Fi; e Refletir sobre as diferentes formas de experimentação de signos a partir de produção do ruído e do consumo das produções Lo-Fi.

2 | METODOLOGIA

Para a idealização do trabalho, foi realizada uma pesquisa exploratória, onde foi feito primeiramente uma pesquisa e análise de outros trabalhos, como artigos, dissertações e teses, para a melhor compreensão do tema. Após isso, foi feito um levantamento bibliográfico, com base nos autores: Manuel Castells em *Fim do milênio* (1996) e *A sociedade em rede* (1999); Gilles Deleuze, *Proust e os signos* (2003) e Fabrício Silveira *Rupturas instáveis – entrar e sair da música pop* (2013) obter explicações não utilizados por outros pesquisadores, buscando criar um diálogo

entre os autores.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A principal contribuição pretendida pelo presente trabalho seriam os estudos sobre a sociedade em rede para a formação de identidades, onde no estudo atual, a diferença principal será a abordagem da recepção e da criação de signos, a partir de um público que se identifica com a música Lo-Fi. Neste sentido, a articulação temática proposta se mostra com alguns elementos novos que podem qualificar e prosseguir a discussão possibilitando uma potencialização do processo de construção do conhecimento sobre a música Lo-Fi.

Na primeira sessão do trabalho, dois argumentos auxiliaram a embasar e responder o problema de pesquisa, “Como a sociedade em rede pode auxiliar na criação da estética do ruído de videoclipes Lo-Fi, superando suas limitações e assim permitir a potencialização de signos?”. O primeiro argumento trata de como a sociedade em rede potencializa as produções Lo-Fi, desde o momento de sua produção até a sua distribuição. O segundo argumento trata sobre como é possível encontrar informações na internet que auxiliem produtores em seus projetos, e como a internet torna eficaz e acessível às formas de comunicação entre esse público. A segunda sessão, irá tratar sobre o Lo-Fi e a experiência de significação, produção de signos.

O primeiro argumento parte da ideia que, a sociedade em rede potencializa o estilo musical Lo-Fi, que será tratado na próxima sessão, na sua produção e também no momento de sua distribuição, compartilhando informações e conhecimentos quase que instantaneamente através de grupos em redes sociais integrados por produtores independentes e pessoas que buscam produzir suas próprias músicas. Assim, em grupos e comunidades digitais criados nas redes sociais que tem como objetivo integrar pessoas que se consideram produtores independentes e pessoas interessadas em produzir sua própria música de forma independente, ou seja, produções no estilo Lo-Fi, são feitas trocas de informações necessárias para ser possível a produção desse estilo musical. Também são expostas e discutidas informações que apresentem alternativas viáveis e acessíveis para produções se tornarem independentes superando limitações encontradas ao produzir música, não necessitando de estúdios e gravadoras profissionais para captar sons e áudios e se tornando livre de equipamentos, instrumentos e aparelhagens de alto nível.

A comunicação e o compartilhamento dessas informações, que muitas vezes se tornam indispensáveis para o auxílio na produção e distribuição, é criada e personalizada ao gosto e a necessidade, de forma que se identifique com o público

do estilo. Público que é formado por jovens que estão conectados à internet e que utilizam as redes sociais para manter a comunicação, fazendo com que o compartilhamento de informação seja feita de forma coletiva, através dessas redes virtuais, como Castells afirma:

Um novo sistema de comunicação que fala cada vez mais uma língua universal digital tanto está promovendo a integração global da produção e distribuição de palavras, sons e imagens de nossa cultura como os personalizando ao gosto das identidades e humores dos indivíduos. As redes interativas de computadores estão crescendo exponencialmente, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo tempo, sendo moldadas por ela. (CASTELLS, 1999, p. 40).

Considerando que a internet utiliza de uma língua própria e universal vista através de redes sociais, entendemos que novas redes interativas são criadas e personalizadas de acordo com as necessidades e identidades de cada indivíduo, neste caso, produtores independentes e pessoas que se identificam com o estilo musical. Estes grupos e fóruns são livres para compartilhar qualquer tipo de informação relevante sobre Lo-Fi, e isso faz com que os membros não se prendam apenas ao compartilhamento de informações que auxiliem nas produções, mas, além disso, estes grupos também abrem espaço para produções independentes serem ouvidas e terem uma maior visibilidade, fazendo com que o movimento cresça e se integre globalmente. Assim, a integração global do público que se interessa pela proposta do estilo musical Lo-Fi, se faz através de grupos criados na internet por indivíduos que trazem significados do estilo para si, fazendo então que novas formas de comunicação sejam criadas conforme a necessidade e a identidade de cada um, através de comunidades, grupos e fóruns, se adaptando ou tornando parte do estilo de vida de cada indivíduo.

O segundo argumento teórico que vai embasar a reflexão, trata sobre como é possível encontrar informações na internet que auxiliem produtores independentes em seus projetos, e como a internet torna eficaz e acessível às formas de comunicação entre esse público. Desta forma é visto que as redes interativas são capazes de integrar o público que se identifica com a proposta do estilo, a produtores Lo-Fi, em diversos países e regiões, possibilitando a troca de informações e até o desenvolvimento de novos produtores, fazendo com que pessoas que não possuíssem nenhum conhecimento e nenhuma técnica musical, se tornassem capacitadas e possibilitadas de criarem suas próprias produções Lo-Fi.

Podemos perceber que, através de interações proporcionadas pela globalização, uma nova estrutura cultural foi criada, a sociedade em rede, fazendo com que informações pudessem ser proporcionadas e compartilhadas pela internet e pelas suas tecnologias da informação. Assim fazendo com que novas identidades culturais

fossem adquiridas, a partir do contato e da integração de diferentes indivíduos, trocando uma grande quantidade de informações.

O estilo Lo-Fi, ganhou maior visibilidade através da sociedade em rede, onde permitiu que houvesse uma maior interação entre os seus públicos, abrangendo desde produtores independentes, pessoas que desejam produzir suas próprias músicas, pessoas que se identificam com o estilo da música e um novo público de pessoas, que acabam se identificando com a proposta vista através da estética dos videoclipes e traz o estilo para si.

A segunda sessão vai ser apresentada a reflexão sobre a estética do ruído, a produção de signos e o Lo-Fi, com um argumento que ajudou a embasar e responder o problema. O argumento parte da ideia de que a criação de signos é possível a partir da estética do ruído encontrada nas produções independentes Lo-Fi. Para isso, é necessário entender quando e onde surgiu, além de conceituar o termo “Lo-Fi”.

Registros apontam que o termo foi empregado pelo DJ William Berger da rádio estadunidense WFMU, onde era dedicado um espaço para que produções caseiras pudessem ser notadas. A denominação do termo se dá através da oposição ao termo sonoro “Hi-Fi” (high-fidelity), que em português significa alta fidelidade, ou seja, registros sonoros que possuam uma clareza em sua reprodução, uma nitidez clara, como explica Marcelo Conter:

O termo mais comumente empregado para descrever um registro fonográfico com uma sonoridade precária é Lo-Fi. A popularização do termo se deve a um programa de rádio da emissora nova-iorquina WFMU, intitulado Lo-Fi pelo seu produtor William Berger. Ao entrar no ar em 1986, dedicava meia hora para apresentar exclusivamente gravações caseiras e amadoras. O termo, naquela época, opunha-se ao então já consolidado hi-fi (abreviação de high-fidelity), empregado para se referir a registros fonográficos ou a aparelhos de som de altíssima qualidade e nitidez sonora. (CONTER, 2016, p. 36).

Produções independentes Lo-Fi surgem então, como oposições a cultura massiva e às produções que caminham em um mesmo sentido seguindo tendências, músicas com a mesma fórmula que seguem uma mesma evolução, como a música pop. Desde a sua produção sonora para a música e estética para os videoclipes, com elementos retirados muitas vezes da cultura popular, até o momento de sua distribuição, através de plataformas e redes interativas alternativas, o Lo-Fi busca uma independência da indústria midiática, das gravadoras e estúdios profissionais e também de equipamentos, onde através da sociedade em rede, é possível superar suas limitações de produção e distribuição.

A estética do ruído é inaugurada pelo álbum e pode ser vista em outros subgêneros musicais, onde às vezes é encontrado também migrando para outras áreas, como design, fotografia e videoclipes, fazendo com que o álbum seja considerado fundador desse fenômeno. Assim, os ruídos se resultam de diversas maneiras onde se tornam

elementos importantes e constitutivos de diferentes estilos musicais, como diz Silveira: “Os ruídos são todos e quaisquer sinais indesejáveis, são interrupções, são fenômenos desordenados, manchas que irrompem na estruturação de um texto, de uma imagem ou de um som. O ruído é algo não intencional: é um sinal que não se quer transmitir.” (SILVEIRA, 2013, p. 56).

Os ruídos, de forma geral, são sinais indesejados e interruptivos, sinais que não eram para aparecer, como os chiados em gravações com microfones não apropriados para captações de voz, mas que quando tratados como uma experiência artística, a ideia de “ruído” ganha outras caracterizações, como que fazendo parte da produção, se tornando um sinal proposital. Hoje eles são intencionais e utilizados como parte constitutiva das produções musicais e audiovisuais Lo-Fi e podem ser explorados através de sobreposições sonoras e criações de ambiências no caso das músicas, e através de erros em imagens como granações e texturizações de objetos, repetições e sobreposições de frames e alternância de cores imagética, nos videoclipes.

Considerando o Lo-Fi como um objeto, a emissão de signos e interpretações por ele é feita. Em muitos casos, as produções Lo-Fi são relacionadas a sentimentos, causadas pelos elementos que as constituem, chamados de signos mundanos. Esses signos são suficientes e ao mesmo tempo cruéis, pois surgem em uma velocidade rápida a partir de um contato imediato, se tornando substitutos de qualquer ação ou pensamento, não remetendo a nenhuma outra coisa. Isso faz com que o receptor busque a compreensão do motivo pelo qual foi recebido. Como afirma Deleuze:

Não existe meio que emita e concentre tantos signos em espaços tão reduzidos e em tão grande velocidade. Na verdade, estes signos não são homogêneos. Em um mesmo momento eles se diferenciam, não somente segundo as classes, mas segundo "famílias espirituais" ainda mais profundas. De um momento para outro eles evoluem, imobilizam-se ou são substituídos por outros signos. Assim, a tarefa do aprendiz é compreender por que alguém é "recebido" em determinado mundo e por que alguém deixa de sê-lo; a que signos obedecem esses mundos e quem são seus legisladores e seus papas. O signo mundano surge como substituto de uma ação ou um pensamento, ocupando o lugar. Trata-se, portanto, de um signo que não remete a nenhuma outra coisa, significação transcendente ou conteúdo ideal, mas que usurpou o suposto valor de seu sentido. (DELEUZE, 2003, p. 5).

A compreensão não é possível caso o receptor não tenha o primeiro contato com os signos mundanos, pois mesmo que se trate de signos cruéis e vazios, não são homogêneos. Surgem como substitutos de qualquer ação ou pensamento, podendo causar uma espécie de curiosidade por não se apresentarem por completos ao aprendiz, fazendo o buscar em outros mundos, como no mundo da arte, a compreensão de por que alguém o recebe e por que alguém deixa de ser. Neste sentido, após os signos mundanos os signos da arte são essenciais para os outros signos, pois eles reagem sobre todos os outros os transformando, de maneira que se

fazem presentes na música e nos videoclipes Lo-Fi, onde é possível identificar ruídos na sonorização e de forma imagética, identificar o uso de cores gritantes, ilustrações e animações de personagens e formas de objetos inanimados, possibilitando a compreensão além da interpretação do primeiro contato, integrando outros signos, dando-lhes sentidos estéticos e o colorido que faltava. (DELEUZE, 2003, p. 13).

Assim, o último mundo dos signos, os signos da arte, reage sobre todos os outros signos, os integrando, dando-lhes a essência que faltava e os transformando, de maneira que sem eles, o aprendizado do receptor não seria completo, pois sem a Arte não seria possível compreender e nem ultrapassar o nível primário de interpretação encontrado no primeiro contato com o objeto de aprendizado, o Lo-Fi.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a presente pesquisa foi possível ampliar o conhecimento sobre as produções independentes Lo-Fi, vistos de uma perspectiva científica sobre a sua potencialização na produção de signos em quem escute o estilo musical. Pretende-se ainda, realizar mais pesquisas na área, como a aplicação de um questionário on-line, através do Google Forms em um grupo de Facebook de produtores Lo-Fi, também será realizada a seleção e decupação de cinco videoclipes Lo-Fi e a análise dos comentários de uma rádio Lo-Fi ao vivo on-line.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999;

____. **Fim do milênio**. São Paulo: Paz e Terra, 1996;

CONTER. Marcelo. B **A Máquina Abstrata Lo-fi**. 2015. Artigo apresentado no Intercom de 2015;

CONTER. Marcelo. B **Lo-fi: Agenciamentos de baixa definição na música pop**. Tese (Doutorado de Pós-Graduação em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. UFRGS. 2016;

DA SILVA, R. **Informação, cultura e cidadania no coração da periferia pelas batidas do hip hop**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro;

DELEUZE, Gilles. **Proust e os signos**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003;

FERREIRA. G. Z **Lo-fi: Aproximações e Processos Criativos**. Da fonografia à arquitetura. 2017. Dissertação (Mestrado em Teoria, História e Crítica da Arquitetura) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, UFRGS;

SILVEIRA. Fabrício., CONTER. Marcelo. B **Cultura Pop e Linguagem de Videoclipe**. “Faça você Mesmo”: o demônio de Daniel Johnston. Rio de Janeiro. Edição 42, v. 22, n.1, 2015;

SILVEIRA, Fabrício. **Rupturas instáveis – entrar e sair da música pop**. 1ª edição, 2013;

SILVEIRA, Marcelo, D. P da. **Efeitos da globalização e da sociedade em rede via Internet na formação de identidades contemporâneas**. *Psicol. cienc. prof.* Dez 2004, vol.24, no.4, p.42-51. ISSN 1414-9893;

O SACRIFÍCIO E A PERDA COMO FATORES RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA NOS JOGOS DIGITAIS: UM OUTRO OLHAR À JORNADA DO HERÓI

Data de aceite: 19/11/2019

Júlio César da Silva Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo

RESUMO: Sacrifício e perda são elementos constitutivos da jornada do herói. Nas análises conduzidas, os tópicos se mostraram fatores relevantes nas narrativas dos jogos de formas distintas: a perda de um objeto de valor pode transformar um sujeito comum em herói assim como em vilão, ou mudar um herói para vilão; por outro lado, o sacrifício é um ato de um herói com caráter estabelecido de antemão, de modo que o tópico não altera ou forma o caráter da personagem, e sim é resultado deste. Já em relação à agência do jogador, é notável a sua liberdade em navegar pelo mundo fictício, entretanto sem poder alterar a narrativa, já que histórias com muitos rumos correm o risco de passar totalmente despercebidas pelos jogadores e causar um gasto desnecessário na produção do jogo. Assim, os jogos buscam ceder espaço ao jogador no que concerne à mecânica, uma vez que é neste ponto que reside a experiência do jogar como mídia diferente das demais; além disso, os tópicos estudados não afetam a decisão do jogador por não serem precisamente parte do design do jogo.

PALAVRAS-CHAVE: sacrifício, perda, jogos digitais, semiótica, narrativa.

SACRIFICE AND LOSS AS IMPORTANT ELEMENTS IN THE CONSTRUCTION OF NARRATIVES IN GAMES: ANOTHER GLANCE AT THE HERO'S JOURNEY

ABSTRACT: Sacrifice and loss are constitutive elements of the hero's journey. In our analysis, the topics were relevant factors in game narratives in different ways: the loss of an object of value can transform an ordinary person into a hero as well as a villain, or change a hero to a villain; on the other hand, the sacrifice is an act of a hero with predetermined established character, so this topic does not change or form a person's nature, the sacrifice is a result of the nature. Regarding the player's agency, it is important to notice its freedom to navigate the fictional world, without however being able to change the narrative, since stories with too many branches could be missed by players and cause unnecessary expenses in the game production. So, games provide freedom in gameplay rather than story since that is what makes gaming experience unique and different from other media. Besides, the topics studied here do not affect player's decision because they are not part of the design of the games.

KEYWORDS: sacrifice, loss, games, semiotics,

narrative.

1 | INTRODUÇÃO

O sacrifício e a perda, como elementos constitutivos da jornada do herói, são recorrentes nas mais diversas histórias do mundo. Entretanto, pouco há, na obra *O herói de mil faces* (1995), que introduz a jornada do herói, sobre o sacrifício ou a perda, ainda que esses fatores estejam presentes em outras obras do autor Joseph Campbell. Em seu sucessor, Christopher Vogler (2015), também pouco se fala sobre o sacrifício.

Não se pode negar que o sacrifício faz parte da figura do herói. Prometeu roubou o fogo dos deuses para dar aos homens, e como penitência, teve seu fígado massacrado por uma águia por toda a eternidade; Jesus Cristo foi crucificado pelos homens; trazendo histórias mais modernas, Harry Potter sabia que deveria morrer para vencer Voldemort e assim caminhou em direção à sua perdição; Kratos crava a espada olímpiana em seu peito para entregar todo seu poder à humanidade. As histórias tornam-se mais complexas ao longo dos tempos, mas não foge à estrutura básica da jornada.

A escolha do sacrifício enquanto recurso narrativo para construir ou definir o caráter do herói é extensivamente utilizado em inúmeras histórias, uma vez que o ato do sacrifício, como um ato de altruísmo e renúncia em favor de algo que está acima dos valores impostos, isto é, um ato de total entrega e de rendição a outro diferente do herói, independente da forma que esse outro é simbolizado, é o que muitas vezes diferencia o herói das demais pessoas. Entretanto, esse ato pode vir de forma involuntária, sendo assim uma perda que é necessária para que o cidadão comum se torne o herói da narrativa, como é o caso no filme *Homem-Aranha* (2002), em que o personagem Peter Parker perde seu tio por conta de uma atitude irrefletida sua, e apenas então deixa sua vontade individual de lado para o bem maior (no caso, proteger sua cidade). Assim, considerando que o sacrifício e a perda são elementos pertinentes na construção da narrativa e do herói, centra-se tais aspectos no estudo das narrativas dos jogos digitais.

O que se busca aqui é entender como esses tópicos moldam o caráter do herói e inclusive criam linhas tênues entre o bem e o mal, como afetam o protagonista e outros personagens, bem como as distinções entre o sacrifício e a perda, como elementos significativos na construção da narrativa.

2 | METODOLOGIA

Primeiramente, como base teórica, utiliza-se a perspectiva da semiótica de linha

francesa, sobretudo o quadrado semiótico, para auxiliar na definição dos termos **sacrifício e perda** para que o uso seja apropriado ao caso analisado bem como a função exercida por cada no desenrolar das histórias escolhidas.

Os trabalhos de Vogler e Campbell sobre a jornada do herói são essenciais justamente porque se intenta jogar luz nas questões do sacrifício e da perda como elementos essenciais na jornada do herói.

Por fim, encarar o game como uma mídia diferenciada das demais quando falamos de narrativa traz em si uma complicação de design de game. Para dar conta desse aspecto, toma-se trabalhos específicos sobre desenvolvimento de jogos e narrativas voltadas para games.

Com bases teóricas e metodológicas bem fundadas, parte-se para a análise propriamente dita dos jogos elencados a seguir:

1. *Metal Gear Solid V – The Phantom Pain* (2015);
2. *Metal Gear Solid 3 – Snake Eater* (2004);
3. *Warcraft III* (2002);
4. *God of War 3* (2010);
5. *Red Dead Redemption* (2010);
6. *Final Fantasy X* (2001);
7. *Chrono Trigger* (1995);
8. *Super Metroid* (1994).

Esses jogos foram escolhidos por apresentar o sacrifício e a perda de modo a influenciar toda a narrativa e a construção do herói. Cada uma das histórias, à sua própria maneira, é composta por jornadas em que o sacrifício do herói ou a perda de um objeto de valor interfere no caráter do herói ou é influenciado por este.

3 | DEFININDO SACRIFÍCIO E PERDA

Quais são as principais diferenças entre o sacrifício e a perda? Pesquisando em dicionários dos mais variados, é possível encontrar diversas definições para ambos os termos, e talvez a definição mais precisa considerando o objetivo desta pesquisa seja esta: “Abandono forçado ou voluntário daquilo que nos é precioso; renúncia” (de acordo com dicionário Priberam); enquanto a melhor definição de perda seria esta: “Carência, privação do que se possuía” (de acordo com dicionário do Aurélio).

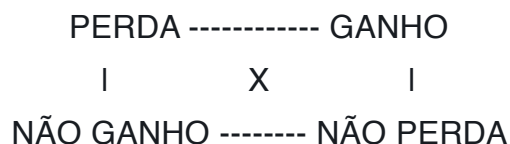
Portanto, com essas definições, determinar uma ação ou um evento como sacrifício ou perda torna-se mais preciso, especialmente no que concerne à principal distinção encontrada: escolha. A perda se caracteriza por um evento ou uma ação que o personagem (que sofre a perda) não tem controle, ou seja, ele não pode evitar no momento em que ela ocorre. Por outro lado, o sacrifício é uma escolha do

personagem, ainda que forçada, como diz o dicionário, mas não deixa de ser uma escolha que é colocada em determinado momento e o seu ato se torna consequência dessa escolha.

Essas definições auxiliam no quadrado semiótico de ambas as palavras. Para tanto, é necessário compreender o que é o quadrado semiótico, e para isso, temos o livro *Dicionário de Semiótica*:

Compreende-se por **quadrado semiótico** a representação visual da articulação lógica de uma categoria semântica qualquer. A estrutura elementar da significação, quando definida – num primeiro momento – como uma relação entre ao menos dois termos, repousa apenas sobre uma distinção de oposição que caracteriza o eixo paradigmático da linguagem: ela é, portanto, suficiente para construir um paradigma composto de *n* termos, mas não permite por isso mesmo distinguir, no interior desse paradigma, categorias semânticas baseadas na isotopia (o “parentesco”) dos traços distintivos que nele podem ser reconhecidos. Faz-se necessária uma tipologia das relações, por meio da qual se possam distinguir os traços intrínsecos, constitutivos da categoria, dos traços que lhe são alheios. (GREIMAS; COURTÈS, 2013, p. 400, grifos do autor).

Portanto, entendendo o quadrado semiótico como articulação lógica de uma categoria semântica, como relação entre dois opostos, deve-se então encontrar o oposto de cada um dos dois termos. O oposto de “perda” é “ganho”, e assim se estabelece a primeira relação de oposição:



Já em relação ao sacrifício, a busca pelo seu termo contraditório se mostra um tanto complicada. Em dicionários de antônimos, encontra-se termos como “egoísmo”, “individualismo”, “apego”, “benefício”, “prazer”, “deleite” e “agrado”, todos que de certa forma são opostos ao sacrifício, porém não explicitam precisamente o seu oposto, e, sobre isso, o *Dicionário de Semiótica* é muito claro: “definida [a oposição] pela impossibilidade que têm os dois termos de se apresentarem juntos, será denominada relação de **contradição**” (GREIMAS; COURTÈS, 2013, p. 401, grifo do autor). “Egoísmo” e “individualismo” não seriam contraditórios ao sacrifício já que o ato em si não qualifica uma atitude altruísta, já que abrir mão de um objeto de valor para conseguir algo maior, ao próprio ser, pode ser uma atitude egoísta ou individualista, uma vez que o sujeito está pensando em seu próprio bem, e sacrifica algo precioso a si para algo ainda mais precioso, e isso envolve escolha. “Prazer”, “deleite” e “agrado” remetem à felicidade, a atitudes que não trazem tristeza e não são, por definição, dificuldades, enquanto o sacrifício remete a escolhas complicadas que podem levar à tristeza em um primeiro momento; porém, nenhum dos antônimos

citados traz a ideia oposta de escolha, sequer se referem a um campo semântico próximo ao termo sacrifício.

Logicamente falando, todo sacrifício envolve perda, uma vez que o sujeito deve abrir mão de algo em busca de um objeto de valor. Pode-se citar a franquia de filmes Jogos Mortais como exemplo, em que os sujeitos raptados são sempre colocados à prova, devendo sacrificar algo para que possam viver, e cabe sempre ao sujeito a sua liberdade de escolha (ainda que brutalmente forçada). Entretanto, nem toda perda envolve escolha, e, por consequência, não envolve sacrifício. Cita-se como exemplo o filme Homem-Aranha (2002), na cena em que o protagonista Peter Parker perde seu tio por uma atitude egoísta sua. A cena em particular é intrigante e estimulou a busca pela definição precisa dos termos, uma vez que o protagonista é confrontado com uma escolha, porém não tem consciência das suas consequências. Seria então um sacrifício do personagem?

A resposta é não. No momento em que o personagem é confrontado com a escolha de parar ou não, de impedir o ladrão de fugir ou de deixá-lo ir, Peter Parker não sabia o que traria como consequência. Ao descobrir o desfecho, ele deixa de ser o lutador de luta-livre que utilizou seus poderes para seu próprio benefício e se torna o Homem-Aranha, um herói da cidade de Nova York que é uma força vigilante trabalhando para prender e impedir bandidos de causar o mal aos seus conterrâneos. Não se trata de um sacrifício, e sim uma perda significativa, que altera a sua jornada e transforma um sujeito em herói.

Tomando o percurso gerativo de sentido, especificamente o nível fundamental, entende-se a perda como a disjunção do sujeito com um objeto de valor, que, nas narrativas mais tradicionais, força o sujeito a ir em busca da conjunção e, na maior parte das vezes, restabelecer o status quo. Essa aventura para retornar o status quo é a história, a jornada do sujeito.

Por outro lado, o sacrifício vai além: o sujeito escolhe (por dever moral, cívico, pessoal ou outros) entrar em disjunção com um objeto de valor no intuito de entrar em conjunção com outro objeto mais “valioso”, se assim pode-se dizer. O sacrifício do herói consiste nesses dois fatores: disjunção para conjunção. O herói renuncia a algo precioso a ele para conseguir algo ainda mais precioso.

4 | NARRATIVA EM GAMES

Quando se trata de narrativas de livros, filmes, séries e outras mídias que limitam, na maioria das vezes, a participação do receptor à posição de espectador, a jornada do herói ocorre entre o protagonista da história e a própria jornada, sendo então o seu espectador apenas um sujeito passivo, que pode torcer por um caminho

ou outro, por um desfecho ou outro, porém não pode interagir a ponto de alterar o curso da narrativa. Em jogos digitais, a situação é outra.

Todo jogo é, por definição, interativo. Diversos autores discutem sobre a questão “o que é um jogo”, e aqui se apresenta um resumo dessa discussão, presente na obra de Katie Salen e Eric Zimmerman (2004), em que os autores buscam oito definições de jogo para compará-las e criar a sua própria, essencialmente condensando todas em uma única frase: “Um jogo é um sistema em que os jogadores engajam em conflito artificial, definido por regras, que leva a um resultado quantificável.” (SALEN; ZIMMERMAN, 2004, p. 11). Para fins desta pesquisa, o que interessa é a ideia de interatividade, presente na definição de diversos autores e nessa colocada aqui: jogadores engajam em um conflito artificial definido por regras. Um ambiente interativo não é um jogo; para que seja um jogo, é necessário um conjunto de regras.

A fim de não estender a discussão para além dos limites deste trabalho, cita-se um artigo publicado no site IGN Brasil de Flávia Gasi (2015), em que ela aborda a polêmica afirmação do game designer David Cage de que seu produto *Heavy Rain* não era um jogo, e sim um “filme interativo”. Contrariando sua afirmação, Gasi (2015, n.p.) defende que “Um videogame é um sistema de regras, com objetivo e interatividade. A máquina deve responder ao jogador, por meio de controles (seja um controle de PS4, ou o seu corpo, no Kinect). Se não há interação, não há game.”. Portanto, até mesmo jogos que não se utilizam de mecânicas de combate, ou que não possuem um dinamismo de interação, são considerados jogos na medida em que obedecem a essa estrutura básica: sistema de regras, interativo, com objetivos, com resultados.

Isso indica que jogos narrativos, ou seja, aqueles em que a história é um elemento importante e constitutivo do jogo, possuem dois ângulos a serem observados: os personagens do jogo em relação à história e os interatores com relação ao jogo e à história. Como dito anteriormente, os jogos digitais se distinguem de outras mídias por conta de sua interatividade, e essa possibilidade estendida ao jogador deve ser significativa. Uma ideia bastante difundida entre autores e game designers é a de que um jogo deve oferecer interatividade com escolhas significativas, em que o jogador sinta que suas escolhas e suas ações interferem no andamento e no progresso do jogo. Sendo assim, os jogos digitais mais recentes, dos anos 2000 para cá, buscam oferecer o máximo de possibilidades para que o jogador faça a sua própria jornada, tomando o(s) protagonista(s) como seu corpo em um mundo digital interativo, imerso nesse ciberespaço. Muitos jogos apresentam limitações nessas possibilidades: por exemplo, ainda que o jogador possa escolher um ou outro caminho para seguir em uma determinada narrativa, as escolhas não são infinitas e de um jeito ou de outro possuem as mesmas consequências.

Tome-se por exemplo o jogo *Chrono Trigger* (1995), um dos games contemplados

por esta pesquisa. Após um tempo de jogo, o protagonista e seu grupo são levados a um lugar chamado End of Time, representado pelo ano ∞ , onde o jogador pode viajar no tempo para diversas eras (Idade das Trevas, Pré-história, futuro pós-apocalíptico, entre outros períodos). Se quiser, existe a opção de o jogador ir direto ao confronto final para enfrentar Lavos, o grande antagonista do jogo, e se o derrotar, o jogo termina. Esse é um dos finais alternativos do jogo. Entretanto, não é o caminho “padrão” para finalizar o jogo (o jogador deve passar por uma série de desafios antes de enfrentar Lavos, e esse final pula todos esses passos), e, em uma primeira jogada, é quase impossível o jogador derrotar o vilão nesse ponto dado que não está forte o suficiente, ele deve evoluir bastante ainda. De toda forma, serve para exemplificar o conceito de ramificações da narrativa de um game.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do momento em que o herói abre mão do conforto de seu mundo comum para viajar a terras desconhecidas, enfrentar o céu e o mar, desbravando no mundo especial para buscar um objeto de valor para o bem maior ou para seu próprio benefício, o sujeito já está sacrificando algo. Isso é o que distingue o herói dos sujeitos comuns: quando surge um perigo iminente que coloca em risco o status quo de um determinado local, mundo ou universo, o herói renuncia ao conforto e segurança para resolver a situação e retornar ao estado de paz e tranquilidade.

A perda também faz parte de toda história. Se o sujeito está em conjunção com seu objeto de valor, não há motivo para ele fazer qualquer coisa. A disjunção é o primeiro passo da narrativa: falta algo para que o herói possa ficar tranquilo em seu mundo comum. A narrativa é, pois, a jornada do sujeito em busca da conjunção com seu objeto de valor, seja ele qual for. Em certo sentido, algo sempre se perde: a tranquilidade, a paz, seja este algo figurativizado no que for.

Cada um dos jogos apresenta protagonistas que foram drasticamente afetados por uma perda ou sacrifício e que essa mudança funcionou como motor para o desenrolar da história, seja durante o próprio game ou em jogos subsequentes (continuações).

Em *Super Metroid*, ocorre um caso claro de sacrifício, não do protagonista, mas de um ser que inclusive dá nome ao jogo que por algum motivo renunciou a sua vida em prol da protagonista.

Não foi uma escolha de Samus Aran (personagem que o jogador controla) ou do jogador; foi uma ação voluntária do metroid, embora não seja possível apontar com clareza qual a motivação. O fato dessa motivação ser uma questão em aberto também é um dos pontos mais interessantes: pode-se atribuir o sacrifício ao cuidado que Samus teve com o metroid larva, ou por Mother Brain (antagonista) ser um

inimigo em comum, onde o dito popular se faz presente: o inimigo do meu inimigo é meu amigo. Seja qual for o motivo, o sacrifício é um elemento essencial na história do jogo e que afeta o caráter da protagonista, já que em jogos anteriores da franquia, metroids eram os vilões principais. A partir de então, Samus Aran tem outra visão dessas criaturas e nem sempre elas tomam o papel de vilão da história.

Outro jogo da mesma geração que *Super Metroid* é *Chrono Trigger*, que apresenta uma história mais complexa. A narrativa possui cerca de 13 finais alternativos. Isso significa que o jogador terá acesso a um final do jogo caso ele cumpra com determinadas condições ou requisitos ao longo de sua jornada. O jogo conta, portanto, com diversas escolhas significativas que levam a um ou outro final do jogo.

Apesar dos vários finais, a narrativa é bastante linear durante a primeira parte do jogo. Patrick Holleman (2012), que elaborou diversos estudos sobre o que ele chama de design reverso, ilustra bem esse ponto. Segundo o autor, *Chrono Trigger* conta duas histórias: uma que ele chama de *The Tragedy of the Entity* (A tragédia da entidade) e outra chamada *The Comedy of the Sages* (A comédia dos sábios). Na primeira história, o jogo corre de forma linear: o jogador segue de ponto a ponto, de forma quase que pré-determinada (ir para outros locais não traz nenhuma recompensa ou progresso), em que o jogador vai para diversas eras na tentativa de entender o que está acontecendo com o mundo que vive e conhecendo aos poucos o vilão Lavos, o apocalipse do futuro; na segunda história, o jogo não é linear, o jogador tem a liberdade e incentivo a visitar diversos locais diferentes sem a necessidade de ir a um antes ou outro.

A primeira parte segue um esquema comum de narrativa: a história vai se construindo de modo a levar a um grande clímax, pois o grupo que o jogador controla viaja para diversas eras do tempo na tentativa de impedir que aconteça o “dia de Lavos”, também conhecido como apocalipse. Entretanto, durante a jornada, o jogador não percebe que suas ações não estão surtindo efeito até chegarem ao “falso clímax”, em que o grupo enfrenta Lavos e é subjugado de forma brutal, sem esperança para vitória, e nessa luta Crono – o protagonista – se sacrifica para evitar que seus amigos morram.

Holleman (2012, p. 6-7) fala sobre essa tentativa de enganar o jogador:

O grande truque da Tragédia da Entidade é que em uma linguagem ela comunica ao jogador que ele está vencendo: ele ganha as lutas, coleta itens, sobe de nível, viaja pelo tempo. Contudo, em outra linguagem, comunica a ele – sutilmente – que tudo que ele está fazendo é na realidade insignificante (para não dizer totalmente linear). (tradução nossa)

Então ocorre a derrota terrível, que encerra a tragédia da entidade.

Em seguida, o grupo sai em busca de voltar no tempo, evitar a morte de Crono

e salvar o mundo. Nesse ponto, dependendo das ações do grupo, Crono pode ou não ser salvo.

Sobre a comédia dos sábios:

O resultado dessas aventuras [durante a tragédia da entidade] era historicamente insignificante: o jogador não alterava nada de uma era a outra. No segundo jogo [comédia dos sábios], as aventuras não eram sobre destruir Lavos e sim sobre ajudar personagens menores, normalmente pessoas que eram conectados de alguma forma a um membro da sua equipe. (HOLLEMAN, 2012, p. 7, tradução nossa)

Existem outras escolhas significantes e uma das mais interessantes para este trabalho é ao encontrar o suposto vilão Magus. Em outras eras, o grupo de Crono enfrenta Magus e seus “escudeiros” Slash, Flea e Ozzy e os derrotam algumas vezes; em outro momento do tempo, já tendo mais informações sobre Magus e seu papel na história, é dada a escolha do jogador de recrutar Magus para sua equipe ou de lutar contra ele até a morte. Isso afeta o destino de um dos heróis do seu grupo, e conseqüentemente um dos finais do jogo.

No que concerne ao sacrifício que ocorre no jogo, podemos citar dois relevantes para a história e personagens: no momento em que o grupo é subjugado por Lavos e Crono decide enfrentá-lo sozinho, sacrificando-se para que seus amigos não sejam mortos; e quando Schala, irmã de Magus e uma das peças importantes no despertar de Lavos, utiliza todo seu poder para mandar os amigos de Crono e Magus para um lugar seguro no tempo, sendo em seguida destruída por Lavos.

Considerando o que Holleman (2012) propõe, o jogo constrói a narrativa de forma a criar um suspense e uma tensão crescente que parece eclodir quando os heróis descobrem a verdade sobre Lavos e o enfrentam, mas que é brutalmente frustrada pelo poder do vilão. Nesse momento, não ocorre o combate final onde o herói por um triz sai vitorioso, onde a tensão é aliviada pelo triunfo do bem sobre o mal; pelo contrário, o herói morre, o grupo percebe que sua jornada até agora não surtiu nenhum efeito em retardar ou evitar o apocalipse e esse seria então o momento em que a esperança desaparece face ao mal inevitável e aparentemente indestrutível.

Em 2001, a desenvolvedora Square Enix lançou mais um título de sua franquia de maior sucesso, o *Final Fantasy X*. Por uma boa porção do jogo, é esperado que a personagem Yuna seja o sacrifício necessário para derrotar o grande mal da história. Entretanto, perto do final, o sacrifício deixa de ser o da invocadora Yuna para ser o do protagonista Tidus e de um guardião de Yuna, que, cientes desse fato e de sua inevitabilidade, prosseguem da mesma forma. O jogo é então um fim ao ciclo de morte do mundo, em que o protagonista se sacrifica em prol desse bem maior.

Isso significa que o sacrifício não é um tópico que aparece em um determinado

ponto da jornada do herói, é algo intrínseco à narrativa. Faz parte do mundo comum, é requisito básico para o chamado da aventura, e o elixir é o fim desse ciclo de morte (e sacrifício conseqüentemente). Ele faz parte do caráter de todos que escolhem a “carreira” de invocador ou guardião.

Saindo do mundo dos *role-playing games*, outro jogo que apresenta a perda como elemento transformador é *Metal Gear Solid 3 – Snake Eater*. A perda da mentora em MGS3 altera o caráter do herói Naked Snake, ou Jack, como é chamado. Ele inicia o jogo sendo uma ferramenta política a favor do governo americano e termina abandonando o seu país após testemunhar o sacrifício da antagonista (sua mentora). Aqui, é um mesmo ato que tem duas perspectivas: olhando o lado da mentora, ela se sacrifica pelo país sabendo que era necessário para manter a ordem no mundo; pela visão de Snake, a perda transforma o herói em vilão que aparece em títulos subsequentes.

Em termos de história, a perda de MGSV é relevante para sua construção de caráter como herói e até mesmo anti-herói, bem como para sua transformação para vilão, já que por conta dessa disjunção o protagonista Big Boss torna-se cada vez mais violento, porém com ideais e princípios firmes.

Red Dead Redemption apresenta um caso de sacrifício: sabendo que ele não teria como lidar com tantos inimigos, Marston coloca sua família a salvo a custo de sua própria vida. A morte do herói é de tal força dramática que um dos motivos pelo qual esse jogo é tão aclamado por público e crítica é a sua narrativa. Outro ponto importante a se citar aqui é o que chamamos de *sidequests*, que são pequenas missões ou histórias paralelas à narrativa principal (também chamada de *main quest*). Essas pequenas missões não são necessárias para concluir o jogo: o jogador pode apenas cumprir as missões principais do jogo para chegar ao final do jogo descrito acima; porém, as *sidequests* servem para agregar à história principal como um reforço da existência daquele mundo, ou seja, aquele mundo traz em si diversas pequenas narrativas que dão força à suspensão da descrença, mostrando-nos que aquele mundo é verossímil.

Portanto, levando em consideração que o jogador pode escolher se faz ou não as missões paralelas, pode-se entender então que o jogo oferece escolhas significativas que impactam na reputação do jogador dentro desse mundo fictício, mas essas escolhas não afetam a história principal. Isso se deve a um fator explicado Skolnick (2014) e Dille & Platten (2007), em que os autores explicam que nem sempre o custo-benefício de criar múltiplos ramos da história compensa dado que o jogador pode não ver ou experienciar todos os caminhos. Assim, do ponto de vista mercadológico e financeiro, diversas fases, cenários, níveis, personagens, mecânicas, entre tantos outros elementos que compõem o jogo podem ser criados para nada, já que não seriam vistas.

Entretanto, essa é uma visão que varia de jogo para jogo, gênero para gênero. Certos tipos de jogos possibilitam ao jogador diversas escolhas significativas que alteram o rumo da história, como é o caso de *Chrono Trigger*. Títulos famosos que também utilizam essa narrativa ramificada são *Chrono Cross* (1999), *Silent Hill 2* (2001), *Life is Strange* (2015), *Heavy Rain* (2010), *Detroit: Become Human* (2018), entre outros.

6 | CONCLUSÃO

A maior parte dos jogos estudados apresentam narrativas em que o jogador tem pouca ou nenhuma escolha significativa para a história do jogo, de forma a alterar o rumo do seu enredo. Isso se dá pelo risco que se tem no desenvolvimento do game, pois de acordo com desenvolvedores e escritores veteranos, o jogador pode passar finalizar o jogo sem nunca ter visto os diversos rumos e finais e assim muito se perde (DESPAIN, 2008; SKOLNICK, 2014; DILLE & PLATTEN, 2007). Nota-se, portanto, desses jogos, que as escolhas estão muito mais ligadas às mecânicas do jogo do que à narrativa, mesmo em jogos com ênfase na história. Há jogos que fogem à regra, mas o que se mostra mais comum é a tendência de evitar múltiplos ramos para que o jogador tenha acesso a todas as partes e que o desenvolvimento de diversos cenários, personagens, mecânicas etc. não pareçam uma perda de tempo aos produtores.

Sobre o sacrifício e a perda, as histórias mostram que há uma tendência desses tópicos em momentos críticos do jogo, e de fato são importantes na construção do caráter do herói durante a sua aventura. Entretanto, nem sempre o sujeito protagonista é o herói da história por conta do sacrifício: em MGS3, a antagonista se sacrificou pelo seu país e não é considerada a heroína da história, já que foi a perda de Snake que levou ao resto da saga MGS. Outra coisa a se destacar é a motivação para o sacrifício: Kratos não abriu mão de sua vida por um ato altruísta, em *God of War 3*, ele apenas finalizou o que tinha a fazer e não quis o poder nas mãos da deusa Atena; John Marston se sacrificou por sua família; Yuna se sacrificaria pelo seu povo; Arthas, em *Warcraft III*, sacrificou seu melhor amigo por poder e se tornou o vilão em seguida; Crono se sacrificou pelos amigos. O resultado do ato não faz parte da construção do caráter; pelo contrário, é o caráter do herói que leva ao sacrifício.

Já na questão da perda, o quanto o protagonista ou as personagens relevantes da história se transformam e se adaptam à perda que sofrem afeta na construção de seu caráter. Big Boss perdeu sua mentora e mais tarde sua base militar, levando-o a mudar sua visão de mundo e ser o vilão nos jogos subsequentes; Tidus perdeu

seu mundo e passou a lutar por um novo objetivo, mesmo sabendo que não veria as mudanças que viriam após a sua vitória. O trauma da perda pode levar o sujeito a ser o vilão ou o herói, o que possibilita concluir que esse tópico é extremamente significativo na construção do caráter do sujeito tanto como herói, em um primeiro momento, como vilão, a depender do caso.

Por fim, no que concerne à jornada do herói e o lugar da perda e do sacrifício nela, vê-se que o sacrifício aparece frequentemente em momentos críticos da narrativa, sobretudo no clímax, na etapa da Recompensa ou Ressurreição do Herói, onde o protagonista está a um passo da morte e deve lançar mão de todas as táticas e forças que tem para triunfar, e isso inclui a disposição de abrir mão de um objeto de valor na tentativa de conquistar algo maior. Isso tende a concordar com a narrativa hollywoodiana (SKOLNICK, 2014), que usa esse tópico para intensificar as emoções dos seus espectadores.

A perda, por outro lado, frequentemente surge como um problema a ser resolvido, e, portanto, constitui um Chamado à Aventura, pois, como já foi dito, um sujeito em plena conjunção com seu objeto de valor não tem motivo para se movimentar ou para se aventurar, de modo que não há história para se contar.

A grande distinção é na formação de caráter: o sacrifício surge de um ser com caráter já estabelecido, consciente do que deseja e disposto a tomar a atitude. Em casos em que o sacrifício exige a vida do protagonista, seria contraintuitivo que fizesse parte da construção de caráter do herói; a perda é mais veemente na formação do herói (ou do vilão) por causar uma reflexão sobre a vida e o mundo em que o sujeito vive para reavaliar suas decisões e mudar a sua visão de mundo.

Conclui-se que com esse trabalho foi possível compreender um pouco mais o quanto os tropos estudados afetam na jornada do herói e na construção de caráter dos personagens, mostrando que o sacrifício não faz parte necessariamente na formação do herói, enquanto a perda é relevante tanto para a figura do herói quanto para o vilão. Espera-se que em próximos trabalhos seja possível analisar o quanto o jogador tem autoria nesses temas em jogos que possibilitem mudanças reais no rumo da história.

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. 11. ed. São Paulo: Pensamento, 1995.

DESPAIN, W. **Professional techniques for video game writing**. Massachusetts: A.K. Peters, 2008.

DILLE, F.; PLATTEN, J. Z. **The ultimate guide to video game writing and design**. New York: Lone Eagle, 2007.

FULLERTON, T. **Game design workshop: a playcentric approach to creating innovative games**.

Amsterdã: Elsevier, 2008.

GASI, F. **Quando um jogo não é um jogo?** IGN Brasil, 2015. Disponível em: <<http://br.ign.com/por-tras-dos-pixels/8349/opinion/por-tras-dos-pixels-29-quando-um-jogo-nao-e-um-jogo>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

GREIMAS, A. J.; COURTÉS, J. **Dicionário de semiótica**. São Paulo: Contexto, 2013.

HOLLEMAN, P. **Reverse design**: Chrono Trigger. The Game Design Forum, 2012.

SALEN, K.; ZIMMERMAN, E. **Rules of play**: game design fundamentals. Cambridge: The MIT Press, 2004.

SKOLNICK, E. **Video game storytelling**: what every developer needs to know about narrative techniques. New York: Watson-Guptill, 2014.

VOGLER, C. **A jornada do escritor**: estrutura míticas para contadores de histórias e roteiristas. São Paulo: Aleph, 2015.

MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO TEXTO LITERÁRIO: PARA UMA COMPREENSÃO ALÉM DOS ELEMENTOS EXPLÍCITOS DO TEXTO

Data de aceite: 19/11/2019

Ellen Valotta Elias Borges

Universidade Estadual Paulista, Departamento de
Ciência da Informação
Marília, SP

Mariana Rodrigues Gomes de Mello

Universidade Estadual Paulista, Departamento de
Ciência da Informação
Marília, SP

Lucilene Cordeiro da Silva Messias

Universidade Estadual Paulista, Departamento de
Ciência da Informação
Marília, SP

RESUMO: Considerando o desenvolvimento tecnológico da sociedade atual, este trabalho reflete sobre as relações que acontecem além do acesso da informação e foca no processo de apropriação da informação, o que envolve texto, contexto e leitor. Nesse sentido, apresenta questionamentos que envolvem não apenas o acesso à informação, mas, principalmente a necessidade de desenvolver uma mediação satisfatória entre sujeito e informação para o alcance de uma apropriação que possa ir além dos elementos explícitos do texto. A avalanche de informações possibilita cada vez mais a busca pelo conhecimento de tudo um pouco. Entretanto, este conhecimento é superficial

e impossibilita a solidificação, a reflexão e o aprofundamento de todas as informações, principalmente por sua efemeridade. Frente ao exposto, pode-se dizer que o acesso não garante a apropriação da informação. Partimos da ideia de que a mediação da leitura literária pode propiciar o desenvolvimento crítico e reflexivo que leva o sujeito a realizar uma apropriação que ultrapasse os elementos explícitos presentes no texto. Para tanto, é preciso considerar a informação como um processo complexo que exige uma relação estreita entre mediação e apropriação. As discussões acerca destas relações foram desenvolvidas na crença de que o texto literário pode oferecer diferentes possibilidades de apropriação, contribuindo para a compreensão não apenas dos elementos explícitos, mas também dos elementos implícitos do texto, o que favorece a prática de ações mais reflexivas e menos superficiais.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso à informação, Apropriação da informação, Mediação da informação, Leitura literária, Texto literário.

MEDIATION AND APPROPRIATION OF INFORMATION: GETTING A BETTER UNDERSTANDING BEYOND EXPLICIT ELEMENTS OF THE TEXT

ABSTRACT: Taking into account the

technological development of current society, this work reflects about relationships that occur beyond the access to information, focusing on process of appropriation of information, which involves text, context and reader. In this way, it should reflect not only on the access to information but also on the need of developing a satisfactory mediation between reader and information in order to achieve an appropriation beyond explicit elements of the text. The information avalanche allows us to know a little of everything. However, this knowledge is superficial and does not allow the sedimentation, the reflection and a deeper understanding of information, mainly because of its ephemeral nature. Considering all of the above, it can be stated that the access to information does not necessarily guarantee the appropriation of information. We begin from the assumption that mediation of literary reading provides a critical and reflective development, allowing the subject to construct an appropriation beyond the explicit elements of the text. Thus, it is necessary to consider information as a complex process that requires a close link between mediation and appropriation. All the discussions we have been presented here are based on the belief that the literary text can provide different possibilities of appropriation in order to contribute to understanding not only explicit but also implicit elements, which improves more reflective and less superficial actions.

KEYWORDS: Access to information, Appropriation of information, Mediation of information, Literary reading, Literary text.

1 | INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tecnológico trouxe muitos avanços para a sociedade, principalmente no que tange ao processo comunicativo e às relações sociais. As diversas possibilidades de acesso à informação, principalmente por meio da tecnologia, traz à tona a questão do uso que se faz deste acesso. Nesse sentido, torna-se essencial refletir sobre a necessidade da mediação entre sujeito e informação para o alcance de uma apropriação que possa ir além daquilo que está explícito no texto, possibilitando o desenvolvimento de habilidades para compreender informações e construções que estão implícitas na elaboração de um texto literário e, conseqüentemente, de outros textos mais simples.

O dilúvio informacional trouxe conseqüências para o processo de compreensão das mensagens que ganha outras funções além de informar e, nesse sentido, muitas vezes também desinforma, desorienta e desorganiza. Compreende-se, então, que o acesso ilimitado a inúmeras informações torna quase impossível a realização de uma reflexão mais profunda sobre as mensagens divulgadas por diferentes meios de comunicação. Borges destaca as implicações do avanço tecnológico para o processo de apropriação:

A efemeridade das informações veiculadas, principalmente nas redes sociais e

nos suportes tecnológicos, propicia o comodismo e a aceitação de verdades dos outros, sem a preocupação de buscar a própria verdade. Esta cultura atual favorece cada vez mais a apropriação no sentido de reprodutibilidade e cada vez menos a produção criativa [...] (BORGES, 2018, p.89).

Frente ao exposto, pode-se afirmar que possibilidade de acesso não significa, de igual modo, as mesmas possibilidades de apropriação. As informações não param de chegar e não há tempo de refletir sobre tudo que é divulgado. Estamos diante de uma nova forma de compartilhamento de informações que prioriza a disseminação de ideias e mensagens sem o filtro necessário para refletir sobre as fontes, os contextos e os autores de todas as informações.

O predomínio tecnológico na sociedade atual exige comportamentos cada vez mais rápidos e objetivos, desvalorizando as questões cujo foco esteja centrado na subjetividade e profundidade de pensamento crítico. Posto isto, o escopo deste trabalho é apresentar a necessidade de relacionar a mediação e a apropriação da informação com o texto, o contexto e o leitor. Parte-se da ideia de que a mediação da leitura literária pode propiciar o desenvolvimento crítico e reflexivo que leva o sujeito a apropriar-se do texto além dos códigos linguísticos. Borges discorre sobre o assunto e afirma que:

A apropriação da informação não depende somente de códigos linguísticos, a construção de seus significados está ligada a sujeitos sociais que trazem consigo valores e conhecimentos próprios que interferem na interpretação de uma informação (BORGES, 2018, p.91).

Com base nas considerações da autora supracitada, pode-se inferir que o processo de apropriação depende da atuação do sujeito, pois “[...] o indivíduo é o protagonista do processo de apropriação.” (BORGES, 2018, p.91). Nesse sentido, o processo de mediação é fundamental para o desenvolvimento de determinadas habilidades para que o sujeito se aproprie das informações de um texto. Borges afirma que:

A importância do ato informativo está no modo como apropriação é realizada. Os meios de informação cooperam cada vez mais para a velocidade do fluxo informacional e o sujeito, por sua vez, acompanha o ritmo tecnológico e influencia cada vez mais os modos de compartilhar informações. Todas essas alterações trazem novas necessidades de compreender a efemeridade da informação e suas apropriações na vida social (BORGES, 2018, p.91).

Para tanto, buscaremos levantar questões que abordem o papel social da literatura no oferecimento de diferentes formas de se apropriar do texto escrito, compreendendo também, aquilo que está implícito.

2 | TEXTO, CONTEXTO E LEITOR: UMA RELAÇÃO COMPLEXA

Todo texto está inserido em um contexto para a leitura que será realizada por algum leitor. Não há texto fora de um contexto. Tampouco há texto se não houver alguém que o leia e dê vida a ele. Nas palavras de Marx: “[...] o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo”. (1988, p.18). Considerando que a sociedade está em constante processo de mudança, não há como compreender um texto fora do seu contexto social.

Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que o ato da leitura é um processo complexo que envolve texto, contexto e leitor. Portanto, é essencial destacar a forma como este estudo compreende o processo de leitura. Para Chartier (1999, p. 77) “[...] ler é sempre apropriação, invenção, produção de significados [...] o leitor é um caçador de percorre terras alheias”.

Partindo da compreensão de leitura apresentada por Chartier, este estudo compreende que a leitura não está limitada a decodificação de um texto escrito. Quando abordamos o termo leitura, estamos considerando a leitura das mais diversas produções culturais presentes no mundo, seja por meio de um texto escrito, falado, cantado, desenhado ou representado por outro tipo de linguagem. Independentemente do tipo de texto, a leitura será realizada de alguma forma, por algum sujeito, em algum momento e contexto específico. Almeida Júnior (2007, p. 33) discorre sobre o processo de leitura e apresenta infinitas possibilidades no ato de ler:

Ler é decodificar palavras; ler é o processo que permite a relação entre nós e o mundo; a leitura nos proporciona o conhecimento; a realidade só se apresenta integralmente por meio da leitura; a leitura, assim como a escrita, é a expressão máxima da inventividade, da criatividade e da intelectualidade do homem; a leitura nos leva a uma viagem pelo imaginário; ler é se apropriar do acervo de conhecimentos e experiências da humanidade; a leitura é a possibilidade da fruição do belo, da estética; ler é se nutrir da tradição e da memória do homem; a leitura é proeminentemente prazer; a leitura é a representação maior da virtualidade; ler é caminhar pelos espaços do sonho; a leitura possibilita a vivência momentânea dos desejos, das vontades e dos anseios reprimidos ou impossíveis de serem concretamente realizados; a leitura permite ser o outro, estar no outro; ler é se apropriar de um dos mais importantes instrumentos de opressão, a escrita.

O ato da leitura e as relações existentes entre o texto e o leitor não podem ser isolados do contexto histórico, cultural e social. Todos estes contextos modificam as perspectivas e as representações que definem o ato de ler. Barros (2003, p.83) afirma que: “[...] é preciso inserir o texto no contexto de uma ou mais formações ideológicas que lhe atribuem, no fim das contas, o sentido”. Em outras palavras, ainda que o texto seja o mesmo, as interpretações que lhes damos variam de acordo com cada leitor e com sua formação sociocultural. Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Borges (2016, p.15) afirma que: “[...] não podemos manter um texto sob controle; a

cada contexto e novas leituras surge um novo texto com vida própria e incontável diante do mundo da linguagem e da interpretação de significados”. As condições de produção de um discurso compreendem, além dos sujeitos e da situação, a memória que é o elemento constitutivo do discurso. Envolvem, também, as circunstâncias da enunciação, é o contexto imediato, e no sentido amplo, o contexto sócio histórico e ideológico (ORLANDI, 2009).

A compreensão do que é um texto traz diferentes implicações e questionamentos teóricos. Considerar o processo de leitura no seu sentido *lato* implica compreender que toda manifestação informacional é um texto desde que tenha sentido. O termo manifestação informacional foi cunhado por Borges para descrever dentro da Ciência da Informação aquilo que Bakhtin chamou de fenômenos ideológicos: “Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior” (BAKHTIN, 2014, p.38). Partindo da compreensão dos fenômenos ideológicos de Bakhtin, Borges desenvolve a concepção de manifestações informacionais para poder abordar a subjetividade do termo informação: “[...] a informação é considerada como o resultado de uma materialização das manifestações informacionais.” (BORGES, 2018, p.100). A autora discorre sobre o termo e afirma que:

A necessidade de usar o termo manifestação informacional surgiu no sentido de representar aquilo que recebe a encarnação material do signo, ainda que esta encarnação material não seja representada fisicamente. Em outras palavras, toda manifestação informacional possui um valor semiótico, um significado, uma apropriação, mas nem toda apropriação precisa ser materializada por meio de uma expressão física; ela pode ficar alojada no discurso interior, na consciência (BORGES, 2018, p.100).

Para Almeida Júnior (2009, p.97), “A mediação da informação permite e exige concepção de informação que desloque o usuário da categoria de mero receptor, colocando-o como ator central do processo de apropriação”. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Borges (2018, p.99) salienta que “[...] qualquer alteração no processo de apropriação (interferência, influência, orientação, ajuda, manipulação, etc.) também ocasiona uma modificação da informação”. É por isso que a autora compreende a informação como “[...] um fenômeno ideológico em processo e não pode ser uma manifestação com sentido fixo”. (BORGES, 2018, p.99). Para Santos (2000) “Vivemos num sistema visual muito instável em que a mínima flutuação da nossa percepção visual provoca rupturas na simetria do que vemos”. Aquilo que parece nem sempre é o que parece ser. A verdade de um sujeito pode ser a indagação do outro, rompendo, assim, a ideia de verdade absoluta. Estamos presenciando diversas rupturas de paradigmas que não conseguem mais serem estabelecidos

fora do complexo.

A complexidade informacional que se apresenta na atualidade não deve ser compreendida pela complexidade da informação em si. Desde tempos remotos, a informação sempre existiu e as relações entre os sujeitos sociais também. A mesma complexidade causada pelos impactos dos meios eletrônicos é a mesma causada, anteriormente, pelo surgimento dos livros impressos, dos jornais, da rádio, do telefone, da televisão, etc. A sociedade está em constante evolução e sempre surgirão novos recursos e novas culpas para justificar os problemas e conflitos sociais que surgem a cada nova descoberta. Santos aborda esta questão de forma clara e reflexiva:

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e de percorrer, é necessário voltar às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade. (SANTOS, 1988, p.46)

Partindo destas ideias de reflexão acerca do complexo, é importante definir o conceito de informação de forma simples, ainda que sua atuação esteja presente de forma complexa e subjetiva em várias áreas de estudo. Além de ser utilizado na linguagem cotidiana, o termo informação é um conceito interdisciplinar e possui um importante papel na sociedade contemporânea e científica. Atua de diferentes formas em várias teorias e também reflete tensões entre abordagens objetivas e subjetivas. Dessa forma, “a coisa mais importante em CI (como em política da informação) é considerar a informação como uma força constitutiva na sociedade.” (CAPURRO, 2007, p.150). Ainda, segundo o autor: “[...] quando usamos o termo Informação em CI, deveríamos ter sempre em mente que informação é o que é informativo para determinada pessoa. O que é informativo depende das necessidades interpretativas e habilidades do indivíduo”. Tal afirmação nos faz relacionar informação a conhecimento. Este é um dos pontos principais deste trabalho.

Os conceitos de conhecimento e comunicação sempre estiveram presentes na sociedade humana, entretanto, é a forma como a elite dominante manipula as informações para adquirir o conhecimento que afeta as relações sociais.

3 | MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO: UMA RELAÇÃO PRODUTIVA

A mediação da informação se concretiza em um ambiente de diálogo, cooperação, interação e respeito entre os envolvidos. Almeida Júnior (2015) destaca que a interferência do profissional da informação abrange todos os espaços em que a informação (ou protoinformação) circula, sejam espaços físicos ou não. Ele também pondera acerca da impossibilidade de satisfazer plenamente as necessidades do

sujeito, visto que o acréscimo de informações é gerador de dúvidas e incertezas, produzindo novos conflitos. Para o autor, falar em mediação é falar em interferência. Desse modo, reformula o conceito de medição em 2015:

Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta, consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva, visando a apropriação da informação que satisfaça parcialmente e de maneira momentânea uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (ALMEIDA JÚNIOR, 2015, p.25).

Refletir acerca do conceito de mediação traz à tona conceitos como apropriação, relações sociais e, conseqüentemente, culturais. Borges (2018, p.80) destaca que “[...] os atos de significação construídos pelos sujeitos devem ser compreendidos dentro de uma perspectiva histórica e cultural, pois esses dois aspectos influenciam diretamente a construção e compreensão dos sentidos”. Nas palavras de Almeida Júnior “A mediação da informação é um processo histórico-social. O momento em que se concretiza não é um recorte de tempo estático e dissociado de seu entorno. Ao contrário: resulta da relação dos sujeitos com o mundo.” (2008, p.93). Trazer reflexões que tratam das relações sociais é permitir enfrentamento e posições diferentes, é compreender a realidade do outro de dentro da sua realidade. Nesse sentido, o fato de considerar realidades diferentes exige uma compreensão de mediação que ultrapassa a ideia de equilíbrio e encontros prováveis. O ato da mediação está muito próximo ao novo e ao desconhecido, ao ato comunicativo dialógico que exige a participação ativa dos sujeitos e, principalmente, do mediador.

Ao discorrer sobre o papel do mediador durante o processo comunicativo, Borges (2018, p.83) afirma que “[...] a informação é algo a se construir e que esta construção é realizada por relações dialógicas entre os sujeitos envolvidos no processo de comunicação [...]” Nesse sentido, pode-se dizer que o mediador é aquele que atua como facilitador no processo que aproxima o sujeito da informação, levando-o a realizar uma apropriação satisfatória que ative mecanismos responsáveis para a geração de novos conhecimentos.

O mediador é alguém que toma o texto como um monumento que precisa ser explorado, olhado, analisado, desconstruído se necessário, para que possa emergir a voz, a compreensão singular daquele que lê. “Alguém que manifesta à criança, ao adolescente e também ao adulto uma disponibilidade”, um acolhimento, uma presença dialógica e que, principalmente, considera o outro – que precisa ser levado ao texto – como um sujeito histórico, cultural, portanto, “construído por” e “construtor de palavras” carregadas de sentidos. (BARBOSA; BARBOSA, 2013, p. 11)

O termo mediação deriva do latim *mediatione* que designa originalmente intervenção humana entre duas partes, ação de dividir em dois ou estar no meio,

também está associado à ideia de interveniência, relação, conjugação, religação, ponte ou elo estabelecido nas relações humanas, por meio de um elemento mediado (MARTINS, 2010).

Ao restringir a mediação no âmbito da Ciência da Informação podemos encontrar inúmeras expressões associadas ao termo, tais como: mediação da informação, mediação cultural, mediação da leitura, mediação pós-custodial, mediação documental, mediação profissional, mediação do conhecimento, mediação do objeto cognitivo, mediação digital e mediação do espírito. (BORTOLIN, 2010). Entretanto, cabe salientar que esta pesquisa restringe-se à investigação que envolve a temática “mediação da informação” que representa a base de compreensão para o estudo aqui desenvolvido.

A noção de mediação como uma ponte que serve para interligar a informação ao sujeito é um conceito muito difundido nos estudos em Ciência da Informação. Entretanto, essa noção é contestada por Almeida Júnior (2009), uma vez que a ideia de ponte representa algo estático, que leva alguma coisa de um ponto a outro, sendo estes predeterminados e fixos, ausentes de qualquer interferência durante o trajeto. O conceito de mediação é muito mais complexo e abrangente, compreendendo também as noções de intermediação, conexão, conciliação e mais recentemente intervenção e interferência. De acordo com Silva (2015, p. 102) a mediação da informação está sempre pautada nas relações estabelecidas entre seres sociais.

[...] a mediação da informação é um construto que parte dos ‘seres sociais’ (relações múltiplas, plurais e coletivas entre os seres) e se consolida na formação da consciência do ser (passível de singularidade interpretativa de cada ser). De outro modo, a mediação é um construto social que se estabelece entre o ser e o mundo aproximando a teoria (conhecimento) da prática (ação), sendo que a construção de conhecimento deve ser composta a partir do real ou concreto (das configurações sociais, materiais e históricas), com vistas a transformação da realidade do(s) ser(es).

Tendo em vista que a mediação permeia todo o percurso e as ações necessárias à apropriação crítica que considera os elementos além dos códigos linguísticos, podemos ponderar que esse processo pode ocorrer de modo implícito ou explícito. É implícito quando anterior ao contato direto com o sujeito, ou seja, na seleção das informações a compor o acervo, nos instrumentos utilizados para tratar a informação, na disposição e organização dos materiais, etc. É considerada explícita quando há o contato direto com o sujeito que demanda por uma informação, sendo a sua presença física ou virtual.

A mediação implícita ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. “[...] A mediação explícita, por seu lado, ocorre nos espaços em que a presença do usuário é inevitável, é condição *sine qua non* para sua existência, mesmo que

tal presença não seja física, como, por exemplo, nos acessos à distância em que não é solicitada a interferência concreta e presencial do profissional da informação.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 93).

A mediação da informação é uma atividade cíclica, pois novos conhecimentos são gerados a partir do momento que esse sujeito socializa o que por ele foi apreendido. A informação é a força transformadora do homem, atuando como uma espiral de conhecimento e ação, permitindo que o indivíduo transforme a si e a realidade que o cerca. A mediação da informação torna-se, então, movimento essencial de transformação de indivíduos comuns em protagonistas sociais.

Gomes (2014) defende que o objetivo implícito da mediação é o desenvolvimento do protagonismo social. Encontra em Freire embasamento para suas reflexões. Freire defende a mediação como uma ação por meio da qual o homem pode se transformar em sujeito, já que na vivência do processo de mediação se pode refletir acerca da situação vivida, sobre seus interlocutores, sobre o mundo e sobre si mesmo, experiência que potencializa a formação da consciência que faz nascer o homem comprometido e capaz de intervir na realidade, enfim, capaz de se transformar em um protagonista e, simultaneamente, contribuir para a formação do protagonismo social. (FREIRE apud GOMES, 2014, p. 49).

4 | LITERATURA E APROPRIAÇÃO: UMA RELAÇÃO TRANSFORMADORA

Antonio Candido chama literatura todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura. Para ele, “[...] não há povo e não há homem que possa viver sem ela, isto é, sem a possibilidade de entrar em contato com alguma espécie de fabulação.” (CANDIDO 1995, p. 242). Vista deste modo, a literatura aparece claramente como manifestação universal de todos os homens em todos os tempos, sendo humanizadora, pois atua tanto no consciente quanto no subconsciente de cada um de nós, analfabetos ou não, influenciando-nos por meio das palavras, por meio de sugestão ou instrução, reflexão ou imposição. Para o sociólogo moderno a arte é social, pois

[...] depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de sublimação; e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais. Isto decorre da própria natureza da obra e independe do grau de consciência que possam ter a respeito os artistas e os receptores de arte (CANDIDO, 2006, p.30).

Nesse sentido, a literatura não é apenas um conjunto de obras. Hoje sabemos que a compreensão de uma obra só pode ser alcançada de maneira íntegra pela fusão do texto e do contexto. A cada encontro com o texto literário, as possibilidades

criadas pelo fictício são oportunidades únicas de viver experiências por meio de outros personagens. Assim, mergulhamos no mundo imaginário do texto e tentamos compreender o novo; somos obrigados a criar significados para seguirmos adiante e, desta forma, desenvolvemos nosso intelecto à medida que penetramos no texto para que ele atue dentro de nós. Por exemplo, uma das dificuldades de compreensão das obras de Machado de Assis está relacionada ao uso de elementos implícitos. Pode-se verificar este uso na obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas” em que a personagem Eugênia é chamada em determinado capítulo de “flor da moita”. O leitor que não esteve atento aos capítulos anteriores ou não teve a curiosidade de voltar para procurar os elementos explícitos para compreender a mensagem que estava inserida no termo “flor da moita”, deixa de compreender o humor negro que está implícito naquelas palavras escritas pelo autor. Eugênia era filha de um casal que Brás Cubas, em sua infância, havia flagrado namorando atrás de uma moita. Entretanto, aquela relação não vingou já que o homem era casado. Depois de muitos anos, já moço, Brás Cubas reencontra a senhora que ele havia flagrado quando criança e observa que ela morava sozinha com uma moça. Aquela moça, filha da senhora, ao ser apresentada a Brás Cubas ativou sua memória no fato ocorrido há muitos anos, aproximadamente a quantidade de anos representada pela idade da moça. Ao ver a jovem, fruto daquele relacionamento fortuito, Brás Cubas deixa sair de seus pensamentos a expressão “flor da moita” para fazer referência a Eugênia. A rápida representação desta situação desenvolvida em um dos capítulos da obra de Machado de Assis serviu para demonstrar que a apropriação dos elementos implícitos está relacionada à conexão com elementos explícitos que, de alguma forma, orienta o leitor. Entretanto, não há garantia de que este leitor reconheça, se lembre, associe e faça uma relação entre os elementos explícitos e implícitos. Diante do exposto, o papel da mediação e do mediador é essencial para ajudar o desenvolvimento de habilidades que possibilitem o reconhecimento de tais elementos. No caso de textos literários, o professor, muitas vezes, faz este papel de mediador. Porém, na sociedade geral, o mediador pode ser qualquer pessoa ou suporte tecnológico, daí o risco de orientações utilizadas com o intuito de desinformar ou manipular. Faz-se necessário que este tipo de construção literária, também presente na vida real, seja mais abordado, trabalhado e desenvolvido durante o processo de mediação.

Jauss comenta sobre a relação entre literatura e sociedade. Para o autor: “[...] a obra pode transmitir os valores dominantes de uma sociedade ou legitimar novos valores ou ainda romper com valores tradicionais [...]” (apud JOUVE, 2002, p.125). Por todos estes aspectos mencionados, é importante compreender o papel humanizador da literatura fora do contexto educacional e inseri-la na atuação social como forma de humanizar e desenvolver habilidades essenciais para a boa prática das relações sociais. É preciso verificar como o texto literário funciona como

conector entre o sujeito e a realidade e em que medida a formação sociocultural contribui para o deslocamento de uma leitura superficial e repetitiva para a produção de uma leitura mais crítica e reflexiva, transformando o ato de ler em uma prática social que forma, deforma e transforma leitores em reais atores sociais. Em suma, só é possível apropriar-se daquilo que se entende, porém o significado das palavras não é imutável, pelo contrário, é algo heterogêneo, complexo e sua construção ganha forma de acordo com as relações estabelecidas entre os sujeitos sociais. Contudo, cabe destacar que independentemente do processo de leitura ser realizado individualmente, seu uso sempre estará relacionado ao social, podendo atuar de modo positivo ao negativo em relação à coletividade.

5 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de todas as questões e reflexões apresentadas, podemos considerar que a mediação é uma ação de interferência e está longe de ser um ato de passividade e neutralidade; é uma ação complexa que exige competências variadas, enfatizando a necessidade da participação ativa do leitor. Posto isto, é preciso uma atuação crítica e reflexiva, evitando, assim, os riscos de manipulação. Almeida Júnior (2009) argumenta que a consciência acerca da existência de uma realidade de interferência na ação mediadora minimiza possíveis manipulações e suas consequências.

A mediação da informação é uma ação com forte impacto social e com potencial para minimizar as desigualdades, pois está diretamente relacionada à formação crítica e consciente do indivíduo e a sua capacidade de intervir positivamente na interpretação e apropriação das mensagens explícitas de um texto, possibilitando compreender as informações que estão implícitas.

Diante da complexidade da construção de um texto literário, verifica-se a necessidade de trazer a literatura para outras áreas de conhecimento como algo essencial para o desenvolvimento da apropriação. Apropriar-se significa compreender além das palavras e dos códigos linguísticos que aparecem de modo explícito em uma construção textual. Portanto, saber utilizar a mediação de forma inseparável ao processo de construção do conhecimento é uma prática que deve estar constante no ato da leitura. Esta mediação poder ser realizada por um profissional da informação, por um especialista em alguma área ou por diversos recursos tecnológicos que possibilitam variadas instruções via internet. O fato de não saber não é o problema, o grande desafio está na comodidade de achar que se sabe tudo, não duvidar de nada e aceitar as informações compartilhadas sem realizar um filtro, uma pesquisa, uma reflexão acerca de determinado assunto. A figuratividade de um texto literário também está presente na vida cotidiana por meio de ironias, elogios que visam

algum interesse ou formas rudes que, na verdade, nada mais são do que formas de chamar a atenção.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS OU PARCIAIS

Considerando o ato da leitura como um processo complexo, compreende-se a necessidade de estudar a leitura como um processo que viabiliza a compreensão e o entendimento do mundo por meio da decodificação e interpretação de símbolos verbais e não verbais. Por isso, torna-se impossível discorrer sobre a leitura sem mencionar outros conceitos estruturantes como a mediação e a apropriação.

O excesso de informações compartilhadas e divulgadas na mídia atualmente reflete a necessidade de se trabalhar o estudo e orientação de apropriação além dos interesses de grupos dominantes. Ainda que a informação seja representada pelo mesmo código linguístico, a construção de seus sentidos pode ser realizada mediante um processo de manipulação que atuará diretamente na apropriação e construção de novos conhecimentos. A partir dessa realidade, encontra-se na leitura uma condição inegável para a formação social, cultural e intelectual do ser humano, podendo atuar no combate à desinformação e má informação, práticas que atuam negativamente no compartilhamento de notícias falsas. Nesse sentido, é importante entender que leitura, mediação e apropriação são conceitos complementares e essenciais para a compreensão do percurso que o sujeito realiza no processo de construção do conhecimento.

Compreende-se, então, que o processo de leitura sem uma mediação que propicie o desenvolvimento de tais habilidades, se torna insuficiente para a construção de uma apropriação que apresente além dos elementos explícitos, principalmente as construções apresentadas por um texto literário. Nesse sentido, salienta-se que a literatura é essencial para desenvolver uma visão de mundo mais reflexiva, realizando conexões necessárias para ampliar o repertório de informações e a gama de conhecimentos do leitor.

As discussões acerca das relações entre informação, mediação e apropriação precisam estar presentes no âmbito científico, social e cultural. Embora sejam conceitos interligados, observa-se que os conceitos de leitura, mediação e apropriação são temáticas exploradas, muitas vezes, de forma isolada. Por isso, é essencial resgatar o estudo desses conceitos de forma dependente e complementar, oferecendo a real dimensão da atuação do sujeito no processo de leitura, apropriação e construção do conhecimento.

No tocante ao contexto literário, é preciso trabalhar a consciência dos indivíduos sobre a importância do papel da literatura. A leitura de textos literários com uma mediação adequada propicia o surgimento de novas possibilidades de apropriação,

já que a construção deste tipo de texto exige muito além da decodificação dos códigos linguísticos. É preciso desenvolver a capacidade de compreender além das palavras explícitas, de se apropriar das informações implícitas, de criar curiosidades e o senso investigativo para a compreensão dos elementos implícitos, muito presentes na produção literária.

Frente ao exposto, as reflexões e apontamentos levantados por este estudo visam a contribuir para a transformação de conhecimentos que precisam ser desenvolvidos individualmente de modo mais crítico e reflexivo para que a atuação do sujeito tenha o poder de impactar e contribuir de modo positivo nos diferentes tipos de relações sociais, independentemente dos recursos e inovações tecnológicas. A tecnologia está presente e pode contribuir muito com o desenvolvimento das relações entre mediação e apropriação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de.; BORTOLIN, S. **Mediação da informação e da leitura**, 2007. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/13269/>>. Acesso em: 12 de jun. 2014.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Mediação da informação e múltiplas linguagens. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: <http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/17/39>. Acesso em: 08 set. 2013.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. In: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A. dos; SILVA, R. J. da (OrgS.). **Mediação oral da informação e da leitura**. Londrina: ABECIN, 2015. p.9-32.

ASSIS, M.de. **Memórias póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Ática, 1997.

BORGES, E.V.E. **Apropriação da informação**: os elementos, o processo e a materialização da informação. 2018. 256f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2018.

BORGES, E.V.E O texto além das palavras: uma visão ampliada da apropriação da informação por meio de textos literários. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v.10, n.3, p. 15-24, 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/5681/4263>. Acesso em: 6 jan. 2017.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

BARROS, D.L. **Teoria semiótica do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2003.

BARBOSA, J. B.; BARBOSA, M. V. **Leitura e mediação**: reflexões sobre a formação do professor. Campinas: Mercado das Letras, 2013.

BORTOLIN, S. **Mediação oral da literatura**: a voz dos bibliotecários lendo ou narrando. 2010. Tese (doutorado em ciência da informação)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/>

CienciadaInformacao/Dissertacoes/bortolin_s_do_mar.pdf. Acesso em: 02 set. 2013.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2006.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos**. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995. p. 235-263.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, jan./abr.2007

CHARTIER, R. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. São Paulo: Imprensa Oficial, 1999.

GOMES, H. F. A dimensão dialógica, estética, formativa e ética da mediação da informação. **Informação e Informação**. Londrina, v. 19, n. 2, p. 46-59, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19994>. Acesso em: 12 mar. 2016.

JOUVE, V. **A leitura**. Tradução Brigitte Hervot. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

MARTINS, A. A. **Mediação: reflexões no campo da Ciência da Informação**. 2010. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Ciência da Informação, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-88MHR9/dissertacao_ana_amelia.pdf?sequence=1. Acesso em: 01 jun. 2015.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ORLANDI, E. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8. Ed. Campinas: Pontes, 2009.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, J. L. C. Percepções conceituais sobre mediação da informação. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2015. Disponível em: DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v6i1p93-108 . Acesso em: 10 mar. 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Denise Pereira - Mestre em Ciências Sociais Aplicadas, Especialista em História, Arte e Cultura, Bacharel em História, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especialista em Tecnologias Educacionais, Gestão da Comunicação e do Conhecimento. Atualmente Professora/Tutora Ensino a Distância da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Maristela Carneiro - Pós-Doutoranda pela Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná – Unicentro. Doutorado e Pós-Doutorado em História pela UFG e pela UFMT, respectivamente. Docente do curso de História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso à informação 346, 347

Alunos 7, 10, 15, 16, 18, 20, 21, 22, 23, 25, 28, 29, 31, 34, 35, 36, 37, 39, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 56, 61, 85, 119, 121, 125, 126, 127, 190, 192, 198

Análise 2, 4, 13, 15, 21, 25, 26, 32, 39, 44, 45, 65, 66, 67, 71, 72, 78, 79, 80, 88, 110, 114, 117, 123, 124, 127, 132, 135, 143, 146, 147, 149, 152, 155, 156, 158, 162, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 195, 199, 200, 208, 216, 218, 219, 220, 221, 227, 230, 237, 241, 242, 243, 247, 248, 249, 251, 252, 255, 256, 262, 269, 270, 285, 298, 314, 315, 323, 324, 326, 331, 335, 359

Análisis Social y Económico 284

Aprendizado baseado em vizinhança 83

Aprendizado de máquina 83, 84, 92, 93

Apropriação da informação 346, 348, 352, 358

Avaliação de desempenho 62, 64, 65, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 79, 80, 81, 246

Azeredo coutinho 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144

B

Barcarena (PA) 196, 197

Belém 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 208

Brasil 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 13, 23, 26, 27, 32, 37, 40, 55, 61, 62, 63, 64, 78, 80, 82, 100, 104, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 152, 156, 162, 165, 169, 170, 171, 172, 173, 178, 179, 181, 182, 183, 188, 189, 195, 197, 199, 200, 201, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 220, 221, 225, 231, 232, 233, 234, 235, 245, 246, 247, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 273, 274, 277, 278, 282, 298, 300, 307, 311, 317, 318, 338, 345

Brasil-colônia 133, 134, 137, 143

C

Características empreendedoras 28, 29, 34, 36, 39, 247, 251, 253, 254, 255, 256, 257

Casa Ronald McDonald Belém 184, 185

Centro histórico 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 160, 164, 165, 166, 167, 168, 170

Centro histórico de aracaju 146, 152, 156

Cidade i-mobilizada 271

Ciência 3, 10, 41, 45, 46, 52, 54, 73, 80, 83, 135, 147, 148, 165, 170, 176, 195, 224, 235, 251, 260, 261, 262, 265, 278, 309, 318, 331, 346, 350, 353, 358, 359

Comitês de máquinas 83

Comportamento empreendedor 74, 234, 247, 249, 250, 251, 252, 255, 257

Contornamento territorial 271, 272, 273, 276, 279

Crime organizado 314, 316, 317, 318, 323

D

Demanda de pasajeros 284

Desenvolvimento econômico 40, 63, 65, 74, 164, 224, 231, 234, 236, 238, 247, 249, 251, 252, 263, 265, 266

Diagrama de malla 284, 289, 290

Direitos culturais 209, 213, 214, 219

E

Economia criativa 222, 223, 231, 232, 234, 235

Educação ambiental 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 206

Elementos do espaço 146, 148, 158, 160, 162, 168

Empreendedorismo 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 39, 40, 62, 63, 65, 66, 74, 81, 205, 206, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 235, 237, 243, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 255, 256, 257, 258

Empreender 28, 29, 31, 35, 36, 39, 40, 98, 227, 228, 234, 235, 248, 250

Empresas incubadas 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 237, 238, 240, 241, 243, 245

Espaço geográfico 146, 148, 149, 151, 158, 159, 160, 161, 162, 167

Espaço turístico 146, 147, 158, 160, 161, 162, 164, 168, 169

Estación intermodal 284

Estética do ruído 325, 326, 327, 329

Estudos econômicos 133, 135, 137, 138

Extensão 9, 54, 55, 56, 58, 61, 88, 111, 142, 186, 190, 194

F

Família do norte 314, 315, 317, 318, 322, 323

Fatores críticos de sucesso 237, 239, 240, 241, 242, 243, 246

Formação de professores 1, 15

G

Gestão pública 171, 173, 182, 183, 192, 199, 203, 205, 206, 314

I

Incubadora 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 74, 78, 79, 80, 82, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 257

Indústria criativa 222, 223, 230, 231, 234

Inovação 11, 14, 30, 65, 68, 69, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 94, 95, 98, 103, 117, 119, 126, 149, 154, 222, 223, 224, 225, 229, 230, 232, 235, 238, 242, 243, 244, 246, 248, 250, 256, 257, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270

Inteligência 77, 84, 92, 93, 95, 102, 112, 115, 118, 122, 131, 314

Interdisciplinaridade 1, 2, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 51

J

Jogos digitais 333, 334, 338

L

Lazer 152, 169, 182, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 195, 202, 203, 272

Leitura literária 346, 348

Lo-fi 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331

M

Mediação da informação 346, 350, 351, 352, 353, 354, 356, 358, 359

Mídia 55, 56, 156, 174, 222, 230, 256, 280, 296, 297, 298, 299, 301, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 312, 313, 314, 316, 333, 335, 357

Mídia social 314, 316

Modelo de fluxos múltiplos 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 183, 208

Mototáxi 271, 277, 278, 279, 280, 282

N

Narrativa 153, 282, 333, 334, 335, 337, 338, 339, 340, 341, 342, 343, 344

O

Operação lava jato 296, 297, 298, 299, 301, 307, 308, 309, 311, 313

P

Parques tecnológicos 259, 260, 261, 262, 263, 266, 267, 268, 269, 270

Penedo 158, 159, 160, 164, 165, 166, 168, 169, 170

Perda 32, 89, 90, 218, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 342, 343, 344

Planejamento 6, 13, 21, 29, 31, 35, 43, 44, 51, 71, 74, 76, 77, 100, 119, 120, 150, 160, 163, 165, 169, 170, 171, 176, 177, 179, 182, 183, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 234, 239, 243, 245, 248, 252, 303

Planejamento municipal 196, 203

Política 1, 4, 6, 8, 9, 13, 14, 15, 26, 129, 134, 135, 136, 141, 145, 146, 153, 158, 160, 164, 166, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 179, 180, 181, 183, 195, 198, 199, 200, 207, 208, 213, 214, 220, 269, 273, 283, 294, 296, 297, 298, 300, 301, 306, 308, 309, 310, 311, 312, 317, 342, 351, 359

Política pública de turismo 171, 172, 176, 181, 183, 200, 208

Povos indígenas 26, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221

Produção de signos 325, 326, 327, 329, 331

Produção independente 325

R

Rádio 54, 55, 56, 61, 215, 300, 329, 331, 351

Redes sociais 54, 55, 56, 60, 61, 314, 316, 317, 318, 322, 324, 327, 328, 347

Rio grande do sul 237, 238, 239, 241, 247, 257

S

Sacrifício 143, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344

São paulo 14, 27, 40, 61, 80, 81, 82, 104, 105, 116, 137, 144, 145, 156, 157, 167, 169, 170, 182, 183, 194, 195, 207, 208, 212, 216, 220, 235, 236, 246, 256, 257, 259, 261, 267, 270, 283, 300, 301, 313, 323, 324, 331, 333, 344, 345, 358, 359

Semiótica 333, 334, 336, 345, 358

Sistema ferroviário 284

Sistema nacional de inovação 259, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270

Sistemas tutores inteligentes 83, 85

Suicídio 209, 210, 211, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Sustentabilidade 1, 2, 3, 4, 6, 7, 12, 14, 64, 119, 120, 122, 127, 170, 177, 195, 205, 206, 207, 208, 229, 244, 257, 310

T

Texto literário 346, 347, 354, 355, 356, 357

Tratamento oncológico 184, 186, 187, 190, 192, 193, 194

Turismo 146, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 231

Turismo cultural 146, 148, 155, 156, 165, 167, 168, 169, 190

Turismo de saúde 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195

